

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PUC-SP**

MÁRIO JORGE DA SILVEIRA JUNQUEIRA

**DE VIDAS SECAS À VIDA NOVA: DA FUNÇÃO SOCIAL À
FINANCEIRIZAÇÃO DO COOPERATIVISMO HABITACIONAL NO BRASIL**

DOUTORADO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

**SÃO PAULO
2020**

MÁRIO JORGE DA SILVEIRA JUNQUEIRA

**DE VIDAS SECAS À VIDA NOVA: DA FUNÇÃO SOCIAL A
FINANCEIRIZAÇÃO DO COOPERATIVISMO HABITACIONAL NO BRASIL**

DOUTORADO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

Tese apresentada à Banca Examinadora
da Pontifícia Universidade Católica de
São Paulo, como exigência parcial para
obtenção do título de Doutor em Ciências
Sociais sob a orientação da Profa. Dr^a.
Lucia Maria Machado Bógus

SÃO PAULO

2020

Banca Examinadora:

Prof.^a Dr.^a Lucia Maria Machado Bógus (Orientadora)
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

Prof.^a Dr.^a Danielle de Oliveira Bresciani Fortunato
Universidade Federal do Espírito Santo

Prof.^a Dr.^a Profa. Eliane Hojaij Gouveia
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

Prof. Dr. Luís Felipe Aires Magalhães

Prof.^a Dr.^a Maura Pardini Bicudo Vêras
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

Suplentes:

Prof. Dr. Lúcio Hanai Valeriano Viana
Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais (IBMEC)

Prof.^a Dr.^a Vera Lucia Michalany Chaia
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

Dedico este trabalho à minha mãe Marly (in memoriam), que se faz presente em todos os dias da minha vida. Sei que, de algum lugar, ela olha por mim. Ao meu pai Mário, grande companheiro dos bons e maus momentos. As minhas adoradas filhas, Elaine, Jéssica e pequena Laura. As minhas netinhas, Manuella, Giovanna e Letícia, que está chegando, pelo espaço que habitam em meu coração e por serem minhas fontes de inspiração. Aos meus familiares cujo incentivo e apoio sempre me foram certos. À Leila, minha esposa querida, amada e companheira de todas as horas.

AGRADECIMENTOS

Agradeço em especial a minha querida orientadora Prof.^a Dr.^a Lúcia Maria Machado Bógus, pelo exemplo de competência profissional e pelo constante apoio ao longo de cinco anos de doutorado. Sem a sua inestimável contribuição, esta pesquisa não se realizaria.

Agradecimento especial aos professores que se dispuseram a participar da Banca Examinadora: Prof.^a Dr.^a Maura Pardini Bicudo Vêras, Prof.^a Dr.^a Eliane Hojaij Gouveia; Prof.^a Dr.^a Danielle de Oliveira Bresciani Fortunato e Prof. Dr. Luís Felipe Aires Magalhães.

Ao Prof. Dr. Lúcio Hanai Valeriano Viana e Prof.^a Dr.^a Vera Lucia Michalany Chaia, por aceitarem, como suplentes, fazer parte de minha Banca Examinadora.

Sou especialmente grato à Prof.^a Dr.^a Maura Pardini Bicudo Vêras e Prof.^a Dr.^a Mônica Carvalho, pelos relevantes apontamentos proferidos na qualificação deste estudo.

Aos Professores Carmen Junqueira, Eliane Hojaij Gouveia e Edgard de Assis Carvalho e por terem feito parte de minha trajetória.

Sou grato a todos os entrevistados que me dedicaram tempo e atenção compartilhando conhecimento e informações valiosos à realização desse trabalho de pesquisa: Sr. José Aprígio da Silva (presidente da Cooperativa Vida Nova), Sr. Valdemar Aprígio da Silva (diretor da Construtora VATAV), Sr. Josival Soares da Silva (Mestre Val), Sr. Elias Bezerra da Silva (diretor da Construtora Construmais), Sr. João José dos Anjos, Sr. Otávio Bezerra da Silva, Oliveira Aprígio Bezerra, Sr. José Fortunato Ferreira (cunhado do Sr. Aprígio que migrou para São Paulo antes da família Aprígio).

A todos os profissionais da cooperativa Vida Nova que, direta ou indiretamente, contribuíram para a concretização deste trabalho.

Às famílias de Minador do Negrão que me receberam e acolheram durante o período de entrevistas/pesquisa

Agradeço ao Sr. Fábio Schiavi (diretor da Construtora e Incorporadora Mendes Dias), pelas informações transmitidas ao longo das entrevistas.

Meu especial agradecimento a todos os Professores e Funcionários do Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais da PUC-SP.

A todos os colegas do Programa de Estudos Pós-Graduados da PUC-SP. pelos anos de convivência e pela preciosa troca de ideias.

Por fim, agradeço o apoio e compreensão de todos os amigos e familiares pelos momentos de ausência que a realização deste trabalho me exigiu.

Agradeço com especial carinho à minha querida e amada esposa Leila e a minha princesa e também amada filha Laura, por todo apoio, carinho e paciência, que foram decisivos, principalmente na reta final da elaboração desta tese.

Agradeço ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), agência do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC) pela concessão da bolsa de estudos, Processo nº 153147/2016-4, que permitiu a realização da pesquisa que originou esta tese, desenvolvida no âmbito do Observatório das Metrópoles¹, Núcleo São Paulo (PUC/SP), sob a coordenação da professora Dr^a. Lúcia Maria Machado Bógus. Esta tese se insere na linha de pesquisa “Dinâmica Urbano-Regional, Planejamento e Políticas Públicas”, do Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais da PUC/SP, onde entre outras vertentes, nos dedicamos a analisar as desigualdades socioespaciais, especialmente no que se refere à questão da habitação.

¹ O Observatório das Metrópoles é um grupo que funciona em rede, reunindo instituições e pesquisadores dos campos universitário, governamental e não-governamental, e integra o Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia (INCT) do CNPq. A equipe constituída no Observatório vem trabalhando há 20 anos, envolvendo atualmente cerca de 100 pesquisadores

Por razões que provavelmente devem-se a mim, mas sobretudo à situação do mundo, cheguei a pensar que aqueles que têm a oportunidade de dedicar sua vida ao estudo do mundo social não podem ficar neutros e indiferentes, distanciados das lutas das quais o resultado será o futuro desse mundo.

(Pierre Bourdieu, 2001)

RESUMO

A estrutura econômica e social brasileira alterou-se profundamente ao longo do século XX, período no qual o Brasil passou de um país eminentemente rural para um país predominantemente urbano. Essa conversão urbana ocorreu como produto de processos históricos. Como consequência destes processos, houve um crescimento populacional nas médias e grandes cidades, concentrando no espaço urbano não apenas a produção de riqueza como também de vulnerabilidade, segregação e desigualdades sociais. O acesso à moradia passa a se constituir como um dos principais problemas sociais urbanos, sendo objeto de múltiplas e distintas políticas públicas e programas sociais. Ao mesmo tempo, a dificuldade (impossibilidade?) de o mercado capitalista brasileiro permitir o acesso à casa própria às camadas mais subalternas da sociedade faz com que novas formas de produção de moradia surjam e se expandem, através de cooperativas habitacionais. Essa Tese tem como objetivo analisar a evolução do cooperativismo habitacional no Brasil, desde uma perspectiva histórica e social. Conferimos especial atenção à relação entre o cooperativismo habitacional, o déficit habitacional e a transformação do espaço urbano. Os processos estruturais analisados nesta Tese condicionam e são condicionados por relações sociais que envolvem indivíduos, famílias e classes em movimentos. Por tal razão, analisamos a história de vida do Sr. José Aprígio, antes produto das migrações internas (daí a referência à Vidas Secas), e atualmente presidente da Cooperativa Habitacional Vida Nova, maior cooperativa deste ramo produtivo da América Latina. A metodologia desta Tese combina revisão bibliográfica da literatura sobre os temas abordados e pesquisa qualitativa, que envolveu trabalho de campo na cidade de Minador do Negrão – AL, onde nasceu o Sr. Aprígio, e em municípios da Região Metropolitana de São Paulo, como Taboão da Serra, Embu das Artes, Barueri, Cajamar e inclusive São Paulo. Esta Tese objetiva lançar luz sobre os fenômenos urbanos relacionados ao tema da habitação e do cooperativismo.

Palavras-chave: Cooperativa habitacional. Déficit habitacional. Políticas habitacionais. Financeirização. Mercado imobiliário

ABSTRACT

The Brazilian economic and social structure changed profoundly during the 20th century, a period in which Brazil went from an eminently rural country to a predominantly urban country. This urban conversion occurred as a product of historical processes, such as industrialization, urbanization and metropolization, which altered the Brazilian economic, social and regional structure. As a result of these processes, there was a population growth in medium and large cities, concentrating in the urban space not only the production of wealth but also vulnerability, segregation and social inequalities. Access to housing is now one of the main urban social problems, being the subject of multiple and distinct public policies and social programs. At the same time, the difficulty (impossibility?) of the Brazilian capitalist market allowing access to own homes for the most subordinate strata of society causes new forms of housing production to appear and expand, through housing cooperatives. This Thesis aims to analyze the evolution of housing cooperatives in Brazil, from a historical and social perspective. We pay special attention to the relationship between housing cooperatives, housing deficits and the transformation of urban space. The structural processes analyzed in this Thesis condition and are conditioned by social relations that involve individuals, families and classes in movements. For this reason, we analyzed the life story of Mr. José Aprício, previously the product of internal migrations (hence the reference to “Vidas Secas”, dread lives), and currently president of housing cooperative Vida Nova, the largest cooperative in this productive branch in Latin America. The methodology of this Thesis combines a literature review of the literature on the topics covered and qualitative research, which involved fieldwork in the city of Minador do Negrão - AL, where Mr. Aprício was born, and in municipalities in the Metropolitan Region of São Paulo, such as Taboão Serra, Embu das Artes, Barueri, Cajamar and even São Paulo. This Thesis aims to shed light on urban phenomena related to the theme of housing and cooperatives.

Keywords: Housing cooperative. Housing deficit. Housing policies. Financialization. Real estate market

RESUMEN

La estructura económica y social brasileña cambió profundamente durante el siglo XX, un período en el que Brasil pasó de ser un país eminentemente rural a un país predominantemente urbano. Como resultado de estos procesos, hubo un crecimiento de la población en ciudades medianas y grandes, concentrándose en el espacio urbano no solo en la producción de riqueza sino también en la vulnerabilidad, la segregación y las desigualdades sociales. El acceso a la vivienda es ahora uno de los principales problemas sociales urbanos, ya que es objeto de múltiples y distintas políticas públicas y programas sociales. Al mismo tiempo, la dificultad (¿imposibilidad?) Del mercado capitalista brasileño que permite el acceso a casas propias para los estratos más subordinados de la sociedad hace que surjan y se expandan nuevas formas de producción de vivienda, a través de cooperativas de vivienda. Esta tesis tiene como objetivo analizar la evolución de las cooperativas de vivienda en Brasil, desde una perspectiva histórica y social. Prestamos especial atención a la relación entre las cooperativas de vivienda, los déficits de vivienda y la transformación del espacio urbano. Los procesos estructurales analizados en esta Tesis condicionan y están condicionados por relaciones sociales que involucran a individuos, familias y clases en los movimientos. Por esta razón, analizamos la historia de vida del Sr. José Aprígio, anteriormente producto de la migración interna (de ahí la referencia a Vidas Secas), y actualmente presidente de la Cooperativa de Vivienda Vida Nova, la cooperativa más grande en esta rama productiva en América Latina. La metodología de esta Tesis combina la revisión bibliográfica bibliográfica sobre los temas cubiertos y la investigación cualitativa, que involucró el trabajo de campo en la ciudad de Minador do Negrão - AL, donde nació el Sr. Aprígio, y en municipios de la Región Metropolitana de São Paulo, como Taboão Serra, Embu das Artes, Barueri, Cajamar e incluso São Paulo. Esta tesis tiene como objetivo arrojar luz sobre los fenómenos urbanos relacionados con el tema de la vivienda y las cooperativas.

Palabras clave: Cooperativa de vivienda. Déficit de vivienda. Políticas de vivienda. Financiarización. Mercado inmobiliario

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	Cena de “Vidas Secas”	58
Figura 2	Números globais do cooperativismo	145
Figura 3	Números globais do cooperativismo por ramo	146
Figura 4	Internacionalização das cooperativas brasileiras	147
Figura 5	Organizações cooperativas pelos principais estados	148
Figura 6	As três principais cooperativas brasileiras por município	149
Figura 7	Cooperativas exportadoras 2010-2018	150
Figura 8	Cooperativas no Brasil 2010 e 2018	155
Figura 9	Cooperados no Brasil entre 2010 e 2018	155
Figura 10	Distribuição por gênero do quadro social 2014 a 2018	156
Figura 11	Empregos gerados pelas cooperativas (2010–2018)	156
Figura 12	Distribuição por gênero dos empregos	157
Figura 13	Pirâmide Etária de dirigentes para o ano de 2018	158
Figura 14	Distribuição por gênero quadro de dirigentes (2017-2018)	159
Figura 15	Indicadores de desempenho	161
Figura 16	Proporção de tributos e despesas com pessoal	162
Figura 17	Conhecimento sobre o cooperativismo por classes	163
Figura 18	Conhecimento do cooperativismo por região do país	164
Figura 19	Ramos que os brasileiros mais se relacionam	164
Figura 20	Número de cooperativas habitacionais entre 2010 e 2018	208
Figura 21	Evolução do número de cooperados entre 2010 e 2018	208
Figura 22	Evolução do número de empregados entre 2010 e 201	209
Figura 23	Cooperativas habitacionais por faixa de faturamento	209

Figura 24	Proporção de tributos e despesas com pessoal	210
Figura 25	Capa da revista que enfatiza a grandeza da cooperativa	224
Figura 26	A mesa de trabalho	228
Figura 27	Evidências da clivagem	229
Figura 28	Verticalização como aumento do “potencial construtivo”	230
Figura 29	Shopping construído pela Vida Nova	231
Figura 30	Fila de pessoas interessadas para Embu das Artes	233

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	Síntese do desenvolvimento histórico do cooperativismo	123
Quadro 2	Resumo da análise a respeito do pensamento francês	142
Quadro 3	Número de cooperativas, cooperados e empregados	160
Quadro 4	Dispositivos constitucionais do cooperativismo no Brasil	189
Quadro 5	Principais leis brasileiras relacionadas ao cooperativismo	191
Quadro 6	Resoluções sobre os aspectos contábeis das cooperativas	192
Quadro 7	Leis estaduais relacionadas ao cooperativismo	194
Quadro 8	Legislação internacional referente as cooperativa	195

LISTA DE SIGLAS

ACIB	Associação Comercial e Industrial de Barueri
CCB	Código Civil Brasileiro
FACESP	Federação das Associações Comerciais do Estado de São Paulo
ACI	Aliança Cooperativa Internacional
BNH	Banco Nacional da Habitação
CAPFESP	Caixa de Aposentadoria e Pensões dos Ferroviários e Empregados em Serviços Públicos
CEF	Caixa Econômica Federal
CEMAL	Cooperativa Estanifera de Mineradores da Amazônia Legal
CHP	<i>Caja de Habitación Popular</i>
COASA	Cooperativa Agrícola Água Santa
COOXUPÉ	Cooperativa Regional de Cafeicultores em Guaxupé
COPAC	Comitê para a Promoção e o Avanço das Cooperativas
ECOSOC	Conselho Econômico e Social da Organização das Nações Unidas
FAO	Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação
FCP	Fundação da Casa Popular
FGHab	Fundo Garantidor da Habitação Popular
FGTS	Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS
FMI	Fundo Monetário Internacional
IAPB	Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Bancários
IAPE	Instituto de Aposentadoria e Pensões da Estiva
IAPETEC	Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Empregados em Transportes e Cargas

IAPFESP	Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Ferroviários e Empregados em Serviços Públicos
IAPI	Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários
IAPM	Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Marítimos
INPS	Instituto Nacional de Previdência Social
IPASE	Instituto de Previdência e Assistência aos Servidores do Estado
MCidades	Ministério das Cidades
MTE	Ministério do Trabalho e Emprego
OCB	Organização das Cooperativas Brasileiras
OGU	Orçamento Geral da União
OIT	Organização Internacional do Trabalho
ONU	Organização das Nações Unidas
PMCMV	Programa Minha Casa Minha Vida
SBPE	Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimos
SFH	Sistema Financeiro da Habitação
SINPAS	instituiu o Sistema Nacional de Previdência e Assistência Social
USAID	Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional
ACIB	Associação Comercial e Industrial de Barueri
CCB	Código Civil Brasileiro
FACESP	Federação das Associações Comerciais do Estado de São Paulo
ACI	Aliança Cooperativa Internacional
BNH	Banco Nacional da Habitação
CAPFESP	Caixa de Aposentadoria e Pensões dos Ferroviários e Empregados em Serviços Públicos

CEF	Caixa Econômica Federal
CEMAL	Cooperativa Estanifera de Mineradores da Amazônia Legal
CHP	<i>Caja de Habitación Popular</i>
COASA	Cooperativa Agrícola Água Santa
COOXUPÉ	Cooperativa Regional de Cafeicultores em Guaxupé
COPAC	Comitê para a Promoção e o Avanço das Cooperativas

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	21
O problema de pesquisa.....	21
A relação do pesquisador com o tema.....	26
O eixo central e a delimitação do objeto de pesquisa.....	29
As questões iniciais.....	32
A hipótese.....	33
A metodologia de pesquisa.....	34
O campo do cooperativismo habitacional.....	37
A organização do texto.....	40
 CAPÍTULO 1- A QUESTÃO HABITACIONAL NO BRASIL.....	 43
1.1 Esboço biográfico da habitação	47
1.1.1 A insalubridade nas habitações coletivas.....	50
1.1.2 A transição urbana do século XX e o cenário da questão habitacional	53
1.1.3 Causas e motivos das migrações internas no século XX.....	65
1.2 O Déficit Habitacional no Brasil.....	67
1.2.1 O crescimento das cidades (1900 – 1930)	68
1.2.2 O déficit habitacional na Era Vargas (1930 – 1945).....	69
1.2.3 O déficit habitacional e o período Pós-guerra até 1964.....	70
1.2.4 As favelas e as classes dominantes ao fim do século XX.....	71
1.3 Histórico das Políticas Habitacionais no Brasil.....	71
1.3.1 A participação dos Institutos de Aposentadoria e Pensões (IAPs) no combate ao déficit habitacional	72
1.3.1.1 As Caixas de Aposentadoria e Pensões.....	72
1.3.1.2 De Caixas para Institutos.....	74
1.3.2 Políticas Habitacionais no período pós-guerra.....	76
1.3.3 O BNH – Banco Nacional da Habitação	78
1.3.4 O Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV).....	83
1.3.4.1 Um reflexão sobre o PMCMV a partir do modelo chileno.....	84
1.3.4.2 O PMCMV e a política urbana na época do seu lançamento...	90
1.3.4.3 O PMCMV e o mercado imobiliário.....	92
1.3.4.4 O PMCMV em 2020.....	93
1.3.4.5 A crise do PMCMV em 2020.....	95
1.4 Um balanço crítico das políticas habitacionais.....	96
 CAPÍTULO 2 - GÊNESE E DESENVOLVIMENTO DO COOPERATIVISMO E DAS COOPERATIVAS	 99
2.1 Cooperação, cooperativas e cooperativismo.....	100
2.2 Os socialistas espiritualistas (utópicos) associacionistas.....	105
2.3 A corrente associacionista liberal.....	107
2.4 O pensamento econômico cooperativista na Inglaterra e seus	

	percursores.....	109
2.5	Reflexos dos pensamentos de Owen e King.....	117
2.6	O ambiente revolucionário francês e o cooperativismo.....	124
2.7	A Aliança Cooperativa Internacional.....	142
2.8	Os aspectos socioeconômicos do cooperativismo no mundo..	144
2.9	Conjuntura atual do cooperativismo no Brasil.....	150
2.10	O cooperativismo brasileiro em números.....	154
2.11	Perfil do quadro de dirigentes brasileiros.....	157
2.12	Indicadores de desempenho econômico do cooperativismo no Brasil.....	159
2.13	A percepção dos brasileiros sobre o cooperativismo.....	162
2.14	Marco legal do cooperativismo no Brasil.....	164
2.15	A natureza jurídica das sociedades cooperativas.....	165
2.16	A evolução histórica da legislação cooperativa.....	168
2.17	Período intervencionista do Estado Novo (1937-1945).....	172
2.18	O sistema cooperativo na Constituição Federal de 1988.....	174
2.19	O sistema cooperativo e o Código Civil Brasileiro de 2002.....	176
2.20	A Lei Federal no 5.764, de 1971.....	177
2.21	A Lei Federal no 12.690, de 2012.....	182
2.22	Sistematização da legislação nacional e internacional das sociedades cooperativas.....	186

CAPÍTULO 3 - COOPERATIVAS HABITACIONAIS E POLÍTICAS PÚBLICAS

		196
3.1	Formação e evolução das cooperativas habitacionais.....	196
3.2	Cooperativas habitacionais autofinanciadas	197
3.3	Financeirização urbana.....	198
3.4	A moradia como mercadoria:.....	199
3.5	O Brasil no processo de financeirização.....	200
3.6	A habitação inserida no contexto da financeirização.....	201
3.7	Vítimas do <i>subprime</i> : milhares de vidas hipotecadas.....	203
3.8	Transição no mercado imobiliário: a passagem da dívida dos Estados para os indivíduos e famílias.....	205
3.9	O cenário do cooperativismo habitacional brasileiro.....	207

CAPÍTULO 4 – A COOPERATIVA HABITACIONAL VIDA NOVA.....

4.1	De Minador do Negrão à Metrópole Paulistana.....	211
4.2	Vidas Secas: A Família Aprígio e a migração interna	213
4.3	A trajetória migratória.....	213
4.4	O nascimento da Vida Nova.....	216
4.5	Embu das Artes: uma nova etapa.....	219
4.6	O futuro da Vida Nova.....	220
4.7	Uma análise socioantropológica da estratégia de promoção da atividade.....	221

4.7.1	A análise da forma e do conteúdo da revista anual.....	224
4.7.2	Análise do vídeo sobre a Vida Nova e seus empreendimentos.....	227
4.7.3	Análise do vídeo da entrega das senhas para Embu das Artes.....	232
CONSIDERAÇÕES FINAIS		235
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS		240
APÊNDICES		255

INTRODUÇÃO

O problema de pesquisa

A casa própria, o lar da família, a segurança da moradia, a habitação popular, segundo Rolnik (2016), são expressões que nos remetem ao discurso do direito fundamental do cidadão. A moradia é, nestes termos, um direito universal que em grande medida organiza a vida e a sociabilidade dos sujeitos. Contudo, mais do que a materialidade de tijolo e concreto, com paredes, teto e portas e seu valor financeiro impactado por políticas públicas e pelo mercado imobiliário, é o vínculo de um indivíduo, de uma família, de um grupo, de uma comunidade com o território, ele é a capacidade que esse indivíduo, família, grupo ou comunidade têm de a partir desse ponto, acessar outros direitos humanos, como o direito a saúde, o direito a educação e ao trabalho, trata-se de uma base importante de construção de relações na cidade.

Tais relações, nos remetem à análise sobre o tema habitação, a qual encontra suporte no pensamento de Veras (2004, p.326), quando a autora esclarece que a habitação deve ser entendida de acordo com o seu amplo significado, não apenas como abrigo mas como uma forma de inserção na cidade, ou seja, acrescenta ela, como ocupação do espaço urbano com seus complementos de transportes, serviços, infraestrutura, equipamentos sociais e paisagem. Neste sentido, a habitação tem revelado, como poucos outros direitos sociais, a limitação do mercado e a insuficiência do Estado:

“Em particular, a questão da habitação ganhou, cada vez mais, contorno de extrema gravidade, preocupando não só os cidadãos para quais representa um direito fundamental, mas também os poderes públicos, que devem administrar as questões urbanas e estão se revelando ainda incapazes de atender às reivindicações mais legítimas da maioria da população, apesar dos esforços de alguns gestores públicos comprometidos com as questões sociais” (VÉRAS, 2004, p. 324).

Avaliando a questão da habitação em uma perspectiva mais global, observamos que o relatório *World Urbanization Prospects* (United Nations, 2018), divulgado pela ONU - Organização das Nações Unidas, entre 1950 e 2018, a população urbana do mundo cresceu mais de quatro vezes, partindo

de 0,8 bilhão em 1950 e chegando a 4,2 bilhões de habitantes em 2018, o equivalente a 55% da população mundial, este percentual em 1950 era 30%.

O relatório apresenta ainda, uma projeção para 2050 de 68% da população mundial como urbana, observando também a existência de significativa diversidade nos níveis de urbanização alcançados por diferentes regiões geográficas, sendo as mais urbanizadas: América do Norte (82%), América Latina e Caribe (81%), Europa (74%) e Oceania (68%). O nível de urbanização na Ásia chegou em 2018, conforme o referido relatório da ONU, próximo dos 50%, em contraste com a África que permanece com predominância rural, com 43% da população vivendo em áreas urbanas.

O resultado deste crescimento e a transformação do espaço urbano condicionam as cidades a um desenvolvimento exponencial, tornando-as cada vez mais densas e complexas. "*Gerir áreas urbanas tem-se tornado um dos desafios mais importantes do Século XXI*", afirmou Jhon Wilmoth, diretor da Divisão de População do Departamento de Assuntos Econômicos e Sociais da ONU².

Soma-se ao processo de gerenciamento das áreas urbanas, os desafios amplificados devido ao citado desenvolvimento exponencial das cidades, como: infraestruturas inadequadas, transporte público insuficientes, elevados índices de criminalidade, poluição atmosférica, redução de áreas verdes e aumento da população em condições precárias de moradia. A ONU, estabelece no Comentário nº 4 do Comitê sobre os Direitos Econômicos, Sociais e Culturais produzido em 13 de dezembro de 1991, um conceito de análise para a qualificação e padronização mínima das habitações utilizadas pelo homem. As habitações para serem consideradas adequadas devem apresentar os seguintes itens: segurança de posse, disponibilidade de serviços, economicidade, habitabilidade, acessibilidade, localização e adequação cultural.

2 UNITED NATIONS, Department of Economic and Social Affairs, Population Division. World Urbanization Prospects: The 2014 Revision. New York, 2015.

Apesar do posicionamento da ONU sobre a indicação dos padrões mínimos das habitações utilizadas pelo homem, Harvey (2014) observa que a lógica de mercado hegemônica liberal e neoliberal, está impregnada nos conceitos em vigência, que em sua maioria se mostram individualistas e centrados na propriedade. Afinal, acrescenta ele, vivemos em um mundo no qual os direitos de propriedade privada e a taxa de lucro se sobrepõem a todas as outras noções de direitos em que se possa pensar. Contudo, segundo o autor, ainda há ocasiões em que o ideal dos direitos humanos assume maior importância em forma coletiva, como: os direitos de trabalhadores, mulheres, homoafetivos, das minorias e o direito coletivo à habitação³.

Nesta tese, buscou-se explorar o direito à cidade na perspectiva de Lefebvre (2008), quando estabelece que durante longos séculos, nosso planeta foi um amplo laboratório do homem, porém, segundo ele, só há pouco tempo é que a cidade assumiu esse papel.

Para Lefebvre (2008), o fenômeno urbano manifesta hoje sua importância para reflexão teórica, para a ação prática e mesmo para a imaginação. O autor apresenta ainda, que produto e produtora da industrialização, a sociedade urbana se estrutura enquanto busca seu autoconhecimento, induzindo reconsiderações à filosofia, à arte e à ciência. Segundo ele, a filosofia reencontra o ambiente de mediação de seus primórdios, a Cidade. A arte, para Lefebvre (2008), também reconhecendo suas bases originais, direciona-se para um novo destino, que é o de servir à sociedade urbana e à vida cotidiana no contexto citadino.

Em relação às ciências, acrescenta Lefebvre, o confronto com esse novo objeto é inevitável, porém, sem renúncia às suas particularidades, deixando o campo livre para uma delas, como: a economia política, a demografia, a informática, a matemática etc. Essas áreas do conhecimento,

3 Neste sentido, o artigo XXV da Declaração Universal do Direitos Humanos (1948) dispõe que toda pessoa tem direito a um padrão de vida capaz de prover o bem-estar a si e a sua família, incluindo a habitação como um dos critérios para o alcance desse padrão. Este é portanto um direito universal.

travam contato cada vez mais iminente com uma exigência de totalidade e de síntese. Este fato, segundo Lefebvre (2008), nos obriga a concepção de uma estratégia do conhecimento, indissociável da estratégia política, ainda que distinta dela. Assim, o autor propõe um questionamento sobre qual eixo e qual perspectiva podemos pensar essa estratégia do saber.

Sua resposta aponta para a importância da prática de um direito: o direito à cidade, isto é, acrescenta ele, à vida urbana, à condição de um humanismo e de uma democracia renovados. Visando ajustar o foco do presente trabalho, cabe entendimento sobre a definição de tal direito, para o qual utilizaremos como referência a visão de Park (1967, p.3), que coloca a cidade como:

[...] a tentativa mais coerente e, em termos gerais, mais bem-sucedida de refazer o mundo em que vivemos, e de fazê-lo de acordo com nossos mais profundos desejos. Porém, se a cidade é o mundo criado pelo homem, segue-se que também é o mundo em que ele está condenado a viver. Assim, indiretamente e sem nenhuma consciência bem definida da natureza de sua tarefa, ao criar a cidade o homem recriou a si mesmo.

Partindo dessa perspectiva, Harvey (2014) indaga sobre o tipo de cidade queremos, o que não pode ser separado, segundo ele, do tipo de pessoas que queremos ser, dos tipos de relações sociais que buscamos, de quais relações com a natureza nos satisfazem mais, que estilo de vida desejamos levar, quais são nossos valores estéticos. O direito à cidade é, portanto, como colocado pelo autor, muito mais do que um direito de acesso individual ou grupal aos recursos que a cidade oferece: é um direito de mudar e reinventar a cidade a partir dos nossos mais profundos desejos. Ele ainda argumenta que:

A liberdade de fazer e refazer a nós mesmos e a nossas cidades, é um dos nossos direitos humanos mais preciosos, ainda que um dos mais menosprezados. Qual seria, então, a melhor maneira de exercê-lo? Até hoje carecemos de uma consciência bem definida de nossa tarefa, talvez seja útil refletir, primeiro, sobre o modo como fomos feitos e refeitos ao longo da história, por um processo urbano impulsionado por forças sociais poderosas. (HARVEY, 2014, p.28)

Desde que passaram a existir, acrescenta Harvey (2014), as cidades apresentaram uma concentração geográfica e social de um excedente de

produção. Para ele, a urbanização sempre foi, portanto, algum tipo de fenômeno de classe, uma vez que os excedentes são extraídos de algum lugar ou de alguém, enquanto o controle sobre o uso desse excedente acumulado costuma permanecer nas mãos de poucos.

A reflexão sugerida por Harvey (2014), em uma perspectiva mais local, acaba fortalecida pela visão de Nascimento e Braga (2009), quando as autoras observam que hoje as grandes cidades brasileiras apresentam paisagens que abrigam diversos modos de morar, explicitando desde condições econômicas privilegiadas até as mais miseráveis. Identificamos assim, por um lado, o privilégio incorporado pelas estruturas citadinas formais; por outro, a pobreza manifesta nas ocupações informais dos espaços urbanos.

O mencionado contraste entre o privilégio e a pobreza percebido nos diversos modos de morar, foram potencializados pelos aspectos da transição urbana observada no século XX, parte integrante do Capítulo I desta tese, tal fenômeno teve como consequência um aumento exponencial da população nas cidades, com destaque para os destinos São Paulo e Rio de Janeiro, condições que promoveram aumento inédito, acima dos padrões, de demanda por moradia, transporte e demais serviços urbanos.

Assim, este aumento inédito da demanda no espaço urbano por habitação, pode também ser compreendido, segundo Veras (2004, p. 327), pelo fato da maioria da população que vive de salário (a classe trabalhadora), não conseguir adquirir a casa própria no mercado corrente, o que por sua vez estabelece uma crise na habitação, denominada **déficit**, o qual traduz a existência de grandes faixas populacionais que não possuem meios para compra do seu imóvel. Veras (1987, 2004) chama atenção, com isso, para uma importante e fundante dimensão econômica do problema da habitação.

Um breve quadro da demanda social por moradias e por acesso à cidade – quadro esse motivado por um conjunto de causas já bastante conhecido – apresenta-se atualmente em um desdobrar de complexas manifestações que revelam seu aguçamento: a reduzida capacidade aquisitiva de grandes faixas da população, efeitos de uma desigual distribuição de renda; os índices de desemprego e

subemprego nos últimos anos; os processos de migração que se acentuaram desde a metade do século XX no país (tanto inter como intra-urbanas); uma política salarial absolutamente incapaz de garantir sequer mínimos de sobrevivência à maioria dos trabalhadores; o aumento recente da rotatividade de inquilinos, não só os de baixa renda, como também os de estratos médios, que vivem sob a ameaça de despejo e desocupação que demandam moradia a custo compatível com sua renda (VÉRAS, 2004, p. 325).

Uma alternativa de mitigação do déficit habitacional, que tem apresentado importante crescimento, que inspirou a criação do tema desta tese, é a experiência das cooperativas habitacionais. O movimento do cooperativismo habitacional apresenta como característica a união de pessoas, através de empresa de propriedade coletiva, para a produção de bem comum que possa alterar o desenvolvimento social e a qualidade de vida da comunidade associada.

A relação do pesquisador com o tema

Ao pesquisar em meu mestrado em ciências sociais, concluído em 2014 também pela PUC/SP, a influência da religiosidade na capacidade de sobrevivência e de melhoria dos níveis de competitividade das organizações empresariais de Barueri, cidade integrante da Região Oeste da metrópole paulistana, observei por meio da pesquisa desenvolvida, alguns aspectos da condição urbana e metropolitana de Barueri, que apesar de não fazerem parte dos objetivos gerais e específicos da referida dissertação, me causaram grande inquietação e motivação para incluí-los em uma possível próxima oportunidade de investigação científica.

Tal inquietação estava relacionada diretamente com a nítida segregação socioespacial da cidade (VILLAÇA, 2001; ROLNIK, 2015; VÉRAS, 2004), definida inclusive pela linha de separação entre a parte rica e a pobre, caracterizada pela Rodovia Castelo Branco (SP-280), que inaugurada no final dos anos 1960, reforçaria sua condição de “divisor de águas” com a implantação na década de 1970, do bairro nobre de Alphaville, que contido nas cidades de Barueri e Santana de Parnaíba, acabou por definir com sua localização ao lado direito da Rodovia Castelo Branco, no sentido interior, o

lado rico da cidade, ficando o outro lado, o esquerdo à rodovia, com mais representatividade histórica e de ocupação mais antiga, como lado pobre (JUNQUEIRA, 2014).

Um segundo importante aspecto resultante da observação ao longo do desenvolvimento da pesquisa do meu mestrado, foi a característica marcante da ocupação do espaço do Bairro de Alphaville, quase exclusivamente pelos condomínios horizontais de alto padrão, que em conjunto com os lotes empresariais do bairro contíguo, Tamboré, acabaram por dar forte nitidez ao contraste socioeconômico da cidade.

Vale lembrar, que na pesquisa registramos comentários de entrevistados que continham as expressões “lado A e lado B”, ou ainda, “Alphaville e Alphavella” (JUNQUEIRA, 2014), ratificando a imaginabilidade⁴ construída pelos atores socioespaciais de Barueri.

Os dois mencionados aspectos que me despertaram interesse para uma nova investigação, acabaram por descortinar importantes questões relacionadas ao mercado imobiliário e a sua quase inevitável relação com as políticas públicas. Após a finalização de minha dissertação e diante de alguns ensaios sobre as razões e condições de imbricação entre o mercado imobiliário e políticas públicas, procurei buscar o que poderia ser o tema e o eixo central de pesquisa para uma possível tese de doutorado.

Essa busca foi potencializada pela rede de relacionamentos construída nos mais de 30 anos no meio empresarial, principalmente entre 2004 e 2011 em função de minha atuação como membro do Conselho Consultivo da Câmara de Comércio, Indústria e Serviço de Barueri, também como vice-presidente da Associação Comercial e Industrial de Barueri – ACIB, o que me

⁴ Utilizamos aqui o conceito de imaginabilidade com inspiração no entendimento do urbanista estadunidense Kevin Lynch, que entende imaginabilidade como: “a qualidade de um objeto físico que lhe dá uma grande probabilidade de evocar uma imagem forte num dado observador. Sua forma, cores, disposição, facilitam a produção de imagens mentais vivamente identificadas, poderosamente estruturadas e muito úteis no meio ambiente. Também podemos chamar legibilidade ou talvez visibilidade em sentido lato, em que os objetos não apenas, mas também serem apresentados de uma forma definida e intensa aos nossos sentidos” (LYNCH, 2014, p.17).

proporcionou neste citado período, interação com os membros da Federação das Associações Comerciais do Estado de São Paulo – FACESP.

No mesmo ano da finalização da dissertação, fui apresentado por um conhecido em comum, à José Aprígio da Silva, presidente da Cooperativa Habitacional Vida Nova, localizada na cidade de Taboão da Serra na Região Metropolitana de São Paulo. Neste encontro, entre outros assuntos, Aprígio esclareceu que a Cooperativa Vida Nova, estava em busca de área em outra cidade para lançamento de um novo empreendimento, pois com quase 20 anos de existência, a Vida Nova já havia entregue algo entorno de 9.000 unidades habitacionais em Taboão da Serra e os terrenos disponíveis na cidade para este tipo de empreendimento imobiliário, em termos de dimensões e localização, já haviam esgotados.

Aprígio, na busca desta nova área para a Vida Nova fora da cidade de Taboão da Serra, utilizou-se de sua rede de relacionamentos construída ao longo de toda a sua trajetória no segmento da construção civil e do mercado imobiliário da Região Metropolitana de São Paulo. Ao acompanhar esse processo de desenvolvimento de novos empreendimentos para a Vida Nova, não deixei de registrar minhas impressões na condição de observador participante, as quais acabaram por se tornar importante base de informações para o desenvolvimento da pesquisa desta tese.

Em poucas semanas, Aprígio recebeu a indicação de um terreno dentro do perfil desejado para expansão da cooperativa, a área indicada estava localizada na cidade de Cajamar, situada na sub-região norte da Região Metropolitana de São Paulo.

A partir deste ponto, acompanhei o processo de avaliação do “potencial construtivo” da área, termo utilizado pelos representantes da cooperativa, foi feita também, análise jurídica sobre a documentação que comprova a propriedade da área como de fato do vendedor, além de visita dos engenheiros ambientais para avaliação da necessidade de supressão arbórea e

confirmação de área útil para construção e por fim, estudo de massa⁵ e viabilidade econômica dentro dos parâmetros da cooperativa.

Os registros como observador participante me oportunizaram contato com a história de vida de José Aprígio, relacionada principalmente à fuga da fome e da sede, que com sua família vivenciava na cidade de Minador do Negrão, no interior de Alagoas, para a metrópole paulistana.

Neste momento percebi a possível convergência de minha disposição em desenvolver nova pesquisa para o doutorado relativa às questões sociais relacionadas ao processo histórico de migração interna ocorrido em nosso país, do qual Aprígio e sua família fizeram parte, e também aos interesses do mercado imobiliário e suas influências nas transformações das características do espaço urbano. Para tal, defini, provisoriamente o tema “Cooperativismo Habitacional”, o qual acabou por se tornar definitivo, sendo incorporado ao Projeto de Pesquisa.

O eixo central e a delimitação do objeto de pesquisa

Ao pensar na metodologia a ser aplicada para desenvolvimento deste estudo, o eixo da pesquisa nos remete a trajetória de vida de José Aprígio da Silva, que migrou do interior de Alagoas para a metrópole paulistana, onde em 1996 fundou na cidade de Taboão da Serra e preside até hoje a Cooperativa Habitacional Vida Nova, considerada atualmente pelos seus fundadores, como “a maior cooperativa habitacional do Brasil”.

Quanto ao processo de construção do objeto de pesquisa da presente tese que tem como tema “ O Cooperativismo Habitacional” , partimos da visão de Deslandes (2009, p.33), quando a autora esclarece que “o objeto percebido é aquele que se apresenta aos nossos sentidos pela forma de imagens, é o

⁵ O estudo de massa é o termo utilizado pelas incorporadoras imobiliárias referente a um estudo preliminar realizado para avaliar as condições e viabilidade de configuração do empreendimento dentro do terreno adquirido ou a ser adquirido para tal finalidade.

que vemos e sentimos e que, na maioria das vezes, se apresenta como ‘real, natural e transparente’”.

O processo, mencionado pela autora, de construção do objeto de pesquisa, encontra suporte na visão de Weber (2008, p.94), quando ele esclarece que para o desenvolvimento da ciência é necessário que “ocorra alguma idéia a alguém, para realizarmos qualquer coisa digna”. Para Max Weber (2008, p.94), entusiasmo e trabalho, e acima de tudo ambos em conjunto, é que criam a idéia.

Ainda sobre o processo de construção científica, Weber (2008, p.95) acrescenta, que as idéias chegam quando não as esperamos, e não quando estamos pensando e procurando em nossa mesa de trabalho. Não obstante, observa o autor, elas certamente não nos ocorreriam se não tivéssemos pensando à mesa e buscando respostas com dedicação apaixonada.

Ao expor sua visão de que “nenhuma ciência é absolutamente livre de pressuposições”, Weber (2008, p.95) esclarece ser um erro grave acreditar que isto só ocorre na ciência e que a situação num escritório comercial é diferente de um laboratório, por exemplo. Um comerciante ou um grande industrial sem “imaginação comercial”, ou seja, sem idéias ou sem intuição “de gênio”, continuará sendo durante toda vida um homem que faria melhor se tivesse continuado como funcionário ou técnico.

Apoiada pelo pensamento de Weber (2008), Deslandes (2009, p.33), expõe sua visão sobre a inevitável influência da visão de mundo do autor de uma tese no processo de construção do objeto de pesquisa. Fato respaldado no pensamento de Minayo (2009, p.3) quando ressalta que “nas Ciências Sociais existe uma **identidade entre sujeito e objeto**”, neste caso, com inspiração no pensamento de Weber (2008), consideramos a construção dessa identidade, mencionada por Minayo, baseada nos pressupostos do sujeito.

Minayo (2009, p.3) acrescenta, que a pesquisa na área das ciências sociais), lida com seres humanos que por razões culturais de classe, de faixa

etária, ou por qualquer outro motivo, têm um substrato comum de identidade com o investigador, tornando-os solidariamente imbricados e comprometidos.

Neste sentido, Lévi-Strauss (1975, p.215) nos ensina, que “em uma ciência, onde o observador é da mesma natureza que o objeto, o observador é, ele próprio, uma parte de sua observação”.

Em complemento ao pensamento de Lévi-Strauss, Saussure (2012, p.39) estabelece uma relação de precedência entre a perspectiva do pesquisador e a construção do objeto de pesquisa, quando afirma que “bem longe de dizer que o objeto precede o ponto de vista, podemos dizer que é o ponto de vista que cria o objeto”.

Desta forma, podemos apontar que o objeto de pesquisa ora proposto teve sua gênese na história de vida, tanto pessoal, quanto profissional do autor desta tese. Contudo, buscou-se dar sintonia a construção do referido processo, com o pensamento de Bourdieu, Chamboredon e Passeron (2010, p. 46), quando os autores expõem que “a pesquisa científica organiza-se em torno de objetos construídos que não têm nada em comum com as unidades separadas pela **percepção ingênua**”.

Cabe acrescentar, que apesar da visão de mundo utilizada como pressuposto para construção do objeto de pesquisa desta tese, buscou-se sustentação para tal elaboração no pensamento de Bourdieu, Chamboredon e Passeron (2010, p. 46), quando os autores afirmam que “nada se opõe mais às evidências do senso comum do que a distinção entre ‘objeto real’, pré-construído pela percepção, e o ‘objeto da ciência’, como sistema de relações construídas propositalmente”. Assim, destacamos a impossibilidade de:

Evitar a tarefa de construir o objeto sem abandonar a busca por esses objetos pré-construídos, fatos sociais separados, percebidos e nomeados pela sociologia espontânea ou “problemas sociais” cuja pretensão a existirem como problemas sociológicos é tanto maior na medida em que têm mais realidade social para a comunidade dos sociólogos (BOURDIEU, CHAMBORDON, PASSERON, 2010, p. 47).

Considerando o tema: “Cooperativismo Habitacional” pensou-se na definição como eixo de pesquisa, a relação entre a função social do cooperativismo habitacional autofinanciado e o mercado imobiliário financeirizado.

A cooperativa habitacional estudada na modalidade de estudo de caso, foi a Vida Nova, fundada pelo seu atual presidente o senhor José Aprígio da Silva. A Vida Nova está localizada na cidade de Taboão da Serra e hoje possui empreendimentos em construção na cidade de Embú das Artes.

As questões iniciais

Considerando os objetivos sociais das cooperativas habitacionais, legalmente constituídas, em propiciar aos seus cooperados aquisição de imóvel a um preço mais baixo (em alguns casos até 60% menor⁶) do que o adquirido pelo sistema de compra e venda ou promessa de compra e venda empresarial, já que se elimina exatamente a figura do empresário (incorporador, loteador e outros), e consequentemente o seu lucro, sempre embutido no preço final de um imóvel (CASTELO, 1999), cabem as seguintes questões:

a) Que fatores sociais, econômicos, políticos e constituintes do imaginário urbano⁷, contribuíram, ou até mesmo, tornaram-se fundamentos para o surgimento e consolidação das Cooperativas Habitacionais Autofinanciadas?

⁶ Diferença percentual do preço final de uma unidade habitacional da cooperativa Vida Nova em relação a um imóvel equivalente, vendido no mercado imobiliário, conforme informação passada em entrevista por José Aprígio da Silva, presidente da Vida Nova. (transcrição disponível no anexo I).

⁷ O conceito de “imaginário urbano”, Segundo o filósofo e semiólogo colombiano Armando Silva, trata-se da construção de diversos “pontos de vista urbano” e assim, “haverá uma cidade de mulheres Segundo os pontos de vista femininos, ou uma nova cidade juvenil e ou anciã, de acordo com pontos de vista de jovens ou de idosos”. Cada urbe, do ponto de vista cultural, Segundo o autor, será entendida definitivamente como a soma hipotética de diferentes pontos de vista cidadãos. Os imaginários, assim, entendidos, não são o mesmo que a arte, porém ambos participam da natureza estética. Enquanto a arte obedece uma atividade criativa, as vezes especializada, porém sempre necessária em todos os seres humanos como expressão, os imaginários apontam preferencialmente. Para uma categoria cognitiva, melhor dizendo, para a experienciar humana de construir percepções a partir de onde somos sociais, não somente por conveniência, mas por desejos, anseios e frustrações (SILVA, 2011, p.11)

Considerando que segundo Rolnik (2019), como será visto no Capítulo III, subitem 3.4 (Cooperativas habitacionais e o mercado imobiliário), a partir da primeira década do século XXI observamos o resultado de um longo processo de desconstrução da habitação como um bem social e de sua conversão em mercadoria e ativo financeiro. A autora esclarece, que trata-se de conversão da economia política da habitação em elemento estruturador de um processo de transformação da própria natureza e forma de ação do capitalismo em sua versão contemporânea, e que, na literatura internacional sobre a economia política da habitação, esse processo tem sido identificado como “financeirização”. Assim, cabe a segunda questão que comporá o eixo central da pesquisa:

b) As Cooperativas Habitacionais Autofinanciadas, que visam promover um efeito de mitigação sobre o déficit habitacional, se inserem no contexto do mercado imobiliário financeirizado? Ou ainda:

c) Seus atores principais (cooperados, dirigentes, fornecedores e componentes da administração da cooperativa) integrantes do campo do cooperativismo habitacional, assimilam regras do mercado, e em específico, do mercado imobiliário?

A hipótese

A partir do cenário descrito até aqui e das questões apresentadas, colocou-se como hipótese, que apesar dos objetivos sociais estruturantes do cooperativismo habitacional no Brasil, a pulsão pela mobilidade social leva seus atores, inseridos no sistema capitalista financeirizado, a desenvolverem ações dentro de um contexto estratégico voltado à acumulação, produzindo assim, conflitos e negociações, que se colocam na contramão da função social prevista na gênese desta atividade.

A metodologia de pesquisa

Para metodologia de pesquisa tomamos como referência o caminho traçado por Pierre Bourdieu, quando menciona que compreender é primeiro compreender o campo com o qual e contra o qual cada um se fez (BOURDIEU, 2005).

Portanto, para o desenvolvimento da pesquisa não “começamos pelo começo, isto é, pela evocação dos primeiros anos e do universo social da infância” de José Aprício, que ocorrera na cidade alagoana Minador do Negrão, mas seguindo os ensinamentos de Bourdieu e “como exige o bom método”, examinamos de início o estado do campo no momento em que nele Aprício ingressou por volta do anos 1990 e todo o processo evolutivo do campo até hoje.

Eis aqui um dos primeiros desafios impostos pela pesquisa, mas precisamente pelo método inspirado no pensamento de Bourdieu, a definição e denominação do campo, no caso da presente tese, do campo do **cooperativismo habitacional**, para a partir daí iniciarmos nossa análise da situação conjuntural desse campo no momento de ingresso de José Aprício e desenvolvimento ao longo do tempo.

Para tal, nos debruçamos sobre o pensamento do autor quando inicia uma descrição do conceito de campo ao apresentar uma comparação mais ou menos direta com “o domínio dos grupos fortemente integrados, cujo limite (e modelo prático) é a família convencional” (BOURDIEU, 2005), importante característica de sustentação do campo de ingresso de Aprício nos anos 1990, marcado pela criação da cooperativa Vida Nova na cidade de Taboão da Serra em São Paulo, sendo a pulsão de preparar a migração dos irmãos para a metrópole e contribuir com o sustento de sua família que ficara em Minador, conforme identificado no trabalho de campo da pesquisa desta tese, um dos principais fatores de motivação e sustentação do objetivo de fugir da fome e prover à sua família melhores condições de vida. Sendo, este domínio de integração no modelo “família convencional”, segundo Bourdieu (2005, p.43):

Derivado em ampla medida do fato de que estão ligados por um *illusio*⁸, uma cumplicidade profunda com o fantasma coletivo, capaz de garantir a cada um dos membros a experiência de uma exaltação do eu, princípio de uma solidariedade enraizada na adesão à imagem do grupo como imagem encantada de si.

Neste sentido, esclarece Bourdieu (2005, p.43) sobre a construção do conceito de campo:

É esse sentimento socialmente construído de pertencer a uma “essência superior” que mais contribui, com as solidariedades de interesses e as afinidades de *habitus*, para fundar o que convém designar como um “espírito de corpo” (BOURDIEU, 2005, p.43).

Segundo o autor, os efeitos das ações caracterizadas pelo sentido de solidariedade de interesses e afinidades de *habitus* no interior de um grupo socialmente homogêneo,

Tendem de fato a favorecer uma distância social e mental com relação ao mundo, a qual se percebe com maior nitidez, paradoxalmente, nas tentativas, por vezes patéticas, de aceder ao mundo real, em especial mediante engajamentos políticos cujo utopismo irresponsável e cujo radicalismo irrealista comprovam o quanto ainda são uma maneira paradoxal de denegar as realidades do mundo social (BOURDIEU, 2005, p.44).

Dando forma e conteúdo ao conceito de campo, Bourdieu (2005) define um importante ator no processo de criação e consolidação de um determinado campo. Tal definição, nos remete pela avaliação desenvolvida, a partir de dados obtidos na pesquisa da presente tese, principalmente no que tange ao estudo de caso da cooperativa Vida Nova, à posição inicialmente ocupada por Aprígio e depois oficialmente (legalmente) consolidada pelo corpo diretivo da cooperativa. Sobre esse ator e sua posição no campo, Bourdieu afirma que:

⁸ É sobretudo em seus últimos trabalhos, em particular aqueles publicados nos anos 1990 *Réponses: pour une anthropologie réflexive* (1992), *Raisons pratiques* (1994) e *Méditations pascaliennes* (1997) -, que Bourdieu passa a adotar de forma mais regular a noção de *Illusio*, em substituição àquela de “interesse”. O que a noção de *illusio* reflete, como interesse em um campo, é uma cumplicidade e o ajustamento entre estruturas mentais dos sujeitos (seu *habitus* ou suas disposições) e as estruturas objetivas (os próprios campos, suas regularidades, os alvos em jogo, as disputas), manifestados numa tendência à ação, ao investimento, que nasce desse acordo (AGUIAR, 2017).

Não se pode negar que a intensa integração moral e das estruturas cognitivas, propícias a um trabalho coletivo feliz e altamente produtivo, dependem do trabalho permanente de incitação e unificação a cargo do animador, espécie de maestro ou de encenador (ou ainda, em registro mais modesto, de treinador esportivo), a quem o grupo galvanizado confere em troca seus poderes “carismáticos” pelo reconhecimento afetuoso que lhe concede (BOURDIEU, 2005, p.53).

Vale lembrar que a base da liderança de Aprígio, como será apresentada no capítulo IV desta tese, referente ao estudo de caso, está localizada no seio de sua família situada na cidade natal em Alagoas, posição essa legitimada pela própria família em virtude da condição de primogênito. A qual, se mostrou como fundamento de sustentação de atração e apoio, de pelo menos dois atores, sua esposa Luzia e seu sobrinho Val, quando da decisão de Aprígio em criar uma cooperativa autofinanciada, ação interpretada como sem sentido, e até “fora da realidade” na época (anos 1990), pelo seu grupo familiar, já abraçado pelo sistema capitalista na condição de trabalhadores da construção civil e pela realidade de mercado da metrópole paulistana.

Ou seja, contrariando a lógica do mercado percebida pela sua família, mas seguindo, com um certo nível de inconsciência, uma corrente já formada pelas questões habitacionais e pelas políticas públicas vigentes na época, Aprígio criou a Vida Nova, dando um importante passo no processo de mobilidade social e consequente “arrebatamento” do seu grupo familiar no ritmo do surgimento dos resultados econômicos desse novo “negócio”.

Assim, seguindo a linha metodológica de Bourdieu (2005), para compreensão do campo do **cooperativismo habitacional**, utilizaremos como referência os elementos e características apresentados pelo autor ao longo de sua obra, como quando expõe sua visão sobre o campo universitário:

Os efeitos de escola, por mais reais que sejam, como a afinidade de estilo (em todos os sentidos do termo), ou fantasmáticos (como o mito do “clã” ou da “seita”), acabaram favorecendo, encorajando ou, enfim, justificando empreendimentos de imitação e de distinção, mas principalmente de resistência, podendo chegar às raias de exclusão de quaisquer instâncias de poder incumbidas da reprodução do corpo, sem falar das agressões simbólicas por meio de intrigas e

insinuações mais ou menos orquestradas por rivais poderosos (BOURDIEU, 2005, p.54).

O campo do cooperativismo habitacional

Vale aclarar que nossa referência bourdieusiana para compreensão do campo do cooperativismo habitacional (autofinanciado) parte compulsoriamente do entendimento que para Bourdieu (2004; 2010), cada campo possui regras e desafios específicos, independentes das regras e desafios de outros campos, visão que nos suscitou o interesse de investigar, a partir do estudo de caso da cooperativa Vida Nova, se no cooperativismo habitacional (brasileiro) tais regras e desafios específicos podem ser observados, se a existência de legislação própria, se as origens históricas do modelo de associativismo e se a lógica do mercado imobiliário, foram assimiladas pelo campo.

Também buscamos esclarecer, se o cooperativismo habitacional apresenta de fato interesses sociais específicos e em que níveis, como também, sobre a possibilidade de direcionamento da atividade (do cooperativismo habitacional autofinanciado) exclusivamente aos interesses do mercado imobiliário.

Utilizamos como referencial para solução destas questões o entendimento que um campo, segundo Bourdieu (2004; 2010), é um espaço ou um sistema contemplado por uma estrutura de posições assumidas pelos diferentes agentes do campo. Para o autor, os sentidos das ações, das práticas ou estratégias dos agentes de um determinado campo, passam a ser compreendidos quando relacionados as suas respectivas posições no campo. Em sua visão, no conjunto invariante de ações, práticas ou estratégias observadas em um campo, são identificadas correntes de conservação, de oposição e até de subversão do cenário composto pelas forças existentes, que podem estar relacionadas à agentes dominantes ou dominados. Essa oposição, acrescenta Bourdieu (2004), pode representar a forma de um conflito polarizado, entre: revolucionários e conservadores, novos e velhos etc.

Assim, para Bourdieu (2004; 2010), o espaço constituído por um determinado campo, é um espaço conflituoso, um cenário tensionado pelas regras do jogo do campo que definem uma concorrência ou competição entre os atores ou agentes ocupantes das diversas posições delimitadas pelo espaço campo. Os objetivos desse jogo, dessa luta, segundo o autor, está diretamente relacionado a apropriação do capital particular do campo (obtenção majoritária do capital particular e legítimo do campo), ou até mesmo, a redefinição desse capital.

Na visão de Bourdieu (2004; 2010), esse capital é fracionado desigualmente no interior do campo, produzindo por definição uma estrutura constituída por dominantes e dominados, criando um viés histórico-cultural integrando agentes e instituições como atores em estado de cooperação ou competição.

Segundo Bourdieu (2004; 2010), apesar das permanentes tensões e conflitos observados no interior dos campos, todos os agentes têm nítido interesse em perpetuar a estrutura e portanto o campo, mantendo conforme denominado por Bourdieu, uma “cumplicidade objetiva” que transcende as questões conflituosas existentes no campo.

As condições para “disputar o jogo” (no caso desta tese, o jogo do cooperativismo habitacional autofinanciado) e acreditar na importância dele, para Bourdieu (2009), são próprias daqueles atores que tiverem incorporado o *habitus* do seu respectivo campo. Neste sentido, o autor acrescenta que:

Os condicionamentos associados a uma classe particular de condições de existência produzem *habitus*, sistemas de disposições duráveis e transponíveis, estruturas estruturadas predispostas a funcionar como estrutura estruturantes, ou seja, como princípios geradores e organizadores de práticas e de representações que podem ser objetivamente adaptadas ao seu objetivo sem supor a intenção consciente de fins e o domínio expresso das operações necessárias para alcançá-los, objetivamente reguladas e regulares sem em nada ser o produto da obediência a algumas regras e, sendo tudo isso, coletivamente orquestradas sem ser o produto da ação organizadora de um maestro (BOURDIEU, 2009, p.87).

Segundo Bourdieu (2009), o *habitus* é noção mediadora que apoia a ruptura da polaridade do senso comum entre indivíduo e sociedade ao identificar a forma como os valores sociais são assimilados com certa consistência pelas pessoas, ou percebidos e incorporados como capacidades treinadas ou mesmo incentivos a reflexões. Para o autor, o sentimento e a ação dos agentes integrantes do campo, adotam determinados *habitus* que acabam por guia-los nas respostas criativas em momentos de tensão e interação no meio social existente.

Desta forma, buscou-se identificar no desenvolvimento do estudo de caso da presente tese, os efeitos do campo do **cooperativismo habitacional** sobre os diferentes tipos, como apresentado por Bourdieu (2005), de afinidades de estilo entre seus atores, incluindo também, as identificações de indícios de “agressões simbólicas” por meio de intrigas e insinuações mais ou menos provocadas por rivais poderosos, reconhecidos nos depoimentos dos entrevistados.

Assim, a busca pelas identificações dos efeitos do campo do cooperativismo habitacional sobre seus atores, foram realizadas no trabalho de observação participante, tendo como norte as seguintes questões:

- a) Quem são os agentes que compõem o campo do cooperativismo habitacional, tomando como referencia a cooperativa Vida Nova?
- b) Quais as respectivas posições ocupadas no campo por esses agentes?
- c) Que ações, práticas e estratégias são exercidas por esses agentes no cotidiano do campo?
- d) Existem indícios de correntes de conservação, oposição ou mesmo de subversão no cenário composto pelas forças existentes no campo?

c) Existem polarizações no campo caracterizadas por estilos de padrões de comportamentos, como por exemplo revolucionários e conservadores, ou ainda, entre “novos” e “velhos”?

Em apoio ao estudo e objetivando a solução das questões acima, foram realizadas pesquisas bibliográficas e documentais, principalmente com consultas à periódicos acadêmicos relacionados à história do cooperativismo habitacional brasileiro, bem como, ao processo e aspectos da financeirização da economia contemporânea.

A organização do texto

Para elucidar a hipótese já mencionada, no Capítulo I apresentaremos um esboço biográfico da habitação contemplando uma perspectiva relacionada ao direito à cidade, iremos também, analisar o déficit habitacional no Brasil, apresentando reflexões sobre a sua evolução histórica e sua conjuntura atual. Nos interessará, neste primeiro Capítulo, entender a profundidade da questão habitacional e a efetividade das políticas públicas habitacionais, às expensas das quais formam-se as cooperativas habitacionais.

Traçaremos portanto um panorama histórico das políticas públicas habitacionais, desde a criação em 1946 da Fundação da Casa Popular (FCP), e em 1964 durante a Ditadura Militar, do denominado Banco Nacional da Habitação (BNH), até os dias atuais, com o Programa Minha Casa Minha Vida, caracterizado por cortes e reformulações. Por fim, faremos um balanço crítico destas políticas habitacionais, de modo a considerar se elas têm sido eficazes alterando a lógica da produção de moradias, do acesso à habitação e, portanto, do próprio direito à cidade no Brasil contemporâneo.

No Capítulo I, nossa análise crítica sobre as políticas habitacionais no Brasil, nos conduziu a buscar entender o papel das cooperativas habitacionais na produção de moradias. Para tal, realizamos, no Capítulo II, uma análise da formação e evolução do cooperativismo e das cooperativas no Brasil. Neste Capítulo, analisaremos as especificidades do cooperativismo no Brasil,

apresentando o seu cenário atual, a sua abrangência e distribuição (regional e setorial) e o marco legal de atuação das cooperativas no Brasil. Interessa-nos, com essa reflexão, entender melhor o contexto do cooperativismo no Brasil de modo a compreendermos, enfim, os limites e alcances das cooperativas habitacionais, objeto do Capítulo III, no qual as cooperativas habitacionais são analisadas no que tange a sua formação e evolução, à luz dos limites das políticas públicas habitacionais.

Apresentaremos o cenário das cooperativas habitacionais autofinanciadas. Nossa reflexão, buscará entender a complexa relação entre as cooperativas habitacionais, as políticas públicas e o mercado imobiliário, destacando, que as cooperativas habitacionais via de regra podem ter sua finalidade social secundarizada ao serem absorvidas pela lógica do mercado imobiliário.

No Capítulo IV desta Tese, apresentaremos os resultados de nossa pesquisa de campo sobre a Cooperativa Habitacional Vida Nova, iniciativa de produção de moradias fundada em 1996 por José Aprígio da Silva. Destacaremos que a trajetória da Família Aprígio é uma expressão de transformações econômicas, sociais e urbanas em curso no Brasil na segunda metade do Século XX. Apresentaremos e teorizaremos sobre as entrevistas realizadas com os integrantes da Família Aprígio, bem como abordaremos os resultados do trabalho de campo realizado nos empreendimentos. Ao analisar documentos e registros fotográficos de empreendimentos da Cooperativa Habitacional Vida Nova, refletiremos sobre o impacto dos conjuntos no espaço urbano e sobre a consolidação das cooperativas como ator importante na produção social do espaço, abordando inclusive o painel político elaborado e também composto pelos atores deste campo social.

Nas considerações finais, faremos um esforço de síntese teórica e metodológica desta Tese, apresentando aquelas que julgamos suas principais contribuições. Explicitaremos com isso os conceitos e categorias necessários para o estudo do cooperativismo habitacional e das políticas públicas habitacionais. Ademais, será neste item também em que apresentaremos os

elementos que não puderam ser aprofundados nesta Tese e que compõem, desde já, uma agenda futura de pesquisas.

CAPÍTULO 1 - A QUESTÃO HABITACIONAL NO BRASIL

A intenção de colaborar com a reflexão sobre a sociedade contemporânea a partir dos aspectos socioeconômicos formadores e transformadores do espaço urbano nos levou a um recorte inspirado na proposição de Harvey (2014), de que o direito à cidade é mais coletivo do que individual, uma vez que reinventar a cidade depende inevitavelmente do exercício de um poder coletivo sobre o processo de urbanização (HARVEY, 2014).

Saber que tipo de cidade queremos é uma questão que não pode ser dissociada de saber que tipo de vínculos sociais, relacionamentos com a natureza, estilos de vida, tecnologias e valores estéticos nós desejamos. O direito à cidade é muito mais que a liberdade individual de ter acesso aos recursos urbanos: é um direito de mudar a nós mesmos, mudando a cidade. Além disso, é um direito coletivo e não individual, já que essa transformação depende do exercício de um poder coletivo para remodelar os processos de urbanização. A liberdade de fazer e refazer as nossas cidades, e a nós mesmos é, a meu ver, um dos nossos direitos humanos mais preciosos e ao mesmo tempo mais negligenciados (HARVEY, 2014).

O autor acrescenta que na época em que vivemos, os ideais dos direitos humanos passaram para o primeiro plano tanto política quanto eticamente, e ainda, que em vista da construção de um mundo melhor, dedicamos muita energia política na promoção, defesa e articulação, desses ideais.

Essas ações definem cenários de lutas pela sobrevivência, onde a habitação constitui aspecto central na hierarquia dos direitos humanos básicos. O lugar em que se habita na cidade determina de modo direto a qualidade de vida, o acesso aos serviços públicos (o acesso aos direitos) e à cultura e lazer, em síntese, o acesso e o direito à própria cidade, isto é, o exercício da cidadania (HARVEY, 2014). A complexidade do modo pelo qual cada sociedade ou setores de determinadas sociedades procuram resolver, nas mais diversas circunstâncias históricas, o problema do abrigo ou da moradia mostram a importância e o contorno do tema como objeto de estudo (SILVA, 1992, p.11).

Para Veras (2004, p. 326), o atendimento das necessidades de habitar envolve uma complexidade de questões desde a posse da terra, até a

localização na cidade e acesso aos serviços e equipamentos públicos, as características construtivas, as condições de ocupação do domicílio e assim por diante, compondo seu complexo valor de uso.

Em uma perspectiva complementar a de Veras (2004), o tema habitação para Santos (2014), tem como importante questão a **distribuição territorial** dos indivíduos no espaço citadino e a sua relação com as classes e com o poder aquisitivo dos mesmos. A análise do autor está baseada nas hierarquias da organização de cidades estruturadas em rede, as quais são construídas pelos caminhos traçados pelos próprios indivíduos.

Vale acrescentar que a visão de Santos (2014) em relação à **habitação**, toma também como base o entendimento que a atividade econômica e a herança social, distribuem as pessoas desigualmente no espaço fazendo com que certas noções consagradas, como a rede urbana ou a de sistemas de cidades, não tenham validade para a maioria delas, pois, para o autor, o acesso efetivo aos bens e serviços disponíveis, conforme a hierarquia urbana, depende do lugar socioeconômico e também do lugar geográfico ocupados pelas pessoas.

Santos (2014, p.59) aponta ainda, que o espaço vivido, inclusive para a **habitação**, consagra desigualdades e injustiças e termina por ser, em sua maior parte, um espaço sem cidadãos. Para o autor, olhando o mapa do país, é fácil constatar extensas áreas vazias de hospitais, postos de saúde, escolas, informação geral e especializada, enfim, áreas desprovidas de serviços essenciais à vida social e à vida individual. Ele acrescenta que, o mesmo se verifica quando observamos as plantas das cidades em cujas periferias, apesar de uma certa densidade demográfica, tais serviços estão igualmente ausentes. “É como se as pessoas nem lá estivessem”, declara o autor.

Essas desigualdades serão analisadas a fundo por Villaça (2009, 2011), no âmbito das cidades e regiões metropolitanas. Para Villaça (2009), as desigualdades sócio especiais promovem uma brutal ruptura do tecido social urbano, evidenciando múltiplas formas de segregação urbana, inclusive

residencial (MASSEY, 1979; SABATINI, 1999; RIBEIRO, 2003), que, além de mostrar o quanto o espaço urbano é produto da ação humana, isto é, não é algo dado, algo natural, evidencia ainda que esta produção se dá mediante mecanismos de exploração, subalternização e marginalização.

“Daí decorre a importância da segregação na análise do espaço urbano de nossas metrópoles, pois a segregação é a mais importante manifestação espacial-urbana da desigualdade que impera em nossa sociedade. No caso das metrópoles brasileiras, a segregação urbana tem uma outra característica, condizente com nossa desigualdade: o enorme desnível que existe entre o espaço urbano dos mais ricos e o dos mais pobres. Transferido para o campo do urbano, a premissa dada passa a ter o seguinte enunciado: nenhum aspecto do espaço urbano brasileiro poderá ser jamais explicado/compreendido se não forem consideradas as especificidades da segregação social e econômica que caracteriza nossas metrópoles, cidades grandes e médias” (HARVEY, 2011, p. 37).

Ao percorrer este caminho teórico e metodológico, Villaça recupera conceitos e categorias marxistas sobre o processo de produção para explicar o processo de produção do próprio espaço urbano. Assim, utiliza a categoria de renda da terra como elemento fundante do conceito de localização (2001), que exprime os distintos valores de uso da terra urbana em razão de sua proximidades aos equipamentos públicos, áreas verdes, centros de comércio e serviços, mobilidade etc. A localização passa diretamente pela construção, humana, de centralidades. Para Villaça, “quanto mais central for o terreno, mais trabalho existe despendido na produção dessa centralidade. Os terrenos da periferia tem menos trabalho social incorporado em sua produção do que nas áreas centrais” (VILLAÇA, 2001, p. 74).

A proposição acima nos indica dois desafios teóricos urgentes no estudo das cidades e das regiões metropolitanas no Brasil: a formação e o deslocamento das centralidades (CARVALHO, 2000; CARVALHO e GAGLIARDI, 2015; FRÚGOLI Jr., 2000) e a disputa pelo centro, inclusive o residir no centro (ROLNIK, 2015; ROLNIK, 2018). Essas questões, embora não sejam objetivos específicos desta Tese, serão tangenciadas ao longo deste trabalho, especialmente neste Capítulo 1.

Os dois processos acima elencados são relacionados: o surgimento de sub centros (FRÚGOLI Jr., 2000), inicialmente complementares mas logo concorrentes em relação ao centro, promovem uma recomposição da população residente em ambas áreas. Nesta recomposição, especialmente o centro é espaço de disputas, tendo em vista os movimentos de deterioração urbana (que atraem segmentos sociais subalternizados em direção aos espaços de encortimento e ao sistema informal de aluguel) e de gentrificação (que sob o pretexto de “revitalização” expulsa esses segmentos e promove a elitização da composição social dos residentes nestas áreas).

A habitação está no cerne destas transformações, que se referem não apenas ao contexto urbano da cidade mas de forma crescente da metrópole e, como atualmente, de novas escalas e arranjos urbanos como a Macrometrópole Paulista (5ONI, 2012; EMPLASA, 2013). Neste sentido, muitas têm sido as mudanças nos padrões residenciais nas últimas décadas, desde o financiamento até seus espaços de localização. Os condomínios fechados são uma das manifestações mais evidentes destas mudanças.

“Numa metrópole cujo processo de expansão dotou os espaços de grande complexidade, a fragmentação dessa centralidade acentuou-se ainda mais a partir do surgimento de shopping centers, espalhados em diversas regiões, que passaram a se caracterizar como importantes espaços de consumo, lazer e sociabilidade de crescentes segmentos da população, inicialmente ligados às classes média e alta, e posteriormente também a vários segmentos das classes populares. A clássica relação centro-periferia, que já adquirira um alto grau de complexidade com os processos acima descritos, tornou-se ainda mais complexa a partir da proliferação de condomínios fechados principalmente em áreas periféricas da cidade, com a formação de enclaves excludentes voltados a classes sociais de grande poder aquisitivo, próximos a áreas populares, com sofisticados esquemas de segurança privada, gerando uma segregação que vem resultando numa metrópole apartada e ‘intramuros’” (FRÚGOLI Jr., 2000, p. 38).

Na próxima seção desta Tese, analisaremos mais a fundo esta e outras transformações da habitação, através da elaboração de um esboço biográfico da habitação.

1.1 Esboço biográfico da habitação

A questão da habitação recebe de Arendt (2010, p.35), contribuição para sua compreensão e análise, quando a autora aponta que historicamente é muito provável que o surgimento da cidade-Estado e do domínio público, tenha ocorrido à custa do domínio privado da família e do lar. Arendt (2010, p.35) acrescenta que o impedimento à violação das vidas privadas dos cidadãos na *pólis*, parte da visão que os limites sagrados que cercavam cada sociedade, não se baseava no respeito a propriedade privada tal como a conhecemos, mas no fato de que, sem possuir casa, um homem não podia participar dos assuntos do mundo porque não tinha nele lugar algum que fosse propriamente seu.

A visão de Arendt, apresentada no parágrafo anterior, nos remete ao pensamento de Rolnik (2019), descrito na Introdução desta tese, quando a autora alega que além da concretude definida pela estrutura material do objeto casa, a habitação é o meio do indivíduo acessar direitos humanos, como a saúde, a educação e o trabalho, habitar, neste sentido, para a autora, representa a condição básica para construção de relações no espaço urbano.

Segundo Bonduki (2011), os problemas relacionados à habitação no Brasil têm suas origens no início na segunda metade do século XIX, quando surgem as atividades na cidade associadas à produção do café, época denominada República Velha (1889 – 1930). Neste período, a era da escravidão chega ao fim e instaura-se a era dos homens livres, porém despejados da terra e de seus meios de vida, estes migram para as cidades, especialmente São Paulo e Rio de Janeiro, promovendo uma expansão acelerada e desordenada.

A economia brasileira deste período, estruturou-se baseada em atividades agroexportadoras ligada à produção cafeeira, e a cidade de São Paulo era o maior centro produtor e exportador de café, juntamente com Minas Gerais. As relações capitalistas neste período estavam pautadas na expansão da agroexportação e na criação de um mercado livre, e foi possível a

estruturação de um dinâmico mercado de trabalho, exigindo moradias a baixo custo (BONDUKI, 2011).

Sem infraestrutura suficientemente adequada para acomodar estes novos moradores, começam a surgir soluções provisórias de moradias como os cortiços. Este crescimento desordenado promove, em meados do século XIX, o crescimento do número de bairros nos principais centros urbanos, com grande presença de cortiços e com estes crescem também as patologias sanitárias, fato que promove a separação espacial destes bairros dos bairros utilizados pela classe média (SILVA, 2009).

Conjugando as visões de Arendt (2010), Rolnik (2019) e Silva (2009), apresentamos a seguir, um esboço biográfico da habitação no contexto brasileiro, iniciando pelo pensamento da arquiteta, professora e pesquisadora da FAU e do IPPUR/UFRJ, Lílían Fessler Vaz, quando aborda a questão histórica da habitação na cidade do Rio de Janeiro elucidando que o período que compreende a segunda metade do século XIX e primeiras décadas do século XX foi marcado por mudanças de ordem econômica, social, política, cultural e espacial. A autora acrescenta, que em meio estas transformações estruturais emergiu da pequena cidade comercial de feição colonial, uma cidade industrial com aspectos de moderna metrópole capitalista.

Segundo Vaz (1998, p.39), ressaltam nesta transição a substituição do trabalho escravo pelo assalariado, a formação de mercados e a mercantilização de bens, inclusive a moradia e o trabalho, a decadência da cafeicultura fluminense, o desenvolvimento dos setores secundário e terciário da economia, a definição de novas categorias sociais e a substituição de elites no poder, com a queda do Império e da Proclamação da República.

O crescimento demográfico é intenso, modernos serviços são criados, como: sistemas de transporte coletivo (bondes puxados a burro e estrada de ferro), de esgoto, de abastecimento de água, telégrafo, iluminação a gás, telefone, energia elétrica etc. (VAZ, 1998, p.40). A autora acrescenta, que a implantação destes sistemas, como as redes de água e de esgoto e os meios

de transporte coletivo são exemplos em que se percebe a exclusão conectada à modernização. Não somente o fornecimento de água, a eliminação dos dejetos e todo o tipo de deslocamento de cargas e passageiros eram executados pelo braço escravo, mas como lembra Vaz (1998), toda a produção e o consumo da cidade e da casa, se apoiava na força de trabalho escravo.

No país que se modernizava, explica a autora, este trabalho não foi somente substituído pelo trabalho assalariado. Mas pelas inovações tecnológicas que impunham redução numérica, maior qualificação e disciplina da força de trabalho empregada, como também:

À medida que carris de ferro rodavam sobre trilhos e que água e esgoto fluíram através de tubos e canos de ferro, os escravos foram dispensados junto com liteiras, carroças, baldes e barris. Muitos “tigres” aguadeiros, carregadores e carroceiros foram postos à margem da economia urbana, excluídos pela modernização (VAZ, 1998, p.40).

Estes trabalhadores, como explica Vaz (1998, p.40), aumentavam o contingente de escravos libertos e imigrantes nacionais e estrangeiros que, chegando à cidade a procura de meios de sobrevivência, buscavam a área central, onde se concentravam moradia e trabalho e fervilhava a vida urbana. Nesta época, acrescenta a autora, a estrutura urbana se resumia na aglomeração de atividades e populações no núcleo; só lentamente os transportes viabilizariam a expansão e o espaço começaria a se especializar, definindo áreas centrais (comerciais), residenciais e industriais, em resposta à crise habitacional que se agravava.

Foi assim, esclarece Vaz (1998), que se multiplicaram as moradias possíveis para esta população: as habitações coletivas. Este tipo de moradia, como esclarece Veras (2004, p. 349), pertenciam ao segmento das chamadas habitações subnormais. A autora elucida, que apesar de o cortiço ter sido a modalidade de habitação popular mais antiga em São Paulo, pois data dos primórdios da industrialização, até a presente data, não há consenso em torno do seu conceito.

Assim, Vêras (2004, p.349) apresenta a idéia cerne do seu nome: “cortiço significa um tecido cheio de casulos e celas, colmeia, moradia coletiva”. Diferentes fontes bibliográficas, segundo a autora, atribuem ao cortiço:

Um caráter de habitação coletiva, ou seja, acrescenta ela, uma ou mais edificações no mesmo lote, com índice excessivo de ocupação, deficiências de instalações hidráulicas e sanitárias; cômodos alugados e congestionados com uso comum do banheiro e eventualmente, de cozinhas; várias funções são exercidas no mesmo cômodo (VÉRAS, 2004, p.349).

1.1.1 A insalubridade nas habitações coletivas

Em conformidade à visão de Vêras (2004), Vaz (1998) observa a necessidade de moradias de baixo custo para trabalhadores, a limitada disponibilidade de construções para atender a esta demanda; os altos aluguéis, a possibilidade de obtenção de bons rendimentos por parte dos privilegiados proprietários e arrendatários de prédios e terrenos, são fatores que fizeram com que se multiplicassem as moradias com essas características.

As estalagens, explica Vaz (1998), eram grupos de minúsculas casas térreas enfileiradas, de dimensões, compartimentos e demais elementos reduzidos ao extremo, que surgiram por volta de 1850. O autora acrescenta, que as “casas de alugar cômodos” eram térreas ou sobrados subdivididos internamente, que se multiplicaram no período republicano.

Na visão de Vaz (1998), estas eram as formas possíveis de aproveitamento do restrito espaço disponível nas antigas freguesias centrais. Assim, acrescenta a autora, os quintais e terrenos livres foram cobertos de várias casinhas, e posteriormente, casas foram desocupadas e subdivididas em cômodos. Desta forma:

Lotes e casas eram encortiçados e transformados em estalagens e casa de cômodos. Apesar de serem objetos arquitetônicos de formas diferentes, são iguais em sua essência, não apenas por serem indistintamente chamados de cortiços nem por terem os mesmos elementos de uso coletivo (banheiro, tanque, pátio e corredor), mas

também por serem todos produtos resultantes de um mesmo sistema de produção de moradias (VAZ, 1998, P.41).

Sobre tal sistema de moradia, Vêras (2004, p. 349) observa por um lado, a existência da coabitação involuntária e pouca, ou mesmo, nenhuma privacidade, e por outro lado, o uso do cortiço como gerador de rendas, desproporcional à qualidade do tipo de habitação oferecida, explorado pelos proprietários ou sublocadores que quase nunca residiam nos imóveis.

Ainda sobre as características desse tipo de opção de moradia, Vaz (1998) acrescenta, que proprietários cediam seus imóveis (terrenos, sobrados e quintais) a terceiros que investiam pequenas economias na construção de casinhas ou na subdivisão das edificações existentes. A autora observa, que os aluguéis das moradias resultantes desse sistema de parceria, eram considerados exorbitantes e os rendimentos, na perspectiva dos locadores, fabulosos.

Na visão de um contingente populacional que se mantinha mediante míngua dos salários, o cortiço como moradia acabava por ser uma forma de sobrevivência, pois pela sua localização evitava o deslocamento da correspondente parcela da população que trabalhava, ou mesmo buscava trabalho, em organizações empregadoras instaladas no espaço urbano central (VÉRAS, 2004, P.349).

Considerando tal cenário, na visão de Vaz (1998), a construção de pequenos cortiços no final do século XIX tornou-se uma prática comum entre proprietários e arrendatários de imóveis, desta forma, na virada do século, segundo a autora, este tipo de moradia estava presente por toda cidade, abrigando considerável parcela da população. Isto porque, segundo Vêras (2004, p. 349), a vinculação ao bairro ou ao entorno, geralmente providos de equipamentos e serviços urbanos, como de transporte, parecem ter marcado a alternativa cortiço como a mais forte característica deste tipo de moradia.

Acrescentamos às descrições conjugadas nos parágrafos anteriores, nas visões de Vêras (2004) e Vaz (1998), do momento histórico que compõem

parcialmente, o esboço biográfico da questão da habitação, parte integrante da estrutura desta tese, o entendimento do arquiteto e professor titular da FAUUSP, Carlos Alberto Cerqueira Lemos, quando expõem, ainda dentro de um engajamento histórico, que sobre a abundância trazida pelo café, a cidade de São Paulo iniciou seu incontrolável processo de construção caracterizado pela novidade da alvenaria de tijolos, pela presença da mão de obra estrangeira, pelos materiais importados e pela nova estética arquitetônica do ecletismo. Lemos (1998) esclarece que tudo isso graças às facilidades de transportes propiciadas pela estrada de ferro construída pelos ingleses e graças também às infindáveis ondas migratórias responsáveis, pelo crescente aumento populacional.

O autor acrescenta, que a cidade se viu, de repente, assoberbada com a falta de moradias para o povo, problema realmente grave, segundo ele, inclusive, muito mais grave que as dificuldades de abastecimento popular de gêneros alimentícios. Lemos (1998), comenta que “a modesta cidade caipira viu-se as voltas com questões até então insuspeitadas e de difícil solução.

Segundo Lemos (1998, p.9), a carência de abrigos a esse excedente populacional, fez surgir na cidade um novo programa habitacional inédito, somente imaginável nas cidades de crescimento acelerado proporcionado, sobretudo, pela industrialização, “dona de novos meios de produção ligados ao progresso advindo da Revolução Industrial. Surgiu, assim, em São Paulo, o cortiço, o novo modo de morar”.

A palavra “cortiço”, como aponta Lemos (1998, p.9), seguindo a mesma linha de pensamento de Vêras (2004) e Vaz (1998), apareceu antes da popularização do termo “operário” e da expressão “casa operária”. Mesmo porque, esclarece o autor, cortiço não era bem uma casa, mas “um conjunto de habitáculos singelos onde havia a superposição total de todas as funções da habitação, simples resguardo, meros asilos precários e providenciais abrigos”. Logo, acrescenta ele:

Intuíram os capitalistas ou os argentários modestos, que anteviam ganhos fáceis naquele quadro confuso provocados pelos desabrigados, as vantagens imediatas do aluguel de tais cômodos. Sim, de cômodos e não de usuais casas às famílias carentes de moradias (LEMOS, 1998, p.9).

Em complemento ao que foi apresentado até aqui, Vêras (2004) acrescenta que a história da cidade de São Paulo testemunha a presença de cortiços desde que (dado o afluxo de imigrantes para a indústria e que consistiam mão de obra barata) o custo da mercadoria habitação (e da terra urbana) passou a transcender em muito seu preço de mercado e, aponta ainda a autora, que a expectativa de lucros ou ganhos dominava aqueles que se dispunham à construção de casas de aluguel

1.1.2 A transição urbana do século XX e o cenário da questão habitacional

Inicia-se aqui análise dos processos históricos de natureza econômica, social, urbana e política que, transformando a estrutura produtiva brasileira, promoveram a redistribuição geográfica de sua população, a urbanização, ao mesmo tempo acelerada e precária, as desigualdades sócio espaciais de suas principais cidades e regiões e a metropolização (PASTERNAK; BÓGUS, 2015), processo em curso que complexifica as escalas urbanas e regionais do Brasil.

Ao analisar esses processos históricos e estruturais, buscaremos compor o cenário social que condiciona sujeitos, igualmente históricos, que são verdadeiras expressões de seu tempo.. Mesmo os eventos sociais e demográficos mais individuais são condicionados por fatores de natureza estrutural (PINTO, 1973). Definir esses fatores, para entender melhor os sujeitos neles envolvidos, é o objetivo deste Capítulo.

O século XX marca a passagem de um Brasil recém independente para um país eminentemente urbano e industrializado, todavia ainda profundamente desigual (SINGER, 2002). A manutenção das desigualdades sociais e suas manifestações nas novas escalas urbanas, como a metropolitana, tem suas origens no mesmo modo com que se desenvolveu a economia brasileira neste século.

A transição da economia colonial para a economia industrial formalmente independente deu-se com relativa manutenção dos elementos que caracterizavam a economia colonial: vocação exportadora, escassez, integração nacional, restrição do mercado interno de consumo e, por consequência, intensas desigualdades, regionais e sociais (SINGER, 2002; FURTADO, 1976).

Todavia, essa transição operou transformações importantes: o deslocamento do eixo de acumulação de capital do Nordeste brasileiro para o Sudeste, a passagem do país de rural a urbano e de urbano a metropolitano, e o aparecimento de novos estratos sociais, ligados à maior institucionalidade do Estado e às próprias novas formas de produção de valor, especialmente a industrial (FURTADO, 1976).

O deslocamento do eixo de acumulação agudizou uma das características mais dramáticas da economia e da sociedade brasileiras: a desigualdade regional (SINGER, 2002). As desigualdades regionais, é verdade, sempre existiram, mas a expansão da industrialização, via substituição de importações, elevou-as a um patamar superior.

A industrialização, concentrada na região Sudeste do Brasil, foi um importante fator de mudança na estrutura não apenas econômica como também regional e populacional brasileira. Segundo Singer (2002), a industrialização foi produto e produtora das migrações internas no Brasil.

Para Singer (2002, p.98), “como qualquer outro fenômeno social de grande significado na vida das nações, as migrações internas são sempre historicamente condicionadas, sendo o resultado de um processo global de mudança, do qual elas não devem ser separadas”. No modo de produção capitalista, este processo global de mudança (que define a própria forma capitalista da mobilidade), fator de tensionamentos e polarizações que condicionarão as migrações internas, é o processo de industrialização (SINGER, 2002).

Logicamente, a industrialização opera na sociedade a partir de uma conjuntura (tempo, espaço) e de uma estrutura (relações sociais internas e relações externas) específicas, o que faz com que o condicionamento que ela exerce sobre as migrações internas não seja sempre o mesmo e igual em todas as partes.

É neste sentido que Singer diferencia três modalidades de industrialização: a clássica, iniciada na Inglaterra do século XVIII e difundida nos países hoje centrais (Europa Ocidental e Central e Estados Unidos); a socialista planejada, executada em Planos Quinquenais de forte atuação do Estado na União Soviética, países da Ásia e Cuba; e a “industrialização em moldes capitalistas, igualmente recente, das ex-colônias da América Latina, Ásia e África”. Segundo Singer (2002), comum a estas três modalidades é o fato de a industrialização, por ter se concentrado espacialmente em aglomerados comerciais pré-existentes, associar-se à urbanização, e promover a transferência de atividades (e de pessoas) do campo a estas cidades, aspecto importante da transição urbana. Cabe, de acordo com o autor, destacar que esta concentração espacial das atividades industriais na cidade é característica da natureza do processo de produção do capital:

Toda esta transferência de atividades do campo à cidade parece ser motivada por uma exigência técnica da produção industrial: a aglomeração espacial das atividades – que se traduz em sua urbanização – parece ser um requisito de sua crescente especialização e consequente complementaridade. Há que acrescentar ainda o imenso crescimento das escalas de produção, que torna a especialização economicamente rentável e leva ao surgimento de estabelecimentos de grande porte. O gigantismo das unidades produtivas acarreta, evidentemente, uma concentração espacial ainda mais acentuada (SINGER, 2002, p. 101).

Para Brito (1995), a urbanização resultante da industrialização, corresponde em termos mais gerais a uma etapa do desenvolvimento socioeconômico nacional dado que com a evolução técnico-científico e a intensificação da divisão social do trabalho o capital passa a se reproduzir de

forma mais intensa (SANTOS, 2013), não desconcentrando suas atividades, mas espalhando-as monopolicamente à outras regiões (SINGER, 2002).

A urbanização dá-se mais pela via da migração que propriamente pelo crescimento vegetativo da população. Como bem expõe Singer (2002), a industrialização que promoverá as migrações internas não é um processo natural, isento de disputas e interesses de classe. Em complemento a tal visão, Ribeiro (2002) esclarece que a urbanização nasce da associação entre o capital mercantil, o Estado do país de industrialização clássica e as elites dirigentes das colônias. Portanto, inspirados no pensamento dos dois últimos autores citados, o que entendemos como Revolução Industrial é, em melhor definição, um processo histórico de elevação da produtividade do trabalho via novas técnicas e máquinas, algo somente possível com uma acumulação primitiva de capital (daí a importância das colônias e, em especial, do comércio colonial com a América Latina), com a aplicação da ciência e tecnologia ao processo produtivo (e toda a ideologia positivista burguesa daí decorrente) e com a defesa institucional do Estado (voltaremos a essa questão quando analisarmos as origens históricas da cooperação, forma de trabalho coletivo associada à cooperativa, no Capítulo II desta tese).

Este é um processo eminentemente de classe, dado que concentra em poucas mãos dose ainda maior de poder econômico e político e amplo acesso às estruturas de poder do Estado. Se nacionalmente é desigual, também o é regionalmente, e neste ponto voltamos, àquela característica básica do processo de urbanização no Brasil: o seu desenvolvimento desigual no espaço.

A criação de desigualdades regionais pode ser encarada como o motor principal das migrações internas que acompanham a industrialização nos moldes capitalistas. (...) As regiões favorecidas não cessam de acumular vantagens e os efeitos de difusão do progresso se fazem sentir num âmbito territorial relativamente acanhado. A população das áreas desfavorecidas sofre, em consequência, um empobrecimento relativo; o arranjo institucional faz com que participem do processo de acumulação sem que possam beneficiar-se dos seus frutos. A forma concreta com que este processo de esvaziamento se manifesta pode variar, de acordo com as circunstâncias locais e regionais. Em alguns lugares, a economia se especializa na produção de uma ou algumas poucas matérias-

primas, reproduzindo dentro dos países a dicotomia 'desenvolvidos x subdesenvolvidos' que se nota no plano internacional. Quando estas matérias-primas se destinam à indústria nacional, é costume falar-se de 'colonialismo interno'. Em outros lugares, a economia se encontra à margem da divisão inter-regional do trabalho, fechando-se sobre si mesma na base da produção para subsistência, cujo excedente medíocre anima uma débil vida urbana local (SINGER, 2002, p. 123).

A própria urbanização brasileira, produto que é do desenvolvimento econômico brasileiro ao longo da primeira metade do século XX, engendra as condições de tensionamento que impulsionam o processo migratório através do que Singer chama de fatores de expulsão.

Os fatores de expulsão (dos quais voltaremos a tratar no Capítulo III desta tese), são os elementos que induzem, condicionam, a mobilidade populacional, no sentido de saída da região analisada. Assim, fatores como seca, violência, desemprego, desastres ambientais e instabilidades econômicas, sociais e políticas podem ser entendidos como fatores de expulsão populacional. Os fatores de expulsão apontados por Singer (2002), foram retratados 1963 no filme brasileiro *Vidas Secas* dirigido por Nelson Pereira dos Santos (figura 1). O roteiro é baseado no livro homônimo de Graciliano Ramos. As filmagens foram realizadas nas cidades de Palmeira dos Índios e Minador do Negrão, ambas do sertão de Alagoas, sendo a última, Minador do Negrão, cidade natal de José Aprígio, presidente da cooperativa Vida Nova, condição que compõe o mosaico situacional inspirador do título da tese.



Figura 1: Fabiano (Átila Iório), Sinha Vitória (Maria Ribeiro) e Baleia vagueiam na aridez do sertão, em cena de "Vidas Secas" que conta a saga de Fabiano e sua família, retirantes da seca que deixam sua terra e vagam sem destino certo, enfrentando a fome e as humilhações dos fazendeiros e dos soldados da força pública. Fonte: <https://ww2.uft.edu.br/>.

Seguindo na terminologia proposta por Paul Singer, fundamental para entender o momento histórico da passagem da economia brasileira de colonial para industrial, e de sua estrutura regional de rural à urbana, ou seja, fundamental para entendermos a própria transição urbana no Brasil, os fatores de expulsão populacional podem ser de duas naturezas:

- Fatores de mudança, relacionadas com a mecanização do campo e expulsão dos camponeses, e;
- Fatores de estagnação, relacionadas com a pressão demográfica de uma população que vai além dos limites físicos de terra agricultáveis.

A diferenciação entre estes fatores, que configuram áreas de emigração por fatores de mudança e por estagnação, engendram importantes efeitos sociais e econômicos nas regiões envolvidas, estando no cerne do processo de urbanização e de metropolização no Brasil, promovidos em grande medida pelas migrações internas, especialmente para São Paulo e Rio de Janeiro.

A distinção entre áreas de emigração sujeitas a fatores de mudança e áreas sujeitas a fatores de estagnação permite visualizar melhor as

consequências da emigração. As primeiras perdem população mas a produtividade aumenta, o que permite, em princípio, uma melhora nas condições de vida locais, dependendo do sistema de forças sociais e políticas que condicionam a repartição da renda. Já as segundas apresentam estagnação ou mesmo deterioração das condições de vida, funcionando às vezes como 'viveiros de mão-de-obra' para os latifundiários e grandes explorações agrícolas capitalistas (SINGER, 2002, p. 125).

Os fluxos migratórios internos não se encerram nos fatores de expulsão e suas distintas naturezas: também os fatores de atração das regiões de destino operam na caracterização geral dos fluxos e de suas consequências socioeconômicas (voltaremos a este ponto no Capítulo III desta tese). A principal força de atração exercida por estas regiões de destino é a demanda por força de trabalho. Mas não basta apenas que esta demanda exista: é necessário ainda que a remuneração do trabalho nesta região seja superior à da região de destino. É neste sentido que a diversidade (nacional e regional) dos salários e do custo de reprodução da força de trabalho constituem importantes fatores explicativos. Importa destacar, no entanto, que o deslocamento espacial que caracteriza o processo migratório não é mecânico, isento de barreiras e reações.

Há, naturalmente, uma série de obstáculos que se interpõem entre o migrante e a 'oportunidade econômica' que, em tese, a cidade industrial lhe oferece: de um lado, nem sempre o migrante possui as qualificações necessárias nem a bagagem cultural exigida pelos novos empreendimentos; por outro lado, a insuficiência de recursos impede a determinado número de migrantes de alcançar êxito na luta competitiva que se trava dentro do mercado urbano de trabalho. Não é incomum, por exemplo, que migrantes já cheguem endividados, sendo obrigados a trabalhar durante certos períodos por baixo salário para pagar os custos da viagem (SINGER, 2002, p. 126).

Aos que chegam na região de destino, as condições laborais nem sempre são as mais adequadas, não restando outra opção aos trabalhadores a não ser adaptar-se a elas. A teoria econômica convencional, no entanto, não reconhece estas condições, preferindo acreditar em um equilíbrio ilusório entre oferta e demanda de força de trabalho, fator de homogeneização do nível dos salários.

Para Singer (2002), se trata não de reificar as relações entre oferta, demanda e salários, como faz a teoria econômica convencional, mas sim de expor a forma específica com que o capital se apropria do trabalho para, explorando-o de forma absoluta ou relativa, elevar sua produtividade sem, no entanto, repassar os ganhos de produtividade aos trabalhadores (SINGER, 2002). Nos países desenvolvidos, a submissão do trabalho ao capital e o emprego de força de trabalho visando o lucro (ainda que isto não signifique o emprego de toda a força de trabalho) pode garantir, por meio de políticas ditas keynesianas, a conciliação entre as mudanças técnicas e um nível elevado de emprego. Nos países subdesenvolvidos, no entanto, tal não acontece.

O processo de mudança tecnológica nos países capitalistas desenvolvidos difere consideravelmente da industrialização capitalista nos países não desenvolvidos. Em primeiro lugar, o ritmo de mudança tecnológica e seus efeitos socioeconômicos é muito mais amplo nestes últimos em comparação com os primeiros. Enquanto nos países desenvolvidos a mudança se dá à medida que determinadas inovações 'amadurecem', nos países não desenvolvidos ramos de produção inteiros são implantados de uma só vez, submetendo a estrutura econômica a choques muito mais profundos. Em segundo lugar, desde que um país ultrapassa o umbral do desenvolvimento, ele deixa de ter um Setor de Subsistência ou este permanece apenas sob a forma de bolsões de atraso de pequena expressão. A regra geral é que, num país desenvolvido, o conjunto da população está integrado na economia de mercado. Obviamente a situação é oposta nos países não desenvolvidos, em que boa parte da população ainda se encontra em economia de subsistência (SINGER, 2002, p. 130).

Desta forma, para o autor, a desigualdade existente entre uma área rural, de economia de subsistência, e uma área urbana, de intensa e rápida mecanização e industrialização, tende a ser ainda mais profunda, repercutindo a seu modo sobre os fluxos migratórios internos do campo às cidades. O primeiro efeito deste processo é, como afirma Singer (2002), o envio de remessas de migrantes por parte daqueles que conseguem inserir-se no mercado de trabalho urbano; o segundo, realizado pelos que não conseguem se inserir neste mercado de trabalho, é a reprodução, na cidade, de elementos e atividades da economia da subsistência, essencialmente informais. Para Singer (2002), estes efeitos podem, progressivamente, concentrar-se na primeira natureza, “o que importa considerar, porém, é que só o

desenvolvimento cria as condições que permitem uma expansão vigorosa da economia urbana da qual pode resultar a absorção produtiva, embora com retardo, da mão de obra trazida à cidade pelas migrações” (SINGER, 2002, p. 134).

Para este desenvolvimento, o comércio externo opera funções diferentes segundo a colocação do país na divisão interna do trabalho, podendo, como de fato é predominante até os dias atuais, agravar as características do subdesenvolvimento e aprofundar as desigualdades regionais que motivam migrações internas do campo às cidades. Deve-se pensar, portanto, as especificidades de cada forma de desenvolvimento econômico, optando, como indica Singer, por aquela forma que se concentra na expansão do mercado interno de consumo, dado que para tal é preciso ter uma estrutura produtiva diversificada (não apenas urbana), que garante subsistência à maioria da população e integre os trabalhadores não apenas à produção, algo que já é de amplitude limitada na economia periférica, mas também ao consumo. Singer credita estas transformações como possíveis desde que o desenvolvimento levado a cabo seja orientado “para dentro”.

A exposição de como a migração constitui-se historicamente como elemento indissociável do desenvolvimento capitalista e causa e efeito de seu processo de industrialização motiva Singer a tecer conclusões que não se referem somente a uma teoria migratória mas engloba, mais além, um referencial teórico-metodológico para o estudo das migrações internas no Brasil. Este referencial, de enorme valor analítico é composto de quatro pontos fundamentais, são eles:

O processo de metropolização em São Paulo possui uma dimensão histórica decorrente da urbanização acentuada na cidade de São Paulo e sua expansão para além dos contornos municipais (PASTERNAK; BÓGUS, 2015). Esse processo é diretamente relacionado ao crescimento populacional, não apenas em sua modalidade vegetativa como também, e principalmente, seus saldos migratórios positivos, isto é, volume de imigrantes maiores que o volume de emigrantes (BAENINGER, 2010).

O crescimento urbano movido pela expansão da indústria automobilística e da construção civil, dois dos eixos mais dinâmicos da acumulação de capital no Brasil, condicionou o ritmo e a abrangência do processo de metropolização.

O processo de metropolização em São Paulo é expressão de uma transição urbana vigente no Brasil desde meados do século XX (BAENINGER, 2010), com características importantes que definem muitas das contradições sociais e econômicas existentes não apenas em São Paulo mas nas demais grandes cidades brasileiras (PASTERNAK; BÓGUS, 2015). Essa visão é reforçada por Martine e McGranahan (2010), para os quais:

Apesar da precocidade dessa transição urbana, as cidades brasileiras ainda enfrentam desafios sociais, econômicos e ambientais pesados. Essa mutação abrupta não se processou de forma harmoniosa, tendo sido particularmente difícil para os contingentes mais pobres que, apesar de representar a parcela majoritária do crescimento urbano e um motor essencial do desenvolvimento nacional, raramente tiveram seu lugar contemplado na expansão urbana. Esse descaso com as necessidades do maior grupo social está na raiz dos grandes problemas sociais e ambientais que afligem as cidades brasileiras no século 21” (MARTINE e McGRANAHAN, 2010, p. 11).

A transição urbana condiciona, com isso, as características mais evidentes do processo de urbanização no Brasil:

- Rápido crescimento populacional;
- Intensa concentração em cidades grandes;
- Fluxos migratórios para o trabalho na indústria em expansão;
- Vulnerabilidade social e segregação social.

As migrações internas constituíram, com isso, como um dos elementos mais dinâmicos do processo de urbanização no Brasil. Martine e McGranahan (2010) apresentam dados bastante conclusivos a respeito da magnitude deste fenômeno. Segundo eles, a migração rural urbana líquida, como proporção da população rural avança de 10% em 1940/50, para 21% em 1950/60, 35% em

1960/70 e atinge seu máximo de 42% em 1970/80, reduzindo-se para 24% em 1980/1990 e elevando-se novamente para 27% em 1990/2000 (MARTINE; McGRANAHAN, 2010).

Esse processo sintetiza, em termos mais amplos, a expansão do próprio capitalismo brasileiro, que através de seu modelo de desenvolvimento industrial via substituição de importações canalizou recursos públicos e privados, nacionais e internacionais, para os polos industriais, especialmente a região do ABC Paulista.

Não apenas os movimentos migratórios induzem o processo de urbanização como a própria mobilidade intra-urbana (VILLAÇA, 2001) aponta para onde a cidade crescerá, através da ocupação de novas áreas, da transformação do espaço urbana e da criação de uma rede urbana articulada entre distintas cidades, matrizes do processo de metropolização.

Também pode ocorrer que o espaço urbano em expansão passe a ocupar áreas antes não urbanas, integrando essas novas áreas à já existentes, ocorrendo então uma extensão da área urbana. Desse modo, a urbanização acaba formando áreas ocupadas, cujos cidadãos tomam atitudes com efeitos sobre a natureza, sobre o local em que vivem, interagindo seja com o ambiente físico, seja com o ambiente construído. O ambiente pode assim se modificar devido a essa intervenção humana, mudando a extensão da área construída, na medida em que acrescenta novas construções e assim aumenta a urbanização, ainda com acréscimo de equipamentos urbanos como escolas e postos de saúde, modificando o local que acolhe as famílias e mostrando crescimento de população, de atividades e de área urbanizada. Há assim dois movimentos populacionais, para fora da cidade, que também são produtores de urbanização (BRUNA e PHILLIPI Jr, 2019, p. 4).

No entanto, os autores estabelecem que para esses movimentos de populacionais produzam urbanização, é necessário infraestrutura e equipamentos urbanos, eles acrescentam que:

Como infraestrutura destaca-se o sistema de circulação e o sistema de saneamento básico. O primeiro, conformando sistemas de abastecimento água, sistema de coleta e tratamento de esgoto e drenagem urbana e ainda, ao sistema de tratamento nos resíduos

sólidos. Como equipamentos urbanos é preciso poder contar com hospitais, centros de saúde, escolas, universidades, que são conhecidos equipamentos sociais urbanos. E também com as vias de acesso e circulação, ligando os pontos rurais a pontos da nova urbanização nascente. E o resultado esperado é a formação de uma urbanização cada vez maior e complexa, pois cada vez mais população passa a viver em área urbana. A urbanização ocorre então como um fenômeno contínuo, que acaba construindo cidades (BRUNA e PHILLIPI Jr, 2019, p. 4).

A concentração das unidades industriais na região do ABC Paulista desenvolve intensa e complexa integração e complementaridade com as atividades financeiras e de serviços concentradas em São Paulo. Segundo Bógus (2004), o principal fenômeno urbano brasileiro durante a década de 1970 é, precisamente, a criação e consolidação das regiões metropolitanas, que vieram a consagrar o processo ulterior de urbanização e metropolização.

O processo de periferização (MARICATO, 2010) que já se anunciava naquela década era produto, justamente, do esgotamento da mobilidade social via mobilidade espacial (BRITO, 2009), e ainda:

Os fluxos migratórios, que contribuíam para consolidar o sistema de cidades, intensificaram-se com o desenvolvimento da economia e da sociedade, entre 1950 e 1980. Não só eram necessários para a economia urbano industrial que se expandia, principalmente no Sudeste, como transferia maciçamente população das áreas agrícolas tradicionais, estagnadas ou não, para as regiões urbanas. Não resta dúvida que se abria uma oportunidade de melhoria da qualidade de vida para uma enorme parcela da população. Duham tinha razão quando chamava atenção para a tradição migratória, enraizada na cultura brasileira, que articulava a mobilidade espacial com a mobilidade social (BRITO, 2009, p. 13).

Aliás, acrescenta o autor, era essa a única alternativa de mobilidade social para a grande maioria da população brasileira. Nunca, como nesse período da história brasileira, as oportunidades foram tantas nas grandes cidades e, em particular, nas regiões metropolitanas, segundo ele:

Com o desenvolvimento acelerado da economia, os empregos e as ocupações se multiplicavam e a esperança dos migrantes podia, muitas vezes, se transformar em realidade. Os caminhos percorridos pelos migrantes, através das grandes trajetórias migratórias, traziam a esperança, nem sempre efetivada, de uma melhoria das suas condições de vida. Os grandes aglomerados metropolitanos eram os

lugares, por excelência, onde era possível viabilizar a articulação entre mobilidade espacial e mobilidade social. Mesmo que houvesse um “tempo de adaptação” ou que se tivesse que passar um período nos setores tradicionais da própria economia urbana” (BRITO, 2009, p. 13).

1.1.3 Causas e motivos da migrações internas no século XX

O estudo da migração como processo social requer uma avaliação crítica dos dados censitários e amostrais que têm como unidade de análise do processo migratório o indivíduo. Há um perigo nesta individualização do fenômeno social: “Quando se deseja investigar processos sociais, as informações colhidas numa base individual conduzem, na maioria das vezes, a análises psicologizantes, em que as principais condicionantes macrossociais são desfiguradas quando não omitidas” (SINGER, 2002, p. 136).

Como processo social, a migração tem causas que são estruturais, conforme vimos até aqui, e seus efeitos incidem sobre os grupos e classes sociais mais sujeitos a estas causas. Estas causas são principalmente econômicas, e embora sejam elas que movem, pela via dos fatores de expulsão e de atração, os grupos e classes sociais, nem sempre são estas causas que, no relato dos migrantes, operaram a decisão de migrar. Daí vem a importante diferenciação entre estas causas (estruturais, de natureza econômica, movedoras de classes sociais) e os motivos (subjetivos, presentes na consciência do migrante, e apontados como a razão pessoal de seu deslocamento). No Capítulo III desta tese, voltaremos a este ponto, a partir das entrevistas realizadas com o Sr. José Aprígio.

“Se a unidade migratória deixa de ser o indivíduo para ser o grupo, também deixa de ter sentido investigar-se a migração como um movimento de indivíduos num dado período entre dois pontos, convencionalmente considerados como de origem e de destino” (SINGER, 2002, p. 137), sendo primordial a identificação de que a classe social, migrando, re-ocupa o espaço durante determinado período de tempo, ocasionando fluxos migratórios estruturais. As especificidades das origens e destinos repercutem na especificidade que tem cada fluxo. O fluxo deve ser, neste referencial de

estudo, o primeiro objeto da análise, juntamente com as causas e os condicionantes do processo, dado que é ao redor deles que se concentrarão todas as demais características das migrações internas.

Como parte integrante do processo de desenvolvimento e industrialização, as migrações internas engendram repercussões fundamentais no que se refere à estrutura das classes sociais.

As migrações internas desempenham papel de grande relevância nestas transformações das estruturas econômicas e sociais. A passagem de parte da população de uma classe a outra se dá muitas vezes mediante movimentos no espaço”(SINGER, 2002, p. 140).

Deste modo, perceber a condição de classe é fundamental para entender as ocupações diferentes dos migrantes no mercado de trabalho de destino.

Como, no entanto, em geral não se considera a situação de classe do migrante, a sua integração é analisada do ponto de vista individual, confrontando-se sua situação com a dos nativos em termos de ocupação, nível de renda etc. Desta maneira, perde-se de vista a função do processo migratório na constituição da sociedade de classes, produzida pelo desenvolvimento” (SINGER, 2002, p. 140).

A migração, neste sentido, repercute segundo o autor, sobre a estrutura de classes da região de origem e de destino, tendo importantes efeitos cuja observação é indispensável para o estudo da realidade social de ambas as regiões.

O capitalismo reproduz-se mantendo uma superpopulação relativa, da qual o exército industrial de reserva faz parte (MARX, 1985). É com este excedente populacional que o capital pressionará, no chão da fábrica, os trabalhadores empregados a abrir mão de suas conquistas, aceitar salários menores, sob a ameaça de concorrência com aqueles que almejam o emprego.

Segundo Marx (1985), o exército industrial de reserva, por tal apropriação que o capital faz dele, não está, portanto, totalmente fora do

sistema produtivo, está inserido nele ocupando uma posição marginal, posição esta fundamental para a submissão do trabalho ao capital. Para Marx (1985), migrar é, para este excedente populacional, uma saída concreta. Esta forma, na visão de Singer (2002), naturalmente difere nos países desenvolvidos (onde a pressão organizada deste excedente condicionou o Estado a desenvolver mecanismos de seguridade importantes) em relação aos subdesenvolvidos (onde estão entregues à informalidade, formas precárias de trabalho e regimes tanto mais intensos como extensos de trabalho). Entender como a migração interna se desenvolve nestas duas realidades tão distintas requer um estudo histórico da formação deste excedente, da sua participação na sociedade e das alternativas abertas pela migração.

1.2 O Déficit Habitacional no Brasil

Partindo de uma perspectiva histórica, Maricato (1997) conjuga acontecimentos que no fim do século XIX influenciaram a formação e a ampliação decisivamente dos espaços urbanos no país. O término da escravidão provocou a migração de grande contingente de negros, expulsos do campo, para a cidade. Em um paralelo histórico, imigrantes europeus chegaram ao Brasil para trabalhar no campo e também nas oportunidades criadas com o alvorecer da indústria nacional.

Por meio de uma visão mais contemporânea, observa-se que as áreas urbanas desempenham um fundamental papel na constituição do desenvolvimento humano, econômico e social e, ao mesmo tempo, impactam o meio ambiente (BÓGUS, 2010). Neste sentido, cabe o entendimento sobre o processo de urbanização das cidades, pois o ritmo de crescimento da população nos grandes centros metropolitanos, como exposto, contribui diretamente para o também crescimento do déficit habitacional, considerando inclusive, segundo Veras (2004, p.324), que os poderes públicos que devem administrar as questões urbanas, estão se revelando incapazes de atender tal demanda.

Esta parcela da população em condições precárias de moradia, faz parte de um problema, como mencionado anteriormente, denominado déficit

habitacional. Segundo a Fundação João Pinheiro (2018), entende-se como déficit habitacional um índice composto pelo número de novas moradias a serem construídas para atender a população não alojada e pelo número de moradias inadequadas que afetam a qualidade de vida da população. Em seu estudo publicado em 2016⁹, a Fundação João Pinheiro estabelece que o déficit habitacional brasileiro no biênio de 2013-2014 foi de 5,846 milhões de moradias. Como visto, trata-se de um problema mundial, não exclusivo do Brasil, ligado a fatores econômicos e ao desinteresse do capital imobiliário em investir em áreas pouco rentáveis como a habitação social.

Em 2015, houve significativa piora do déficit habitacional no Brasil, que passa a ser de 6,355 milhões de moradias. Destes, 87,7% estão em áreas urbanas; 639 mil moradias em déficit habitacional apenas na Região Metropolitana de São Paulo (FJP, 2018).

Apesar das evidências contidas na mensuração de dados apresentada pela Fundação João Pinheiro sobre o déficit habitacional, a qual acaba por estabelecer uma espécie de limites à problemática habitacional brasileira, observamos a necessidade de exposição crítica da construção histórica pela busca daquilo que, para Nascimento e Braga (2009, p.99), “deu forma” ao déficit habitacional.

Assim, seguindo a visão das autoras, identificamos quatro importantes etapas, contidas no século XX, referentes a problemática habitacional brasileira, sendo elas:

1.2.1 O crescimento das cidades (1900 – 1930)

A aurora da problemática habitacional, é caracterizada pelo período compreendido entre o início do século XX até os anos 1930, reconhecido pelo crescimento das cidades, em razão do aumento do fluxo migratório de

⁹Fundação João Pinheiro. Déficit habitacional no Brasil 2013-2014. Fundação João Pinheiro. Centro de Estatística e Informações. Belo Horizonte, 2016

escravos e migrantes, e pela escassez de moradias e serviços públicos, conforme abordado no item 1.1 da presente tese.

1.2.2 O déficit habitacional na Era Vargas (1930 – 1945)

Período compreendido entre os anos 1930 até 1945, esta etapa possui responsabilidade pelas transformações das cidades brasileiras, guiada por uma política econômica voltada ao desestímulo à produção agrícola e de ações políticas direcionadas ao desenvolvimento do país em uma base industrial.

Foi no início do governo Vargas, como apontam Carraro e Fonseca (2003), que relevantes passos a favor do desenvolvimento econômico foram dados. O primeiro deles foi a implantação de uma política econômica de desestímulo à produção agrícola. Ao realizar tal política, o governo derrubou a oligarquia rural do poder e se aproximou dos interesses de outras classes sociais (classe média, tenentes e a burguesia agrária não-exportadora). O segundo passo, como esclarecem os autores, tratou da instauração de ações políticas direcionadas ao desenvolvimentismo do país em uma base não mais agroexportadora, mas, industrial.

Segundo Nascimento e Braga (2009), os resultados do fomento à modernização do país geraram não só a melhoria da condição de vida do assalariado urbano mas, também, o aumento do fluxo migratório, desta vez, como expõe as autoras, sustentado pela massa rural em busca de emprego na economia industrial emergente. Segundo elas, se por um lado, as atividades industriais e as políticas públicas desse período foram direcionadas ao operariado urbano, por outro, elas acrescentam, a agricultura tradicional foi empobrecida juntamente com os trabalhadores do campo. A moradia, então, passou a ser condição básica de reprodução da força de trabalho para que a industrialização pudesse ser assentada. Por isso, o governo deu início a uma fase de incentivo à produção intelectual em instituições públicas e privadas em busca de soluções para o **crescente déficit habitacional**, especialmente baseadas no aperfeiçoamento e na racionalização de processos produtivos (NASCIMENTO; BRAGA, 2009).

Durante o primeiro período do governo Vargas, como esclarecem Carneiro e Souza (2007), as soluções para a habitação apresentadas por técnicos não passaram pela abordagem de questões como o aumento extraordinário do preço da terra urbana ou a ocupação das áreas beneficiadas pela infraestrutura (transporte, água, esgoto e iluminação) por residências de luxo.

Do ponto de vista prático, as propostas intelectuais e institucionais ao problema da habitação permitiram a estabilização financeira dos prestadores de serviços imobiliários, escritórios de arquitetura e engenharia e construtores, todos estreitamente relacionados com o principal interveniente na questão habitacional, o Estado (NASCIMENTO; BRAGA, 2009).

1.2.3 O déficit habitacional e o período Pós-guerra até 1964

Período marcado pela forte determinação do mercado privado em responder pela demanda habitacional. Um documento em 1962 produzido pelo Departamento de São Paulo do Instituto dos Arquitetos do Brasil (IAB), apontava uma necessidade anual de construção de habitações visando a solução, ou pelo menos, a atenuação do problema da habitação no Brasil. A revista Acrópole nº 278 deste ano, apresentou em seu noticiário a seguinte informação sobre tal documento:

O Departamento de São Paulo do Instituto dos Arquitetos do Brasil enviou recentemente ao ministro do Trabalho um documento que fixa sua posição em face do problema da habitação em nosso país. Esse parecer do IAB foi solicitado pela Assessoria Técnica do Ministério. Segundo o texto do documento, seria preciso construir 600.000 habitações por ano, para serem cobertas as necessidades brasileiras, por 30 anos. Mas são construídas muito menos habitações. A Fundação Casa Popular, por exemplo, construiu apenas 16.000 residências num período de 13 anos (ACRÓPOLE, 1962).

Não só essa, mas também outras publicações revelaram, como apontam Nascimento e Braga (2009, p.103), que os dados sobre a questão habitacional apresentavam indícios de imprecisão.

Nos anos 1960, o déficit foi mensurado em 1,2 milhão (“Idéias e programas em favor da habitação econômica”, *Habitat*, 1956, n.33, p.34-38), passando por 3 milhões de casas (“III Congresso Interamericano da Indústria de Construção”, *Arquitetura e Engenharia*, 1962, n.64, p.41-42), 5 milhões de unidades (“Habitação popular”, *Arquitetura IAB*, 1963, n.13, p.42-44), chegando até 6 ou 7 milhões (“Ainda a reforma habitacional”, *Arquitetura IAB*, 1964, n.23, p.2).

Segundo Nascimento e Braga (2009, p.103), não é difícil atestar que, metodologicamente, as estatísticas tenham sido falhas e incompletas. As autoras acrescentam, que havia de fato, uma grande dificuldade de se mensurar o número real da população atingida pela crise de moradias e como esse número era distribuído pelo território nacional.

1.2.4 As favelas e as classes dominantes ao fim do século XX

Etapa onde as bases das políticas públicas no enfrentamento do déficit habitacional marcam presença frente ao crescimento das favelas e pela pressão das classes dominantes preocupadas com a marginalidade urbana, cenário abordado no item 1.3.2 (O BNH – Banco Nacional da Habitação) desta tese.

1.3 Histórico das Políticas Habitacionais no Brasil

Entre o final do século XIX até a década de 1930, o poder público limita-se a gerir o enfrentamento à crise habitacional como uma questão de saúde pública e coube a iniciativa privada a construção de moradias destinadas a população de baixa renda. Objetivando a lucratividade com o sistema de cobrança de aluguel, os investidores iniciam o desenvolvimento de diversas tipologias de habitações como: cortiço quintal, cortiço casinha, casa cômodo e o hotel cortiço. Estas tipologias possuíam valores diferentes e visavam atender a diferentes faixas população de baixa renda, que se alojavam conforme a capacidade de pagamento do aluguel (SILVA, 2009; PICCINI, 2004).

1.3.1 A participação dos Institutos de Aposentadoria e Pensões (IAPs) no combate ao déficit habitacional

Os Institutos de Aposentadoria e Pensões (IAPs) foram Instituições de previdência social criadas a partir da década de 1930 (MALLOY, 1976). Em 21 de novembro de 1966, em um histórico processo de fusão de todos os IAPs, que tinham como característica servir aos trabalhadores do setor privado, deu origem ao Instituto Nacional de Previdência Social (INPS). Já o Instituto dos servidores federais foi absorvido pelo INPS, por meio da Lei nº 6.439 de 1º de setembro de 1977, que extinguiu o Instituto de Previdência e Assistência aos Servidores do Estado (IPASE) e instituiu o Sistema Nacional de Previdência e Assistência Social (SINPAS) (BRASIL, 1977).

1.3.1.1 As Caixas de Aposentadoria e Pensões

Segundo Malloy (1976), desde o início do século, um conjunto de leis e decretos foram promulgados regulando as questões trabalhistas e sociais. O autor acrescenta que, entre essas leis, figurava a Lei de Acidentes do Trabalho (nº 3.724), de 15 de janeiro de 1919, garantindo ao trabalhador e seus dependentes indenizações em caso de acidente ou doença adquirida pela atividade profissional.

Nesse mesmo ano de 1919, acrescenta o autor, com a assinatura do Tratado de Versalhes, no mês de junho, houve o comprometimento brasileiro em observar determinadas medidas garantidoras dos direitos e benefícios dos trabalhadores. Em virtude desse compromisso, foi implantada no país a previdência social (SANTOS, 1979). A primeira lei importante nessa área só foi assinada, contudo, em 24 de janeiro de 1923: tratava-se da Lei nº 4.682, conhecida como Lei Elói Chaves em homenagem ao autor do projeto, por meio da qual foram instituídas as caixas de aposentadoria e pensões dos ferroviários empregados em companhias privadas (MALLOY, 1976).

A Lei nº 4.682 que definiu os rumos seguidos pela legislação seguinte, modelando as principais características das instituições de previdência criadas

a partir deste momento (MALLOY, 1976). Prevendo a criação de uma caixa para cada companhia ferroviária, a Lei nº 4.682 direcionou a legislação previdenciária posterior para segmentos particulares de trabalhadores, em lugar de amplas categorias (SANTOS, 1979).

As caixas dos ferroviários eram geridas por um conselho de administração formado por empregadores e empregados de cada empresa. A totalidade dos empregados, englobando mensalistas e diaristas, com mais de seis meses de trabalho na instituição, eram sócios compulsórios das Caixas de Aposentadoria e Pensões (MALLOY, 1976). Em um regime tríplice de contribuição: os empregados contribuía com 3% de seu salário mensal, a empresa com 1% de sua renda bruta e o Governo Federal com a receita arrecadada através da cobrança de taxas sobre os serviços ferroviários (MALLOY, 1976).

Em 20 de dezembro de 1926, o Decreto nº 5.109 as caixas de aposentadoria e pensões englobaram às estradas de ferro sob a responsabilidade da União, dos estados e dos municípios, como também, as dos estabelecimentos portuários e das empresas de navegação marítima e fluvial (SANTOS, 1979). Esse mesmo decreto, segundo Santos (1979), subordinou todas as caixas à administração e à fiscalização do Conselho Nacional do Trabalho (CNT), órgão criado em 30 de abril de 1923, vinculado ao Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio.

Em 1928, o deputado Agamenon Magalhães apresentou um projeto indicando a criação de um instituto de aposentadoria e pensões para os comerciários. Com a dissolução do Congresso após a Revolução de 1930, entretanto, o projeto não chegou a ser aprovado (SANTOS, 1979).

A década de 1930, por outro lado, conforme esclarece Santos (1979), inaugurou uma fase de grande expansão para a previdência social, com a criação do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio em 26 de novembro de 1930, o CNT e, por conseguinte, as caixas de aposentadoria se subordinaram ao novo órgão.

Os decretos nº 20.465, de 1º de outubro de 1931, e nº 21.081, de 24 de fevereiro de 1932, deram consistência a legislação referente às caixas de aposentadoria, concedendo a seus segurados aposentadoria por invalidez e velhice e garantindo aos dependentes destes pensões em caso de morte, além de auxílio funeral e assistência médica (SANTOS, 1979).

1.3.1.2 De Caixas para Institutos

Os primeiros anos da década de 1930, segundo Malloy (1976), marcou o começo de uma nova etapa na história do seguro social brasileiro. O autor acrescenta, que o direcionamento adotado a partir desse momento estabeleceu a organização previdenciária como base para as categorias funcionais nacionais de trabalhadores.

Assim, como esclarece Malloy (1976), no dia 29 de junho de 1933, foi criado o Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Marítimos (IAPM), o primogênito dos IAPs. Na sequência surgiram o Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Comerciais (IAPC), em 22 de maio de 1934, o Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Bancários (IAPB), em 9 de julho de 1934, e o Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários (IAPI), em 31 de dezembro de 1936.

Em 18 de agosto de 1937, a Caixa de Aposentadoria e Pensões dos Trabalhadores em Trapiche e Armazéns de Café, criada em 22 de maio de 1934, foi transformada no Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Empregados em Transportes e Cargas (IAPETEC), englobando na sua estrutura novos e importantes grupos profissionais, como os empregados em empresas de transportes e de petróleo e os motoristas de táxi. A Caixa de Aposentadoria e Pensões dos Operários Estivadores, também criada em 1934, transformou-se em 18 de agosto de 1938 no Instituto de Aposentadoria e Pensões da Estiva (IAPE) (SANTOS, 1979).

Dando sequência ao processo de abrangência, como esclarece Malloy (1976), apesar da precariedade, antes de 1930, na organização do amparo dos

funcionários federais civis e dos militares, esses passaram a contar em 1938 com os benefícios já concedidos às outras categorias profissionais. No dia 23 de fevereiro desse ano, foi criado o Instituto de Previdência e Assistência aos Servidores do Estado (IPASE), que só entrou realmente em funcionamento em 12 de dezembro de 1940, quando foi definida sua estrutura (MALLOY, 1976).

Segundo Malloy (1976), os institutos asseguravam a seus filiados os mesmos direitos consubstanciados na legislação relativa às caixas de aposentadoria. Como expõe o autor, a respectiva administração ficava a cargo de um presidente, de livre nomeação do presidente da República, assessorado por um conselho administrativo composto em geral de seis membros.

De todas essas entidades, aponta Malloy (1976), o IAPI foi a que mais se destacou, por reunir em sua composição um grupo de técnicos e especialistas em previdência social. Para o autor, a influência desse grupo foi marcante, e dele saíam muitos dos dirigentes dos órgãos de previdência criados posteriormente. Na sequência, também, muitos membros desse grupo, entre os quais Plínio Cantanhede, Hélio Beltrão, Arnaldo Süsskind, Aníbal Pinto e João Carlos Vital, ocupariam postos importantes em outros setores da administração pública (MALLOY, 1976).

Somente em 1937 o Estado passa a atuar na produção direta e no financiamento de habitação para a população de baixa renda, com a criação das Carteiras Prediais que utilizavam recursos oriundos dos Institutos de Aposentadoria e Pensões (IAPs). Com a criação da Fundação da Casa Popular em 1946 pelo Estado, tendo como atribuição solucionar a crise habitacional no período pós-guerra mundial, inicia-se um processo de substituição do modelo de locação de imóveis pelo modelo de aquisição da casa própria. O Estado passa a interferir de maneira direta na questão habitacional e no mercado de aluguéis, visando fortalecer sua participação e políticas realiza o congelamento, por períodos prolongados, dos aluguéis o que acaba afastando os investimentos deste modelo (SILVA, 2009).

1.3.2 Políticas Habitacionais no período pós-guerra

Segundo Santos (1979), a etapa de redemocratização que se predominou após 1945 presenciou o aumento da tensão entre segurados e os institutos, o objetivo era a diversificação e à melhoria na qualidade dos serviços. O autor acrescenta, que as tentativas de desenvolvimento de reformas, mesmo considerando que tais tentativas já estavam presentes final do Estado Novo, foram potencializadas, principalmente com o foco na padronização das bases jurídicas voltadas às contribuições e benefícios. Santos (1979) elucida, que neste momento percebeu-se também o início de discussão a respeito da unificação dos institutos, tema que levantava muitas controvérsias e oposições. De fato, os institutos passaram a atuar em um leque de abrangência maior, diversificando seus planos, com investimentos tanto em benefícios pecuniários quanto em serviços na área de saúde, alimentação e habitação.

Em sequência, como expõe Santos (1979), observou-se promulgações de vários decretos estendendo benefícios e serviços a categorias e grupos até então excluídos do sistema previdenciário. O autor ressalta, que o valor dos benefícios e dos recursos utilizados com a ampliação dos diferentes serviços, pôde ser confirmado graças ao capital acumulado pelos institutos, principalmente em investimentos imobiliários.

Em 1951, o deputado Aluísio Alves, da União Democrática Nacional (UDN), com a colaboração de técnicos da previdência social, elaborou o projeto de uma única lei orgânica para o sistema previdenciário. Após sofrer várias modificações, essa lei seria aprovada em 1960 (MALLOY, 1976).

No início da década de 1950, com o Decreto nº 34.589, a totalidade das caixas de ferroviários foram incorporadas numa única entidade, a Caixa de Aposentadoria e Pensões dos Ferroviários e Empregados em Serviços Públicos (CAPFESP). Com a Lei Orgânica da Previdência Social, de 1960, essa caixa seria transformada em instituto, o IAPFESP (MALLOY, 1976).

Já no final da década de 1950, como aponta (MALLOY, 1976), as consequências da ampliação dos serviços dos institutos manifestaram-se através de uma séria crise financeira. Na verdade, para o autor, essa crise era também resultado da permanente dívida da União e dos empregadores para com a previdência social.

Com a esperada aprovação em 1960, a Lei Orgânica da Previdência Social padronizou e deu maior abrangência, por um lado, aos direitos dos segurados dos diferentes institutos. Por meio dela, foi estabelecido, por exemplo, o auxílio natalidade e foram aumentadas as aposentadorias e pensões. Em contrapartida, ao manter a mesma estrutura e o mesmo regime financeiro dos institutos, a lei acabou por agravar a crise que já marcava presença (SANTOS, 1979).

Segundo Santos (1979), a expansão dos serviços com a criação de hospitais, de postos de atendimento médico e de postos de assistência jurídica sem o devido planejamento, resultou em sérias consequências. O autor acrescenta, que em uma mesma região observava-se simultaneamente serviços médicos e de assistência social com capacidade ociosa de pessoal e de material e em contraste, uma população destituída de qualquer assistência previdenciária.

A qualidade do atendimento variava, como esclarece Santos (1979), também em conformidade com a organização de cada instituto, contrastes também eram observados, pela existência de categorias bem servidas ao lado de outras precariamente atendidas. O autor completa informando, que havia ainda o problema da população marginalizada (desempregados e subempregados) que não contava com qualquer assistência. Em contraste com a população dos grandes centros urbanos, a população do interior não recebia qualquer tipo de atendimento. Santos (1979) ressalta, que os institutos eram utilizados como meio de produção de político, sendo muitas vezes manipulados por líderes trabalhistas que dessa forma procuravam aumentar seu poder pessoal.

No início da década de 1960, a crise financeira que afetava todos os institutos, agravada pela crise política que enfrentava a sociedade, determinou um acirrado debate em torno da previdência social. As críticas incidiam principalmente sobre os critérios políticos (e não técnicos) nos quais se baseava a administração dos institutos (SANTOS, 1979).

Segundo Malloy (1976), logo após a queda do governo João Goulart, o regime militar decidiu reformular a previdência social, unificando-a num órgão central. Assim, em 21 de novembro de 1966, todos os institutos do setor privado foram fundidos no Instituto Nacional de Previdência Social (INPS).

1.3.3 O BNH – Banco Nacional da Habitação

O Estado foi, desde o pós-guerra, segundo Ribeiro e Azevedo (1996, p.13), o pressuposto da criação do moderno setor construtivo habitacional. Até 1964 de forma errante e não sistemática mas, com a criação do Sistema Financeiro da Habitação, o Brasil, na visão dos autores, se assemelha aos países desenvolvidos. Eles acrescentam, que a dinâmica construtiva passa a contar com um sistema de crédito regulado pelo Estado que “solvabiliza” amplamente a demanda. Do conjunto das unidades construídas entre 1964 e 1986, como informado por Ribeiro e Azevedo (1996, p.13), cerca de 26% contaram com o financiamento do BNH, marcando um êxito que o Brasil tem a ostentar diante de países como França, Inglaterra e Estados Unidos.

Assim, foi em agosto de 1964, que verificou-se de forma estruturada o surgimento de uma política habitacional, o Estado instaura a Lei Nº 4.380 de 21/08/1964, instituindo assim o Plano Nacional de Habitação, criando o Banco Nacional de Habitação - BNH e o Sistema Financeiro da Habitação – SFH. A política habitacional implantada pelo Estado na época, em um momento de grave crise social e política, torna-se importante ferramenta para que o modelo de gestão adotado pelo regime militar mostrasse ser capaz de equacionar as questões relativas a habitação da população de baixa renda (SILVA, 2009).

Em complemento ao cenário apresentado por Silva (2009) a respeito da crise social e política vivenciada na época da criação do BNH, Nascimento e Braga (2009, p.104) acrescentam que a motivação foi sustentada pelo entendimento das favelas como representantes de uma “doença urbana” (que precisava ser exterminada) e pela pressão das classes dominantes preocupadas com a marginalidade urbana. As autoras acrescentam que:

O Banco Nacional de Habitação foi criado com o objetivo de estimular a construção de habitações de interesse social e o financiamento da casa própria, especialmente pelas classes da população de menor renda. Porém, o investimento financeiro do BNH foi acompanhado por incentivos dados às empresas privadas, o que as transformou em colaboradores na execução do plano habitacional. Essa, talvez, seja a principal razão para que o plano tenha se configurado como um dos eixos de sustentação da expansão do consumo da propriedade no Brasil (NASCIMENTO e BRAGA, 2009, p.104).

Segundo Nascimento e Braga (2009, p.105), para vencer o déficit habitacional da ordem de 7 a 8 milhões de residências, ainda que fosse ou um número estimado de “forma grosseira” ou “fruto da extrapolação de dados herdados de um passado longínquo”, o BNH evocou a montagem de elementos pré-fabricados em série e a construção em larga escala. Entretanto, logo nos primeiros anos, esclarecem as autoras, o Plano Nacional de Habitação sofreu pesadas críticas, como a apresentada pelo IAB, que em 1966 denunciou duramente que não seria mais admissível que se continuasse “a raciocinar em termos de apenas construir casas, e casas isoladas, numa tentativa vã de resolver a situação de uma população que vive em condições infra-humanas”.

Da mesma forma, o Editorial da revista *Dirigente Construtor*¹⁰ (1966, n.12, p.9), alertava para “um aspecto deplorável de um plano que, por sua

¹⁰ “Empresários da construção influíam na imprensa de maneira pontual, em matérias ou editoriais, para pressionar por obras ou pagamento de débitos do governo. Porém, alguns empreiteiros deram um salto nas suas relações com esses veículos, tornando-se proprietários de empresas de comunicação. Foi o caso do empreiteiro Henry Maksoud, dono da empresa de projetos de engenharia paulista Hidroservice, a maior firma do segmento no país. Maksoud era um poderoso empresário do setor da construção civil que tinha um perfil de liderança no setor. Assim, ele chegou a presidir o Instituto de Engenharia de São Paulo (IE), importante organismo da sociedade civil que tinha projeção e poder junto à prefeitura paulistana e ao governo

envergadura, poderia trazer notáveis contribuições ao problema socioeconômico da habitação e que, no entanto, limitava-se aos caminhos clássicos, não mitigando como deveria o problema do déficit habitacional, e pelo contrário, configurando apenas as favelas do futuro próximo” (NASCIMENTO e BRAGA, 2009, p.105).

Neste sentido, segundo Bolaff (1979, p.69), a preocupação com a racionalização e a mecanização de processos em atendimento à produção em massa, incentivadas pelo apetite desenvolvimentista do segmento da construção civil, evitou que o Plano Nacional de Habitação incorporasse outros aspectos do modo de produção da moradia, principalmente com ênfase nos aspectos sociais e econômicos.

Para o autor, as possibilidades de melhoria das condições do canteiro de obras, promoção da autonomia dos usuários e desburocratização dos financiamentos foram sensivelmente prejudicadas em função das metas voltadas ao aumento do consumo de moradias e garantia do trabalho das empreiteiras. Bolaff (1979, p.69), esclarece que o BNH jamais adotou medidas

estadual paulista. Quando presidiu o IE, Maksoud apoiou a campanha “em defesa da engenharia brasileira”, lançada pelo Clube de Engenharia do Rio de Janeiro e apoiada por outras organizações empresariais do segmento da construção. Tratava-se de um momento contrário à política desenvolvida pelo governo Castelo Branco (1964-1967) de contratar empresas de engenharia estrangeiras em detrimento das nacionais para realização de projetos de obras e intervenções de infraestrutura no país. Em 1974, Maksoud ampliou seus horizontes de atividades ao comprar o grupo editorial Visão, responsável pela revista *Visão*, carro-chefe do grupo, além dos periódicos *Dirigente Construtor*, *Dirigente Rural*, *Dirigente Industrial*, *Quem é quem*, *Dirigente Municipal* e *Perfil*, os dois últimos voltados para a administração pública. A editora do grupo lançava livros, como a obra do economista austríaco Friederich Hayek, *Os fundamentos da liberdade*, editada em parceria com a Editora da Universidade de Brasília (Ed. UnB), com tradução e prefácio do próprio Henry Maksoud, difusor das ideias do autor neoliberal no país. A revista *Visão* fora fundada em 1952 no Rio, mudando-se em 1957 para São Paulo. Em 1972, foi comprada por Said Farah e, em 1974, por Maksoud, que retirou a tendência independente e mais crítica do periódico, afastando, por exemplo, o redator Zuenir Ventura. A revista estreitou laços com a Associação Brasileira para o Desenvolvimento da Indústria de Base - Abdib - da qual fazia parte a Hidroservice - e comemorou os 20 anos da associação em edição especial. Mário David Andreazza, ministro dos Transportes no período 1967-1974 e agente próximo a empresários como os empreiteiros de obras públicas, foi capa do periódico. Além disso, anualmente era lançado o guia “Quem é quem na economia brasileira”, com dados e listas das maiores empresas do país, setorial e globalmente. De acordo com informação do periódico *O Empreiteiro*, *O Dirigente Construtor* era a segunda revista de maior circulação no setor de construção no país, perdendo apenas para o próprio *O Empreiteiro*” (CAMPOS, 2018).

voltadas a organização de uma indústria da construção civil e ao aumento da produtividade do setor, visando baixar os custos de produção da habitação a favor dos consumidores das moradias.

Assim, todas as decisões sobre a localização e a construção das habitações financiadas pelo BNH, como também, suas operações e funções foram transmitidas para a iniciativa privada, proporcionando desta forma, rentabilidade financeira aos seus agentes (BOLAFF, 1979, p.69).

Segundo Nascimento e Braga (2009, p.105), entre as 4,5 milhões de unidades habitacionais financiadas ao longo da existência do BNH (1964-1986), apenas 33,3% foram formalmente destinadas aos setores populares. As autoras acrescentam ainda que, nos 22 anos da existência do BNH, 92% dos recursos do Sistema Financeiro da Habitação (SFH) foram aplicados a favor de famílias com rendimento superior a cinco salários mínimos, enquanto 80% da população brasileira possui renda abaixo deste patamar.

Vale observar, que nesta conjuntura do Sistema Financeiro da Habitação (SFH), segundo Silva (1992, p.77), as cooperativas habitacionais enquadravam-se na categoria de agentes promotores dos programas do BNH, na condição de sociedades civis de caráter mutualista (de natureza coletiva, em que há reciprocidade) sem fins lucrativos. Todo o seu funcionamento, segundo o autor, era regido por disposições estatutárias e regimentais em consonância com a Lei Nacional do Cooperativismo e os atos normativos do BNH.

A definição para Cooperativa Habitacional, quando relacionada ao BNH, acompanhava a atual, que em linhas gerais era considerada como um grupo de pessoas que a partir de identificação de necessidades e interesses comuns (a moradia), procura equacionar através da sociedade todo um elenco de medidas para satisfação de seus anseios (SILVA, 1992, p.77).

Enquanto a cooperativa, dotada de personalidade jurídica, seus membros estavam em condições de através de seus representantes

(diretores), pleitearem financiamento junto ao BNH, como também, contratar serviços, assumir encargos e promover atividades dentro de sua área de interesse, devidamente amparadas pela legislação (SILVA, 1992, p.78). Assim, as Cooperativas Habitacionais subordinavam-se ao BNH (empresa pública ligada na época ao Ministério do Interior) que normatizava, autorizava, fiscalizava o seu funcionamento, como também, financiava e administrava os empreendimentos.

Segundo Silva (1992, p.78), dentre os programas do BNH considerados “de natureza social”, as Cooperativas Habitacionais caracterizavam-se pelo financiamento de 100% do custo final das unidades habitacionais, com taxa de juros que variava de 2 a 10% ao ano e com prazo de 25 anos para amortização da dívida.

Além da visão de Nascimento e Braga (2009, p.105), apresentada anteriormente, sobre o destino dos recursos do BNH no período da sua existência (1964-1986), o desempenho desta entidade neste mesmo período, segundo Ribeiro e Azevedo (1996, p.13), mostrou-se profundamente perverso quando os dados são desagregados. Assim, os autores acrescentam, que os atingidos pelos programas alternativos (entre 1 e 3 salários mínimos) foram contemplados com apenas 250 mil unidades, o que significava 5,9% do total.

Além disso, acrescentam Ribeiro e Azevedo (1996, p.13), a política habitacional teve, na prática, um caráter “redistributivo às avessas”, pois baseou-se num sistema financeiro abastecido de capitais sub-remunerados, oriundos de pequenos poupadores (cadernetas de poupança) e de recursos dos assalariados (Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS).

Acreditava-se ser este um modelo autossustentável, capaz de gerar recursos permanentes e em grande escala suficientes para atendimento de todas as faixas de renda. Eram duas as fontes de recursos: o Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimos – SBPE e o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS. O sucesso do modelo baseava-se na manutenção

de taxas positivas de arrecadação para FGTS e SBPE e em baixos índices de inadimplência dos mutuários. Porém, como em qualquer operação financeira de longo prazo, possuía-se certa vulnerabilidade a flutuações macroeconômicas, que caso ocorressem poderiam diminuir a renda dos mutuários, aumentando os índices de inadimplência, comprometendo consequentemente todo equilíbrio do sistema (SANTOS, 1999).

Este modelo, segundo MORAIS (2004), baseado no tripé estado-construtoras-bancos, não obteve resultados suficientes para suprir a carência por moradia da população de baixa renda, pelo contrário acabou por deixar de atender a algumas faixas mais desfavorecidas economicamente. No período de existência do BNH (1967 a 1986), apenas 33,5% das unidades habitacionais financiadas foram destinadas as habitações de interesse social e apenas 6% foram destinados a população com renda entre um e três salários mínimos (SANTOS, 1999).

1.3.4 O Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV)

Seguindo a proposta deste Capítulo da presente tese, de elaboração de um estudo sobre a questão habitacional brasileira, a partir de um esboço biográfico da habitação, elaborado com ênfase nos aspectos da transição urbana do século XX, apresentando também, as causas e motivos preponderantes das migrações internas observadas neste mesmo século, e em seguida, um entendimento conceitual sobre “déficit habitacional” na realidade brasileira, importante vetor analítico da condição da habitação em nosso país, para depois apresentar um histórico das políticas habitacionais, passando pela descrição e breve retrospecto dos Institutos de Aposentadoria e Pensões (IAPs), pela criação, desenvolvimento e extinção do Banco Nacional da Habitação (BNH), que foi uma instituição, como já apresento nesta tese, voltada à produção de empreendimentos imobiliários, gestora do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e responsável pela implementação do Sistema Financeiro da Habitação (SFH) e do Sistema Financeiro de Saneamento (SFS).

Neste subitem, dando continuidade a análise da questão habitacional brasileira, no que tange a gênese do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) de âmbito federal, lançado em 2009 pelo Governo Lula, apresentaremos seguindo principalmente a visão dos autores (BONDUKI, 2011; MARICATO, 2017; ROLNIK, 2019) que acabam por colocar tal programa, como uma expressão de contradições inerentes à relação capital x trabalho, dentro de um cenário de emergência relativa ao problema da habitação em nossa sociedade capitalista.

Segundo Bonduki (2011), as ações desenvolvidas pelo Estado brasileiro por meio das políticas habitacionais, desde meados do século XX até o primeiro decêndio do século XXI, foram pautadas estrategicamente visando um objetivo considerado como principal, que era o de reversão da situação econômica dominante no país.

Assim, para o autor, tanto a criação do BNH quanto a do PMCMV, além da finalidade de mitigação do déficit habitacional e atendimento à demanda populacional com renda mensal familiar até três salários mínimos, o viés econômico e a necessidade de uma nova dinâmica para a economia eram (e ainda são) realidades que reclamavam por uma intervenção de grande monta por parte do Estado, visando inclusive, a promoção e dinamização do mercado de imóveis por meio da injeção de capitais no âmbito da construção civil, e a ampliação do crédito e da oferta de subsídios a fundo perdido.

1.3.4.1 Um reflexão sobre o PMCMV a partir do modelo chileno

O Chile foi um dos países pioneiros na implementação de políticas públicas voltadas a regulamentação de construções com foco nas camadas de baixa renda (MINVU, 2020). O governo chileno definiu limites territoriais, critérios normativos mínimos de salubridade e certificou uma estrutura e sistemática legais voltadas à solução do problema de habitação popular com a criação da instituição dos *Consejos de Habitaciones Obreras* em 1906 (MINVU, 2020).

O Estado se tornou predominante na provisão de domicílios com a criação da *Caja de Habitación Popular* (CHP), responsável pela construção de 43.410 unidades habitacionais entre 1936 e 1952 (HIDALGO, 1999). A expansão da oferta de moradias não acompanhou o crescimento da população urbana intensificado pelo êxodo rural e as medidas tomadas não evitaram a ocupação de terras urbanas abandonadas em numerosos assentamentos irregulares denominados *callampas*.

Segundo Rolnik (2019, p.114), em 1973 no Chile, um golpe militar liderado pelo general Augusto Pinochet derrubou o governo de Salvador Allende e colocou em prática o que alguns autores denominam de “revolução neoliberal”.

De fato, esclarece a autora, antes mesmo do Fundo Monetário Internacional (FMI) e os bancos “multilaterais” estimularem as conhecidas políticas de adequação estrutural em países em desenvolvimento, o governo chileno assumiu radicalmente a posição de subsidiário nas políticas sociais, empreendendo reformas nos setores de educação, saúde, aposentadoria e habitação. O cenário político-habitacional no momento do golpe:

Era de mobilização e pressão crescente de movimentos sociais de moradia. Desde meados dos anos 1960, os *comités sin casa* começaram a ocupar terras vazias e organizaram *campamentos* como forma de pressionar o governo democrata-cristão de Eduardo Frei a cumprir as promessas de construção de casas anunciadas. Os *campamentos* também constituíram parte da base do crescimento dos partidos de esquerda, o que contribuiu para a eleição da Unidade Popular, sob a liderança de Allende, em 1970. As ocupações, que já eram mais de trezentas em Santiago, entre 1968 e 1970, passaram a se multiplicar. Em 1972, mais de 500 mil chilenos (400 mil só em Santiago) viviam nos *campamentos* (ROLNIK, 2019, p.115).

Os *comités sin casa*, mencionados a cima, Segundo Castells (1983), ocuparam terras vagas e organizaram os *campamentos* como forma de pressionar o governo a partir da década de 1960. As ocupações, acrescenta o autor, multiplicaram-se consideravelmente ao longo dos anos seguintes, abrigando mais de 500 mil chilenos em 1972.

Cinco anos após o golpe, como esclarece Rolnik (2019, p.115), Pinochet produziu reformas que transformavam as políticas do mandato socialista de Allende, implementando a liberalização dos preços, a privatização de empresas nacionalizadas aos antigos proprietários, e também, acrescenta a autora, a privatização de todas as empresas estatais, além da eliminação de barreiras alfandegárias, e da liberalização do mercado financeiro, no que tange inclusive, a sua abertura ao capital internacional. Nesse contexto, o Ministério da Habitação chileno, segundo a autora:

Elabora um instrumento que visava garantir a produção massiva e sustentável de unidades de moradia pelo mercado privado, sistema que permanece ativo até os dias de hoje. Em essência, a política consistia em: transferir o financiamento e a construção de moradia para o setor privado; estratificar a demanda com base em renda, poupança e outros critérios, baseados em sistemas unificados de pontuação (ficha CAS); disponibilizar subsídios através de doações de capital, articulados às poupanças das famílias. O financiamento desse modelo dava-se por meio da poupança das famílias e de um sistema complexo de títulos vinculados à hipoteca, comercializados através do mercado secundário de hipotecas (ROLNIK, 2019, p.116)..

Na prática, como recorda Rolnik (2019, p.116), a divulgação de um folheto promocional do Ministério da Habitação chileno de 1979, apresentava a casa como um bem que se adquire através do esforço de “poupança das famílias, com aportes do Estado através do subsídio. Beneficiários e Estado compartilham responsabilidades para responder ao sonho da casa própria”.

Assim, de acordo com a autora, em seu papel subsidiário e “em nome de todos os cidadãos chilenos, o Estado se disponibilizava para auxiliar com dinheiro voltado a aquisição da casa própria. O sentido era, acrescenta Rolnik (2019, p. 116): “você ganha a dignidade humana que tanto merece pela honra do seu trabalho. Isso não é paternalismo. É justiça social”.

Os critérios para solicitar o subsídio, tinham como base a existência de um chefe de família, não possuir outro imóvel, ou seja, não ser proprietário, e em hipótese alguma, ter obtido uma casa com base em políticas públicas do Estado, e por fim, ter conta poupança em bancos ou instituições de poupança. Inicialmente, as exigências também incluíam ser proprietário de um terreno e

ter disponibilidade para destinar 20% de sua renda para pagamento de um empréstimo hipotecário (MINVU, 2020). Em meados de 1984,

Quando um líder da Câmara Chilena da Indústria da Construção assume o ministério, uma reforma do sistema aumenta a quantidade de subsídios para as famílias de menor renda, que não conseguiam acessar os empréstimos bancários. Assim, ampliou-se o alcance do mercado de moradias e reativou-se o setor da construção, que estava em crise. Ainda em 1984, Pinochet aprova um decreto (Decreto 168, de 17 de outubro de 1984) que define tecnicamente a habitação social, estabelecendo um valor máximo de construção não superior a 400 UF (Unidad de Fomento) e estabelecendo as características arquitetônicas e urbanísticas das chamadas “*viviendas económicas*” (ROLNIK, p.116).

Seguindo o pensamento da autora, observamos que do lado da oferta, a habitação social deixava de ser um “produto” comprado pelo Estado, mas oferecido pelo mercado imobiliário. Assim, o tipo de produto habitacional a ser entregue, não teria mais características colocadas pela administração pública, mas o formato dentro da linha de “desejos e necessidades” dos consumidores desse tipo de produto.

Partindo desse modelo, contraditoriamente aos reais desejos e necessidades das famílias consumidoras do produto “casa”, as construtoras, para viabilizar tal “negócio” deveriam “oferecer um produto mais barato do que aquele historicamente ofertado pelo Estado, possibilitando uma ‘escolha’ de habitação para os pobres, acessível por meio de aportes do Estado” (ROLNIK, 2019, p.117). Desta forma, acrescenta a autora, o governo para viabilizar a redução dos custos, estabeleceu nova regulamentação para o setor, reduzindo os padrões de construção, ou seja, as casas, apartamentos e terrenos, poderiam ter dimensões menores do que os padrões anteriores, provocando desta forma, uma reestruturação no mercado de terras.

Segundo Rolnik (2019, p. 118), esta sistemática de mercado, proporcionada pelas políticas públicas do governo chileno, resultou na produção de mais de 2 milhões de novas unidades residenciais produzidas entre 1980 e 2000, das quais 500 mil eram “*viviendas económicas*”, o que, segundo a autora:

Reduziu drasticamente o déficit habitacional do país, ou seja, “resolveu” o “problema da moradia”. Entretanto, vários estudos realizados a partir do final dos anos 1990 demonstram o contrário: o estoque construído não significava a solução, mas a criação de um novo problema. Se as “famílias sem-teto” eram o grande problema habitacional nos anos 1970 e 1980, o grande problema sócio-habitacional em Santiago do Chile na década de 2000 são as “famílias com teto” (ROLNIK, 2019, p.118).

Quase todos os pobres chilenos, como aponta a autora, são donos de moradias (casas ou apartamentos) que apresentam baixa qualidade e os assentamentos precários representam menos de 4% do total de moradias. Mas, elucida Rolnik (2019, p.118), diante da “dinâmica socioespacial de Santiago”, as características desse tipo de moradia, e também, dos espaços urbanos (bairros) onde estão contidas, acabam por definir um novo tipo de lugar, marcado no contexto citadino, pela pobreza e pela marginalidade. Visando contribuir para uma reflexão sobre o tema, a autora observa que:

Uma pesquisa realizada em 2002 pelo SUR, um centro de pesquisa chileno, revelou que 64,5% dos moradores dessas áreas querem “*irse de la vivienda*”. Entre os motivos que justificam essa intenção foram apontados problemas de convivência entre vizinhos e percepções relacionadas à insegurança e às drogas. Entre os que querem deixar a casa, 90% sentem medo e vergonha de viver ali (ROLNIK, 2019, p.119).

A autora esclarece que o critério de análise da pesquisa, acima referenciada e as razões dessa percepção, estão relacionados ao fato dos pesquisadores terem cruzado as informações georreferenciadas dos conjuntos de “*vivienda económica*” com a localização de denúncias de violência na cidade. O resultado demonstrou que as maiores concentrações de violência intrafamiliar são observadas nas áreas de grande concentração do “estoque de moradias populares”. O estigma, as restrições, o confinamento espacial e o enquadramento institucional acabam por definir esses locais como verdadeiros guetos (ROLNIK, 2019, p.118).

Segundo Rolnik (2019, p.120), depois de quase seis anos da publicação do primeiro artigo crítico sobre a política de habitação social no Chile, o governo reconheceu que ela constituiu-se basicamente na montagem de uma máquina de produção de casas baratas. Seu principal objetivo, para a autora,

foi a dinamização do setor da indústria da construção e a penetração do setor financeiro no setor de moradia social, o que acabou gerando um novo problema habitacional e urbano: os guetos de pobres “com teto”.

Considerando esse pretenso “sucesso”, a experiência chilena, conforme esclarece Rolnik (2019, p. 120), foi muito rapidamente assimilada às estratégias de revisão das políticas públicas habitacionais em países em desenvolvimento, por agências de cooperação bilaterais ou multilaterais, particularmente pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), que segundo a autora, enviou gestores da política habitacional do Chile à vários países latino-americanos para apresentar seus fundamentos e mecanismos. A partir de 1995, quando o Conselho Executivo do BID decidiu incluir oficialmente a produção formal de moradias como estratégia de combate à pobreza, o modelo foi definitivamente incorporado em todas as suas operações (ROLNIK, 2019, p.120). Na visão de Maricato (2015), não obstante aos questionamentos às experiências do Chile, as mesmas foram reverenciadas por empresários e até por acadêmicos da Fundação Getúlio Vargas no Brasil. A autora acrescenta:

Que eles certamente não perceberam, inicialmente, o impacto, agora evidente (2015), do isolamento de um aglomerado de 10 a 15 mil domicílios no meio do nada, tendo uma rodovia estadual como único contato com a cidade consolidada e os polos de emprego, educação e serviços. Um empreendimento mal localizado gera desperdícios, pois a extensão das redes e equipamentos urbanos para lugares não urbanizados impõe um alto preço ao conjunto da sociedade, que financia seus custos (MARICATO, 2015, p.77)

As semelhanças do Programa Minha Casa Minha Vida com o programa chileno de habitação, segundo Maricato (2015), não se trata de mera coincidência. A autora observa, o nítido crescimento dos países latino-americanos, como: México, Guatemala, Bolívia, Equador, Brasil, El Salvador, Colômbia, Venezuela, que desenvolvem seus programas habitacionais tomando como referência este modelo.

Segundo Rolnik (2019, p.120), identificou-se também, que além do próprio BID, a Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento

Internacional (USAID), participou decisivamente na promoção e divulgação da referida política, inclusive no apoio e participação em seminários, debates e reuniões com as Câmaras de Construção e de gestores habitacionais dos países.

1.3.4.2 O PMCMV e a política urbana na época do seu lançamento

Como expõe Maricato (2015), nos primeiros anos do governo Lula, a Casa Civil acabou por concentrar o direcionamento da “grande política” com o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e o Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), reduzindo na visão da autora, o poder do Ministério das Cidades (MCidades). Ela acrescenta, que esta articulação, limitou sensivelmente a possibilidade de mudança de paradigma em relação ao universo urbano brasileiro. Neste momento, como elucida a autora, suprimiu-se a possibilidade de uma proposta singular, que estabelecesse mediação com a experiência desenvolvida pela grande maioria dos moradores das cidades.

Tais mudanças no direcionamento da “grande política” apontadas por Maricato (2015), implicaram também no esquecimento de diretrizes voltadas a vinculação da política habitacional com a política fundiária e urbana. A autora explica que:

O Planhab (Plano Nacional de Habitação), contratado pelo MCidades em 2007 e finalizado em 2010, retomou essa articulação necessária, mas o lançamento do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), em março de 2009, também o ignorou na maior parte. É importante constatar ainda que já havia uma proposta de política habitacional construída pelos movimentos sociais que deu origem ao FNHIS (Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social), que se diferenciava bastante do PMCMV (MARICATO, 2015).

Sobre a articulação entre o PMCMV e o Planhab, Bonduki (2009), esclarece que, a grande repercussão que teve o lançamento do PMCMV, com sua meta impactante de 1 milhão de unidades habitacionais para enfrentar a “tormenta” da crise econômica, acabou por secundarizar o “longo, difícil e relevante processo” promovido pelo governo, com o apoio crítico da sociedade, representada pelo Conselho Nacional das Cidades, visando proporcionar ao

país, segundo Bonduki (2009), uma política abrangente e estruturada que equacione o dramático problema habitacional brasileiro.

Sobre a concentração do direcionamento da “grande política” com o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e o Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), Maricato (2015) explana, que o PAC, lançado em 2007 buscava a retomada das obras de infraestrutura voltadas ao desenvolvimento econômico e social, cuja construção, segundo a autora, o governo federal praticamente abandonara desde 1980, quando ocorreu a forte retração nos investimentos e início dos ajustes fiscais.

Assim, foi previsto um orçamento total de R\$ 503,9 bilhões formado por recursos públicos das três esferas de governo incluindo estatais, recursos privados e recursos de fundos diversos. No PAC, conforme esclarece Maricato (2015), constavam projetos e obras de:

- 1) Logística: rodovias, ferrovias, portos, aeroportos, com orçamento de R\$ 58,3 bilhões.
- 2) Energia: geração e distribuição de energia, combustíveis renováveis, petróleo e gás natural, com orçamento de R\$ 274,8 bilhões.
- 3) Infraestrutura social e urbana: luz para todos, saneamento, habitação e recursos hídricos, com orçamento de R\$ 170,8 bilhões.

Este último destino dos investimentos estava assim distribuído:

- 1) Habitação: R\$ 106,3 bilhões.
- 2) Saneamento: R\$ 40,0 bilhões.
- 3) Metrô: R\$ 3,1 bilhões.
- 4) Recursos hídricos: R\$ 12,7 bilhões.

Segundo Maricato (2015), os recursos destinados aos projetos de habitação previam que R\$ 11,6 bilhões seriam dirigidos à urbanização de favelas e R\$ 44,3 bilhões para novas moradias. A autora completa dizendo, que do ponto de vista das fontes de investimento na área de habitação, R\$

10,1 bilhões teriam origem no OGU (Orçamento Geral da União), R\$ 42,0 bilhões no setor privado (SBPE ou cadernetas de poupança), R\$ 17,7 bilhões na contrapartida de Estados e Municípios e o restante no FGTS, com uma pequena componente de outros fundos.

Para a autora, o PAC passou a contribuir fortemente com o crescimento do país tanto no que diz respeito ao PIB quanto à geração de empregos formais, ainda que os inícios efetivos das obras dos grandes projetos de infraestrutura tenham levado bom tempo (MARICATO, 2015).

1.3.4.3 O PMCMV e o mercado imobiliário

O Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), lançado em 25 de março de 2009, durante o governo Lula, foi para Porcionato (2017), sem sombra de dúvida, um divisor de águas no que diz respeito à intervenção governamental na política habitacional brasileira. Apesar, segundo a autora, de o governo não apresentar uma proposta de política habitacional em si, o programa acabou por assumir essa postura, pois suas diretrizes representariam a proposta do governo no setor da habitação.

Na visão de Maricato (2015), o programa foi lançado com o objetivo de impulsionar a construção de moradias como forma de reagir à anunciada crise internacional que eclodiu em outubro de 2008. A autora esclarece que os números do IBGE apontaram o forte impacto da crise sobre o emprego que acusou queda sensível no final daquele ano. Maricato (2015) informa ainda, que além de constituir uma proposta virtuosa anticíclica, o PMCMV significou a retomada de conceitos antigos, vigentes durante o Regime Militar sobre a promoção de moradias, apesar das diferenças localizadas principalmente na proposta do Fundo Garantidor da Habitação Popular (FGHab) e nas medidas relativas à regularização fundiária.

Desta forma, o PMCMV acabou por englobar duas vertentes do mercado, as quais assumiam focos diferentes: uma com caráter social estando voltada a promoção de moradia para pessoas e famílias de baixa renda, sobre

tal vertente, observamos uma ampla e histórica gama de estudos e debates contidos na literatura acerca da atuação do Estado na habitação; a segunda vertente está relacionada ao que Shimbo (2010) denominou de “habitação social de mercado”, ou seja, também para pessoas com rendimentos inferiores, mas que ainda conseguem assumir os custos de compra da moradia, por meio de financiamento de longo prazo e juros subsidiados.

No discurso predominante em relação aos objetivos oficiais, a diminuição do déficit habitacional brasileiro, se destacava como foco do PMCMV, por meio da concessão de crédito para aquisição e construção das unidades habitacionais demandadas. A oferta apresentada segmentava os futuros beneficiados, por diferentes faixas de renda.

O programa abrangia famílias com comprovação de renda mensal de até três salários mínimos (R\$ 1.350,00), faixa 1 do programa; entre três e seis salários mínimos, faixa 2; e entre seis e dez salários mínimos, faixa 3. Assim, o programa era posicionado como uma proposta social de oferta de moradia para população de baixa renda, concomitantemente a uma abordagem de mercado, por meio da oferta de crédito e subsídio para população com condições financeiras de compra das unidades habitacionais (BRASIL, 2009).

Por consequência, a primeira faixa do programa previa o Governo Federal como responsável pelo subsídio às empresas construtoras e/ou incorporadoras encarregadas pela implantação das unidades habitacionais. As demais faixas colocavam as construtoras e/ou incorporadoras como principais responsáveis pela realização do empreendimento, como pela sua comercialização, cabendo ao Governo Federal subsidiar parte do investimento e a promoção da oferta de crédito (juros baixos e financiamento facilitado).

1.3.4.4 O PMCMV em 2020

As condições apresentadas no início de 2020 pela Caixa Econômica Federal para o PMCMV, contempla moradias em áreas urbanas para famílias com renda familiar de até R\$ 7.000,00 por mês. O programa é oficialmente

oferecido em parceria com estados, municípios, empresas e entidades sem fins lucrativos. A promoção do MCMV em 2020 é apresentado tendo como base o argumento utilizado pelo Governo Federal “que o programa vem mudando a vida de milhares de famílias brasileiras”, a Caixa Econômica Federal (CEF) reforça em seu website, tratar-se de uma “oportunidade para quem precisa”, e ainda que o programa também “promove o desenvolvimento do Brasil” (BRASIL, 2020).

Segundo a CEF (2020), as quatro faixas de renda contempladas, são:

Famílias com renda de até R\$ 1.800,00:

Faixa 1 - Financiamento de até 120 meses, com prestações mensais que podem variar de R\$ 80,00 a R\$ 270,00, conforme a renda bruta familiar. A garantia para o financiamento é o imóvel que você vai adquirir. Assim, “fica muito mais fácil realizar o sonho da casa própria” argumenta no seu website a CEF.

Famílias com renda de até R\$ 2.600,00:

Faixa 1,5: o imóvel pode ser adquirido com taxas de juros de 5% ao ano e até 30 anos para pagar e subsídios de até 47,5 mil reais.

Famílias com renda de até R\$ 4.000,00:

FAIXA 2: Para famílias com renda bruta de até R\$ 4.000,00, com subsídios de até R\$ 29.000,00.

Famílias com renda de até R\$ 7.000,00:

FAIXA 3: Para famílias com renda bruta de até R\$ 7.000,00, o Programa oferece taxas de juros diferenciadas em relação ao mercado.

Para a contratação, seguindo informações da CEF (2020), as famílias interessadas com renda mensal menor que R\$ 1.800,00 deverão se inscrever na prefeitura da sua cidade ou numa entidade organizadora para iniciar o processo de seleção. Já para as famílias com renda mensal até R\$ 7.000,00,

além de poder contratar por meio de uma entidade organizadora, pode também contratar de forma individual.

1.3.4.5 A crise do PMCMV em 2020

Segundo Castro (2020), os subsídios destinados ao programa Minha Casa Minha Vida, os quais operam com auxílio dos recursos do FGTS, proporcionando às famílias com renda entre R\$ 2.600,00 e R\$ 4.000,00 na hora de ter acesso ao financiamento, sofreram importantes cortes. A autora esclarece, que essa foi uma das aprovações do governo no dia 19/02/2020, durante a reunião do Conselho Curador do FGTS.

Um outro corte que preocupa os beneficiários do programa, como acrescenta Castro (2020), é em relação ao novo orçamento do MCMV. A autora aponta, que a partir de 2021, haverá um corte de R\$ 500 milhões por ano até 2023. Isso significa, como ela esclarece, considerando que no ano de 2020 o valor para subsídios é de R\$ 9 bilhões. Para 2021, o montante cairá para R\$ 8,5 bilhões; R\$ 8 bilhões, em 2022; e R\$ 7 bilhões, no ano de 2023.

De acordo com a autora, durante a referida reunião, o conselho aprovou o valor que o FGTS repassará à Caixa Econômica Federal a título de remuneração como agente operador único das contas dos trabalhadores. Ao todo, o valor repassado ao banco será de R\$ 2,643 bilhões, dividido em 12 parcelas (CASTRO, 2020).

A autora acrescenta, que o cálculo é baseado no patrimônio do fundo durante o mês de dezembro do ano anterior e segue a nova lei do saque do FGTS, que reduziu o percentual do patrimônio de 1% para 0,5%, desde de janeiro de 2020. A partir do momento que o programa Minha Casa Minha Vida foi criado em 2009, como apurado pela autora, até o ano de 2019, o FGTS concedeu R\$64,897 bilhões em subsídios. Até o início de 2019, 5,5 milhões de unidades habitacionais haviam sido entregues aos beneficiários (CASTRO, 2020).

Hoje, na visão de Castro (2020), o programa ainda vive uma crise em seus sistemas. A autora aponta, que segundo a Caixa Econômica Federal, responsável pelos financiamentos, por conta do atraso nos repasses de verba mais de 2 mil famílias deixam de entrar no Minha Casa por dia. Contudo, para tentar uma solução de contorno ao sistema, o novo ministro do Desenvolvimento Regional, Rogério Marinho, conseguiu a liberação de 47 milhões de reais para uso do programa. A questão, como observado, possui influenciadores políticos e econômicos, a pesar das decisões aqui relatadas, o futuro do PMCMV ainda é incerto.

1.4 Um balanço crítico das políticas habitacionais

Utilizando como referencial a conjugação das visões de Harvey (2014) e Lefebvre (2008), apresentadas até aqui, principalmente no que tange ao suporte a análise da organização da sociedade civil voltada à economia solidária, eixo importante de pesquisa da presente tese, buscamos neste Capítulo 1, a construção de um esboço biográfico da questão da habitação no Brasil, passando pela análise dos aspectos da transição urbana observada principalmente no século XX, a qual se apresenta como importante fenômeno relacionado ao contexto habitacional brasileiro.

Observamos em destaque, a insuficiência¹¹ percebida ao longo da história, na produção e na implantação de políticas públicas voltadas à mitigação dos efeitos do déficit habitacional¹², um dos principais problemas que impactam as populações urbanas, visão esta, que recebe reforço na consideração da habitação como um dos direitos fundamentais da pessoa,

¹¹ O Observatório das Metrópoles, especialmente através de seu periódico Cadernos Metrópole, tem se debruçado na análise crítica dos efeitos e limitações do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV). Recomenda-se consultar o Dossiê ""Políticas públicas e formas de provisão da moradia" (v. 18, n. 35), disponível em: <https://revistas.pucsp.br/metropole/issue/view/1553>

¹² O déficit habitacional relativo do país, que dimensiona a carência em relação ao total de domicílios de uma região, passou dos 9,0% (6 milhões e 68 mil moradias em termos absolutos) registrados em 2014 para 9,3% (6 milhões e 355 mil) em 2015. Dados disponibilizados pela Fundação João Pinheiro (<http://fjpdados.fjp.mg.gov.br/deficit/#inicio> em 19/08/2019).

observados tanto no artigo XXV da Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), quanto no artigo 6º da Constituição Federal(1988)¹³.

A proposta de encerrar este capítulo com uma análise crítica sobre as políticas habitacionais, nos faz, com o olhar de pesquisador, ponderar sobre as diferentes perspectivas, as vezes até doutrinárias, com as quais me deparei ao longo do período de estudo.

Porém, buscando permanentemente relacioná-las aos fatos, ao concreto, nos momentos finais de conclusão do texto desta tese, acabei recebendo uma resposta tardia, via WhatsApp, de uma pergunta que havia realizado, também por esse meio, ao Sr. Fábio Schiavi, diretor da Construtora e Incorporadora Mendes Dias, especializada na implantação de empreendimentos residenciais por intermédio do PMCMV.

Ao perguntar a Schiavi sobre suas perspectivas em relação ao PMCMV, o mesmo me respondeu:

Nossas perspectivas sobre o MCMV, nesse novo governo Bolsonaro, se baseiam no fato que o governo não tem mais como subsidiar muito a parte do valor das unidades, então hoje foram introduzidos vários tipos de financiamento, inclusive, o último na semana passada com taxa fixa, que é realmente uma novidade para o Brasil (Schiavi, em resposta via WhatsApp em 01/03/2020).

Sobre essa nova modalidade de taxa fixa, para o PMCMV, Schiavi apontou como bem interessante, informando o seguinte:

É uma taxa de do 8% ao ano. Isso significa que a taxa de juros menor está substituindo o subsidio que tinha contemplado na primeira edição do programa. Então nós como incorporadores acreditamos que esse futuro do programa será mais baseado no próprio mercado, é claro que, a maior deficiência de habitação está na faixa mais baixa ainda, que algumas iniciativas aqui em São Paulo, como por exemplo

¹³ O artigo 6º da Constituição Federal de 1988, coloca que os direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição (artigo com redação dada pela Emenda Constitucional n. 26, de 14-2-2000).

foi anunciado pelo secretário estadual de habitação Flavio Amary, é aonde o CDHU vai fazer um financiamento a taxa zero, isso para rendas mais baixas (Schiavi, em resposta via WhatsApp em 01/03/2020).

A informação passada por Schiavi, está divulgada no website do Governo do Estado, com a seguinte chamada: “Secretaria da Habitação anuncia juros zero para compra de casas da CDHU” (consulta em 01/03/2020). Logo após a consideração sobre a necessidade, praticamente inevitável, na visão de Schiavi, da participação do governo, seja ele estadual ou federal, na concessão de subsídios para atendimento ao “mercado” de moradia popular, ele acrescenta:

No que se diz a respeito a faixa 2 e 3 do MCMV , como eu estava dizendo no começo, a taxa de juros menor vai facilitar, esse programa, tirando a parte de subsídio, que é a parte onde o governo, hoje está de fato sem recurso, e é aonde, cria problemas para nós incorporadores, porque não conseguimos fechar o preço de venda por falta desse recurso, e portanto, a caixa econômica não consegue fazer o repasse das unidades. Então, estamos bem otimistas no que se diz respeito ao futuro. A caixa está normalizando as operações depois de mais de um ano de sofrimento. Acreditamos que os programas dos próximos anos serão mais de mercado (Schiavi, em resposta via WhatsApp em 01/03/2020) .

As boas perspectivas para a Mendes Dias, apontadas por Schiavi, não incluem em suas incorporações, empreendimentos voltados a baixa renda. Cabe, neste sentido, interpretando a visão do profissional, o desenvolvimento de políticas públicas, tanto no âmbito estadual como no federal, para podermos observar algum tipo de ação atenuante ao efeito do déficit habitacional.

CAPÍTULO 2 - GÊNESE E DESENVOLVIMENTO DO COOPERATIVISMO E DAS COOPERATIVAS

Segundo Pinho (2004, p.116), etimologicamente cooperação vem do latim *cooperativo*, que significa ação de cooperar, uma prestação de auxílio para um fim comum.

Do ponto de vista sociológico, a autora elucida, que “cooperação é uma forma de processo social e pode ser entendida como ação conjugada em que pessoas se unem de modo mais ou menos organizado para alcançar o mesmo objetivo” (PINHO, 2004, p.116).

Do ponto de vista social, aponta Pinho (2004, p.117), a cooperação é muitas vezes considerada como processo de reforma. Para a autora, Owen, Fourier, como também, William King, assim a consideraram ao idealizar as sociedades comunitárias. Na perspectiva sociopolítico, acrescenta Pinho (2004, p.117), a cooperação é uma forma efetiva de melhoria de vida dos cooperados, introduzindo reformas por meio de partidos políticos. No aspecto legal, para ela, a cooperação é forma coletiva de organização ou sociedade na qual os direitos e os deveres dos cooperados são previamente estabelecidos, como o retorno, o exercício do voto etc.. Do ponto de vista econômico, expõe a autora, é o meio de elevar o padrão de vida dos associados.

Diferentes cooperativistas, como informa Pinho (2004, p. 117), utilizam o termo cooperação como equivalente de cooperativismo ou doutrina cooperativa. Entretanto, ela esclarece que esses três vocábulos têm sentido diferente: **cooperação** é um processo social no qual as pessoas se entreadjudam para alcançar o mesmo objetivo; quando a entreadajuda é conscientemente organizada, segundo estatutos preestabelecidos, temos as **cooperativas**; e a doutrina que visa a correção social por meio de cooperativas constitui o **cooperativismo**.

2.1 Cooperação, cooperativas e cooperativismo

Para Rebonatto (1985), a cooperação surgiu como uma proposta de organização econômica centrada no indivíduo, em meados do século XVI, de acordo com o autor, com a prática do associativismo e com o aparecimento do cooperativismo, embora o associativismo coletivista, segundo ele, estivesse presente em outras épocas, nas idéias de auxílio mútuo, nas relações de trabalho e na associação coletiva de pessoas, apresentando seus indícios nas construções de armazéns, fábricas, empresas rurais e até mesmo na constituição das repúblicas.

Assim, a cooperação sempre existiu entre os povos desde as civilizações mais antigas e pré-históricas. Para Schneider e Hendges (2006), quando pessoas unidas buscavam atingir um único objetivo, tais como os ágapes¹⁴ dos primeiros cristãos, as sociedades de pequenos artesãos, como as “tiasas e orglonas”¹⁵ entre os gregos e os “collegia” e “sodalitia”¹⁶ entre os romanos, que formaram funerárias e instituíram seguros. Tais associações foram consideradas como formas de pré-cooperativas. Os autores acrescentam que também a vida agrária dos povos germânicos da Idade Média e início da Idade Moderna, se desenvolveu sobre bases cooperativas, por meio de sistemas de drenagem, de irrigação, entre outros, e sobretudo nos “Allmendes”, nos quais, a atividade pecuária das aldeias de então, era sempre realizada em campos de pastagem coletivos.

Apontam ainda Schneider e Hendges (2006), que a produção de queijos e outros derivados do leite apresentavam uma organização, embora bastante informal, de associações de produtores de leite, tanto entre os povos do Cáucaso, quanto entre os camponeses Alpinos da Idade Média.

¹⁴ Ágapes dos primeiros cristãos, citados nos Atos dos Apóstolos, na Bíblia (que objetivam atender principalmente as necessidades de consumo dos seus integrantes)

¹⁵ Associação de cidadãos livres e escravos que objetivavam garantir o enterro e sepultura decente aos associados.

¹⁶ Colégios visavam agregar artesãos, carpinteiros, sapateiros e outros ofícios, com a finalidade de ajuda mútua e à solidariedade entre seus membros. As sodalistas possuíam caráter beneficente para garantir enterros religiosos.

Dando sustentação a visão de Schneider e Hendges (2006), Westphal (2008) observa, que o cooperativismo cujos primórdios estão relacionados às formas de ajuda mútua entre pessoas com necessidades e interesses semelhantes, tornou-se ao longo do último século, não apenas um movimento de ação na sociedade, mas principalmente uma relevante forma de organização social, possibilitando e contribuindo, para o desenvolvimento da sociedade com características mais amplas.

Como princípio e base para o desenvolvimento do sistema cooperativista, Aguiar e Reis (2002) apontam, que o homem sempre buscou, ao longo da evolução da civilização, organizar estruturas voltadas à garantia da segurança individual e coletiva, compondo sistemas de defesa, desenvolvendo ações visando prosperidade e conquistas de seus objetivos. Os autores acrescentam que em momentos históricos específicos, o sentido de organização acaba por se estabelecer por meio de tribos, clãs, castas, classes sociais, instituições etc.

Assim, para Aguiar e Reis (2002), a civilização no transcorrer do processo histórico, após o marco do fortalecimento e consolidação do entendimento do sentido de propriedade privada, como também, da concentração do homem na produção agrícola, determinou um fortalecimento dos sistemas organizacionais colocando, conseqüentemente, a importância da posse da terra como fundamento para a atividade econômica.

Cooperativas por definição, são sociedades de pessoas organizadas em bases democráticas, que objetivam além de suprir seus membros de bens e serviços, realizam programas educacionais e sociais específicos (PINHO, 2004, p.124).

Para Westphal (2008), as cooperativas são entendidas como união e organização de pessoas que se agrupam voluntariamente para satisfazerem interesses e necessidades econômicas, sociais e culturais, sendo a gestão pautada pela democracia.

Os serviços, objetivos sociais das cooperativas, não possuem intuito lucrativo, em oposição às empresas capitalistas, que utilizam a prestação de serviços como meio para atingir a maior lucratividade possível. Já na cooperativa, como apresenta Pinho (2004, p.124), a satisfação das necessidades dos associados é o fim da atividade econômica. Assim, acrescenta a autora, o retorno, isto é, a distribuição dos excedentes líquidos, resultantes da diferença entre o preço de venda e o preço de compra é efetuada pro rata das operações realizadas pelos associados na cooperativa.

Existem diversas definições apresentadas por autores cooperativistas, que segundo Pinho (2004, p.124), podem ser reunidas em dois grupos principais:

No primeiro grupo, estão aquelas que consideram o fim dessas sociedades, ou seja, a correção dos problemas do meio social e a prestação de serviços; no segundo, estão as definições que colocam em relevo a forma dessas sociedades, descrevendo-as como organizações democráticas de pessoas que funcionam segundo os princípios rochedaleanos (PINHO, 2004., p.125).

Entre as definições finalistas, para a autora, destacam-se a de Paul Lambert:

Uma sociedade cooperativa é uma empresa constituída e dirigida por uma associação de usuários, conforme a regra da democracia, e que visa diretamente a prestação de serviço aos seus membros e, ao mesmo tempo, ao conjunto da comunidade (pinho, 2004, p.125)..

A definição de cooperativa para Jean Romeuf, identificada por Pinho (2004, p.125), descreve que:

A cooperativa é como um agrupamento de pessoas tendo em vista atingir fins econômicos, sociais e educativos, por meio de uma empresa". Neste sentido, ressalta a autora, são também as palavras de George Lasarre: "Que são cooperativas? Modestas empresas que prestam serviços aos operários ou aos camponeses? Um tipo particular de empresas submetidas a regras peculiares? São tudo isso e muito mais. São um poderoso movimento popular portador de grandes esperanças.

Outras definições, porém, esclarece Pinho (2004, p. 125), destacam principalmente a finalidade econômica da cooperativa, ou mesmo a forma, como descrito no estatuto do Haiti, conforme documento do Conselho Interamericano, Econômico e Social:

Uma associação de pessoas naturais que, havendo reconhecido a semelhança, de suas necessidades econômicas, reúnem-se para satisfazer a essas necessidades mediante uma empresa. Destacam-se nesse último, uma forma de atividade econômica cooperativista de produção de consumo, de crédito etc.; forma de repartição das sobras líquidas; forma autogestionária etc.(PINHO, 2004, p.125)

Elucidando sobre os princípios e o próprio desenvolvimento do cooperativismo, Westphal (2008) observa tratar-se de um movimento que organiza as cooperativas, entendidas como organizações de interesse social e econômico, pautadas por princípios orientadores tanto do próprio movimento, quanto das cooperativas enquanto organizações econômicas e sociais. Estes princípios, aceitos e zelados internacionalmente, e cujo zelo se viabiliza primordialmente por meio da Aliança Cooperativa Internacional (ACI)¹⁷, definida pela participação livre e voluntária, processo decisório democrático, ação econômica dos associados, autonomia e independência, educação e formação continuada, cooperação com outras cooperativas e ação comunitária.

Com isso, Westphal (2008) destaca, que as cooperativas são uma forma de organização particular e diferenciada em relação a outros formatos empresariais ou institucionais. Na sociedade cooperativa, há uma identidade entre detentores do capital, ou seja, proprietários dos meios de produção, os dirigentes, que são, aqueles que detêm o poder de decisão e entre aqueles que utilizam dos serviços produzidos e fornecidos pela própria cooperativa, sendo eles: os clientes e os usuários.

Desta forma, segundo Schneider e Hendges (2006), se pudéssemos conceituar o Movimento cooperativo em apenas uma palavra, diríamos solidariedade. Tal sentimento, acrescentam os autores, integra a personalidade humana, umas vezes mais, outras vezes menos. Eles concluem esclarecendo que sempre soubemos o significado de tal palavra, mas, que a pratiquemos, já é um pouco mais complexo.

¹⁷ Sobre a ACI, será apresentada mais adiante análise específica, abordando sua criação em Londres, no ano de 1895, visando dar continuidade a obra dos “Pioneiros de Rochdale” (PINHO, 2004, p.69). E que atualmente com sede em Bruxelas, Bélgica, é o órgão de representação das cooperativas do planeta. A ACI, pela primeira vez em mais de 100 anos, foi dirigida por um não-europeu, Roberto Rodrigues (brasileiro que dirigiu a entidade de 1997 até 2001).

Para desvelar tal complexidade Aguiar e Reis (2002) apontam que a produção inicial com o objetivo da subsistência, acabou por gerar acúmulos de excedentes, proporcionando assim, a gênese do mercado de bens produzidos, tendo o sistema de escambo e posteriormente a moeda como meios de intermediação das trocas.

Os autores acrescentam que na segunda metade do século XVIII, com o advento da Primeira Revolução Industrial e concomitante expansão dos mercados, tivemos a conversão da moeda em bem de investimento, sendo transformada em capital e colocada como referência de produção. Assim, a posse da terra, conseqüentemente, segundo Aguiar e Reis (2002), sai da centralidade da economia, dando lugar ao capital como estratégia de acumulação de riqueza e de meio de realização de interesses pessoais.

Costuma-se dizer que as raízes da cooperação ou da entreajuda são encontradas desde os primórdios da vida social. Segundo Pinho (2004,p.125), os babilônios, por exemplo, já praticavam uma certa forma de arrendamento de terras para a exploração em comum; a autora acrescenta que os gregos e os romanos conheciam sociedades de auxílio-mútuo para funerais, seguros etc; ela argumenta também que os primeiros cristãos esboçaram rudimentos das cooperativas de consumo ao escolher um grupo de pessoas encarregadas de aprovisionamento de gêneros alimentícios.

A produção e o consumo em comum, típicos dos monastérios medievais são interpretados, segundo Pinho (2004), como cooperativas integrais por alguns estudiosos. Ela acrescenta que outros indicam as corporações de ofícios e as sociedades de auxílio mútuo da Idade Média como esquemas elementares de cooperativas ou pré-cooperativas. Com a Revolução Industrial, na metade do século XVIII, na Inglaterra, apareceram as condições favoráveis ao desenvolvimento de cooperativas, sobretudo, o desemprego tecnológico, as novas técnicas de produção e as crises cíclicas, que se repetiam a cada sete ou dez anos (PINHO, 2004, p.126).

Conforme Pinho (2004, p.126), inspiradas nos socialistas utópicos do início do século XIX, principalmente na França e na Inglaterra, em um primeiro momento, a forma original dessas associações despertou várias suspeitas e oposições dos poderes constituídos. A autora defende, que o procurador-geral

da cidade francesa de Lyon, ao tomar conhecimento da cooperativa de consumo lá fundada, no ano de 1835, comunicou o fato ao prefeito, escrevendo que “a polícia descobriu desusado gênero de comércio que parece ser a máscara de uma associação ilícita” (PINHO, 2004, p.126).

2.2 Os socialistas espiritualistas (utópicos) associacionistas

Em relação ao surgimento da corrente dos socialistas espiritualistas, chamados utópicos, Hugon (1984, p. 165), observa:

Esta corrente socialista surge com o advento da grande indústria e desenvolve-se sobretudo até à época em que apareceu "O Capital", de Marx: estende-se, pois, de fins do século XVIII ao ultimo terço do século XIX. Difunde-se, principalmente, na França e na Inglaterra. Os autores desses dois países lhe imprimirão as formas mais conhecidas e os seus filósofos vão fornecer-lhe os traços característicos mais acentuados, exceção do marxismo que, mais tarde, irá buscar na filosofia alemã a própria essência do seu pensamento.

Esse socialismo utópico apresenta, na visão de Hugon (1984, p.165), duas características principais: espiritualista e voluntarista, sobre as quais o autor descreve, iniciando pela espiritualista como:

Não materialista, está todo impregnado de um ideal de justiça e de fraternidade. Com a melhoria do meio econômico busca realizar mais do que um acréscimo de bem-estar material, ou seja, uma organização social equitativa e mais justa repartição *per capita*. Este o ideal jamais abandonado por Owen, Fourier, Saint-Simon ou Proudhon. Esse, também, o traço que melhor definirá esse socialismo.

Em relação a característica voluntarista, também conhecida como não determinista, observa-se segundo o autor, uma crença no poder da razão para descobrir as falhas da organização econômica existente e os re- médios conducentes a essa melhoria. A característica socialista voluntarista, para Hugon (1984, p.165), inspira-se na tradição da liberdade de Descartes, contrapondo-se à dialética de Hegel. Admite, segundo ele, a possibilidade de atuar a vontade humana sobre a evolução econômica, de modo a reforma-la, orientando-a no sentido do progresso. Hugon (1984, p.165), acrescenta:

Por acreditar na possibilidade de uma ação progressiva, por confiar nas forças humanas e morais, é este socialismo otimista. E por isso evita, na maioria das vezes, o emprego de toda e qualquer violência para a consecução do seu objetivo. Tal objetivo, ou seja, a correção do liberalismo à medida que os resultados econômicos parecem maus poderá ser alcançado de diferentes maneiras. A despeito, pois, da homogeneidade dos, seus traços característicos, apresenta o socialismo espiritualista, ao ser aplicado, inúmeras modalidades. Alguns socialistas espiritualistas procurarão transformar o liberalismo, utilizando-se sobretudo da associação. Outros procurarão atingir o mesmo objetivo, atuando sobre a produção e, particularmente, sobre a produção industrial. Finalmente, julgarão outros indispensável, antes do mais, a modificação do regime de trocas, se é que se deseja realizar a necessária reforma da sociedade.

Segundo Hugon (1984), é possível distinguir no socialismo espiritualista, três correntes principais: a corrente associacionista, a industrialista e a corrente de trocas. Desta forma, elucida o autor, o socialismo associacionista vê, no regime de livre concorrência, a principal causa de um vicioso estado econômico e social. Para Hugon (1984), à livre concorrência caberá a responsabilidade da má produção e da injusta repartição das riquezas. Seus adeptos vão procurar suprimir o regime da livre concorrência, respeitando, todavia, a liberdade, que para o autor, trata-se de problema difícil, cujo estudo e solução se entregaram inúmeros sistemas socialistas.

O autor acrescenta, que a solução, para os associacionistas, está, na transformação do meio econômico e social. Segundo ele, o indivíduo isolado, “célula econômica do mundo clássico”, seria substituído pela associação, constitutiva do novo meio ambiente. Por esta forma, aponta Hugon (1984), o antagonismo dos interesses privados, oriundos da concorrência, seria substituído, nos setores da produção e da repartição, pela colaboração destes mesmos interesses, decorrentes da associação. Ele expõe ainda, sobre o socialismo associacionista, que:

Os associacionistas dão ênfase ao que, em Sociologia, se chama* de etiologia, ou seja, a subordinação do indivíduo ao meio. Transferem para o campo da economia a teoria biológica de Lamarck, para daí deduzir a possibilidade de transformar o homem através da influência de um novo meio ambiente. Esse meio ambiente não existe no estado natural; é preciso criá-lo. E tão profunda é a convicção de alguns associacionistas de existir essa força de atração e persuasão

por parte da associação, que, segundo eles, bastará dar a conhecê-la ao homem para que este a adote livremente. Pensam outros ser indispensável uma autoridade superior que a imponha. Daí, duas principais correntes associacionistas: uma liberal, outra autoritária. O associacionismo liberal constitui a transição do liberalismo clássico ao socialismo: o associacionismo autoritário prenuncia o socialismo marxista (HUGON, 1984, p.166).

2.3 A corrente associacionista liberal

Com o passar do tempo, acrescenta Pinho (2004, p.126), essas sociedades começaram a ser aceitas, multiplicando-se em diversos países, por influência de pensadores como Owen, William King, Buchez e outros. Considera-se, entretanto, segundo a autora, que em 1844 o ano “oficial” de seu nascimento, 28 tecelões de Rochdale (Inglaterra) sistematizaram as regras fundamentais a respeito do funcionamento das cooperativas.

Assim, argumenta Pinho (2004, p.126), enquanto os pioneiros de Rochdale se dedicavam às cooperativas de consumo, multiplicavam-se outros tipos de cooperativas. Por volta de 1848, na França, os operários organizaram-se em cooperativas de produção, sob influência de Buchez; na Alemanha e na Itália, Schulze, Raiffeisen, Luzzatti e outros fundaram as cooperativas de crédito.

No século XX, acrescenta a autora, principalmente depois da Primeira Guerra Mundial, ocorreu o fortalecimento das cooperativas e sua expansão pelos diversos continentes.

Segundo a visão de Pinho (2004, p.126), entende-se por cooperativismo, a doutrina que deu base teórica às realizações cooperativistas, a qual surgiu em fins do século XIX, por intermédio dos trabalhos realizados por Bratriz Webb e, principalmente, de Gide. Importante ressaltar, destaca a autora, que a doutrina cooperativa é posterior à prática ou às cooperativas.

Desta forma, podemos colocar a cooperativa como uma espécie de Associação¹⁸ que visa a prestação de serviços aos seus associados, serviços estes que podem ser de várias ordens, daí surgiram as Cooperativas de Trabalho, de Educação, de Consumo, de Crédito, as Agrícolas, Agropecuárias, as Habitacionais etc.(CASTELO, 1999).

Partindo da premissa que a existência da economia se justifica como meio para prover à população serviços e bens conforme a necessidade da mesma, Aguiar e Reis (2002), expõem que uma variedade de possibilidades de organizações econômicas foram desenvolvidas pelo homem no transcorrer da história.

Foi nesse cenário, acrescentam os autores, que o mercado presenciou o nascimento da Economia Social, que teve como pilares o associativismo, o cooperativismo e o mutualismo¹⁹, os quais, para os autores, consideram e priorizam como centro de suas ações, o ser humano.

Assim, segundo Aguiar e Reis (2002), com o homem no centro das ações, solidariedade e democracia, se posicionam como fundamentos estruturantes dos objetivos da Economia Social, enfatizando à distribuição equilibrada, pelo homem e para o homem, do trabalho e dos benefícios gerados por esse sistema.

Com centralidade com foco no humanismo e na visão do solidário, para Pinho (2004), as organizações tendem a possuir formação constituída por

¹⁸ Castelo (1999), prefere em seu trabalho conceituar as Cooperativas como espécies do gênero Associação, porque em não visando a obtenção de lucro, muito embora exerçam uma atividade econômica, mais difícil seria enquadrá-las como sociedade civil, cuja existência não se pode conceber sem fins lucrativos. Didaticamente, a autora, pensa também que a melhor forma de transmitir a idéia do que seja uma Cooperativa é conceituá-la como espécie do gênero Associação e não sociedade. Ademais, acrescenta ela, a nossa Constituição Federal conceituou as Cooperativas como espécies do gênero Associação (arts. 5º, § XVIII, e 174, § 2º), tendo assim também o feito a Aliança Cooperativa Internacional (art.18, Estatutos modificados no Congresso de Praga, em 1948).

¹⁹ Sistema baseado filosoficamente na solidariedade, posicionando-se na perspectiva humana e familiar. Trata-se de uma instituição com características de proteção, pois visa a segurança do indivíduo e sua família em relação aos riscos impostos pelas questões sociais e econômicas. (Figueiredo, 2000).

cidadãos livres, compondo instituições baseadas em empreendimentos com forte viés tanto econômico, como social, suportados por sistemas autogeridos democraticamente, que abrangem relações sociais como importantes representações voltadas a cooperação e solidariedade. Segundo a autora:

Um termo usado amplamente no sentido de obrigação solidária ou dívida solidária. Segundo o novo Código Civil, no Capítulo Das Obrigações Solidárias, a solidariedade não se presume, resulta de lei ou da vontade das partes. Cada um dos credores solidários 'tem direito de exigir do devedor o cumprimento da prestação por inteiro'. Há solidariedade quando na mesma obrigação concorre mais de um credor, ou mais de um devedor, cada um com dinheiro, ou obrigado, à dívida toda'(art. 264). Se o pagamento for feito a um dos credores solidários, a dívida se extingue até o montante do que foi pago (art. 269). Se a prestação da dívida não for paga por culpa de um dos devedores solidários, o encargo de pagar o equivalente subsiste para todos, mas apenas o culpado responde pelas perdas e danos (art. 279) (PINHO, 2004, P.287).

A partir do contexto descrito até aqui, o eixo da análise que segue complementa a apresentação dos fundamentos e conceitos desse tipo de organização econômica e as diferentes combinações que definiram seus formatos no transcorrer do tempo, até apresentar a chamada Economia Popular Solidária.

As primeiras idéias, esclarecem Aguiar e Reis (2002), surgiram na Inglaterra e na França, que eram os principais centros de irradiação da cultura econômica. Assim, segundo eles, para melhor compreensão das contribuições dos autores em cada ambiente histórico, a seguir apresenta-se o desenvolvimento cronológico das primeiras experiências desse tipo de organização econômica, a começar pela Inglaterra e, posteriormente, com França.

2.4 O pensamento econômico cooperativista na Inglaterra e seus percursos

Os registros iniciais a respeito do pensamento econômico cooperativista, como aponta Pinho (1977. p. 74), estão associados a Pieter Corneliszoon Plockhoy, um holandês radicado na Inglaterra, responsável pela publicação, no ano de 1959, de um ensaio denominado de "Os procedimentos que torne felizes os pobres desta Nação e Outros Povos. Plockhoy, segundo a autora,

buscava organização muito próxima ao que seria uma cooperativa, a qual acabou por ser criada, preconizando a união de famílias ou pequenos grupos econômicos, estruturados por agricultores, artesãos, marinheiros e professores de artes e ciência. Desta forma, cada membro do grupo, participaria como possível, com: animais, mão de obra, contribuição em dinheiro, terras, meio de transporte, tudo em prol do bem coletivo.

Segundo Oliveira (1979), um outro nome de relevância para o pensamento econômico cooperativista foi o do inglês John Bellers, socialista que viveu entre os anos de 1654 e 1725. Bellers, contribuiu com a publicação da obra “Proposições para a Criação de uma Associação de Trabalho de Todas as Indústrias Úteis e da Agricultura”, onde avaliava a viabilidade da formação de colônias cooperativas de trabalho, que deveriam ter sua composição definida entre “300 à 3.000 associados, visando expurgar aqueles que não agregavam valor ao processo produtivo, consequentemente eliminando despesas pela simplificação da estrutura, evitando também, os lucros dos intermediários e dos demais agentes inúteis ao processo produtivo, incluído neste caso, também os honorários de advogados.” (Oliveira, 1979, p. 19). Os resultados na visão de Bellers, seriam reinvestidos na entidade para o fortalecimento da capacidade produtiva, como também, para serem distribuídos entre os membros da associação na proporção equivalente a participação de cada um.

Cabe a observação, pelo apresentado até aqui, que a visão em geral desses percussores estava principalmente voltada ao universo das idéias, com relevância para o fato de conterem fundamentos para o desenvolvimento futuro de ações. Contudo, esclarece Oliveira (1979, p.20), faltavam-lhes efetividade além das sistematizações das idéias. Porém, este contexto de conceitos e teorias, acrescenta ele, acabou por influenciar outros pensadores no transcorrer do século XIX, que passaram a perceber e adotar tais conceitos como uma espécie de antídoto às práticas do liberalismo econômico e pela gravidade das repercussões da Primeira Revolução Industrial no meio operário, momento no qual, crises cíclicas agravavam as condições de vida dos trabalhadores, considerando inclusive, a ausência de legislação trabalhista e

previdenciária, quando também eram proibidas associações de qualquer natureza, voltadas a defesa dos interesses de classes profissionais (OLIVEIRA, 1979, p.20).

Este cenário, como esclarece Pinho (1977. P.72), acabou por evidenciar a tensão entre os interesses sociais e os interesses individuais, visto que, a desigualdade social se tornava cada vez mais evidente, com o enriquecimento de um grupo minoritário de empresários, contrastando com a condição crescente de miséria da classe operária. Tal tensionamento social, para a autora, teve como consequência reações contrárias as práticas do liberalismo econômico, sendo as principais, as reações socialistas e as reações intervencionistas, que resultaram no fortalecimento dos ideais cooperativistas e no surgimento das organizações cooperativas. Isto, considerando que:

As reações socialistas eram constituídas pelas doutrinas que se opunham especialmente à propriedade privada, considerando-a a responsável principal pelos males e injustiças. Neste grupo estão os socialistas em geral desde os utópicos associativistas como Owen e Fourier até os marxistas e pós-marxistas (revolucionários e reformistas) (PINHO, p.72).

Sobre as reações intervencionistas, a autora expõe que:

Elas procuravam evitar os excessos de liberdade econômica através da submissão ao controle de uma determinada entidade, ou seja, o estado, a família, a igreja etc., à qual caberia assegurar a harmonia entre os interesses particulares e o interesse geral (PINHO, 1977, p.72).

Imbuídos pelo sentimento de justiça e fraternidade, como informa Oliveira (1979), os já mencionados, socialistas utópicos ingleses, adotaram ações voltadas as mudanças no ambiente socioeconômico por meio de organizações sociais que objetivavam a equidade, como também, alterações estruturais na produção industrial e do trabalho, nos regimes de troca. Existia nesse caso, como esclarece Oliveira (1979), a concordância com a possibilidade da vontade humana de atuar sobre a evolução econômica, sendo que, para isso acontecer, esta deveria ser reformada e orientada no sentido do desenvolvimento.

Segundo Pinho (1977), um importante referencial na busca do ideal cooperativista está diretamente relacionado a Robert Owen, filho de artesãos e um dos maiores industriais da Europa na época. A autora esclarece, que Owen demonstrava forte preocupação com o desemprego no período da Primeira Revolução Industrial e que o mesmo, publicou duas obras intituladas *New View of Society* (1812) e *Book of the Moral World* (1820). Sobre Robert Owen, Hugon (1984, p. 167), comenta:

Robert Owen foi um dos mais originais representantes do socialismo associacionista. O pensamento socialista nenhuma novidade era, aliás, para a Inglaterra: exprimiram-no, sob uma forma utópica, Thomas Morus²⁰ e Harrington, nos séculos XVI e XVII. Perpetuara-o. Godwin, de maneira mais científica, no século XVIII. E, no século XIX, o associacionismo nada mais faria do que continuar uma antiga tradição socialista, sob uma forma mais ajustada à evolução da economia e às necessidades práticas da época.

Considerado o pai do socialismo Inglês por vários historiadores do cooperativismo, Owen planejava a ligação direta entre os produtores e os consumidores. Combateu o lucro e a concorrência, responsáveis pelos males, injustiças sociais e pela deturpação do meio social (Pinho, 1977).

Como referencial histórico, relacionado ainda as ações de Owen, Oliveira (1979) esclarece, que na postura de um “industrial ativista”, Owen muito jovem ainda, teve sob sua direção importante fábrica de fios de algodão na Escócia, a qual transformou (ou pelo menos pretendeu transformar) em uma colônia-modelo, onde os trabalhadores se tornariam “homens dignos”. Tal

²⁰ Em 1518 apareceu o trabalho conhecido sob a denominação de *Utopia*, cujo título exato é, entretanto. De *omni republicae statu, deque nova insula Utopia*, Louvain, 1518. Seu autor, excelente humanista e amigo de Erasmo, contava então 35 anos. Tornou-se, em 1531, chanceler da Inglaterra, tendo sido condenado à morte e decapitado em 1535. Católico fervoroso, foi a sua fé, sustentada com firmeza, a causa da sua desgraça. A Igreja Católica inscreveu-o na lista dos santos. (Ler: O Bem-aventurado Thomas Morus, na Coleção dos Santos do Abade Brémond, 1904.) A *Utopia* contém a primeira explanação de um comunismo econômico e igualitarista. Contém, também, a obra, uma parte dedicada à crítica das instituições, da política e dos costumes da Inglaterra no século XVI. As melhores edições são: a inglesa publicada em Oxford, em 1895; *The Utopia of Sir Thomas Morus*, e francesa: *L'Utopie: Introduction et Notes par Marcelle BOTTICELLI-TISSERAND*. Sobre a utopia em geral e a de Morus em particular, ler SERVIER, J.: *Histoire de l'Utopie*, Paris, 1967 (HUGON, 1984, p.167).

terminologia era utilizada por Owen como uma oposição às insalubres condições de trabalho dos operários, que possuíam jornadas longas, remuneração insuficiente, segurança no ambiente de trabalho abaixo dos limites razoáveis, como também, falta de higiene e conforto. Sobre este momento na vida de Owen, Hugon (1984, p.167), observa:

Robert Owen, personalidade carismática, importante industrial, já nos primórdios do século XIX e com uma energia que jamais esmorecia, procurava buscar uma solução para o problema social e econômico. A palavra de ordem, em toda sua vida, seria: agir! A despeito da falta de êxito das suas iniciativas, destaca-se a persistência da sua coragem. Owen deve, por conseguinte, ser compreendido, antes pelos atos que caracterizaram sua vida do que pelos seus livros.

Aliás, seus trabalhos doutrinários, segundo Hugon (1984, p.167) são pouco interessantes. O autor acrescenta que:

Faltavam às suas idéias filosóficas e à sua cultura geral, profundidade e extensão. Limitado também era o seu espírito crítico. Em compensação, sua obra prática é, entretanto, importante e de grande valor, quer em si mesma, quer em suas consequências.

Na mencionada colônia-modelo, criada por Owen, as crianças, acima de dois anos, eram educadas em escolas. Ele também reduziu de 17 para 10 horas a jornada de trabalho, os menores de 10 anos foram proibidos de trabalhar. Além desses diferenciais para a época, Owen, criou outros benefícios, como: amparo à velhice, até então desconhecido, e medidas previdenciárias, como assistência aos doentes e inválidos. Ele Introduziu melhoramentos na alimentação e no alojamento dos operários, instalando inclusive refeitórios (OLIVEIRA, 1977).

Segundo Hugon (1984, p.168), graças à energia realizadora de Owen, em doze anos ele tornou sua empresa uma indústria modelo, verdadeiro centro de peregrinação aristocrática, pela qual a Europa inteira passou a ter interesse. A despeito da divulgação das suas iniciativas pela Inglaterra e pelo continente, o autor acrescenta, que mesmo com poucos patrões seguidores do seu exemplo, Owen não esmoreceu, voltou-se para o governo e pleiteou a obrigatoriedade dos patrões realizarem o que espontaneamente não

desejavam fazer em prol dos seus operários. Com esse objetivo vai a Londres. Defende com ardor sua causa junto às altas personalidades de seu país. Dirigindo-se também aos governos estrangeiros (HUGON, 1984, p.168).

Segundo Oliveira (1979), ao observar a inércia e a má vontade dos patrões e do Estado, Owen mudou-se, em 1824, para a América do Norte, onde fundou, com 2.500 operários ingleses, cinco comunidades agrícolas, sendo elas: *New Harmony* (1825-1827), *Vally Forge Community* (1825-1826), *Blue Springs Community* (1826-1827), *Yellow Springs Community* (1826- 1827) e *Rendal Community* (1827-1827) (Oliveira, 1979). Essas comunidades agrícolas, estavam baseadas na idéia de propriedade coletiva, onde a divisão era realizada conforme as condições e necessidades de cada um.

Como acrescenta Oliveira (1979), Nenhuma comunidade obteve sucesso, elas fracassaram, devido a diversos fatores peculiares à época e à região, como: baixa qualidade dos produtos, produção em excesso, falta de controle na projeção e utilização dos recursos, falta de integridade por parte de administradores que estabeleciam relações escusas com os comerciantes, o próprio caráter simplista do mecanismo demonstrava despreparo para os níveis esperados de cooperação. (Oliveira, 1979).

Retornando à Inglaterra, Owen chegou com o firme propósito de que o verdadeiro cooperativismo emergia da solidariedade, do esforço e da iniciativa espontânea dos homens, não de esquemas preestabelecidos ou de desenvolvimento de novos meios como as colônias. Não esmorecendo, mas com objetivos mais realistas, buscou, através de associações de trocas de produtos, preparar o terreno progressivamente para a modificação da sociedade econômica existente. A transformação começaria por corrigir algumas falhas consideradas essenciais, voltando-se novamente à instituição do lucro como responsável por crises econômicas violentas, como esclarece Hugon (1984, p.169):

Owen pensava, com efeito, em constituir o lucro como um dos vícios mais graves e perniciosos da economia: grave por simbolizar ele a

desigualdade social, aumentando-a e perpetuando-a; pernicioso, porque, ao se integrar no preço de custo (que é o justo preço), vai este lucro tornar impossível ao operário a aquisição do produto do seu trabalho, acarretando, em consequência, o subconsumo que, para Owen, constitui a principal causa das crises. Este perigo lhe parece tanto maior quanto acabava de se manifestar, de maneira particularmente violenta, a crise de 1815.

Para Owen, o lucro materializava-se na moeda. Ele julgava então, que seria suficiente a supressão da moeda, para que fosse suprimido o lucro. Assim, propôs a substituição da moeda por bônus de trabalho ("*labour notes*"). Ele julgou também, ser o trabalho a causa única e medida do valor, desta forma, sugeriu que cada bônus representasse uma hora de trabalho e cada um dos produtos valesse tantos bônus quantas fossem as horas de trabalho exigidas para fabricá-lo, o que resultaria, conforme esclarece Hugon (1984, p.169), em um sistema de trocas, onde:

A troca dos produtos seria feita em função do seu valor-trabalho: o justo preço estaria, assim, assegurado, e suprimido o lucro. Colocou-se Owen em ação na execução desse projeto. Organizou, em Londres, em 1832, o "*National Equitable Labour Exchange*", uma espécie de cooperativa, que receberia o produto do trabalho de cada um dos associados e os trocaria, de acordo com a sua estimativa, em bônus de trabalho.

Segundo Schneider (1999), os problemas logo apareceram, na forma de produtos com preços altos e de difícil troca. O autor esclarece, que Owen então, criou a Bolsa de Troca, uma espécie de sistema que objetivava a venda dos bens produzidos pelos operários para, desta forma, realizar com a troca, o valor integral do produto. Owen, como expõe o autor, visava ver triunfar, sobretudo, a idéia de associação, que acreditava ser necessária para a realização do Novo Mundo Moral, a ser formado através de um vigoroso esforço educacional junto à classe operária e inspirado na visão da religião racional, que era segundo Schneider (1999), uma seita de caráter religioso que foi constituída por muitos seguidores de Owen, baseada na "benévola filantropia universal" e na vivência comunitária, com a propagação da cooperação em geral, sem vinculação às cooperativas ou sindicatos da época.

Tal religião racional, para Schneider (1999), propunha em substituição às religiões convencionais com as quais havia rompido. Mas, segundo o autor,

mesmo com todos os entraves, Owen não se cansou de difundir suas idéias através de palestras, ou por livros, ou mesmo nos jornais, incorporando assim, outros personagens, que deram densidade ao Movimento “owenista”²¹, o qual se expandiria por toda a Inglaterra e por outros países (SCHNEIDER, 1991).

Características do pensamento de Owen são percebidas em práticas posteriores, como a que levou a criação, com princípios associativistas voltados ao consumo, do Banco de Trocas de Proudhon, e também, as ações dos chamados “pioneiros de Rochdale” (experiências abordadas na presente tese).

De acordo com Schneider (1991), os partidários de Owen difundiram-se em diversos grupos, no período entre 1825 a 1835, dando origem a uma variedade de sindicatos que acabaram por adotar princípios assistencialistas, visando principalmente um contorno as exigências legais que impediam a formação de entidades com esta natureza. Contudo, logo em seguida, esclarece o autor, essas entidades deram origem as cooperativas, umas apoiadas pelo movimento owenista e outras por William King, este último era um médico de importante nível cultural, que centrava suas ações na busca por soluções dos problemas estruturais existentes na organização social, passando pela reforma do ensino. William King, entendia a cooperação como uma forma, ou mesmo, um procedimento, para tratar os males da sociedade moderna, produzindo melhores alternativas à viabilização de “boa qualidade de vida”. Schneider (1991) acrescenta, que King em 1826, criou uma cooperativa de consumo em Brighton, a Brighton Society, começando com recursos próprios e com a união de pessoas que compartilhavam da sua visão.

Ainda em relação a William King, Pinho (2004, p.116) aponta que possivelmente o termo cooperação tenha sido usado pela primeira vez por King em 1890 no sentido de antônimo de concorrência. Ela acrescenta, que alguns autores atribuem o uso desse vocabulário, no sentido econômico, a Owen, que

²¹ Segundo Schneider (1999), tal termo ‘owenista’ representa a influência tanto prática, quanto teórica das obras de Owen (1812 – 1837), o qual se estende à pessoas e grupos que compartilham de tais ideais, suportados pelo pensamento de Owen para colocarem em prática, suas propostas.

teria utilizado como sinônimo de consumismo. Pinho (2004, p.116), acrescenta que atualmente esse termo é amplamente usado dentro da literatura cooperativista tanto como sinônimo de cooperativa como de doutrina cooperativista.

Como exposto até aqui, na visão de William King, era necessário a estruturação de uma sociedade baseada em contribuições mensais, as quais, após um certo período de captação, teriam um fundo abastado. Tal condição viabilizaria à compra de diversos produtos, que seriam expostos à venda, em armazéns comuns, aos cooperados. O resultado financeiro desse processo, ou seja, o lucro, seria considerado como capital coletivo, sendo novamente empregado na compra de mais produtos, os produtos inicialmente mais procurados teriam preferência neste modelo de sistema de abastecimento. Este esperado por King, círculo virtuoso, produziria duas formas do que poderíamos chamar de capitalização, composta pelas contribuições mensais e pelos lucros deste processo.

2.5 Reflexos dos pensamentos de Owen e King

Com o passar do tempo, segundo Rebonatto (1985), surgiram aproximadamente 300 cooperativas com sistemática produtiva similar a apresentada no parágrafo anterior. Contudo, não lograram sucesso, no entendimento do autor, provavelmente por razões equivalentes que evidenciaram os insucessos de Owen.

O autor acrescenta, que as denominadas *Union Shops* buscavam, no final do desenvolvimento do processo de expansão, chegarem à constituição de colônias cooperativas autônomas. Rebonatto (1985) esclarece, que o objetivo com o desenvolvimento e multiplicação, era transformar a sociedade capitalista e competitiva em uma sociedade com espírito solidário embasada no processo de cooperação. Esse ideal, aponta o autor, expõe a grande influência do pensamento de Owen e dos grupos owenistas que deram seguimento às propostas de seus precursores.

Segundo Rebonatto (1985), por meio da publicação da revista *The*

Cooperator, a partir de março de 1928, William King veiculou uma teoria que captou centenas de seguidores na Grã-Bretanha, esta revista circulou até 1838, neste período motivou a criação de inúmeras cooperativas. Com pequenas contribuições semanais em dinheiro, acrescenta o autor, os associados constituiriam um fundo comum, voltado à compra de um espaço para a comercialização dos produtos, e, com o lucro, comprariam terras ou casas para o benefício de todos associados.

É importante ressaltar, elucida Rebonatto (1985), que os princípios praticados por King, divergiam daqueles preconizados por Owen, a partir do momento em que o operário, para melhorar sua situação, não poderia recorrer ao capitalismo “generoso” e sim aos seus próprios esforços. Logo no primeiro número de *The Cooperator*, King deu a seguinte sentença: “o saber e a união são uma força, a força dirigida pelo saber é felicidade, a felicidade é o fim da criação” (Rebonatto, 1985, p. 19). Não obstante ao encerramento das atividades dessas organizações no ano de 1834, como aponta o autor, as cooperativas fundadas a partir do seu pensamento, tiveram importante influência no programa dos tecelões de Rochdale, cidade situada entre os distritos de lã e algodão de Yorkshire e de Lancashire, com aproximadamente 25.000 habitantes que estavam entre os que mais foram afetados com a crise de fome, de desemprego, de exploração brutal do trabalho e de condições habitacionais precárias.

Segundo Rebonatto (1985), os objetivos desses tecelões de Rochdale, tiveram sua formalização iniciada, a partir do momento em que Georges Jacob Holyake²², um declarado cristão socialista, que havia adquirido experiências no sistema cooperativista produzido por Owen, proferiu, em 1843, uma palestra intitulada: Ajuda-Mútua e Cooperação. O autor acrescenta, que a partir de então, esses homens começaram a discutir e a amadurecer as possíveis formas de solução para as dificuldades econômicas e sociais que enfrentavam.

²² George Jacob Holyoake, mais tarde sistematizou o pensamento e a experiência dos Pioneiros de Rochdale, sendo essa obra traduzida em várias línguas e exercendo grande influência no desenvolvimento do cooperativismo em países onde foi publicada (Luz Filho, 1961).

Seus objetivos não se limitavam a formação de uma cooperativa voltada ao consumo, visando a superação da trágica situação do proletariado, mas, segundo Rebonatto (1985), visando também a estruturação e ativação de colônias cooperativas autônomas, democráticas e autossuficientes, no interior das quais predominasse a ajuda mútua, a igualdade social e a fraternidade.

Centrados nesse objetivo socialista, os tecelões de Rochdale organizaram, o que podemos chamar de “um novo sistema de vida”: a primeira associação baseada no cooperativismo. Ao longo de praticamente um ano completo, acumularam uma pequena parte dos seus ganhos mensais, completando à soma de uma libra esterlina cada um (REBONATO, 1985).

Em 21 de dezembro de 1844, como aponta o autor, instituíram formalmente a sociedade e fundaram o armazém cooperativo de Toad Lane, no Beco do Sapo, com o nome de Rochdale Society of Equitable Pioneers (OLIVEIRA, 1979). Desta forma, criaram os pilares do movimento cooperativo moderno, com destaque para os objetivos voltados ao consumo.

Assim, a partir das visões de Schneider (1991), Rebonatto (1985), Oliveira (1979) e Pinho (2004), observamos que operários de Rochdale, com seus respectivos conhecimentos práticos do cenário no qual estavam inseridos, construíram seus entendimentos a respeito das questões sociais, políticas e econômicas, criando um sentido próprio de realidade. Tais experiências, sobretudo, confirmavam a possibilidade de melhores condições de vida, mesmo com a manutenção do salário da época. Chegaram assim, a conclusão que, para realizar tal desejo (melhores condições de vida), tinham que renunciar ao velho sistema de compras isoladas, para isso, deveriam criar uma sociedade, por meio da qual, o poder aquisitivo de cada um passaria a ser um importante vetor, para construção de uma resultante que traduziria uma capacidade de compra diferenciada, beneficiando desta forma todos os cooperados. Haja vista, que as compras em quantidade resultam em um menor valor de compra por unidade de produto adquirida. Regra básica observada no mercado.

Segundo Schneider (1991, p.37), com o armazém da cooperativa inaugurado, foi apresentado à população, com apoio e assinatura de Charles Howarth (um dos pioneiros da cooperativa de Rochdale, discípulo de Robert Owen), um texto em forma de manifesto, que continha os objetivos da iniciativa, como também, os princípios que seriam utilizados no estatuto da entidade.

O autor acrescenta, que as idéias de Robert Owen e de William King, nesse manifesto, estavam declaradamente presentes. A sociedade tinha por objetivo e como estratégia, aponta Schneider (1991, p.37) implementar ações voltadas ao interesse pecuniário e a melhoria das condições de vida dos seus membros e famílias, agrupando uma quantidade suficiente de capital dividido em participações de uma libra cada uma.

Com foco nos seus ideais, a associação viabilizou um grupo particular de projetos, que foram utilizados como meio de buscarem maiores realizações, como a melhoria da qualidade de vida dos seus integrantes (SCHNEIDER, 1991, p.37), sendo eles:

- O estabelecimento de um armazém para a venda de produtos básico, de vestuário etc.;
- Construção ou compra de um número de casas destinadas aos membros que desejam ajudar-se mutuamente para melhorar sua condição doméstica e social;
- Dar início a fabricação de produtos que sejam convenientes para gerar emprego aos cooperados, que estejam sem trabalho, ou ainda, que tenham sofrido com reduções repetidas do seu salário;
- Dar aumento de benefícios e de segurança aos membros da cooperativa, por meio da comprando ou arrendando uma ou várias terras, que serão cultivadas pelos sócios que se encontrem sem emprego ou cujo trabalho seja mal-remunerado;
- Assim que possível, a sociedade deverá envidar forças no sentido de produzir, distribuir, educar e apoiar o governo ou, em outros termos, criar uma colônia que seja autossuficiente e por meio da qual serão atendidos

os seus interesses, ou prestará ajuda a outras sociedades para estabelecer colônias desta classe;

- Para desenvolver a sobriedade, se abrirá uma Sala de Temperança, tão logo que se julgue conveniente, em uma das casas da sociedade.

Vale ressaltar, de acordo com a visão de Schneider (1991), que tais projetos ou metas, mais a frente, sob a orientação de Charles Howarth e de James Daly, então diretores legalmente eleitos em Assembléia Geral da cooperativa, formaram os pilares estatutários, a partir dos quais pretendiam desenvolver um modelo aperfeiçoado de cooperativa, inspirados pelo ideal de equidade, liberdade e fraternidade defendido por William King como os três princípios fundamentais e inter-relacionados da cultura cooperativa democrática (SCHNEIDER, 1991).

Assim, como esclarece o autor, as diretrizes foram estabelecidas, que além de servirem como referência para gestão da cooperativa de Rochdale, foram de forma progressiva, utilizadas por outras cooperativas de consumo, como também, pelas cooperativas da Inglaterra de outros segmentos. Desta forma, tal referencia, acabou por se consagrar como mundial (SCHNEIDER, 1991).

Segundo Oliveira (1979), as ações bem sucedidas dos tecelões de Rochdale, baseadas na união e na consequente composição de um grupo para comprar em conjunto produtos voltados ao seu sustento, os quais no início das atividades eram bem simples, como: um pouco de farinha, azeite, açúcar e outros gêneros de primeira necessidade, germinou de um bloco de fundamentos que, de forma geral, compõem ainda hoje, com alguns ajustes, a corrente cooperativista no planeta. Os fundamentos contidos nesse bloco, como aponta Oliveira (1979), são:

- Possibilidade de adesão espontânea e livre;
- Neutralidade política e religiosa, com prioridade para o sistema democrático baseado no resultado econômico justo;
- Prática da democracia pura, onde uma pessoa representava apenas um voto;

- Eliminação do lucro mercantil, com a devolução das sobras proporcionalmente às operações de cada um;
- Retribuição ao capital com juros limitados;
- Vendas à vista dos bens de consumo;
- Fomento à educação, para preparar as gerações futuras e garantir a continuidade do sistema.

Assim, conciliando o pensamento dos autores que foram citados em uma pretensa “condição de diálogo” até aqui, observamos que o pioneirismo dos operários de Rochdale é considerado marco. Haja vista, ter desencadeado um movimento cooperativista global, passando a ser utilizado inclusive como principal referência para outros sistemas, como o de fabricação, o de crédito, o de educação, o de serviços, e de uma forma geral, para o cotidiano urbano ou rural, onde a coletividade objetive melhores condições de vida. Deste modo, os tecelões de Rochdale, que se autodenominaram Pioneiros, acabaram por influenciar todo um sistema comercial trouxeram para a ordem econômica o fator moral da ajuda mútua, com o lema: Um por Todos e Todos por um, o qual que perdura até os dias atuais.

A partir do texto apresentado até aqui e como síntese da gênese e do desenvolvimento histórico do cooperativismo no seu berço, a Inglaterra, apresentamos o quadro a seguir, o qual objetiva sintetizar cronologicamente a atuação dos percursores, como também sistematizar seus pensamentos e atuações em prol do movimento cooperativista, hoje mundial.

Influenciadores	Perfil	Visões e ações
Pieter Corneliszoon Plockhoy	(1625-1664) - Holandês radicado na Inglaterra, em 1659 publicou o ensaio “Os procedimentos que tornem felizes os pobres desta nação e outros povos”.	Idealizou uma associação muito semelhante às cooperativas. Preconizava a união de famílias e pequenos grupos econômicos, como os de agricultores, artesãos, marinheiros, professores, com contribuição de acordo com a disponibilidade.
John Bellers	(1654-1724) - Economista inglês, que destacava a importância do trabalho na criação da riqueza; autor de vários projetos utópicos de reformas sociais.	Propôs a criação de colônias cooperativas de trabalho com número de associados de 300 a 3.000, sendo que essa sugestão não foi colocada em prática.
Robert Owen	(1771-1858) - Foi um reformista social galês, considerado um dos fundadores do socialismo e do cooperativismo. Foi um dos mais importantes socialistas utópicos.	Preconizava que o indivíduo, através da educação moral e de ambiente adequado, se transformaria em homem de bem. Em 1824 fundou cinco comunidades agrícolas na América do Norte. Em 1832, organizou em Londres a cooperativa de troca de produtos; 1837 – homenageado em Paris e influenciador do movimento owenista inglês e parisiense.
William King	(1786-1865) - Foi um médico e filantropo britânico. Conhecido como um dos primeiros apoiadores do Movimento Cooperativo. Publicou entre 1828 e 1838 a Revista mensal <i>The Cooperator</i> .	Em 1826, fundou uma cooperativa de consumo em Brighton, a Brighton Society, que iniciou de forma modesta, apenas contando com recursos próprios e com a união de pessoas influenciadas por seus ensinamentos.
George Jacob Holyoake	(1817-1906) – Foi um secularista inglês, colaborador e editor de jornais.	Sistematizou o pensamento e a experiência dos Pioneiros de Rochdale, sendo essa obra traduzida em várias línguas e exercendo grande influência no desenvolvimento do cooperativismo em países onde foi publicada. Em 1843, proferiu palestra com o tema: Ajuda mútua e cooperação.
Charles Howarth	(1814-1868) - Como discípulo de Owen e pela participação de outras experiências cooperativistas, foi eleito presidente da <i>Rochdale Society of Equitable Pioneers</i> , pelos então 28 membros da cooperativa.	Em 1844 publicou um manifesto que contemplava os objetivos e os planos da cooperativa, deste sugeriu o marco estatutário que continha as normas e os princípios da Cooperativa de Rochdale e que, depois, foi estendido a todas as cooperativas do mundo.

Quadro 1: Síntese da gênese e do desenvolvimento histórico do cooperativismo no seu berço, a Inglaterra (1659 a 1844). Fonte: conteúdo da presente tese.

Independente das diferentes visões de mundo dos influenciadores ingleses sobre o desenvolvimento do sistema cooperativista, hoje mundial, também resguardando as diferentes condições socioeconômicas vivenciadas por cada um, em relação as suas respectivas épocas de vida, é possível observar que a construção do pensamento econômico em cada etapa desse recorte histórico, promoveu diferentes formas de organização econômica, produzindo contribuições que resultaram em outras experiências. Contudo, o destaque histórico, ou mesmo o personagem histórico que, pelo apresentado até aqui na presente tese, está relacionado diretamente a participação de Robert Owen que, mesmo com seus insucessos, deixou como legado uma linha de pensamento materializada na experiência dos chamados Pioneiros de Rochdale, os quais, como referencia que são, acabam por serem inseridos com frequência nos relatos históricos das instituições cooperativistas existentes no mundo.

2.6 O ambiente revolucionário francês e o cooperativismo

Segundo Tesch (2000), no final do século XVIII, na Europa passando por profundas mudanças, percebia-se o clamor generalizado por alternativas à implantação do capitalismo selvagem. O autor acrescenta que, enquanto na Inglaterra avançava a revolução técnica, na França estava prestes a explodir e revolução política. Tesch (2000), aponta ainda, que a conjuntura teórico-doutrinária era complexa, podendo-se constatar que os princípios de Rochdale não nasceram no vazio, pois existiam abundantes debates na literatura.

Neste ambiente revolucionário francês, foi publicado por L'Ange em Lyon no ano de 1790, um folheto que descrevia o que seria um sistema cooperativo voltado a ampla nacionalização dos alimentos.

Com grande repercussão, o texto que levava o título “Meios simples e fáceis para alcançar a abundância e o justo preço do pão” , como esclarece o autor, apresentava orientações sobre como estruturar com a participação do Estado, cooperativas voltadas as atividades agrícolas. Neste caso, aponta Tesch (2000), o Estado entraria com o fornecimento do capital necessário, deixando a administração sob a responsabilidade dos agricultores e

consumidores.

O texto apresentava também, sugestões numéricas, como a necessidade de 30.000 “armazéns de abundância” para serem distribuídos por todo território francês, e ainda, que essas cooperativas deveriam oferecer serviços adicionais voltados ao seguro contra chuvas de granizo, incêndios etc., ou seja, dispositivos voltados a garantia, visando desta forma, a mitigação dos riscos inerentes a atividade.

Mesmo não saído do campo teórico, segundo Tesch (2000), a visão de L'Ange acabou por influenciar o pensamento econômico cooperativista francês, incluindo principalmente neste caso, a visão de François Marie Charles Fourier. O autor acrescenta que L'Ange é considerado guia conceitual e doutrinário de Fourier.

Assim, observamos que diferente dos ingleses, os franceses, com destaque à influência de Fourier, desenvolveram e fortaleceram o seu pensamento econômico cooperativista voltado para a produção agrícola.

Ao apontar inicialmente a especificidade do contexto histórico-social sobre a qual se estabelecem a obra e os projetos utópicos de Fourier, Barros (2016), observa que estamos analisando o pensamento do Fourier a partir de um mundo relativamente avançado em termos industriais, o qual presenciava os “decepcionantes recuos da Revolução Francesa no que se refere aos seus mais fundamentais anseios pela justiça social”.

Segundo Barros (2016), Charles Fourier, pretendia materializar o seu sonho de uma sociedade justa e igualitarista com base na complacência de “capitalistas esclarecidos” e alinhados com o pensamento liberal.

Assim, elucida Barros (2016), Fourier passa a descartar a revolução violenta como meio de concretizar o novo mundo social, a qual era considerada por ele, nada mais do que uma nova etapa no desenvolvimento da humanidade. Desta forma, como explica o autor, todas as apostas desse socialista utópico, foram dirigidas para a possibilidade de convencer ricos e poderosos a se juntarem a ele no seu sonho socialista.

Ressaltamos ainda, que apreciador e contemporâneo das ideias de Owen, Fourier que havia oferecido a sua participação ativa à experiência de New Lanarck, desenvolveu um pensamento doutrinário partindo da visão de Owen, porém sua obra seguiu claramente em uma direção particular, como colocado por Hugon (1984, p.171), ela apresentava visões inclusive contrária às de Owen, o autor acrescenta ainda que:

Com Robert Owen manifestou-se o socialismo associacionista através de tentativas de realizações práticas. Quanto a Charles Fourier²³, seu contemporâneo, verifica-se exatamente o contrário: sua obra é sobretudo doutrinária e teórica. No decorrer de uma vida apagada, deu Fourier livre expansão à sua extraordinária imaginação, por vezes mórbida, escrevendo livros curiosos onde, de mistura com o que há de interessante e profundo, se amontoam, por vezes o absurdo e o anormal, atrelados a devaneios. Esse entrelaçamento pouco habitual e desconcertante vai impedir que Fourier seja levado a sério pela maioria dos seus contemporâneos. Foi, pois, preciso o concurso do tempo para que, decantada a sua obra, surgissem os múltiplos aspectos interessantes que lhe asseguram um lugar na história das doutrinas econômicas (HUGON, 1984, p.171).

Em sintonia com a visão de Hugon (1984), Barros (2016), acrescenta que, independente da dimensão de devaneio, sonho e especulação que hoje nos parecem pautar a utopia proposta por Fourier, a verdade, segundo o autor, é que este francês nascido em Besançon concebia a sociedade como um empreendimento concreto a ser realizado.

Assim, o como grande fundador desta utopia, que seria uma sociedade estruturada por “falanstérios”²⁴, neste caso, “acabaria ele mesmo, sendo um

²³ Fourier nasceu em França, no Jura, em 1772. Autodidata, de imaginação exuberante, parece que (em virtude da lei das compensações) lhe foi possível introduzir nos seus livros toda aquela ação e paixão de que lhe privara uma vida incolor, monótona, de solteirão e de modesto empregado. Morreu em 1837, deixando manuscritos importantes (em particular, o *Discurso Preliminar*) dos quais alguns foram publicados pelo jornal “*La Phalange*”. Suas principais obras são as seguintes: *Théorie des quatre mouvements*, 1808; *Théorie de l'Unité Universelle*, 1822; *Le nouveau monde industriel et sociétaire*, 1820; *La fausse industrie morcele?e* 1835, 1835-36.

²⁴ O Falanstério, uma tentativa de realização do utopista francês Charles Fourier (1772-1837), a ideia estava relacionada a um edifício comunitário, para provar que a natureza humana se inclina a favor das comunidades, que segundo ele permitem a reunião harmoniosa dos homens e mulheres. Quando se formassem esses falanstérios seria possível dar vida a uma “sociedade justa”, seria então o nascimento do País da Harmonia. Seria o momento em que o homem poderia liberar-se da moralidade, que impõe o jugo amargo de sua existência. Quando as paixões se libertassem da moralidade, o homem recuperaria o paraíso terrestre, pois, para Fourier, as paixões não são outra coisa que a manifestação divina, são “o princípio ativo” de toda forma, de toda vida. Fourier concebe as falanges, as comunidades, como a célula

personagem engolido pela sua própria utopia não realizada” (BARROS, 2016).

Assim, podemos observar que a nova Era anunciada por Fourier, não se realizou sequer como um projeto mal sucedido, tal como ocorreu com as colônias fundadas por Robert Owen na Inglaterra e Estados Unidos, conforme já descrito na presente tese.

Uma particularidade importante deve ser considerada, como a aponta Barros (2016) em relação ao pensamento de Fourier:

É que não mais se tratava de mero esforço de imaginação que remetia a um fundador imaginário, tal como havia ocorrido com diversas das utopias dos séculos anteriores, a exemplo da *Utopia* de Thomas Morus (1478-1535)²⁵ ou da *Nova Atlântida* de Francis Bacon (1561-1626)²⁶. Em contraste com estas utopias dos períodos renascentista e clássico, a utopia de Fourier anunciava finalmente um fundador concreto, embora um fundador histórico que, não obstante,

essencial da nova sociedade, do País da Harmonia. O Falanstério seria o edifício que abrigaria uma comunidade de 1.620 homens e 1.620 mulheres, agrupados segundo a tríade capital, trabalho e talento. O edifício, detalhadamente projetado por Fourier, contemplava átrios, galerias, habitações, jardins, um teatro e até uma igreja. Embora Fourier advogasse pela justiça, ele não era a favor da igualdade, pois valorizava a diversidade, e havendo igualdade, a diversidade desaparecia. Portanto, no Falanstério os pobres, por exemplo, teriam uma célula, equivalente a um cômodo, enquanto os ricos poderiam ter até três cômodos. O Falanstério seria autárquico, vale dizer, abasteceria a si próprio e ainda forneceria elementos para outras comunidades, favorecendo a troca de produtos. O trabalho seria baseado nas paixões de cada um; teriam destaque especial o artesanato e a atuação, devendo ser cada homem e mulher instruídos na arte da representação. Tanto homens como mulheres poderiam deixar-se levar por suas paixões amorosas, o que, ao final, depuraria qualquer devassidão, e se chegaria ao “celadônio”, ou amor platônico, que Fourier tanto ansiava alcançar. De Platão ele recolheu a idéia de acabar com a família; as crianças seriam educadas pelas “mães comuns”, e o casamento só seria permitido na velhice, quando o homem e a mulher tivessem esgotado seus prazeres sensuais. Para Fourier, o principal era cultuar o amor de Eros. Pois o amor era o motor de toda vida. Fourier estava tão convencido de seu projeto social que pôs um anúncio no jornal à procura de um capitalista que financiasse o projeto, e já tinha até escolhido algumas personalidades para integrar seu Falanstério, como Simón Bolívar, George Sand, François-René de Chateaubriand e Lady Byron (BARROS, 2016). Sobre Falanstério, consultar também: FOURIER, Charles. *El Falanstério*: textos selecionados de Charles Fourier. Buenos Aires: Ediciones Godot Argentina, 2008.

²⁵ A *Utopia*, do humanista Thomas Morus, foi escrita por 1516, e seria o nome de uma sociedade imaginada e descrita por este escritor e político inglês neste livro que, adicionalmente, daria origem ao termo “utopia”. Alguns analistas avaliam a obra como uma idealização de uma sociedade perfeita, e outros a consideram como uma maneira de satirizar ou evidenciar as deficiências das sociedades de sua própria época. De todo modo, o artifício utilizado por Morus é a realização literária, e o personagem de seu livro chega a uma sociedade que já existe na realidade literária da obra (BARROS, 2016).

²⁶ Assim como a utopia de Morus, também a *Nova Atlântida* (1627) de Francis Bacon, é proposta como uma sociedade perfeita governada por sábios, e se apresenta como criação literária (BARROS, 2016).

não logrou obter qualquer sucesso efetivo na implantação do seu projeto. Assim, o Fourier que pretendia se tornar o fundador efetivo de uma nova Sociedade acaba se transformando em mais um fundador imaginário como os outros (BARROS, 2016).

Em complemento a visão de Barros (2016), Hugon (1984) argumenta, que no decorrer de sua vida, Fourier deu literalmente asas a sua imaginação, produzindo textos que provocavam fortes tensões com comerciantes (considerados aranhas, sanguessugas, abutres e espoliadores), por serem responsáveis, segundo Fourier, pelo deplorável estado da sociedade. Ele também confrontou outras instituições, como a família, a religião e a própria civilização. Esse entrelaçamento, como descrito, fez com que Fourier não fosse levado a sério pela maioria dos seus contemporâneos, provocando mais risos do que admiração (Hugon, 1980).

Partindo da consideração que o conjunto das obras de Fourier nos remete a busca pela realização de um projeto voltado à uma associação livre e universal. Hugon (1984) expõe, que na concepção de associação livre e universal, Fourier partia da idéia de serem os homens acionados pelas paixões que são criadas por Deus. As paixões, observadas a princípio como excelentes, se degeneraram em vícios em consequência do meio social que impede que estas se expressem livre e plenamente. Esse fato é determinado pela instituição da propriedade privada (Hugon, 1980).

Assim, como acrescenta Hugon (1984, p.172), Fourier observou que o “[...] mal que sofre o homem, sobretudo quanto às suas condições de vida, consiste na ausência de liberdade econômica, embora, por estranha ironia, seja em nome desta liberdade que defende o estado social existente”, manifestando, assim, reação socialista contra a doutrina liberal²⁷, a qual atribuiu toda responsabilidade pela situação desastrosa que se encontravam os trabalhadores industriais da época. Daí a preferência pela agricultura ao traçar o plano de organização do novo meio.

²⁷ Doutrina que tomou o indivíduo como foco da análise e o comportamento individual como seu fundamento, estabelecendo uma forte justificativa econômica para a procura incessante do interesse próprio, porém, ao mesmo tempo, fez várias mudanças importantes e decisivas nos pontos clássicos sobre as relações sociais (Carnoy, 2000).

Fourier não se colocava contra a propriedade, no entanto, como esclarece Hugon (1984), ele queria excluir dela a característica individualista, pois, como um bem privado, tornava o meio social anárquico (imperando a concorrência, que produziria abusos e explorações de diferentes modalidades junto à ordem social) e atomizado, determinando na ordem econômica, péssimo rendimento do trabalho, com desperdícios das forças humanas. Preconizava assim, continua Hugon (1984), que na passagem da propriedade privada para a propriedade coletiva, se daria a transformação do meio social, e, assim, a produção deixaria de ser atomizada e passaria a ser unitária.

Com a publicação em 1829, no *Le Monde Industriel et Sociétaire*, resumiu toda a sua teoria, na qual defendia uma ampla e universal associação a qual teria como base a agricultura e englobaria no seu grupo de contratados diferentes perfis de pessoas, partindo do mais carente plebeu, até os empresários capitalistas, ou seja, um grupo heterogêneo, formado sem nenhum tipo de distinção (BARROS, 2016).

A realização prática dessa associação seria, segundo Barros (2016), o Falanstério, onde Fourier idealizava resolver os males sociais através dessas unidades autossuficientes que permitiriam reformar toda a sociedade, promovendo a troca da “onerosa e mesquinha unidade doméstica ou familiar” por importantes serviços coletivos (de alimentação, lavanderia, aquecimento, iluminação, etc.), produzindo assim, uma convivência natural entre capitalistas, proprietários e operários. Desta forma, aponta Barros (2016), na visão de Fourier, todos estes seriam chamados a pôr em sociedade as terras, os capitais e a mão de obra e, fundamentalmente substituindo o espírito competitivo, pela franca cooperação.

Cada membro, neste sentido, como observa Barros (2016), teria em contrapartida, uma quantidade de ações proporcionais ao valor da contribuição, semelhante a uma sociedade anônima. No Falanstério, acrescenta o autor, somente teriam acesso os membros dessa associação para dar livre expansão às suas paixões em ambientes agrários. Seriam pequenos centros de economia fechada, que somente abririam suas portas para a troca recíproca de produtos indispensáveis.

Mesmo com as ideias próximas, como já mencionado, existiam importantes divergências entre os dois associativistas liberais, Owen e Fourier: enquanto o primeiro tinha a vivência prática do ideal de uma sociedade de consumo urbana, o segundo era mais preocupado com a associação na produção rural, ocorrendo esta no plano do pensamento, da doutrina, da teoria. Contudo, esses socialistas utópicos, possuem importantes semelhanças, que vão além de serem contemporâneos (HUGON, 1984).

A contemporaneidade entre Owen e Fourier, como apontado pelos autores (HUGON, 1984), (BARROS, 2016) e (OLIVEIRA, 1979), acrescida ao fato de ambos terem vivenciado os mesmos problemas gerados pelo início da Primeira Revolução Industrial, os predispuseram a buscar uma organização social equitativa. Ambos também sofreram influências intelectuais com tendências racionalistas, que os conduziram a identificação de falhas e a criação das propostas para soluções relativas ao sistema socioeconômico do seu tempo.

Assim, como apontado pelos autores, ambos criaram um sistema baseado nas “leis da natureza e na bondade inata das paixões humanas”. Contudo, apesar dos objetivos dos sistemas que idealizavam (de promoção da qualidade de vida para os trabalhadores e adesão voluntária dos mesmos) acabaram por chegar a um autoritarismo, quase inconscientemente.

Independente das questões apresentadas até aqui sobre a importância de Fourier para o pensamento cooperativista, seguimos a visão de Barros (2016), quando esclarece ter sido necessário o transcorrer da história, para que a relevância da obra de Fourier fosse observada, compreendida e valorizada, principalmente pelos cooperativistas de hoje.

Segundo Hugon (1984), o fourierismo, de fato, obteve posteriormente maior difusão e isso se deu, segundo autor, por duas razões principais. A primeira, em virtude da divulgação dada por Victor Considérant, quer no plano das idéias, quer no plano dos fatos. O autor esclarece, que Victor era Politécnico, espírito culto e ponderado, foi o discípulo fiel e convicto de Fourier

que expurgou da obra do mestre suas incongruências, tornando-a mais precisa e ampliando-a.

O fourierismo, como aponta Hugon (1984), deve ser lido através da pena de Considérant, na sua "*Doctrine Sociale*" (1834-1844). Todavia, acrescenta o autor, o discípulo não se contentou em divulgar, em teoria, a obra do mestre. Procurou também coloca-la em prática. Tal como Owen (e aliás sem maior sucesso), parte para a América do Norte e funda os falanstérios. A seu exemplo, seguiu-se o estabelecimento de cerca de 40 dessas colônias. Posteriormente, em virtude de se ter verificado a exatidão de certas teses e sugestões do fourierismo na evolução econômica e social, cresce a sua influência, votando-lhe ainda certos autores da atualidade verdadeira admiração (HUGON, 1984).

Segundo Pinho (1977), os centros urbano-industriais em formação naquela época, tanto na França como na Inglaterra, eram férteis na produção e propagação de idéias de emancipação do proletariado. Por meio de associações, esclarece a autora, estas idéias eram rapidamente absorvidas.

As discursões do operariado aconteciam com a participação de pequenos jornais, que difundiam fórmulas associativistas que pudessem atenuar o efeito da miséria tanto física, quanto moral (PINHO, 1977). A autora aponta, que preocupação inicial dos trabalhadores estava voltada aos problemas econômicos, mas, acrescenta ela, a falta de preparo das autoridades políticas, administrativas, militares e policiais, quanto ao controle da situação e repressão ao movimento grevista, acabou por acelerar o fortalecimento do movimento dos operários em oposição ao patronato fabril, ao regime político e ao capitalismo em geral.

Em relação a esse contexto, Hugon (1984), observa que os operários buscavam não apenas uma reforma da sociedade, mas também uma reestruturação do governo. Porém, o autor acrescenta, que os operários não se posicionavam com efetividade entre as diversas possíveis formulas propostas,

ou seja: a corrente do sansimonismo²⁸ os atraía inicialmente, isto pelas características industriais apresentada pela doutrina, a qual pouco depois foi abandonada com a justificativa da impossibilidade da realização da associação. Desta forma, o fourierismo iniciou uma conquista de espaço principalmente após a sua reformulação por Considérant em 1834.

Neste cenário, surge a defesa da criação de associações cooperativas de produtores livres, realizada por Philippe Joseph Benjamin Buchez, sendo tais cooperativas pacíficas e sem intermediação, pois, na sua concepção, os operários de mesma categoria profissional deveriam reunir-se para colocar em comum suas poupanças, obter empréstimos, produzir em comum, assegurar a todos salários iguais, reunir receita líquida em um fundo comum (PINHO, 1977).

Ao divulgar um artigo em 1831, intitulado “Meio de melhorar a condição dos assalariados e das cidades”, Buchez já defendia a criação de associações de operários por profissão, subordinados a um acordo contratual, com as seguintes disposições:

Os associados teriam a qualidade de empresários e escolheriam um ou vários representantes; Cada associado seria pago segundo os usos adotados na profissão, isto é, por dia, semana, tarefa, dentre outros; Uma soma equivalente ao ganho dos empresários intermediários seria reservada, formando o lucro líquido a ser repartido, no fim de cada ano, em duas partes (20% para formar e aumentar o capital social, o restante para assistência ou distribuição entre os associados, pro rata de seu trabalho); e, o capital social, aumentado anualmente com a porcentagem de 20%, seria inalienável e pertenceria à associação. Esta teria caráter indissolúvel, não porque os associados não pudessem separar-se dela, mas porque se perpetuaria através da admissão de novos membros. Assim, o capital social pertenceria às pessoas e não estaria sujeito às leis de sucessão hereditária (PINHO, 1977).

Além dessas disposições, a autora acrescenta, que com capital social intransferível seria possível no futuro a criação de melhores condições para a

²⁸ Corrente doutrinária do socialismo industrialista que tem como objetivo a organização da sociedade pela reforma do setor da produção, almejando a produção máxima. Essa corrente foi organizada e preconizada pelo Conde francês Saint-Simon, no início do século XIX (Hugon, 1984).

classes operária. Existiria também, a possibilidade de admissão de operários não associados para esses, desenvolverem atividades profissionais remuneradas, sendo que, após um ano, a incorporação seria obrigada, na proporção de suas necessidades, caso assim o desejassem.

O núcleo central do pensamento de Buchez era de que a classe operária deveria se autoajudar, não dependendo do auxílio do governo ou mesmo filantrópico, e ainda, cada classe profissional reunida livremente, criaria associações para trabalharem juntas para o crescimento coletivo (PINHO, 1977).

A autora exemplifica ações orientadas por essas diretrizes, citando como exemplo os alfaiates franceses, que, em 1833, se organizaram em uma sociedade de seguro contra o desemprego, com a finalidade de superarem: às leis que impediam as melhorias das classes trabalhadoras; os impostos sobre os bens de primeira necessidade e; os monopólios que impediam a participação dos trabalhadores nas profissões lucrativas (PINHO, 1977). Nas palavras de Grignon, alfaiate e membro da Sociedade dos Direitos do Homem:

Não nos esqueçamos de que somente os ricos fazem as leis, e de que só poderemos romper o jugo da miséria, exercendo como eles, nossos direitos de cidadãos. Como eles, devemos participar da felicidade e dos prazeres da vida, porque somos nós que lhes proporcionamos tais prazeres. nós somos o adubo dos campos de batalha (Pinho, 1977, p. 85).

Segundo Luiz Filho (1961), um outro importante influenciador do cooperativismo francês, foi Louis Blanc (1811-1882). Historiador, jornalista, orador e político, Blanc publicou 1839, o livro "*L'organisation du travail*", por meio do qual contestava a livre concorrência e o individualismo como os principais provocadores das crises sociais, proclamando o *Le droit au travail*.

Blanc, como esclarece Luiz e Filho (1961), defendia a extinção do regime de livre concorrência, como meio de melhorar a sorte tanto dos operários como da própria burguesia. Sendo esta, segundo o autor, a expressão do individualismo, perseguida pela Revolução Francesa de 1789, era um dever, na concepção de Blanc, combatê-la, conduzindo, assim, os homens à fraternidade, através da criação de um meio pelo qual cada um

poderia ser coproprietário dos instrumentos de produção, ou seja, a criação de uma associação cooperativista.

Para Hugon (1984), essa associação teria fundamentos específicos que a tornariam diferenciada em relação ao formato idealizado por Fourier e Owen. Blanc preconizava-a, como esclarece Hugon (1984), em um formato de Oficina Social, a união profissional de trabalhadores do mesmo segmento, para organização e funcionamento em uma concepção autoritária e estática, com o objetivo de viabilizar a vitória da “oficina social” sobre as “oficinas privadas”.

Com o regimento estatutário provido pelo Estado, segundo Hugon (1984), a oficina social teria, de partida, diretor, mestre e contramestres nomeados pelo governo. Quando os associados estivessem familiarizados, os cargos seriam preenchidos por eleições. Essa participação do Estado seria provisória na constituição e no funcionamento da associação: “uma vez montada, a máquina funcionará por si própria” (Hugon, 1984), preconizava Blanc, que, após algum tempo, transformaria o ateliê de tendência individualista em espaço social, reconhecendo as virtudes da nova organização: cada um zelaria, espontaneamente, pelo seu bom funcionamento, tornando dispensável o papel do Estado.

Segundo Hugon (1984), Blanc buscava na oficina social uma produção especializada por associados de mesmo ofício. O autor acrescenta, que a ampliação da especialização ocorreria conforme as necessidades, assim seria possível reunirem em uma só oficina profissões conexas, tendo um melhor aproveitamento, no setor da técnica, das vantagens da concentração. Nesse sentido, esclarece Hugon (1984) que, a oficina continuaria como centro de determinada produção e produziria para vender. O autor observa, que Blanc previu também a formação de grandes entrepostos, que receberiam os produtos em troca de recibos transferíveis e descontáveis em banco pelo respectivo valor em papel-moeda. Os entrepostos, conclui Hugon (1984), colocariam os produtos à venda em espaços comerciais cedidos pelo Estado, onde o público teria acesso livre para compra-los.

Ao defender o pensamento associativistas, Louis Blanc, conforme as

mudanças no meio econômico, considerando a transição de um regime de livre concorrência para um de cooperação e associação, objetivava, por conseguinte, a passagem do regime da propriedade privada para o da propriedade comum e o de liberdade teórica para o de liberdade efetiva para todos (LUIZ E FILHO, 1961).

O autor acrescenta que isso não definiu um alvo permanente e sim um instrumento provisório para criar uma sociedade comunista. Por isso, elucida ele, a consideração demonstrada às idéias de Blanc não devem estar vinculadas unicamente à oficina social, mas também à associação como novo meio de contornar os excessos da concorrência e o apelo ao Estado para transformar o meio social e econômico, e também ao desenvolvimento das sociedades sob a forma de cooperativas de produção (LUIZ E FILHO, 1961).

Desta forma, como observa Luiz e Filho (1961), o desenvolvimento dos ideais associativos foi se apresentando em diversas formas práticas e teóricas, algumas consentindo apoio exteriores, outras buscando a ajuda recíproca, cada experiência visando à superação das dificuldades, enfrentando os regras oficiais do sistema individualista que se constituíam cada vez mais excludentes.

O pensamento econômico cooperativista também recebeu importante contribuição de Pierre-Joseph Proudhon²⁹, que foi deputado da Assembléia francesa, fundando em 1848, como mencionado na presente tese, o Banco de Trocas, instituição de crédito voltada ao meio popular. Segundo Hugon (1984), Proudhon acreditava que a reforma da sociedade aconteceria através das modificações, não mais na produção ou na repartição, mas na circulação. Ele afirmava, como explica Hugon (1984), que era no ato da troca que surgia a injustiça, que então era propagada por toda a economia.

²⁹ Nasceu em Besançon, França, em 1809, filho de família pobre e artesã, desde cedo desenvolvia trabalhos agrícolas remunerados para ajudar no sustento da família. Muito esforçado e interessado em aprender, jamais abandonou essa busca, mesmo enfrentando privações materiais. Imensa foi sua obra, inclusive sendo processado duas vezes, uma vez preso e exilado em consequência de suas publicações. Faleceu em Bruxelas, em 1865 (Hugon, 1984).

A crítica ao liberalismo realizada por Proudhon era focada na condenação severa à propriedade privada, mas com outra conotação. Segundo Hugon (1984), ela era mais interna e original, determinando a condenação não da propriedade privada em si, pois Proudhon a considerava o eixo e a grande mola propulsora do sistema social, mas sim a renda sem trabalho conferida aos proprietários desta.

A reflexão do paradoxo dessa crítica está registrada nas várias obras que escreveu, que de acordo com Hugon (1984), era determinada por uma corrente bipolarizada entre o bem e o mal, gerando fatores positivos, mas também inconveniências, inseridas na constituição das propriedades. No pensamento de Proudhon, acrescenta o autor, a propriedade era uma instituição de justiça que possuía meios de produção do trabalho, sendo este materializado pelos homens e alienado pelos proprietários desses bens.

Descrevendo sobre a contradição interna da instituição propriedade, segundo Hugon (1984), Proudhon diz ser um princípio de justiça à medida que assegura a liberdade. Porém transforma-se em princípio de injustiça, uma vez que, não garantindo a igualdade, espolia o homem de parte de seu trabalho. Esta parte vai constituir rendimento sem labor, para o proprietário que a recebe. Trata-se de uma verdadeira afronta de direito ou privilégio sobre o qual esta colocada a propriedade (Hugon, 1984).

Partindo desta visão, o autor esclarece, que Proudhon afastou-se dos sistemas socialistas anteriores, pois afirmava que não era a retirada das instituições que resolveria os problemas, mas, previamente, a busca de um equilíbrio das forças e dos interesses econômicos, somente desta forma seria viável assegurar a igualdade e, conseqüentemente, a justiça esperada por todos.

Afirmava, também, que, do ponto de vista econômico, as doutrinas socialistas, ao invés de buscarem um equilíbrio desejável, geraram novos desequilíbrios, agravando o desperdício de forças, e, do ponto de vista social, por instituírem o princípio comunitário, a hierarquia e a autoridade, aumentaram a miséria ao invés de assegurarem a igualdade, a liberdade, ou seja, a justiça.

Proudhon destaca, ser: “Necessário, pois, conservar a instituição da propriedade privada no que de bom e necessário, sanando o vício que a infirma: a renda sem trabalho” (Hugon, 1984).

A evolução da concepção de propriedade no sentido de um estado de equilíbrio perfeito se consolida através de um princípio: a posse. Esta para Proudhon, constituía uma instituição que permitiria a cada um conservar a propriedade privada do produto integral do seu trabalho. Os capitais, sob as suas formas variadas, produzem rendimentos sem trabalho. A forma mais comum, sob a qual se apresentam na prática, é a moeda, e o empréstimo de dinheiro gerador do juro, a fonte mais habitual de abuso de direito. Em consequência, é possível estabelecer o crédito gratuito, suprimindo esta fonte de injustiça e, com ela, seria expurgado da economia os demais fatores de rendimento sem trabalho. (Hugon, 198).

Com a garantia de um crédito sem custo, ninguém contrataria empréstimos mediante pagamento de juros, e, assim, todos os homens se apropriariam na íntegra do produto do seu trabalho. A propriedade privada e a produção individual seriam mentidas como constituição das bases da sociedade, respeitando o princípio da justiça, uma vez que as trocas se fariam de acordo com a igualdade. A equidade característica dessa troca residiria na reciprocidade, que era sinónimo da expressão adotada por Proudhon para qualificar o seu sistema de mutualidade. E é esse princípio que asseguraria o equilíbrio das forças e dos interesses económicos e, indo para além dos objetivos económicos, “ modificará a fundo a ordem social” (Hugon, 1980, p. 203).

Observamos, pelo apresentado até aqui, que o desenvolvimento do pensamento cooperativista francês descortinou diferentes características e também possibilitou a reflexão sobre aspectos relevantes à constituição de um movimento que, inicialmente, demonstrou particularidades isoladas, mas que aos poucos se posicionou como um movimento mais amplo. Considerando inclusive, que personagens como Édouard de Boyve (1840-1923) e Auguste Fabre (1820-1878), já vinham organizando cooperativas e discutindo com um grupo de companheiros os problemas sociais da época, numa espécie de

círculo de debates: *La Solidarité*, depois denominado Sociedade de Economia Popular. Em 1885, organizaram o I Congresso das Cooperativas da França, em Paris, criando a primeira federação de cooperativa, tal como havia na Inglaterra. A decisão de uma nova reunião para o ano seguinte, foi acertada nesse congresso (AGUIAR; REIS, 2002).

Desta forma, em 1886, foi realizado o II Congresso das Cooperativas da França. O presidente de honra, Charles Gide³⁰ foi responsável pelo pronunciamento do discurso do programa cooperativista. Diante de uma plateia composta inclusive por representantes do movimento cooperativista inglês, como Vansitard Neale, e acadêmicos, condenou o regime do salário em nome da justiça e da solidariedade humana e traçou as linhas gerais do cooperativismo. O pronunciamento tornou-se uma espécie referência para o programa oficial do movimento cooperativista francês.

Nesse mesmo ano, Boyve, Fabre e Gide, fundaram na cidade de Nîmes, a denominada Escola de Nîmes. A escola, com as diretrizes traçadas por de Charles Gide, sistematizou o pensamento cooperativista, atrelando-o à visão de Fourier, dentre as quais destacou-se a “abolição da luta de classes, através da supressão do salariado, dos intermediários do comércio e dos patrões da produção” (Pinho, 1977).

Em estudos sequenciais, Gide estruturou o leque das idéias cooperativistas, colocando-se em evidência e como referência mundial pela importância que a França exercia na época, como o principal centro de difusão cultural, sendo este um importante elemento para a propagação do pensamento cooperativista. Assim, segundo Pinho (1977), as 12 virtudes do cooperativismo apontadas por Gide, foram divulgadas e assimiladas, sendo elas:

³⁰ Charles Gide (1847-1932) era professor de Economia Política da Universidade da França. Jovem ainda, tornou-se conhecido com a publicação de artigos no *Journal des économistes*. E, em 1883, publicou a primeira edição de *Principes d'économie politique*, livro reeditado sucessivas vezes, inclusive no Brasil. Foi quem deu o impulso inicial à sistematização da Doutrina Cooperativista (Pinho, 1977).

1. Viver melhor ou conseguir melhor nível de vida, através do auxílio mútuo;
2. Pagar em dinheiro, a fim de evitar a dívida, que considera uma das formas de escravidão;
3. Poupar sem sofrimento, já que a devolução dos ganhos sob a forma de retorno dos excedentes, proporcionalmente às operações realizadas pelos sócios na cooperativa, lhes permite economizar sem sacrificar a satisfação das necessidades;
4. Suprimir os parasitas, ou seja, eliminar os intermediários, de maneira a reduzir ao mínimo os órgãos de transmissão das riquezas do produtor ao consumidor;
5. Combater o alcoolismo (finalidade educativa já acentuada pelos Pioneiros de Rochdale);
6. Interessar as mulheres nas questões sociais, pois, sendo elas quem cuida do lar e faz as compras, devem conhecer os problemas do consumo e das cooperativas de consumo;
7. Educar economicamente o povo, tornando-o apto para a autogestão econômica e política;
8. Facilitar a todos o acesso à propriedade;
9. Reconstituir uma propriedade coletiva através da formação de um patrimônio cooperativo, que é coletivo e está a serviço de um interesse geral e permanente, acima de nossas existências efêmeras;
10. Estabelecer o justo preço, mas remunerando convenientemente todo trabalho consagrando à produção, inclusive o trabalho de direção e os trabalhos intelectuais preparatórios;
11. Eliminar o lucro capitalista, criando a preocupação com a satisfação das necessidades dos homens e não com a obtenção de lucros; e,
12. Abolir os conflitos (na cooperativa de consumo, o consumidor torna-se seu próprio fornecedor; na cooperativa de produção, o operário torna-se seu próprio patrão; na cooperativa de crédito, o sacado torna-se o seu próprio sacado; na cooperativa de habitação, o locatário torna-se seu próprio locador e assim por diante, de modo que a disputa cessa pela fusão dos inimigos, ou melhor, o combate cessa por falta de combatentes.

Baseado nessas 12 virtudes, Gide entendia ser possível a conversão do sistema capitalista por republicana cooperativa (Pinho, 1977). Para tanto, três são as etapas estabelecidas para alcançá-la: Primeiramente, seriam organizadas cooperativas de consumo para eliminar o lucro e qualquer majoração sobre o custo da produção buscando alcançar o justo preço; Em seguida, seriam criadas cooperativas de produção industrial com os fundos acumulados nas cooperativas de consumo; e, finalizando, teríamos as cooperativas de produção agrícola. Em todas as cooperativas, haveria o fim do trabalho assalariado.

Os produtores e os consumidores transformariam completamente a sociedade por meio de um desenvolvimento pacífico e sem expropriações, eliminando, desta forma, as tensões e a injustiça social. Assim, todos os segmentos econômicos seriam estruturados com base no sistema cooperativista. Logo, a maior importância seria creditada ao consumidor e às interações de mercado, mediadas pelas próprias cooperativas, produzindo benefícios coletivos (RECH, 2000).

A visão de Gide, apresentava aspectos divergentes do pensamento econômico de Owen e seus discípulos, os quais entendiam a cooperativa como um instrumento de luta para a superação das tensões impostas pelo capitalismo, e até do próprio capitalismo, focando a busca por um sistema socialista.

Com um encadeamento de interpretação diferente, voltada para a produção, pontuava a Escola de Nîmes que toda a questão social era, no fundo, uma questão moral, e que era missão do caráter cooperativista, trazer para a sistema econômica esse valor moral, traduzido em ajuda mútua.

Nesse sentido, como aponta Rebonatto (1985), Gide destacou que a estratégia de ensino da Escola de Nîmes assumia uma condição de direcionador do movimento cooperativista globalizado e, ao adotar a fórmula rochdaleana por meio dessa escola, deu-lhe toda a consistência virtuosa de uma doutrina fundamentada cientificamente, com solidez moral e forte viés social.

Analisando as visões dos autores apresentadas até aqui, observamos no desenvolvimento do pensamento econômico cooperativista da França, a influência dos precursores ingleses na formação dos sistemas práticos e teóricos. Deste modo, estruturamos a visão francesa no quadro 2, relacionando cronologicamente os influenciadores, suas obras, teorias e ações efetivamente realizadas.

Influenciadores	Perfil e Realizações	Pensamento
L' Ange	Em 1790 publicou em Lyon um folheto que descrevia o que seria um sistema cooperativo voltado a ampla nacionalização dos alimentos. O texto que levava o título "Meios simples e fáceis para alcançar a abundância e o justo preço do pão".	As cooperativas deveriam oferecer serviços adicionais voltados ao seguro contra chuvas de granizo, incêndios etc., ou seja, dispositivos voltados a garantia, visando desta forma, a mitigação dos riscos inerentes a atividade.
François Marie Charles Fourier	(1772-1837) - Filho de um comerciante de tecidos. Suas principais obras são as seguintes: <i>Théorie des quatre mouvements</i> , 1808; <i>Théorie de l'Unité Universelle</i> , 1822; <i>Le nouveau monde industriel et sociétaire</i> , 1820; <i>La fausse industrie morcele?e</i> , 1835.	Propôs a criação de falanstérios, uma ideia estava relacionada a um edifício comunitário, para provar que a natureza humana se inclina a favor das comunidades, que segundo ele permitem a reunião harmoniosa dos homens e mulheres.
Victor Considérant	(1808-1883) - Era Politécnico, espírito culto e ponderado. O fourierismo, foi provavelmente lido através da pena de Considérant, na sua " <i>Doctrina Sociale</i> ", no período entre 1834 e 1844.	Foi o discípulo fiel e convicto de Fourier que expurgou da obra do mestre suas incongruências, tornando-a mais precisa e ampliando-a.
Philippe Joseph Benjamin Buchez	(1796-1865) - Foi um historiador, sociólogo e político francês. Publicou em 1831, o artigo intitulado "Meio de melhorar a condição dos assalariados e das cidades".	Ele foi o fundador do jornal L'Atelier e serviu brevemente, em 1848, como presidente da Assembléia Nacional Constituinte, que se reunia no Palais Bourbon em Paris.
Louis Blanc	(1811-1882) - Historiador, jornalista, orador e político. Publicou 1839, o livro " <i>L'organisation du travail</i> ", por meio do qual contestava a livre concorrência e o individualismo como os principais provocadores das crises sociais, proclamando o <i>Le droit au travail</i> .	Defendia a extinção do regime de livre concorrência, como meio de melhorar a sorte tanto dos operários como da própria burguesia.
Pierre-Joseph Proudhon	(1809-1865) - Foi um filósofo político e economista, membro do Parlamento	Acreditava que a reforma da sociedade aconteceria através

	Francês e primeiro grande ideólogo anarquista da história para o anarquismo do Século XIX.	das modificações, não mais na produção ou na repartição, mas na circulação. Ele afirmava, que era no ato da troca que surgia a injustiça, que então era propagada por toda a economia.
Charles Gide	(1847-1932) - Economista francês e historiador do pensamento econômico. Foi professor na Universidade de Bordeaux, em Montpellier, na <i>Université</i> de Paris e no <i>Collège de France</i> . Em 1886 discursou no II Congresso das Cooperativas da França. Seu pronunciamento tornou-se uma espécie de referência para o programa oficial do movimento cooperativista francês.	Sistematizou o pensamento cooperativista, atrelando-o à visão de Fourier, dentre as quais destacou-se a abolição da luta de classes, através da supressão do salariado, dos intermediários do comércio e dos patrões da produção.

Quadro: 2: Resumo a partir da análise apresentada a respeito do pensamento francês, uma das bases de criação do sistema cooperativista mundial. As colunas estão relacionadas cronologicamente, pelos influenciadores, suas obras, teorias e ações efetivamente realizadas.

2.7 A Aliança Cooperativa Internacional

Um pouco mais de cinco décadas após a criação da Cooperativa de Rochdale, em 1895, foi fundada em Londres (Inglaterra), em 19 de agosto de 1895 durante o primeiro Congresso mundial Cooperativo, a Aliança Cooperativa Internacional. Estavam presentes representantes de cooperativas da Alemanha, Argentina, Austrália, Bélgica, Dinamarca, Estados Unidos, França, Holanda, Índia, Inglaterra, Itália, Sérvia e Suíça (ACI, 2018).

Segundo Urquijo (1997), as tentativas para criar tal instituição foram iniciadas em meados do século XIX. Na sua fundação os representantes estabeleceram como objetivos da ACI: o desenvolvimento de vínculos entre as entidades cooperativas de todo o mundo, visando principalmente intensificar o intercâmbio e alinhamento ideológico, educacional e técnico, como também, o desenvolvimento do comércio internacional (ACI, 2018).

Quanto a criação da ACI, muitos esforços foram realizados neste sentido pelos cooperativistas, Urquijo (1997) acrescenta, que especialmente por um importante precursor do cooperativismo, Robert Owen, já citado anteriormente nesta tese, conhecido como o pai da cooperação inglesa, que através de seu

projeto “Associação de Todas as Classes” já nas décadas de 30 e 40 do século XIX, inspirou a concretização da Aliança Cooperativa Internacional, bem como da própria Organização Internacional do Trabalho.

A ACI é uma organização não-governamental que se autoproclama como uma das mais antigas e uma das maiores entidades de acordo com o número de pessoas representadas, sendo este: 1,2 bilhão de membros cooperativistas em todo o mundo, distribuídos por 3 milhões de cooperativas existentes no planeta (ACI, 2018).

A Aliança Cooperativa Internacional estabelece relações direta com governos e organizações, tanto internacional quanto regionalmente, para desenvolver políticas públicas e estruturas legais que permitam a formação e evolução global do sistema cooperativista. Observamos que nos websites das principais instituições cooperativistas brasileiras, a fundação da ACI é citada como um dos importantes marcos históricos da atividade.

No âmbito da Organização das Nações Unidas (ONU), a ACI participa de debates como organização consultiva no Conselho Econômico e Social da Organização das Nações Unidas (ECOSOC)³¹, uma condição que mantém desde 1946, sendo a primeira organização não governamental a fazê-lo.

A ACI também assinou acordos particulares com a Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO)³², com a Organização

³¹ O Conselho Econômico e Social (*Economic and Social Council* - ECOSOC) está no centro do sistema das Nações Unidas para atuar nas três dimensões do desenvolvimento sustentável: econômica, social e ambiental. É a plataforma central que visa fomentar o debate e o pensamento inovador, buscando consenso sobre as ações adotadas e coordenar esforços para alcançar as metas acordadas internacionalmente. É também responsável pelo acompanhamento das principais conferências e cúpulas da ONU. A Carta da ONU estabeleceu o ECOSOC em 1945 como um dos seis principais órgãos das Nações Unidas (ECOSOC, 2020).

³² A Organização para Agricultura e Alimentação (*Food and Agriculture Organization* - FAO) é uma agência especializada das Nações Unidas que lidera os esforços internacionais para derrotar a fome, que visa a segurança alimentar para todos e a garantia que as pessoas tenham acesso regular a alimentos de alta qualidade suficientes para levar uma vida ativa e saudável. A FAO possui mais de 194 estados membros, trabalha em mais de 130 países em todo o mundo (FAO, 2020).

Internacional do Trabalho (ILO) ³³ e participa do Grupo de Trabalho Interagências das Nações Unidas sobre Economia Social e Solidariedade,

Em 1971, a ACI tornou-se membro fundador do Comitê para a Promoção e o Avanço das Cooperativas (COPAC)³⁴, uma associação de multisetorial formada por instituições públicas e privadas que promovem os princípios do desenvolvimento sustentável nos campos econômico, social e ambiental das cooperativas no mundo.

Para realizar suas atividades, a Aliança Cooperativa Internacional possui um escritório internacional com sede em Bruxelas, quatro escritórios regionais (África, América, Ásia-Pacífico e Europa), oito organizações setoriais internacionais (agricultura, bancos, varejo, pesca). saúde, habitação, seguros e indústria e serviços) e cinco comitês e redes (igualdade de gênero, pesquisa, direito, juventude e desenvolvimento).

2.8 Os aspectos socioeconômicos do cooperativismo no mundo

A Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), apresentou em seu anuário de 2019 o resultado de um estudo sobre o movimento cooperativista no mundo. Os dados utilizados como base para elaboração do referido estudo, provêm, segundo a OCB (2019), de levantamento, consolidação e tabulação de informações fornecidas pelas suas respectivas unidades estaduais.

A entidade esclarece, que foram utilizadas também fontes secundárias, como: Aliança Cooperativa Internacional, Agência Nacional de Saúde Suplementar, Agência Nacional de Mineração, Agência Nacional de

³³ A Organização Internacional do Trabalho (*International Labour Organization* - ILO) dedica-se a promover a justiça social e os direitos humanos e trabalhistas reconhecidos internacionalmente, prosseguindo sua missão fundamental de que a justiça social é essencial para a paz universal e duradoura. É a única agência tripartite da ONU, a OIT reúne governos, empregadores e representantes dos trabalhadores de 187 Estados membros para estabelecer padrões trabalhistas, desenvolver políticas e elaborar programas que promovam trabalho decente para todas as mulheres e homens (ILO, 2020).

³⁴ O Comitê para a Promoção e o Avanço das Cooperativas (COPAC) é uma parceria de instituições públicas e privadas globais que apoiam as cooperativas em todas as discussões sobre políticas globais, visando que toda cooperativa tenha os recursos necessários para atingir seu potencial de desenvolvimento (COPAC, 2020).

Transportes Terrestres, Banco Central do Brasil e Ministério da Economia. A publicação *World Cooperative Monitor* 2018 e o portal Estatísticas de Comércio Exterior do Ministério da Economia, também foram consultados, sendo os dados deste último, utilizados para obtenção dos números relativos as cooperativas que exportaram de forma direta. Sobre o período de coleta dos dados das cooperativas, a OCB (2019) informa, que foi entre janeiro e maio de 2019 e se referem ao exercício de 2018.

A partir da análise dos dados apresentados no anuário 2019 da OCB, podemos observar a existência de um movimento cooperativista global. O relatório apresenta a presença do movimento em 150 países representando a participação 1,2 bilhão de cooperados, 280 milhões de empregos gerados, por meio de 3 milhões de cooperativas (figura 2).

Números globais do cooperativismo



Figura 2: Números globais do cooperativismo. Fontes: (1) World Cooperative Monitor 2018; (2) Organização Internacional de Cooperativas de Indústria e Serviços/ACI

O relatório da OCB (2019), informa que no contexto global, 1,2 milhão de cooperativas estão relacionadas diretamente ao ramo do agronegócio. As 300 maiores cooperativas do mundo têm um faturamento de US\$ 2,1 trilhões. As cooperativas de consumo, atacado e varejo, no mundo, possuem 421 mil escritórios e pontos de venda e as cooperativas de trabalho, também no

contexto mundial, viabilizam atividade profissional remunerada para 11,1 milhões de associados (figura 3).

Números globais do cooperativismo por ramo



Figura 3: Números globais do cooperativismo. Fontes: (1) World Cooperative Monitor 2018; (2) Organização Internacional de Cooperativas de Indústria e Serviços/ACI

Ainda utilizando o Anuário 2019 da OCB, para uma avaliação da importância do cooperativismo no mundo, desta vez adotando uma perspectiva a partir da relação do cooperativismo com o Comércio Exterior, observamos que as 125 cooperativas brasileiras que exportam ou importam de forma direta atuam em ramos variados³⁵. Segundo a OCB (2019), existe uma clara tendência da melhoria dos níveis de competitividade das cooperativas, como

³⁵ Fonte: Portal Estatísticas de Comércio Exterior do Ministério da Economia, em OCB (2019).

qualquer organização inserida no sistema capitalista global. Assim, cada vez mais cooperativas brasileiras se internacionalizam, seja para fornecer seus produtos a consumidores estrangeiros, seja para comprar mercadorias necessárias para seus negócios. Essa internacionalização das cooperativas brasileira obedece uma distribuição percentual por atividades, sendo: 18% apenas atua na importação de produtos, 48% atua com dedicação a exportação e 34% atuam de forma mista, ou seja, tanto importam, como exportam, apresentamos essa distribuição na figura 4 a seguir.

Internacionalização das cooperativas brasileiras



Figura 4: Internacionalização das cooperativas brasileiras em distribuição percentual por atividade. Fonte: OCB (2019)

A OCB (2019) em seu relatório anual, apresenta em destaque os estados com maior contribuição em termos de movimentação do comércio exterior a partir das organizações cooperativas, apresentando o seguinte resumo, que também está ilustrado na figura 5: o Rio Grande do Sul contribui com 22 cooperativas internacionalizadas, seguido pelo Paraná com 20, logo depois aparecem São Paulo e Minas Gerais, com 16 cooperativas internacionalizadas cada, fechando essa lista de destaque com Santa Catarina

que possui 14 cooperativas que utilizam o comércio exterior para cumprir com seus objetivos sociais.

Organizações cooperativas pelos principais estados

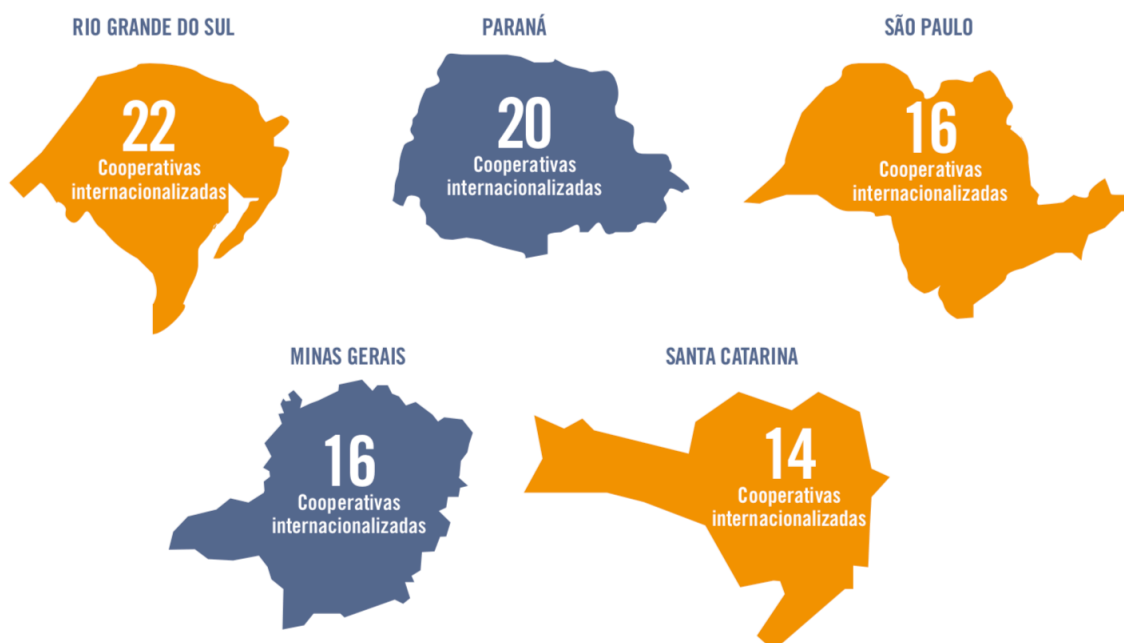


Figura 5: Organizações cooperativas pelos principais estados. Fonte: Portal Estatísticas de Comércio Exterior do Ministério da Economia. Dados referentes a cooperativas que exportam ou importam de fora direta. In OCB (2019).

A relação das cooperativas brasileiras com o comércio exterior, também foi avaliada a partir dos resultados municipais. Segundo a OCB (2019), em 2018 o cooperativismo no Brasil foi responsável por 100% das exportações de 36 municípios. Esses números apresentam, como esclarece a OCB (2019) o nível de importância econômica e social da atividade, não só para o país, mas principalmente para os municípios. Condição que evidencia, segundo a entidade, a necessidade de políticas públicas para incentivar e consolidar esse resultado.

Como exemplo de municípios que atuaram em 2018 no comércio exterior por meio exclusivo das atividades cooperativas, a OCB (2019) destaca: Monte Negro no estado de Rondônia na atividade de mineração, com a Cooperativa Estanífera de Mineradores da Amazônia Legal (CEMAL), no

estado de Minas Gerais, a Cooperativa Regional de Cafeicultores em Guaxupé (COOXUPÉ), localizada na cidade de Monte Carmelo e a Cooperativa Agrícola Água Santa (COASA), localizada no município de Água Santa, no estado do Rio Grande do Sul. A figura 6, ilustra esses três destaques apresentados pela OCB (2019).

As três principais cooperativas brasileiras por município

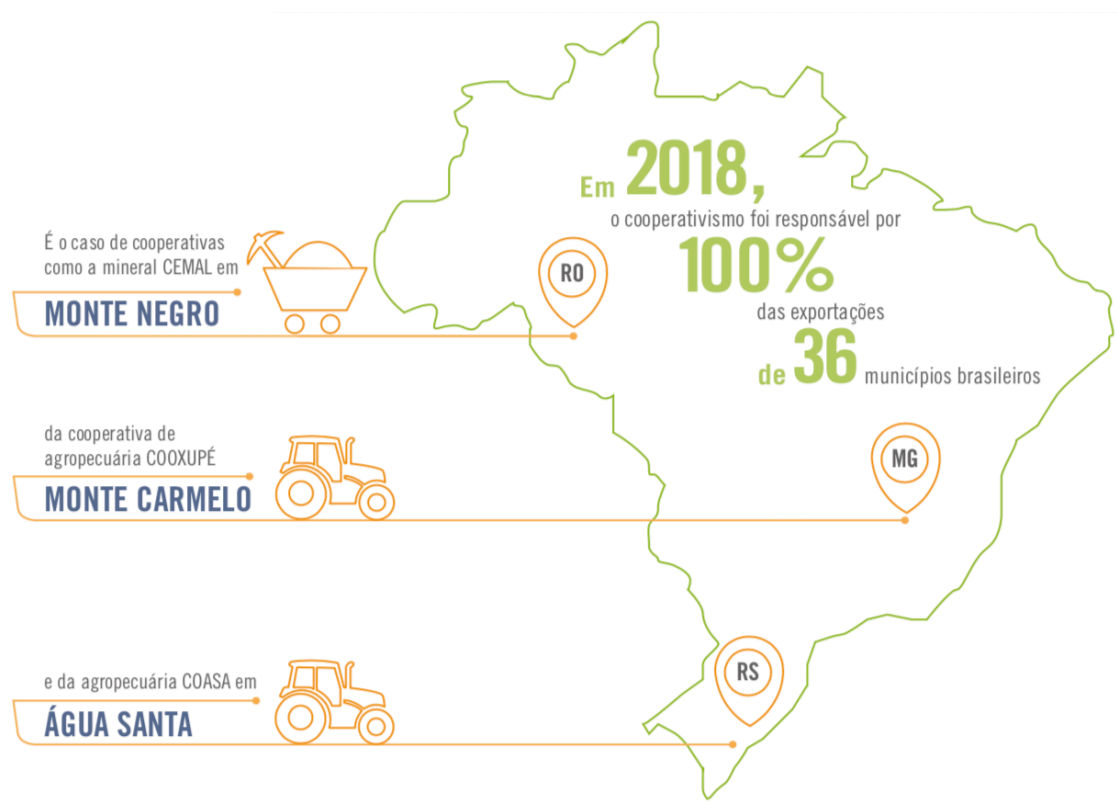


Figura 6: As três principais cooperativas por município, que se destacaram representando 100% das exportações municipais. Fonte: OCB (2019). Informações referentes a 2.951 cooperativas.

O anuário de 2019 da OCB, apresenta também a evolução do número de cooperativas brasileiras exportadoras. Pelo relatório o ano de 2010 indicou um total de 106 cooperativas com atividade de exportação, quadro que sofreu uma redução em 2014, apresentando uma queda para 101 cooperativas exportadoras. Porém, o ano de 2018 demonstra uma ligeira recuperação dos números absolutos de cooperativas brasileiras com a atividade de exportação, com elevação para 102, como ilustrado na figura 7.

Evolução do número de cooperativas

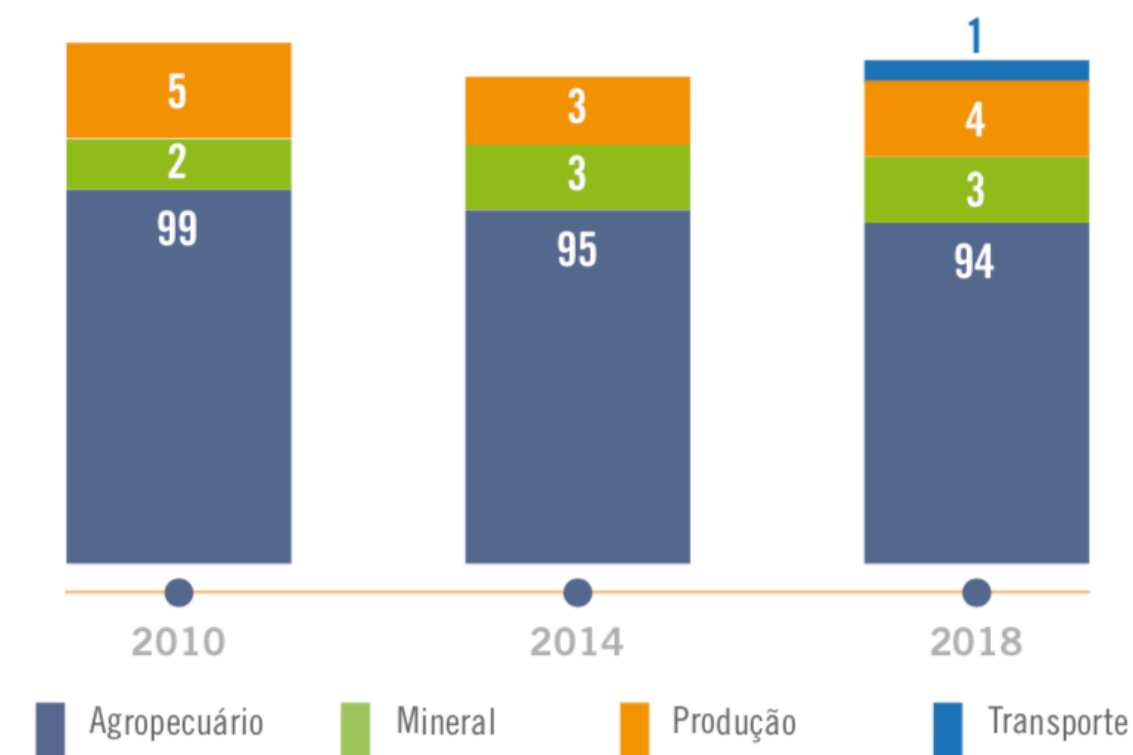


Figura 7: Evolução do número de cooperativas brasileiras exportadoras no período 2010-2018. Fonte: OCB (2019). Informações referentes a 2.951 cooperativas.

2.9 Conjuntura atual do cooperativismo no Brasil

Segundo Pinho (2004, p.3), o início do século XXI foi marcado por fatos políticos, jurídicos, socioeconômicos e culturais que influenciaram no cooperativismo brasileiro. A autora aponta que, depois de mais de um século da implantação das cooperativas no Brasil, trazidas por alguns idealistas e multiplicadas inicialmente entre imigrantes alemães e italianos, foi sobretudo no início do século XXI que o cooperativismo apresentou consequências relativas ao forte impacto de importantes transformações que estão ocorrendo no Brasil e no mundo.

No contexto internacional, ela acrescenta, a II Guerra do Golfo, primeiro conflito armado de grandes proporções do Século XXI, iniciada oficialmente na noite de 20 de março de 2003, pelo então presidente norteamericano George W. Bush, confirmou o perigo de um mundo assimetricamente globalizado, perversamente fragmentado e sem condições de se opor à dominação hegemônica de uma nação com um PIB anual da ordem de 10 trilhões de dólares ou 1/3 do PIB de todos os países do mundo juntos.

Na competição econômica internacional, segundo a autora, as cooperativas brasileiras voltadas para a exportação intensificaram seu esforço de melhorar a produtividade e a qualidade, mas, acrescenta ela, o protecionismo agrícola, principalmente dos EUA e da União Europeia, continuou dificultando a venda dos produtos agropecuários do Brasil.

No contexto interno brasileiro, na visão de Pinho (2004, p.3), três fatos motivaram importantes mudanças estruturais no cooperativismo nacional.

O primeiro fato, de caráter polêmico, há alguns anos já praticados pelas cooperativas das vertentes sindicais e de economia solidária, é o desconhecimento da OCB (Organização das Cooperativas Brasileiras) como representante do sistema cooperativista brasileiro e órgão técnico-consultivo do governo, desde 1971 ³⁶ (PINHO, 2004, p.4), sobre tal questão a autora acrescenta:

Como consequência desse desconhecimento, as cooperativas das vertentes paralelas nunca se registraram na OCB, nem pagaram a “Contribuição Cooperativista”, instituída em 1971 (arts. 107 e 108 da Lei 5764). Nos anos 2000, a aceitação geral da passagem da representação única a representação múltipla das cooperativas passou a estimular a emergência de novos polos de aglutinação e de decisão política, social e econômica em nível local, regional e/ou nacional. A criação da Secretaria Nacional de Economia solidária, junto ao Ministério do Trabalho e Emprego, como um dos atos do Governo Lula, já é indicativa do desatrelamento do cooperativismo do Ministério da Agricultura, como se verificava desde o início do século XX (PINHO, 2004, p.4).

³⁶ Para aprofundamentos na legislação regulatória do setor, consultar: Lei 5764 de 16 de dezembro de 1971, art. 105, que define a política nacional de cooperativismo, institui o regime jurídico das sociedades cooperativas e da outras providências.

O segundo fato, de natureza jurídica, foi a adequação da legislação cooperativa brasileira vigente no Código Civil (Lei no 10.406, de 10 de janeiro de 2002) e aplicável a todos os ramos de cooperativas (PINHO, 2004, p.4).

O terceiro fato, segundo Pinho (2004, p.4), é de caráter administrativo e restrito ao ramo crédito ou às cooperativas como instituições financeiras, decorrente de flexibilização das normas do Banco Central do Brasil sobre as cooperativas de crédito, em especial a Resolução nº 3106/03 com alterações do Conselho Monetário Nacional (CMN) sobre a constituição e o funcionamento das cooperativas de crédito.

Independente dessas mudanças estruturais colocadas por Pinho (2004, p.6), a autora acrescenta que a população de baixa renda, orientada por organizações religiosas, sindicais e outras, já vinha praticando algumas formas de cooperação como tentativa de superar as dificuldades econômicas. Tais movimentos, segundo ela, resultaram nas conhecidas cooperativas populares, sociais e de responsabilidade solidária, diferentes das cooperativas econômicas ou das que buscam a maximização de resultados no mercado.

cooperativistas no sentido de distinguir as cooperativas sociais ou populares, das cooperativas econômicas, tradicionais ou pioneiras. Suas principais características, na visão da autora, podem ser assim esquematizadas: as cooperativas sociais ou populares são organizadas por pessoas de baixa renda ou portadores de deficiência física ou de outro tipo de limitação (como os presos, por exemplo), com o objetivo de resolver seus próprios problemas econômicos, tais como trabalhos e renda, recursos para produzir e comercializar a produção dos associados etc.

Pinho (2004) acrescenta que há casos em que essas cooperativas são incubadas em ITCPs (Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares), geralmente em universidades públicas, ou em outra cooperativa ou instituição de apoio ao cooperativismo. Ela coloca também, que as cooperativas

econômicas, tradicionais ou pioneiras, funcionam como empresas que buscam qualidade e produtividade para enfrentar a competição de mercado.

Na visão de Castelo (1999), a cooperativa pode ser constituída para a prestação de qualquer tipo de serviço aos seus associados, desde que se tratem de serviços lícitos é claro, não havendo restrição legal quanto ao seu objeto específico. Castelo (1999) acrescenta que a qualidade da cooperativa de prestadora de serviços decorre naturalmente da sua natureza de entidade civil, e não comercial, entendida esta última como aquela que habitualmente exerce a intermediação de produtos com objetivo de lucro.

Portanto, para a autora, a cooperativa não visa e nem pode visar o lucro, apesar de desenvolver uma atividade econômica em prol de seus associados, denominados tecnicamente de cooperados. Assim, exemplifica Castelo (1999), o agricultor que sozinho não consegue comprar insumos para as suas plantações por um preço baixo, e nem obter um bom preço, espaço e mercado para a venda de sua produção, ao se associar em uma Cooperativa Agrícola, adquire força pela união e melhores condições de trabalho.

A Cooperativa Agrícola prestará ao agricultor-cooperado o serviço de lhe propiciar melhores condições de trabalho. Assim, segundo Castelo (1999), a cooperativa conseguirá adquirir o insumo a um preço baixo, repassando-o para o agricultor. Posteriormente, acrescenta ela, a cooperativa que irá vender a produção do agricultor, conseguindo, por se tratar de uma cooperativa, e não de uma “única pessoa perdida no universo”, a obtenção de melhores preços e o atendimento de maiores e melhores mercados. Fazendo parte de uma Cooperativa, coloca Castelo (1999), o cooperado tem que contribuir com seu esforço pessoal. Compete-lhe arcar com as despesas da cooperativa, ocupar os cargos de administração, e tudo o mais que for determinado em seus estatutos. Nada mais lógico em se considerando que os cooperados são os donos da cooperativa.

Vale ressaltar, seguindo a visão de Pinho (2004), que a emergência do “cooperativismo solidário” significa o reconhecimento de outra lógica

gestionária na busca de uma nova economia que consiga abranger os micros (microcrédito, microempreendedores, microautogestores, clubes de troca e outros) e os excluídos (sem-teto, sem-terra, sem-conta bancária, sem-garantia patrimonial). Para isso, tenta formas de rearranjo econômico e social com base na cooperação espontânea e na solidariedade. Tentativa que fez surgir uma nova vertente cooperativa solidária, paralela ao cooperativismo tradicional, e embasada na ética, no caráter dos associados e em sua mútua confiança e espírito de solidariedade. De modo geral, para a autora, as experiências brasileiras de cooperação estavam ligadas a anseios de liberdade, tanto no campo político como no campo econômico, com grande reflexo nas formas de organização da produção e do trabalho. Mas todas elas fortemente imbuídas do idealismo inspirado em associações religiosas em utopias associacionistas que vicejaram no começo do século XIX, como reação às consequências práticas do sistema capitalista.

2.10 O cooperativismo brasileiro em números

Como a proposta de gerador de trabalho, emprego e renda, segundo informações da OCB (2020), nesse modelo de negócios no período correspondente ao intervalo entre 2010 e 2018, constatou-se uma evolução no total de cooperativas de 2,6%, passando de 6.652 para 6.828 associações no território nacional (figura 8). Foi observado neste período, um crescimento em número de pessoas participantes na ordem de 62%, passando de 9 milhões de cooperados em 2010, para 14,6 milhões em 2018 (figura 9).

Número de cooperativas

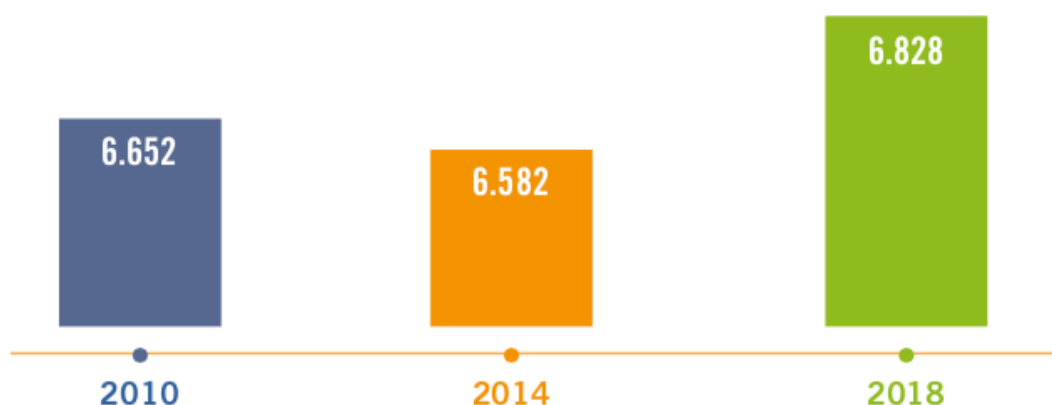


Figura 8: Evolução do número de cooperativas no Brasil entre 2010 e 2018. Fonte: Informações referentes a 2.951 cooperativas (OCB, 2020).

Número de cooperados

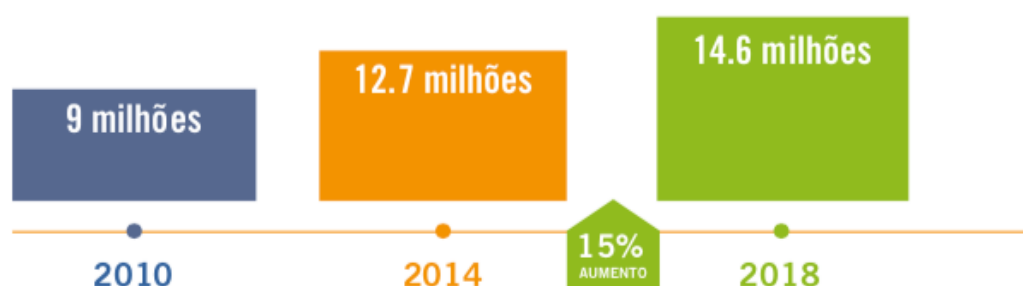


Figura 9: Evolução do número de cooperados no Brasil entre 2010 e 2018. Fonte: Informações referentes a 2.951 cooperativas (OCB, 2020).

A variação da participação dos cooperados por gênero nos quadros sociais, observada no intervalo entre 2014 a 2018 (figura 10), foi negativa para o gênero masculino, passando de 67% para 64%. Para o gênero feminino constatou-se um acréscimo, partindo de 33% para 36%. Comparando a participação entre os gêneros, constata-se uma predominância do gênero masculino, porém com tendência à equilíbrio na evolução histórica.

Variação de associados por gênero

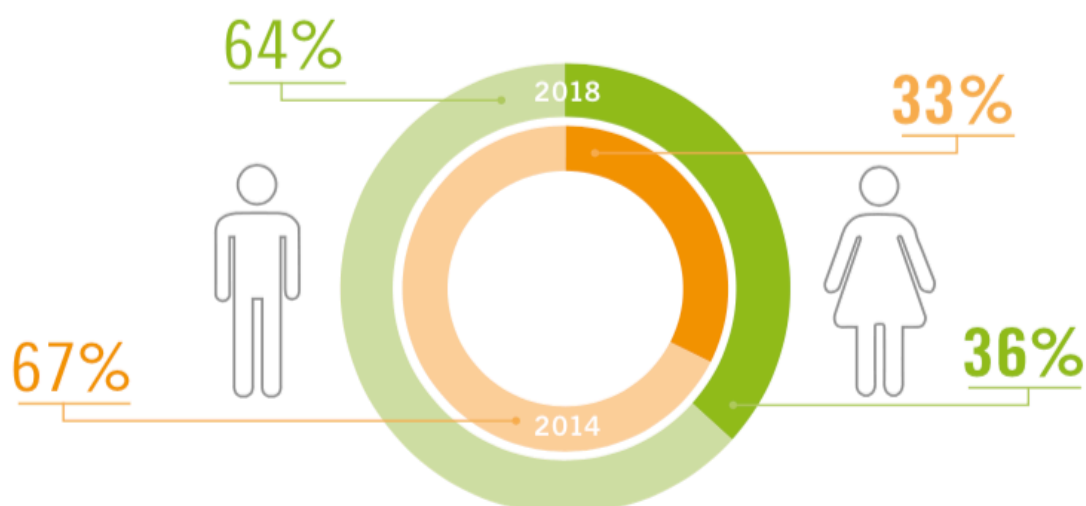


Figura 10 : Distribuição por gênero do quadro social das cooperativas brasileiras no intervalo entre 2014 a 2018. Fonte: Informações referentes a 2.951 cooperativas (OCB, 2020).

Como ilustra a figura 11, enquanto a população ocupada no Brasil³⁷ caiu 5% de 2014 para 2018, o cooperativismo teve para o mesmo período um crescimento de 17,8% nas contratações de sua força de trabalho. O quadro de empregados com carteira assinada em 2018 do setor cooperativista, conforme ilustra a figura 12, foi composto por 52% de pessoas do gênero masculino e 48% do feminino (OCB, 2020).

Empregos gerados

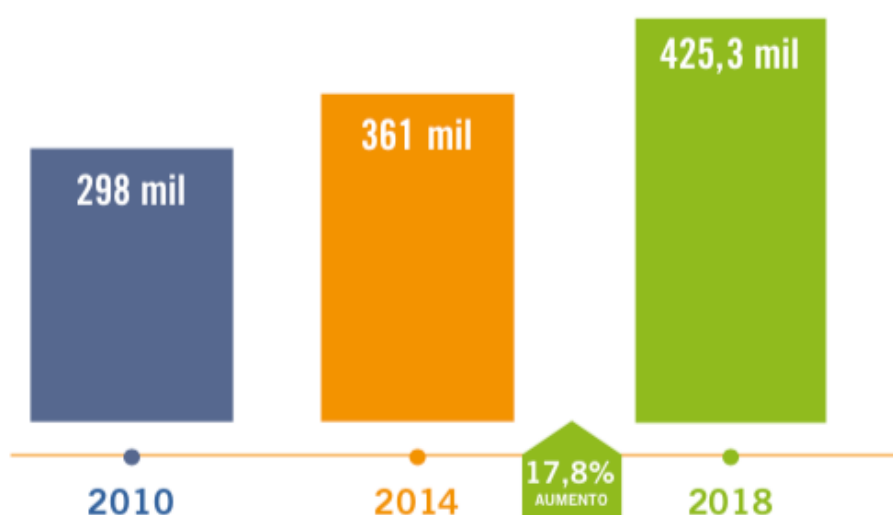


Figura 11: Quantidade de empregos gerados pela rede de cooperativas no Brasil (2010–2018). Fonte: Informações referentes a 2.951 cooperativas (OCB, 2020).

³⁷ Dados Extraídos da do IBGE - PNADC/T.

Empregados por gênero

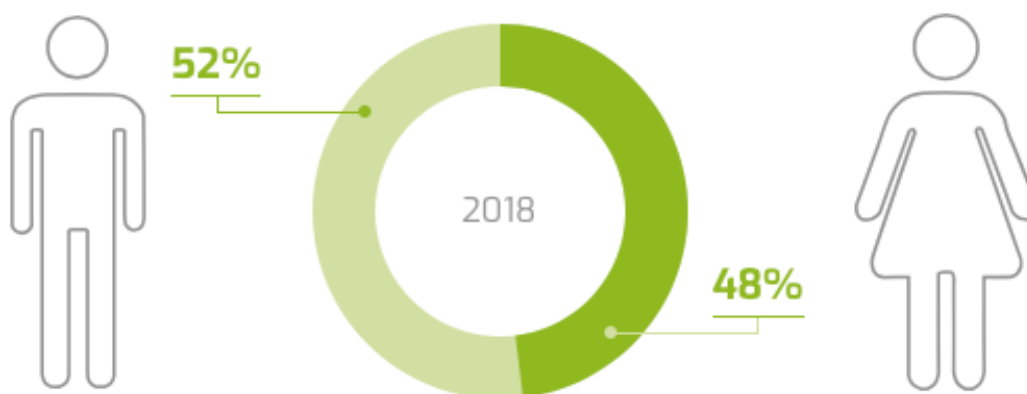


Figura 12: Distribuição por gênero dos empregos gerados pela rede de cooperativas no Brasil em 2018 . Fonte: Informações referentes a 2.951 cooperativas (OCB, 2020).

2.11 Perfil do quadro de dirigentes brasileiros

A Pirâmide Etária a seguir, apresenta o perfil do quadro de dirigentes das cooperativas brasileiras. Considerando que como dirigentes são considerados os membros dos Conselhos de Administração, Diretoria e dos Conselhos Fiscais. Os dados, conforme informação da OCB (2020), são referentes a 1.219 cooperativas com mandatos vigentes em 31/12/2018. Observamos na figura 13, uma maior participação do gênero masculino na faixa etária entre 46 e 50 anos, com 10,4%. Já os dirigentes do gênero feminino, se apresentam com maior participação na faixa entre 41 e 45 anos, porém com uma representação de 4%, o que equivale a menos da metade da participação masculina.

Pirâmide Etária de dirigentes

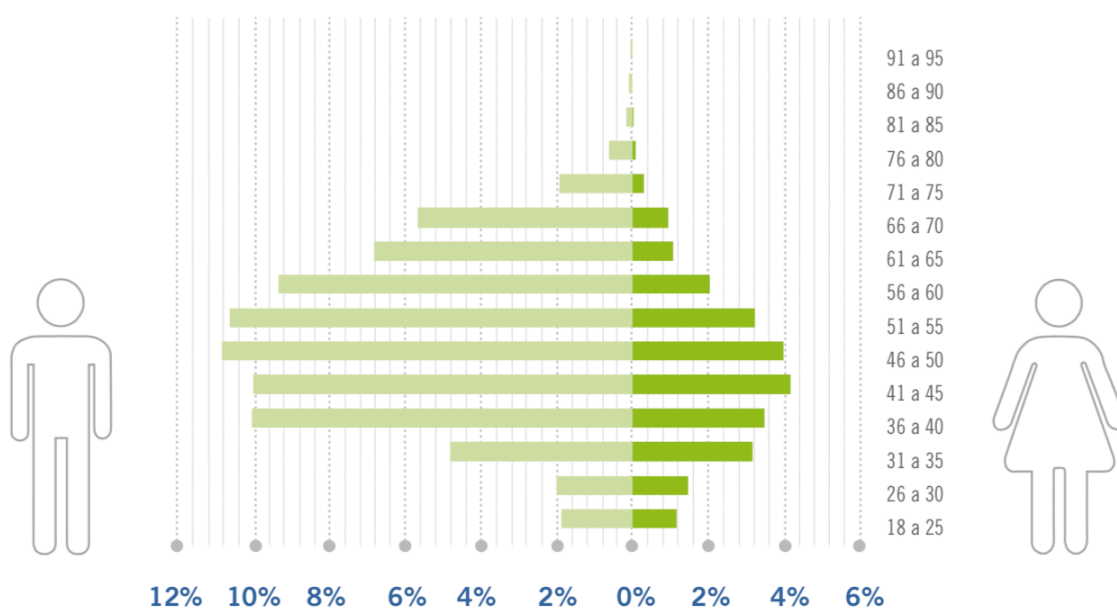


Figura 13: Pirâmide Etária de dirigentes para o ano de 2018. Fonte: Informações referentes a 2.951 cooperativas (OCB, 2020).

Em relação a distribuição do quadro de dirigentes das cooperativas brasileiras por gênero (figura 14), seguindo informações da OCB (2020), observamos uma baixa variação entre 2017 e 2018, a qual se manteve em um ponto percentual. Porém, o destaque está na participação do gênero masculino com o equivalente a três vezes o número de pessoas do gênero feminino. Em 2017 haviam 76% de homens em posição de dirigente, para 24% de mulheres. O quadro para 2018 era de 75% de homens e de 25% de mulheres.

Distribuição por gênero do quadro de dirigentes

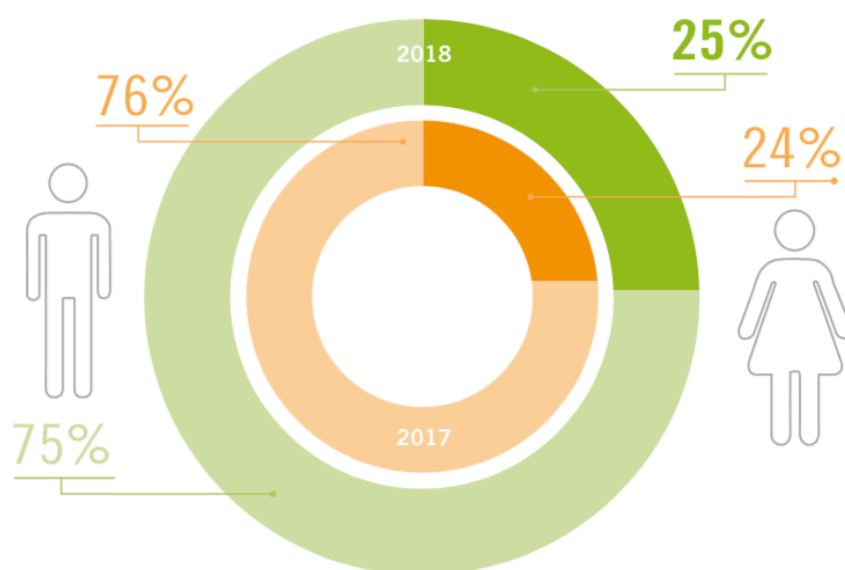


Figura 14: Distribuição por gênero do quadro de dirigentes (2017-2018). Fonte: Informações referentes a 2.951 cooperativas (OCB, 2020).

2.12 Indicadores de desempenho econômico do cooperativismo no Brasil

Com seus 13 ramos, definido conforme o quadro 3, em 2018 o segmento cooperativista nacional apresentou como destaque 1.613 cooperativas do ramo agropecuário, seguidas pelas 1.351 de transporte. O maior número de cooperados foi identificado nas cooperativas no ramo de crédito, sendo 9.840.977, seguidas pelas cooperativas de consumo, infraestrutura e agropecuária, com respectivamente, 1.991.152, 1.031.260 e 1.021.019. em relação a geração de vagas de emprego em 2018, destacaram-se as cooperativas no ramo agropecuarista com 209.778 vagas, seguidas pelas do ramo da saúde com 107.794 empregados.

As cooperativas do ramo habitacional, as quais estão diretamente relacionadas ao objeto da presente tese, correspondem a 4,13% do total de 6.828 cooperativas brasileiras, ou seja, 282 associações. Com um total de 103.745 cooperados, correspondente a 0,7% dos 14.618.832 cooperados em todos sistema cooperativo nacional, constata-se que as cooperativas

habitacionais brasileiras ocupam uma pequena fatia deste formato de empreendimento coletivo.

Números de 2018 por ramo de atividade

COOPERATIVISMO NO BRASIL POR RAMO DE ATIVIDADE EM 2018			
RAMOS	COOPERATIVAS	COOPERADOS	EMPREGADOS
Agropecuário	1.613	1.021.019	209.778
Consumo	205	1.991.152	14.272
Crédito	909	9.840.977	67.267
Educacional	265	60.760	3.412
Especial	10	377	8
Habitacional	282	103.745	742
Infraestrutura	135	1.031.260	5.824
Mineral	95	59.270	177
Produção	230	5.564	1.132
Saúde	786	206.185	107.794
Trabalho	925	198.466	5.105
Transporte	1.351	98.190	9.792
Turismo e Lazer	22	1.867	15
TOTAL GERAL	6.828	14.618.832	425.318

Quadro 3: Número de cooperativas, cooperados e empregados, por ramo de atividade cooperativista em 2018. Fonte: Elaborado pelo autor da tese com base em informações referentes a 2.951 cooperativas (OCB, 2020).

Em relação ao desempenho do setor cooperativista na economia do país, como já abordado, ressaltamos o indicador geração de emprego. As cooperativas brasileiras, entre 2014 e 2018, contribuíram com um acréscimo de 18% de postos de trabalho. Percentual superior a outros segmentos da economia nacional, pois, segundo o IBGE (2020), a população ocupada, importante indicador do mercado de trabalho, cresceu apenas 0,36% no mesmo período.

No que diz respeito ao ativo total, ativo imobilizado e patrimônio líquido, como também, ao ingresso de receitas brutas, as cooperativas apresentaram como resultado respectivamente, R\$ 351,4 bilhões, R\$ 42,3 bilhões, R\$ 100,3 bilhões e R\$ 259,9 bilhões (figura 15). Para ter uma ideia, esclarece a OCB (2020), as cooperativas recolheram aos cofres públicos R\$ 7 bilhões, em impostos e tributos, apenas em 2018. No ano anterior foram mais de R\$ 9 bilhões, apenas com o pagamento de salários outros benefícios destinados a colaboradores (OCB, 2020).

Indicadores de desempenho econômico

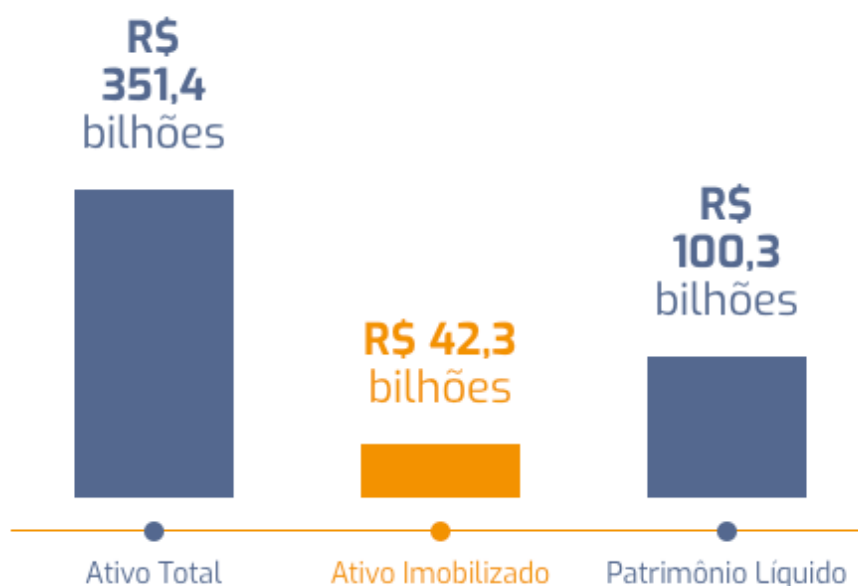


Figura 15: Indicadores de desempenho. Fonte: (OCB, 2020).

Ainda em relação ao ingresso de receitas brutas, avaliando separadamente a proporção de tributos e despesas com pessoal, no contexto nacional, segundo informações da OCB (2020), o total de despesas com pessoal correspondeu em 2018 a 57%, ficando os tributos sobre venda de serviços com 43% (figura 16).

Proporção de tributos e despesas com pessoal

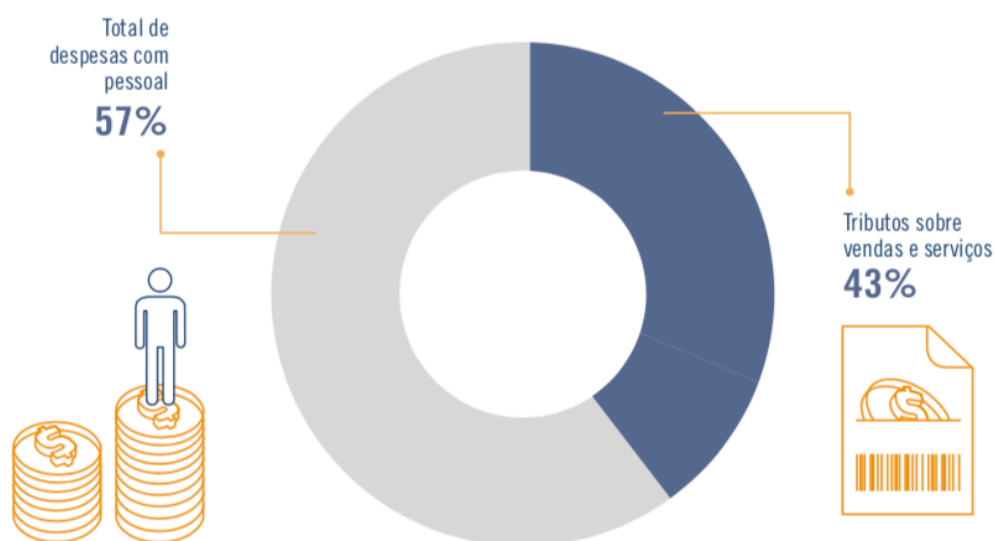


Figura 16: Proporção de tributos e despesas com pessoal. Fonte: (OCB, 2020).

2.13 A percepção dos brasileiros sobre o cooperativismo

Apresentamos a seguir, uma análise dos resultados da Pesquisa Nacional do Cooperativismo, realizada em 2018 pela OCB, o objetivo era compreender melhor a percepção dos brasileiros sobre o setor cooperativista nacional, sobre a sua proposta de negócio e seus possíveis diferenciais. Foram ouvidas 6.700 pessoas de todo o Brasil, nas 27 capitais e também no interior do país.

Uma das informações passadas pela pesquisa foi em relação ao nível de conhecimento por parte dos brasileiros sobre o cooperativismo. Observou-se como resultado, que 40% dos entrevistados declararam conhecer de alguma forma o cooperativismo. O maiores percentuais dos entrevistados que declararam conhecimento a respeito do setor, conforme figura 17, estão representados pelas classes mais altas da população, A e B1³⁸, equivalentes respectivamente a 66% e 63%. Já as classes mais baixas: C1, C2 e D1,

³⁸ As classes da população foram definidas para pesquisa, de acordo com o Critério Brasil 2015 de classificação econômica, cuja metodologia de desenvolvimento entrou em vigor no início de 2015. Para mais informação sobre tal metodologia, consultar o livro Estratificação Socioeconômica e Consumo no Brasil dos professores Wagner Kawamura (Rice University) e José Afonso Mazzon (FEA/USP), baseado na Pesquisa de Orçamento Familiar (POF) do IBGE.

apresentaram os mais baixos percentuais em termos de conhecimento da atividade cooperativista, sendo respectivamente: 38%, 32% e 32%.

Conhecimento sobre o cooperativismo maior para as classes mais altas

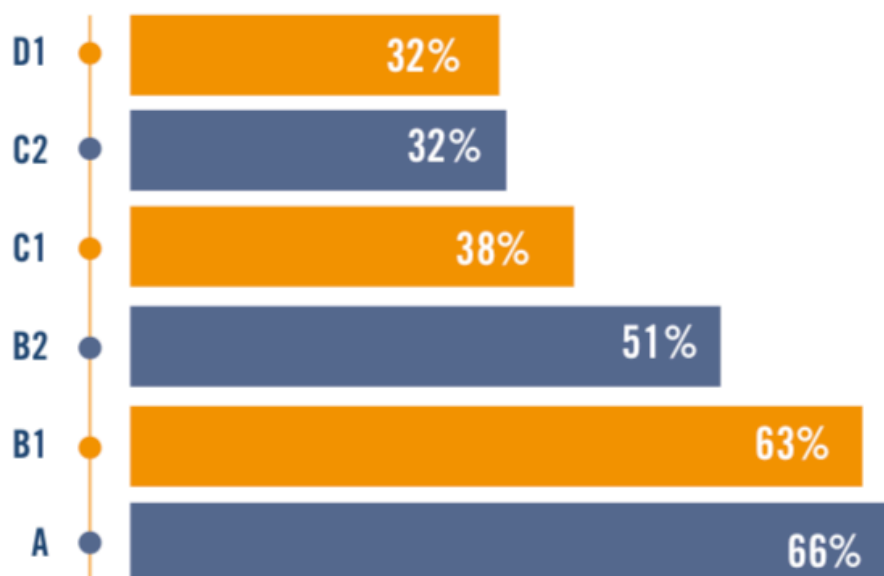


Figura 17: Conhecimento sobre o cooperativismo maior para as classes mais altas. Fonte: (OCB, 2020).

O nível de conhecimento do cooperativismo por região do país, conforme figura 18, apresenta maior percentual para a Região Sul, com 67%, seguido pela Região Centro-Oeste, com 54%, logo depois pelas Regiões Sudeste, Norte e Nordeste, essas últimas com: 42%, 38% e 36% respectivamente.

Conhecimento do cooperativismo por região do país

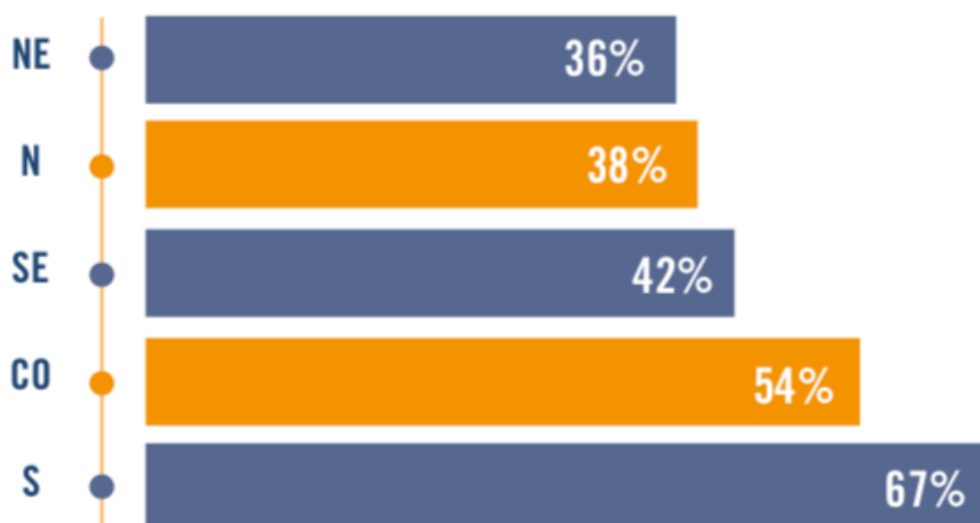


Figura 18: Conhecimento do cooperativismo por região do país. Fonte: (OCB, 2020).

Em relação aos ramos do cooperativismo com os quais os brasileiros mais se relacionam (figura 19), a pesquisa apontou maior destaque para o ramo da saúde com 41%, seguido pelo ramo do transporte de carga ou taxi, com 40%, logo depois aparecem os ramos do consumo com 35% e do crédito com 34%.

Ramos que os brasileiros mais se relacionam

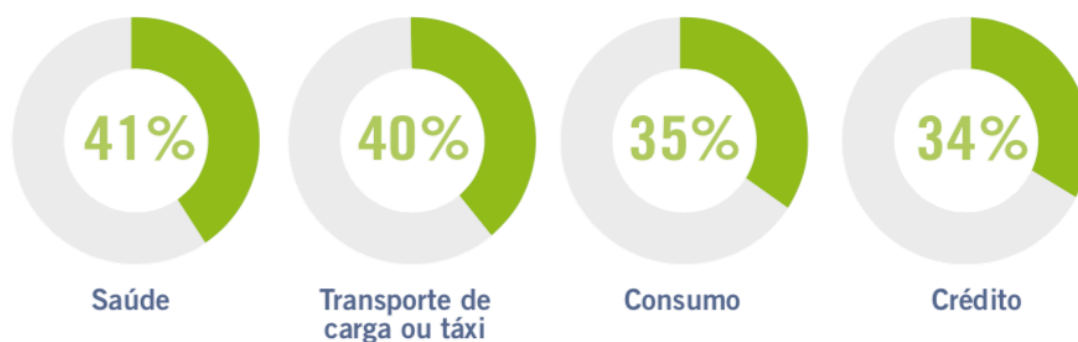


Figura 19: Ramos que os brasileiros mais se relacionam. Fonte: (OCB, 2020).

2.14 Marco legal do cooperativismo no Brasil

Considerando, que as cooperativas surgem da vontade de um grupo de pessoas, têm natureza jurídica e especial, com fundamentos e regras específicas, que observados em todos os seus aspectos, visam atender às

necessidades de seus associados. Observando ainda, que as normas que regem todo o sistema cooperativo brasileiro estão em constante evolução. Pretendemos com a análise sobre o marco legal do sistema cooperativo nacional, proporcionar reflexão que subsidie o desenvolvimento da pesquisa relativa a presente tese. Para tanto, o entendimento da referida legislação, torna-se de essencial importância, haja vista, que interfere diretamente na estruturação e na evolução das sociedades cooperativas.

Neste sentido, abordaremos em especial os aspectos da Lei Federal nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971, e as demais leis que tratam do tema, apresentando considerações à natureza jurídica das sociedades cooperativas, à evolução histórica da legislação cooperativa, em relação ao sistema cooperativo na Constituição Federal de 1988 e no Código Civil Brasileiro de 2002. Além da Lei nº 5.764, abordaremos também, os aspectos da Lei Federal nº 12.690, de 2012, sobre as cooperativas de trabalho e das questões estruturais do estatuto social, com os requisitos para formação de uma sociedade cooperativa. Concluiremos a análise sobre o marco legal do sistema cooperativo, tratando dos processos de fiscalização e controle aos quais essas instituições são legalmente submetidas.

2.15 A natureza jurídica das sociedades cooperativas

O Direito Cooperativo, segundo Wakulicz e Oliveira Filho (2015), é um entrelaçamento de valores e normas que orientam o sistema cooperativo nas suas relações com os demais ramos do Direito, possibilitando desenvolver cada um dos institutos do Direito e reconhecer sua abrangência nas relações das sociedades cooperativas.

Assim, podemos dizer que o Direito Cooperativo é o ramo do Direito que tem por objetivo o estudo jurídico das cooperativas. Trata de seu objeto, desde a definição jurídica, suas normas regedoras, direitos e deveres de seus membros, seus órgãos, suas atividades e até sua extinção.

Para uma mais apurada compreensão da abrangência dos diversos ramos no Direito Cooperativo, seguindo Wakulicz e Oliveira Filho (2015), devemos conhecer a natureza jurídica das sociedades cooperativas.

As sociedades cooperativas, como apontam os autores, à luz da legislação, são entidades de natureza jurídica, caracterizadas por sua finalidade e pela nítida configuração de sociedade de pessoas, criando um aspecto jurídico próprio, com prevalência para as regras estatutárias e, eventual e subsidiariamente, as normas do Direito Civil.

Do ponto de vista econômico, na visão de Franke (1973, p.10), as cooperativas podem ser consideradas como:

Uma organização empresarial, de caráter auxiliar, por cujo intermédio uma coletividade de consumidores ou produtores promove, em comum, a defesa (melhoria, incremento) de suas economias individuais. Essa defesa se realiza, substancialmente, por duas formas: na qualidade de consumidor, o sujeito econômico procura obter, por meio da cooperativa, bens e prestações (crédito, transporte, etc.) ao mais baixo custo; na condição de produtor (agricultor, artesão, operário) serve-se dela para, por intermédio da respectiva organização, transacionar, nos mercados, bens ou utilidades elaboradas individualmente ou coletivamente.

Segundo Wakulicz e Oliveira Filho (2015), as principais atribuições da área financeira decorrem das decisões fundamentais que os gestores são levados a tomar no cotidiano das suas ações, com o intuito de criar valor para a organização e para os proprietários. Assim, entender e conceituar a natureza jurídica das sociedades cooperativas requer um esforço de interpretação, partindo da base de que a cooperativa é uma sociedade de pessoas. A discussão sobre a natureza jurídica das cooperativas vem se desenvolvendo ao longo do tempo. Diversos autores vêm se manifestando com o objetivo de esclarecer e/ou descobrir qual seria a natureza jurídica desse tipo de sociedade.

Sobre o conceito de cooperação, cooperativa e cooperativismo, já aludimos anteriormente na presente tese. Observamos portanto, que os diversos conceitos convergem para o fato de uma cooperativa ser uma

associação de pessoas unidas voluntariamente para buscarem a melhoria da sua condição econômica, cultural ou social, através de uma empresa que conjuga os esforços e objetivos comuns e que seja democraticamente controlada.

Em Teoria geral dos atos cooperativos, Nascimento (2007) observa que, ao reconhecer a importância e o interesse social que gera o cooperativismo, o Estado Brasileiro estabelece o regime jurídico da sociedade cooperativa, regulamentando sua estrutura, organização e funcionamento, através da Lei Federal nº 5.764.

Desta forma, seguindo tal visão, na sequência observamos a definição legal brasileira de cooperativa, estabelecida pela Lei Federal nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971, que não por acaso, é também chamada de lei cooperativista, em seu artigo 4º, consta que “as cooperativas são sociedades de pessoas, com forma e natureza jurídica próprias, de natureza civil, não sujeitas a falência, sendo constituídas para prestar serviços aos associados”.

Os traços descritos na configuração jurídica da legislação brasileira que trata das sociedades cooperativas, são apresentados em quatro condições, sendo elas:

I - é uma sociedade de pessoas, constituída em razão das pessoas que se unem para formar a cooperativa;

II - tem forma e natureza jurídica próprias, isto é, sua organização, funcionamento, constituição e modo de atuar estão preconizados na própria Lei das sociedades cooperativas, sob o amparo de regras do direito civil, excluídas as disciplinadoras das sociedades comerciais;

III - não tem fim lucrativo, já que visa tão somente à prestação de serviços aos associados; e

IV - não é sujeita a falência, já que se aplica o mesmo procedimento previsto, em caso de solução, para a liquidação extrajudicial.

Segundo o entendimento de Wakulicz e Oliveira Filho (2015), que tais condições nos remetem, por semelhança de características, às sociedades simples, do tipo especial, não compulsória (não obrigatória), conforme o artigo

982 do Código Civil Brasileiro, “independentemente de seu objeto, considera-se empresária a sociedade por ações; e simples a cooperativa”.

Por consequência, não havendo clareza na legislação especial que rege as cooperativas, segundo os autores, a estas devem ser aplicados os dispositivos relativos à sociedade simples, mantidas as características peculiares fixadas nos dispositivos do Código Civil Brasileiro.

Os autores acrescentam que, sendo a cooperativa uma sociedade de pessoas, o objetivo é servir ao grupo de associados, sem nenhum tipo de intenção de lucrar à custa dele, o que, ocorrendo, de forma objetiva descaracterizaria a entidade cooperativa, transformando-a em instituição lucrativista, pertinente ao âmbito das sociedades de capital.

Com a definição aclarada da natureza jurídica e da condição de que o associado é dono e usuário da sociedade cooperativa à qual pertence, observamos que esta dupla qualidade, significa a utilização da cooperativa para atingir os fins a que se propõe e, ao mesmo tempo, manter as obrigações de proprietário da sociedade, com a efetiva participação nos negócios da cooperativa a qual pertence.

2.16 A evolução histórica da legislação cooperativa

Foi no período de 1903 a 1938 que se desenvolveu a organização jurídica da atividade. Esta fase da legislação foi de grande importância para o sistema cooperativo brasileiro, pois identificou os primeiros passos da formação de uma legislação que pudesse atender a esse segmento da sociedade, com distinta formação em relação as sociedades empresariais comerciais. Fato que acabou por promover um tratamento jurídico ímpar.

Segundo Perius (2007), a primeira legislação que abordou o tema cooperativista foi o Decreto Legislativo nº 979, de 6 de janeiro de 1903, também denominado Lei dos Sindicatos Agrícolas, que abarcava no seu artigo 10º a seguinte leitura:

Art. 10º - A função dos sindicatos nos casos de organização das cooperativas de produção e de consumo, das caixas rurais de crédito agrícola, de sociedade de seguros, assistência, etc., não implica responsabilidade direta dos mesmos nas transações, nem os bens nelas empregados ficam sujeitos ao disposto no nº. 8, sendo a liquidação de tais organizações regida pela lei comum das sociedades civis.

O Decreto Legislativo nº 979, de 1903, foi regulamentado em 20 de junho de 1907, por meio do Decreto nº 6.532. Antes da regulamentação do Decreto Legislativo nº 979, foi promulgado o Decreto nº 1.637, de 5 de janeiro de 1907, que apresentava no seu texto os primeiros passos para a criação concreta de uma lei cooperativa, ou seja, foi o berço da legislação. Esse decreto criou os sindicatos profissionais e sociedades cooperativas.

Apresentamos a seguir, os artigos com vistos como de maior relevância no citado decreto, os quais têm a função da regulamentação das sociedades cooperativas, em especial no artigo 10º, que trata do conceito das sociedades cooperativas, como segue:

Art. 10º- As Sociedades Cooperativas, que poderão ser: anônimas, em nome coletivo, ou em comandita, são regidas pelas leis que regulam cada uma dessas formas de sociedade, com as modificações na presente lei.

Observamos, também neste decreto a fixação das características principais das sociedades cooperativas, as quais são consideradas até hoje nos estatutos sociais e na legislação vigente, sendo elas:

Art. 11º - São características das sociedades cooperativas:

- a) a variabilidade do capital social;
- b) a não limitação do número de sócios;
- c) a inacessibilidade das ações, quotas ou partes a terceiros, estranhos à sociedade.

O mencionado decreto apresentava indicação a respeito da necessidade de arquivamento do ato constitutivo da sociedade cooperativa, na Junta

Comercial do Estado sede da instituição, definindo inclusive que o não arquivamento tornaria nula a referida constituição, por meio da seguinte redação:

Art. 14º - O ato constitutivo das sociedades deverá conter, sob pena de nulidade:

1º - a denominação, forma e sede da sociedade;

2º - o seu objeto;

3º - a designação precisa dos sócios, cujo número não será inferior a sete;

4º - como e por quem os negócios serão administrados e fiscalizados;

5º - o mínimo do capital social e a forma por que este é ou será ulteriormente constituído, sendo permitido estipular que o pagamento seja feito por quotas semanais, mensais ou anuais e cada sócio entre com uma joia destinada a constituir um fundo de reserva;

6º - o modo de admissão, demissão e exclusão dos sócios e as condições de retirada das entradas ou partes;

7º - os casos de dissolução e formas de liquidação;

8º - o modo de constituição do fundo de reserva e o seu destino nas liquidações, depois de satisfeitos os compromissos da sociedade;

9º - os direitos dos sócios, o modo de convocação da Assembleia Geral, a maioria requerida para a validade das deliberações e o modo de votação.

Parágrafo único - Além das deliberações exigidas na disposição anterior, o ato constitutivo das sociedades deverá também conter, mas sem a pena de nulidade:

a) a responsabilidade assumida pelos sócios;

b) a duração da sociedade, que não poderá exceder 30 anos;

c) a repartição dos lucros e perdas.

Em relação ainda ao Decreto nº 1.637, de 5 de janeiro de 1907, segundo Wakulicz e Oliveira Filho (2015, p.25), podemos observar:

i) o registro da singularidade do voto e a solidariedade dos sócios nos negócios;

- ii) a indivisibilidade do fundo de reserva;
- iii) as ações ou cotas nominativas; e
- iv) a possibilidade de as cooperativas unirem-se ou federarem-se.

Seguindo a linha de análise de Wakulicz e Oliveira Filho (2015), em 19 de dezembro de 1932, foi promulgado o Decreto nº 22.239, que foi editado tendo por base a reforma das disposições contidas no Decreto Legislativo nº 1.637, de 1907, na parte referente às sociedades cooperativas. O Decreto nº 22.239 teve sua vigência interrompida em 1934 (Decreto nº 24.647, de 1934. Revogou o Decreto nº 22.239) e tornou a vigor novamente em 1938 (Decreto-Lei nº 581, de 1938. Revigorou o Decreto nº 22.239), com alterações em 1945 (Decreto-Lei nº 8.401, de 1945. Revigorou o Decreto nº 22.239), vigendo até 1966 (Decreto nº 59, de 1966. Revogou definitivamente o Decreto nº 22.239), quando foi revogado definitivamente.

Os autores acrescentam ainda, que a promulgação do Decreto nº 23.661, em 29 de dezembro de 1933, gerou uma crise legislativa, pois este revogou o Decreto nº 22.239, criando uma nova disciplina para os consórcios profissionais cooperativos, pois todo o processo legal apresentado pelo decreto de 1932, disciplinando e organizando o processo do Direito Cooperativo, sofreu um revés. Uma nova lei, falha, passou a ditar o novo regramento, inclusive sendo publicado outro decreto, este sob o nº 24.647, de 10 de julho de 1934, cuja finalidade foi instituir o cooperativismo sindical e a regulação patrimonial dos consórcios cooperativos. Essa crise levou a Constituição Federal de 1937, no seu artigo 18, a autorizar os estados a legislar sobre a matéria cooperativa, em especial para as cooperativas de agricultores.

A crise legislativa criada pelas sucessivas legislações, em desacordo com o que havia sido criado e encampado pelo sistema cooperativo em 1932, durou até 1938, quando o sistema cooperativo passou a ter na condução o intervencionismo estatal (WAKULICZ; OLIVEIRA FILHO, 2015) .

2.17 Período intervencionista do Estado Novo (1937-1945)

No período correspondente de 1937 até 1945, a legislação cooperativa atravessa uma fase intervencionista que foi interrompida somente com a promulgação da Constituição Federal de 1988. Como expõe Wakulicz e Oliveira Filho (2015), o começo desta fase foi no início de agosto de 1938, quando no dia primeiro deste mês, entrou em vigência o Decreto no 581, que revogou os Decretos no 22.611, de 1933, e 24.467, de 1934, e fortaleceu o Decreto no 22.239, de 19 de dezembro de 1932, com importantes modificações, em particular em relação aos procedimentos de fiscalização.

Como acrescenta os autores, a fiscalização das cooperativas passou a ser exercida pelo Ministério da Agricultura, da Fazenda e do Trabalho, da Indústria e Comércio.

A exemplo da intervenção estatal em outras áreas, como elucida Wakulicz e Oliveira Filho (2015), o processo de fiscalização ficou dividido da seguinte forma:

Art. 15º - Ficam sujeitas à fiscalização do Ministério da Agricultura, por intermédio da Diretoria de Organização e Defesa da Produção:

- a) as cooperativas agrícolas de qualquer espécie, inclusive as de indústrias rurais, de crédito e de seguro;
- b) as Federações dessas cooperativas.

Art. 16º - Ficam sujeitas à fiscalização do Ministério da Fazenda, pelos órgãos especializados:

- a) as cooperativas de crédito urbano;
- b) as Federações dessas cooperativas.

Art. 17º - Serão fiscalizadas pelo Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio:

- a) as cooperativas de trabalho e produção;
- b) as cooperativas de construção de casas;
- c) as cooperativas de consumo;
- d) as Federações dessas cooperativas.

Art. 18º - As cooperativas não enumeradas nos artigos anteriores ficam sujeitas à fiscalização dos Ministérios da Agricultura, da

Fazenda e do Trabalho, Indústria e Comércio, respectivamente, de conformidade com a sua natureza.

Para manter o controle sobre as cooperativas, com um processo rígido intervencionista, acrescenta os autores, foi criado o registro obrigatório das cooperativas no Ministério da Agricultura. Esse assentamento administrativo tinha, para efeito de assistência técnica, um controle absoluto, segundo o qual as cooperativas deveriam informar ao órgão fiscalizador dados estatísticos e outras informações que este entendia necessárias para alimentar o processo de fiscalização (WAKULICZ; OLIVEIRA FILHO, 2015).

A intervenção ocorreu de forma contundente, basta observar o que ditava o artigo 3º do Decreto nº 581:

Art. 3º - A Diretoria de Organização e Defesa da Produção exercerá, especialmente, as seguintes funções:

1. Manter um registro de todas as cooperativas existentes e das que se constituírem;
2. Exercer o controle público na organização e funcionamento das sociedades cooperativas, zelando pela observância da lei e das disposições regulamentares nos atos constitutivos e de divulgação;
3. Coletar, através de balanços e balancetes, dados e informações para fins estatísticos e de divulgação;
4. Organizar um serviço de informações sobre o movimento cooperativista:
 - a) para o público geral por meio de publicações;
 - b) para o Bureau Internacional do Trabalho.

Segundo Bulgarelli (1998), as sociedades cooperativas, neste período, sofreram destacada intervenção, principalmente no efetivo controle dos atos societários cooperativistas.

Em 9 de julho de 1971, o autor acrescenta, que o Decreto-Lei nº 1.110 criou o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), tendo sua atuação regulamentada pelo Decreto nº 68.153, de 1971, dando atribuições ao Instituto, respaldadas por poderes de controle, fiscalização, intervenção e assistência às cooperativas.

Desta forma, esclarece Bulgarelli (1998), o poder exercido pelo INCRA deixou marcas em uma variedades de cooperativas. Considerando, que seus funcionários passaram a atuar declaradamente nas Assembleias Gerais, tomando decisões deliberativas, podendo promover até intervenções, destituindo e nomeando dirigentes, sem que pudessem ser contestados por seus atos.

Na visão de Bulgarelli (1998), parte da ações intervencionistas, acabaram por favorecer o desenvolvimento das próprias cooperativas, com o concomitante afastamento da influência dos sindicatos nessas instituições, marcando desta forma, “o fim da era sindicalista”.

O autor ressalta, que este tipo de intervenção imposta pelo Estado, caracterizando um efetivo poder controlador, foi a primeira registrada na história.

Com a promulgação da Lei Federal no 5.764 em 16 de dezembro de 1971, o legislação cooperativa passou a ter um direcionamento que permanece até os dias atuais. Com adequações menos sequenciais, como ocorrido em períodos anteriores. Setores mais específicos, foram regulamentados, com especial atenção para as cooperativas de crédito (BULGARELLI, 1998).

O poder exercido pelo INCRA, com a Lei Federal no 7.231, teve seu desfecho em 23 de outubro de 1984, com a mudança das responsabilidades do mesmo, para o Ministério da Agricultura.

Assim, a fase intervencionista se estendeu até a promulgação da Constituição Federal de 1988, quando foi inaugurada uma nova fase, denominada autogestionária, a qual acaba por definir importantes características do campo do cooperativismo habitacional autogestionário, no qual encontra-se inserida a Cooperativa Vida Nova, instituição integrante do objeto de estudo da presente tese.

2.18 O sistema cooperativo na Constituição Federal de 1988

A Constituição de 1988 é regida por cinco fundamentos: soberania, cidadania, dignidade da pessoa humana, valores sociais do trabalho e da livre

iniciativa e pluralismo político. Os fundamentos do Estado Democrático de Direito estão no primeiro dos nove títulos que dividem o texto constitucional. São eles: princípios fundamentais; direitos e garantias fundamentais; organização do Estado; organização dos poderes; defesa do estado e das instituições democráticas; tributação e orçamento; ordem econômica e financeira; ordem social; e disposições constitucionais gerais (BRASIL, 1988).

Para Wakulicz e Oliveira Filho (2015), não se trata de mera consciência que os fundamentos constitucionais estejam em forte sintonia com os princípios e objetivos que exatamente compõem e dão sustentação doutrinária ao cooperativismo.

Os autores entendem, que por conta dessa comunhão de interesses, a Constituição Federal de 1988 assegurou relevante papel ao cooperativismo, acolhendo-o nos artigos 1º (Direitos e Garantias Fundamentais) e 5º, XVII, XVIII, XX, XXI; 21, XXV (Competência da União); 146, III, “c” (Sistema Tributário Nacional); 174, § 2º, 3º e 4º (Princípios Gerais da Atividade Econômica); 187, VI (Política Agrícola), entre outros. Desta forma, observamos que a Constituição da República Federativa do Brasil, promulgada em 1988, definiu uma nova fase para o cooperativismo brasileiro, chamada de fase autogestionária .

Segundo Perius (2001), após cinquenta anos de intervencionismo estatal, que durou de 1938 a 1988, o marco divisor do cooperativismo teve como embrião as discussões ocorridas, em especial, no X Congresso Brasileiro do Cooperativismo, em 1984, inaugurando uma nova relação Cooperativismo/Estado.

Vergílio Frederico Perius (2001), Em sua obra Cooperativismo e lei, Perius (2001) destaca que o texto constitucional de 1988 aborda do cooperativismo em sete artigos, tendo como o mais relevante deles o inserido no capítulo dos direitos e garantias individuais e coletivas. Segundo o autor, esse artigo trata da autonomia das cooperativas, ajustando o pensamento cooperativo com o que há de mais moderno e em consonância com os países desenvolvidos que, nas suas cartas constitucionais, decretaram o fim da tutela

estatal sobre as cooperativas, dando-lhes a liberdade de constituição e condução nas suas atividades, observando os seguintes dispositivos:

2.19 O sistema cooperativo e o Código Civil Brasileiro de 2002

O novo Código Civil Brasileiro de 2002, adequando-se à Constituição Federal de 1988, trouxe no Livro do Direito de Empresa um capítulo exclusivo para as sociedades cooperativas, nos artigos 1.093 a 1.096.

Segundo Pinho (2004, p.4), o novo Código Civil Brasileiro fixou as normas caracterizadoras das sociedades cooperativa, ressalvada no art. 1.093, a Lei 5.764/71. A autora acrescenta que:

O novo CCB dedica às cooperativas, no Capítulo VII (Da Sociedade Cooperativa), quatro artigos (1.093 a 1.096) e as menciona expressamente nos arts. 982, 983 e 1.159. No art. 1.094, o CCB enumera as características da sociedade cooperativa em oito incisos; no art. 1.095, trata de responsabilidade limitada e ilimitada dos sócios e, no art. 1.096, estabelece a ampliação das disposições referentes às sociedades simples, em caso de omissão, porém resguardadas as características das cooperativas enumeradas no art. 1.094.

De modo geral, e com base em estudos de juristas do sistema OCB, Pinho (2004) esclarece, que as principais mudanças introduzidas no cooperativismo pelo novo CCB podem ser assim esquematizadas:

- entendimento de “cooperativa” como sociedade simples (art. 982, parágrafo único), diferentemente do que se dispunha o art. 4 da Lei de 5.764/71 – sociedade de pessoas com forma e natureza jurídica próprias (...);
- não determinação “taxativa” do domínio de associados para se organizar uma cooperativa singular ou de primeiro grau – que era de 20 fundadores no art. 6, I, da Lei 5.764/71;
- dispensa de capital social para constituição de cooperativa – inciso I do art. 1.094;
- responsabilidade subsidiária dos associados até o valor dos prejuízos verificados em proporção das operações efetuadas (no art. 11 da Lei 5.764/71, a responsabilidade dos sócios era limitada ao total de cotas-partes por eles subscritas);

- o novo CCB silenciou a respeito de algumas questões, a seguir citadas exemplificativamente (mas sem se entrar em polêmicas quanto à derrogação da Lei 5.764/71 pelo CCB):

(a) princípio de portas abertas ou adesão voluntária e livre;

(b) FATES (Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social) indivisível, tal como o Fundo de Reserva (art. 4 VIII da Lei 5.764/71);

(c) item X do art. 4 da Lei 5.764/71 – “prestação de assistência aos associados” e, conforme o caso, “aos empregados da cooperativa”;

(d) poder de Assembléia Geral de dispor do retorno das sobras líquidas do exercício, proporcionalmente às operações já realizadas pelo associado (art. 4, VII da Lei 5,764/71).

Segundo Wakulicz e Oliveira Filho (2015), a aplicação dessa legislação às cooperativas acontece em casos específicos. Os autores acrescentam, que a legislação processual, cível e/ou criminal, nos casos de responsabilidade ou ocorrência de conduta ilícita, é passível de processo criminal, com a busca das responsabilidades e aplicação da pena correspondente ao ato praticado ou deixado de praticar. Eles observam também, que o processo cível e/ou criminal será impetrado pelo interessado contra os dirigentes da sociedade cooperativa, os quais representam, cível e criminalmente, a sociedade, isso de acordo com a lei e o estatuto social.

2.20 A Lei Federal nº 5.764, de 1971

Surgiu em um período intervencionista, quando o Estado possuía forte interferência no setor cooperativa brasileiro. A legislação do setor na época possuía um viés doutrinário alinhado com o sistema legislativo das cooperativas existentes no mundo. Esse direcionamento normativo, ainda hoje, se mostra presente no sistema cooperativo brasileiro (PERIUS, 2007).

A 5.764 está estruturada em 17 capítulos, o considerado, mais importante pelo autor por apresentar definição, forma e finalidade da sociedade cooperativa, é o Capítulo II, o qual tem no artigo 3º a seguinte indicação:

Capítulo II

Das Sociedades Cooperativas

Art. 3º. Celebram contrato de sociedade cooperativa as pessoas que reciprocamente se obrigam a contribuir com bens ou serviços para o exercício de uma atividade econômica, de proveito comum, sem fins lucrativos.

Segundo Perius (2007), considerando a cooperativa como uma sociedade de interesse econômico, de comum necessidade, os resultados por ela produzidos devem ser distribuídos aos sócios na proporção da sua participação nos negócios e no desenvolvimento das atividades a que se propõe.

No artigo 4º, é estabelecido o conceito quanto à forma e natureza das sociedades cooperativas, a saber:

Art. 4 - As cooperativas são sociedades de pessoas, com forma e natureza jurídica próprias, de natureza civil, não sujeitas a falência, constituídas para prestar serviços aos associados, distinguindo-se das demais sociedades pelas seguintes características:

I - adesão voluntária, com número ilimitado de associados, salvo impossibilidade técnica de prestação de serviços;

II - variabilidade do capital social representado pelas quotas-partes;

III - limitação do número de quotas-partes do capital para cada associado, facultado, porém, o estabelecimento de critérios de proporcionalidade, se assim for mais adequado para o cumprimento dos objetivos sociais;

IV - intransmissibilidade das quotas-partes do capital a terceiros, estranhos à sociedade;

V - singularidade de voto, podendo as cooperativas centrais, federações e confederações de cooperativas, com exceção das que exerçam atividade de crédito, optar pelo critério da proporcionalidade;

VI - quórum de funcionamento e deliberação da Assembleia Geral baseado no número de associados e não do capital;

VII - retorno das sobras líquidas do exercício, proporcionalmente às operações realizadas pelo associado, salvo deliberação em contrário da Assembleia Geral;

VIII - indivisibilidade dos fundos de Reserva e Assistência Técnica Educacional e Social;

IX - neutralidade política e indiscriminação religiosa, racial e social;

X - prestação de assistência aos associados, e, quando previsto nos estatutos, aos empregados da cooperativa;

XI - área de admissão de associados limitada às possibilidades de reunião, controle, operações e prestação de serviços.

A principal característica que diferencia as sociedades cooperativas das demais sociedades, como esclarece Perius (2007), é o fato que na cooperativa o ser humano é visto como elemento principal. O autor ressalta, que o ingresso, a permanência e a demissão são atos pessoais do sócio, isto é, ato personalíssimo, de própria vontade de cooperar livremente com seus pares para o desenvolvimento da sociedade cooperativa.

Outro aspecto de relevância é que as sociedades cooperativas não estão sujeitas a falência, mas sim a um processo de liquidação, isto é, o processo de encerramento de uma sociedade cooperativa passa necessariamente pela assembleia geral, na qual ocorre a nomeação de um liquidante, que fará o levantamento de todos os créditos e débitos da sociedade. Em seguida, acrescenta Perius (2007), será feita a extinção da sociedade cooperativa, com a baixa definitiva perante os órgãos legais.

As características contidas no dispositivo legal (Lei 5.764/71), com a apresentação dos seus elementos essenciais, orientam a forma e a conduta da sociedade cooperativa, estabelecendo distinção destas para com as demais sociedades.

O objeto e a classificação das sociedades cooperativas encontram amparo no artigo 5º da referida Lei Cooperativista, a saber:

Art. 5º. As sociedades cooperativas poderão adotar por objeto qualquer gênero de serviço, operação ou atividade, assegurando-se-lhes o direito exclusivo e exigindo-se-lhes a obrigação do uso da expressão 'cooperativa' em sua denominação.

Parágrafo único. É vedado às cooperativas o uso da expressão 'Banco'.

Conforme os artigos 6º, 8º e 10º da Lei Cooperativa, as sociedades cooperativas podem ser:

a) **singulares**, as constituídas pelo número mínimo de 20 (vinte) pessoas físicas, sendo excepcionalmente permitida a admissão de pessoas jurídicas que tenham por objeto as mesmas ou correlatas atividades econômicas das pessoas físicas ou, ainda, aquelas sem fins lucrativos, sendo que estas se caracterizam pela prestação direta de serviços aos associados.

b) **cooperativas centrais ou federações de cooperativas**, as constituídas de, no mínimo, 3 (três) singulares, podendo, excepcionalmente, admitir associados individuais. Nos termos da lei, 'objetivam organizar, em comum e em maior escala, os serviços econômicos e assistenciais de interesse das filiadas, integrando e orientando suas atividades, bem como facilitando a utilização recíproca dos serviços' (artigo 8o).

c) **confederações de cooperativas**, as constituídas, pelo menos, de 3 (três) federações de cooperativas ou cooperativas centrais, da mesma ou de diferentes modalidades. As confederações de cooperativas têm por objetivo 'orientar e coordenar as atividades das filiadas, nos casos em que o vulto dos empreendimentos transcender o âmbito de capacidade ou conveniência de atuação das centrais e federações.' (artigo 10).

Au analisarmos a estrutura da lei, observamos que o sistema cooperativo permite vários modelos e tamanhos de sociedade e de diferentes ramos de atividade, podendo adotar por objeto qualquer gênero de serviço, operação ou atividade lícita, de acordo com as atividades econômicas de interesse dos sócios. Sendo 13 os ramos de atuação³⁹:

Agropecuário – composto pelas cooperativas de produtores rurais ou agropastoris e de pesca, cujos meios de produção pertençam ao associado.

Consumo – cooperativas dedicadas à compra em comum de artigos

³⁹ A OCB, através de um grupo de trabalho constituído por representantes de todas as regiões, indicados pela Diretoria, estudou critérios elegíveis para aglutinação, como como legislação própria, regulação específica e impactos tributários. Em dezembro (2018), os resultados desse processo foram apresentados tanto à Diretoria quanto à assembleia geral extraordinária. No dia 26/03/2019, os resultados foram validados junto à Diretoria da OCB, e apresentados na assembleia geral ordinária, realizada no dia seguinte (27/03/2019). Então, os 13 ramos existentes foram agrupados em 7, sendo eles: Produção de Bens e Serviços, Infraestrutura, Consumo, Transporte, Saúde, Agropecuário e Crédito (PCF, 2019).

de consumo para seus associados. Ramo mais antigo no Brasil e no mundo.

Crédito – são instituições financeiras, autorizadas e fiscalizadas pelo Banco Central do Brasil. Realizam todas e quaisquer operações do mercado financeiro, são formados por empregados, empresários ou profissionais de qualquer categoria econômica do campo e da cidade.

Educacional – constituído por cooperativas de professores, por cooperativas de alunos de escola agrícola, por cooperativas de pais e alunos e por cooperativas de atividades afins.

Especial – são cooperativas de pessoas que precisam ser tuteladas (menor de idade ou relativamente incapazes) ou as que se encontram em situação de desvantagem social nos termos da Lei no 9.867, de 10 de novembro de 1999. Nesse ramo, é necessária a indicação de um tutor, pessoa física, de preferência eleita pelos cooperados que assinará todos os documentos em nome da cooperativa. Esse tipo de cooperativa não é, portanto, plenamente autogestionado. A atividade econômica mais comum nesse ramo é a produção artesanal de peças de madeira, roupas e artes plásticas.

Habitacional – cooperativas destinadas à construção, manutenção, bem como a administração de imóveis de conjuntos habitacionais para seu quadro social.

Infraestrutura – a finalidade destas cooperativas é atender direta e prioritariamente o próprio quadro social com serviços de infraestrutura. As cooperativas de eletrificação rural, que são a maioria desse ramo, aos poucos estão deixando de ser meros repassadores de energia, para se tornarem geradoras de energia.

Turismo e lazer – cooperativas prestadoras de serviços turísticos, artísticos, de entretenimento, de esportes e de hotelaria. Atendem direta e prioritariamente o seu quadro social nessas áreas.

Produção – são cooperativas dedicadas à produção de um ou mais tipos de bens e produtos, quando detiverem os meios de produção.

Saúde – a preservação e a promoção da saúde humana, onde os cooperados detêm os meios (hospital, clínicas) são a finalidade das cooperativas deste ramo.

Trabalho – este ramo engloba todas as cooperativas constituídas por categorias profissionais (eletricistas, mecânicos, professores, engenheiros, jornalistas, costureiras, profissionais de informática entre outros), cujo objetivo é o de proporcionar a seus associados fontes de ocupação estáveis e apropriadas, através da prestação de serviços a terceiros.

Transporte – composto pelas cooperativas que atuam no transporte de cargas e/ou de passageiros.

Mineral – cooperativas com a finalidade de pesquisar, extrair, lavar, industrializar, comercializar, importar e exportar produtos minerais.

Em razão da Medida Provisória nº 2.168-40, de 24 de agosto de 2001, Perius (2007) esclarece ainda, que as cooperativas podem participar de sociedades não cooperativas para o melhor atendimento dos próprios objetivos e de outros de caráter acessório ou complementar.

2.21 A Lei Federal nº 12.690, de 2012

Na visão da OCB (2020), a Lei nº 12.690/12 surgiu com o objetivo de disciplinar a organização e o funcionamento das cooperativas de trabalho, atualizando a legislação, como também, de esclarecer sobre às diferentes compreensões dos princípios e valores do cooperativismo, tanto no âmbito dos contratantes (da iniciativa privada ou do governo), quanto na visão dos fiscalizadores, notadamente o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE).

Em algumas matérias, como aponta a OCB (2020), a Lei nº 12.690/2012 estabelece novas obrigações e dispõe de maneira diferente da Lei nº 5.764/71 (Lei do Cooperativismo). Contudo, a entidade esclarece, que havendo conflito entre os diplomas legais ao disciplinar um mesmo instituto, prevalece o disposto na nova legislação (Lei nº 12.690/12), tal como garantido em seu artigo 1º e disciplinado no §1º do artigo 2º da Lei de Introdução ao Código Civil.

Quanto as considerações iniciais de Wakulicz e Oliveira Filho (2015), em relação a Lei 12.69-, eles apontam, que o cooperativismo voltado ao trabalho não desfrutava de uma legislação que determinasse o sistema de atuação e de melhor organização dessas cooperativas, incluindo suas responsabilidades. Com a promulgação da Lei Federal 8.949, de 1994, segundo os autores, definiu-se a não consolidação do vínculo empregatício entre a cooperativa, o associado e o tomador de serviços, essa condição permitiu a criação de cooperativas de trabalho para prestação de serviços a terceiros de diferentes atividades. Esta Lei, para eles, trouxe importantes mudanças na forma de

organização e funcionamento das cooperativas de trabalho, inclusive estabelecendo um novo conceito, como segue:

Art. 2º - Considera-se Cooperativa de Trabalho a sociedade constituída por trabalhadores para o exercício de suas atividades laborativas ou profissionais com proveito comum, autonomia e autogestão para obterem melhor qualificação, renda, situação socioeconômica e condições gerais de trabalho.

§ 1º - A autonomia de que trata o caput deste artigo deve ser exercida de forma coletiva e coordenada, mediante a fixação, em Assembleia Geral, das regras de funcionamento da cooperativa e da forma de execução dos trabalhos, nos termos desta Lei.

§ 2º - Considera-se autogestão o processo democrático no qual a Assembleia Geral define as diretrizes para o funcionamento e as operações da cooperativa, e os sócios decidem sobre a forma de execução dos trabalhos, nos termos da lei.

Acompanhando a análise dos autores, identificamos que a nova legislação definiu que a cooperativa de trabalho pode ser constituída sob a perspectiva de dois segmentos, considerando o teor do art. 4º, sendo ele:

Art. 4º. A Cooperativa de Trabalho pode ser:

I - de produção, quando constituída por sócios que contribuem com trabalho para a produção em comum de bens e a cooperativa detém, a qualquer título, os meios de produção; e

II - de serviço, quando constituída por sócios para a prestação de serviços especializados a terceiros, sem a presença dos pressupostos da relação de emprego.

Na avaliação de Wakulicz e Oliveira Filho (2015), já havia a ratificação da inexistência da relação de emprego na legislação vigente, que dessa vez fica confirmada, não a inexistência da relação de emprego, mas a utilização como forma de fraudar as relações de trabalho.

No teor da lei, observamos a possibilidade de criação da cooperativa de trabalho com número de sete associados, sem contrariar o que está estabelecido na Lei Federal no 5.764, de 1971.

Art. 6º. A Cooperativa de Trabalho poderá ser constituída com no mínimo 7 (sete) associados.

Essa nova condição acabou por impor alteração na composição dos Conselhos de Administração e Fiscal, isto porque, a lei cooperativista tem previsão de composição específica. Alguns analistas, segundo Wakulicz e Oliveira Filho (2015), entendem como uma inovação importante, pois se aproximou dos países modernos, onde é permitida a constituição de cooperativas com, no mínimo, três pessoas, caso da legislação espanhola.

Art. 15. O Conselho de Administração será composto por, no mínimo, 3 (três) sócios, eleitos pela Assembleia Geral, para um prazo de gestão não superior a 4 (quatro) anos, sendo obrigatória a renovação de no mínimo 1/3 (um terço) do colegiado, ressalvada a hipótese do art. 16 desta Lei.

Art. 16. A Cooperativa de Trabalho constituída por até 19 (dezenove) sócios poderá estabelecer, em Estatuto Social, composição para o Conselho de Administração e para o Conselho Fiscal distinta da prevista nesta Lei e no art. 56 da Lei nº. 5.764, de 16 de dezembro de 1971, assegurados, no mínimo, 3 (três) conselheiros fiscais.

A Lei 12.690, apresenta também, garantia dos Direitos Sociais, estabelecidos na Constituição Federal de 1988, a qual foi abordada no artigo 7º, como segue:

Art. 7º - A Cooperativa de Trabalho deve garantir aos sócios os seguintes direitos, além de outros que a Assembleia Geral venha a instituir:

I - retiradas não inferiores ao piso da categoria profissional e, na ausência deste, não inferiores ao salário-mínimo, calculadas de forma proporcional às horas trabalhadas ou às atividades desenvolvidas;

II - duração do trabalho normal não superior a 8 (oito) horas diárias e 44 (quarenta e quatro) horas semanais, exceto quando a atividade, por sua natureza, demandar a prestação de trabalho por meio de plantões ou escalas, facultada a compensação de horários;

III - repouso semanal remunerado, preferencialmente aos domingos;
IV - repouso anual remunerado; V - retirada para o trabalho noturno superior à do diurno; VI - adicional sobre a retirada para as atividades insalubres ou perigosas; VII - seguro de acidente de trabalho.

Quanto ao funcionamento, a cooperativa de trabalho passou a ter o seguinte regramento:

Art. 10 - A Cooperativa de Trabalho poderá adotar por objeto social qualquer gênero de serviço, operação ou atividade, desde que

previsto no seu Estatuto Social.

[...]

§ 2º. A cooperativa de trabalho não poderá ser impedida de participar de procedimentos de licitação pública que tenham por escopo os mesmos serviços, operações e atividades previstas em seu objeto social.

§ 3º. A admissão de sócios na cooperativa estará limitada consoante as possibilidades de reunião, abrangência das operações, controle e prestação de serviços e congruente com o objeto estatuído.

Na avaliação da OCB (2020), as Assembleias Gerais, nível máximo de decisão nas sociedades cooperativas, têm seu funcionamento bem definido na Lei nº 5.764, de 1971. Contudo, a Lei nº 12.690, de 2012, inovou na proteção os associados, fazendo com que estes tenham obrigatoriedade de participação nas assembleias, instituindo, inclusive, incentivos e penalidades a quem não participar:

Art. 11 - Além da realização da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária para deliberar nos termos dos e sobre os assuntos previstos na Lei nº. 5.761, de 16 de dezembro de 1971, e no Estatuto Social, a Cooperativa de Trabalho deverá realizar anualmente mais uma

Assembleia Geral Especial, para deliberar, entre outros assuntos especificados no edital de convocação, sobre gestão da cooperativa, disciplina, direitos e deveres dos sócios, planejamento e resultado econômico dos projetos e contratos firmados e organização do trabalho.

§ 1º. [...]

§ 2º. As Cooperativas de Trabalho deverão estabelecer, no Estatuto Social ou Regimento Interno, incentivos à participação efetiva dos sócios na Assembleia Geral e eventuais sanções em caso de ausências injustificadas.

§ 3º. O quórum mínimo de instalação das Assembleias Gerais será de:

I - 2/3 (dois terços) do número de sócios, em primeira convocação;

II - metade mais 1 (um) dos sócios, em segunda convocação;

III - 50 (cinquenta) sócios, ou no mínimo 20% (vinte por cento) do total de sócios, prevalecendo o menor número, em terceira convocação, exigida a presença de, no mínimo, 4 (quatro) sócios

para as cooperativas que possuam até 19 (dezenove) sócios matriculados.

§ 4º. As decisões das assembleias serão consideradas válidas quando contarem com a aprovação da maioria absoluta dos sócios presentes.

§ 5º. Comprovada fraude ou vício nas decisões das assembleias, serão elas nulas de pleno direito, aplicando-se, conforme o caso, a legislação civil e penal.

§ 6º. A Assembleia Geral Especial de que trata este artigo deverá ser realizada no segundo semestre do ano.

Quanto à fiscalização, esta fica sob a responsabilidade do Ministério do Trabalho e Emprego, com poderes de aplicar penalidades, quando detectada fraude à legislação trabalhista e previdenciária.

Art. 17 - Cabe ao Ministério do Trabalho e Emprego, no âmbito de sua competência, a fiscalização do cumprimento do disposto nesta Lei.

§ 1º A Cooperativa de Trabalho que intermediar mão de obra subordinada e os contratantes de seus serviços estarão sujeitos à multa de R\$ 500,00 (quinhentos reais) por trabalhador prejudicado, dobrada na reincidência, a ser revertida em favor do Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT.

A Lei no 12.690, de 19 de julho de 2012, para sua vigência total, depende de regulamentação, ainda em elaboração e discussão pelos órgãos federais envolvidos.

2.22 Sistematização da legislação nacional e internacional das sociedades cooperativas

Os quadros 4, 5, 6, 7 e 8 a seguir, apresentam uma sistematização da legislação nacional e internacional, contendo os dispositivos constitucionais e as principais leis relacionadas ao cooperativismo, as quais estão organizadas em quatro tópicos: Legislação Nacional (abrangendo o conteúdo da Constituição Federal e as leis referentes a atividade), Contabilidade, Legislação Estadual e Legislação Internacional.

LEGISLAÇÃO NACIONAL COOPERATIVISMO NA CONSTITUIÇÃO FEDERAL	
Título I	
Dos Princípios Fundamentais	
Art. 1º. A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado democrático de Direito e tem como fundamentos: (...) III – a dignidade da pessoa humana; IV – os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa; (...) Art. 3º. Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil: I - construir uma sociedade livre, justa e solidária; II - garantir o desenvolvimento nacional; III - erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais; IV - promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.	
Título II	
Dos Direitos e Garantias Fundamentais	
Capítulo I	
Dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos	
Art. 5º. Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes: (...) XVIII – a criação de associações e, na forma da lei, a de cooperativas, independem de autorização, sendo vedada a interferência estatal em seu funcionamento.	
Título VI	
Da Tributação e do Orçamento	

Capítulo I**Do Sistema Tributário Nacional****Seção I****Dos Princípios Gerais**

Art. 146. Cabe à Lei Complementar:

(...)

III – estabelecer normas gerais em matéria de legislação tributária, especialmente sobre:

(...)

c) adequado tratamento tributário ao ato cooperativo praticado pelas sociedades cooperativas

Título VII**Da Ordem Econômica e Financeira****Capítulo I****Dos Princípios Gerais da Atividade Econômica**

Art. 170. A ordem econômica, fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, tem por fim assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social, observados os seguintes princípios:

(...)

II – propriedade privada;

III – função social da propriedade;

IV – livre concorrência;

V – defesa do consumidor;

(...)

VII – redução das desigualdades regionais e sociais;

(...)

Parágrafo único. É assegurado a todos o livre exercício de qualquer atividade econômica, independentemente de autorização de órgãos públicos, salvo nos casos previstos em lei.

(...)

Art. 174. Como agente normativo e regulador da atividade econômica, o Estado

exercerá, na forma da lei, as funções de fiscalização, incentivo e planejamento, sendo este determinante para o setor público e indicativo para o setor privado.

(...)

§ 2º. A lei apoiará e estimulará o cooperativismo e outras formas de associativismo.

§ 3º. O Estado favorecerá a organização da atividade garimpeira em cooperativas, levando em conta a proteção do meio ambiente e a promoção econômico-social dos garimpeiros.

§ 4º. As cooperativas a que se refere o parágrafo anterior terão prioridade na autorização ou concessão para pesquisa e lavra dos recursos e jazidas de minerais garimpáveis, nas áreas onde estejam atuando, e naquelas fixadas de acordo com o art. 21, XXV, na forma da lei.

Capítulo III

Da Política Agrícola e Fundiária e Da Reforma Agrária

Art. 187. A política agrícola será planejada e executada na forma da lei, com a participação efetiva do setor de produção, envolvendo produtores e trabalhadores rurais, bem como dos setores de comercialização, de armazenamento e de transportes, levando em conta, especialmente:

(...)

VI – o cooperativismo;

Capítulo IV

Do Sistema Financeiro Nacional

Art. 192. O sistema financeiro nacional, estruturado de forma a promover o desenvolvimento equilibrado do País e a servir aos interesses da coletividade, em todas as partes que o compõe, abrangendo as cooperativas de crédito, será regulado por leis complementares que disporão, inclusive, sobre a participação do capital estrangeiro nas instituições que o integram.

Ato das Disposições Constitucionais Transitórias

Art. 47. Na liquidação dos débitos, inclusive suas renegociações e composições posteriores, ainda que ajuizados, decorrentes de quaisquer empréstimos concedidos por bancos e por instituições financeiras, não existirá correção monetária desde que o empréstimo tenha sido concedido:

(...)

§ 7º. No caso de repasse a agentes financeiros oficiais ou cooperativas de crédito, o ônus recairá sobre a fonte de recursos originária.

LEGISLAÇÃO NACIONAL LEIS RELACIONADAS AO COOPERATIVISMO	
Lei 5.764/1971 – Lei Geral das Cooperativas	
Define a Política Nacional de Cooperativismo e institui o regime jurídico das sociedades cooperativas.	
Lei 9.867/1999 – Cooperativas Sociais	
Dispõe sobre a criação e o funcionamento de Cooperativas Sociais.	
Decreto 3.017/1999 – Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo	
Aprova o Regimento do Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo – SESCOOP, criado pela Medida Provisória nº 1.781-7, de 11 de março de 1999, com personalidade jurídica de direito privado, composto por entidades vinculadas ao sistema sindical, com sede e foro em Brasília, Distrito Federal.	
Medida Provisória 2.168-40/2001 Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (Sescoop)	
Autoriza a criação do Sescoop, entidade de direito privado com o objetivo de organizar, administrar e executar o ensino de formação profissional, desenvolvimento e promoção social do trabalhador em cooperativa e dos cooperados.	
Cooperativismo no Código Civil	
O capítulo VII do código é inteiramente dedicado ao cooperativismo, explicando as características da sociedade cooperativa e as responsabilidades de cada cooperado.	
Lei Complementar 130/2009 – Sistema Nacional de Crédito Cooperativo	

Dispõe sobre o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo e revoga dispositivos das Leis nos 4.595, de 31 de dezembro de 1964, e 5.764, de 16 de dezembro de 1971. Observando que:

Art. 1º As instituições financeiras constituídas sob a forma de cooperativas de crédito submetem-se a esta Lei Complementar, bem como à legislação do Sistema Financeiro Nacional - SFN e das sociedades cooperativas.

Lei 12.690/2012 – Cooperativas de Trabalho

Dispõe sobre a organização e o funcionamento das Cooperativas de Trabalho e institui o Programa Nacional de Fomento às Cooperativas de Trabalho (PRONACOOP).

Decreto 8.163/2013 – Pronacoop Social

Institui o Programa Nacional de Apoio ao Associativismo e Cooperativismo Social (Pronacoop Social).

Quadro 5: Principais leis brasileiras relacionadas ao cooperativismo. Fonte: (OCB, 2020).

CONTABILIDADE RESOLUÇÕES SOBRE OS ASPECTOS CONTÁBEIS DAS ENTIDADES COOPERATIVAS	
Resolução CFC 920/2001 – Aspectos contábeis de entidades cooperativas	
Aprova a Norma Brasileira de Contabilidade das Entidades Cooperativas (NBC T 10.8). Revogada a partir de 1/1/2018 pela ITG 2004, conforme publicação no DOU de 29/11/2017, Seção 1.	
Resolução CFC 944/2002 – Entidades Cooperativas de Assistência à Saúde	
Aprova a Norma Brasileira Contábil das Entidades Cooperativas Operadoras de Planos de Assistência à Saúde (NBC T 10.21). Revogada a partir de 1/1/2018 pela ITG 2004, conforme publicação no DOU de 29/11/2017, Seção 1.	

Resolução CFC 1.013/2005 – Entidades Cooperativas
Esclarece a interpretação técnica do Conselho de Contabilidade sobre critérios e procedimentos específicos de avaliação, de registro das variações patrimoniais e de estrutura das Demonstrações Contábeis e de informações mínimas a serem incluídas em notas explicativas, relativas à NBC T 10.8 – Entidades Cooperativas. Revogada a partir de 1/1/2018 pela ITG 2004, conforme publicação no DOU de 29/11/2017, Seção 1.
Norma ITG 2004 – Entidades Cooperativas
O Conselho Federal de Contabilidade (CFC) aprovou a Interpretação Técnica Geral (ITG) 2004 – Entidade Cooperativa. A ITG, tem caráter compulsório, foi publicada no Diário Oficial da União (DOU) no dia 29 de novembro (Seção 1, págs. 200 e 201) e entrou em vigor em 1º de janeiro de 2018, da qual destacamos: A norma estabelece critérios e procedimentos específicos de registro das variações patrimoniais, de estrutura das demonstrações contábeis, de avaliação e divulgação de informações mínimas nas notas explicativas para as entidades cooperativas. “A ITG 2004 regula aspectos específicos da contabilidade das entidades cooperativas e irá orientar o trabalho dos profissionais desse segmento”, afirma o vice-presidente Técnico do CFC, Zulmir Breda. Ao entrar em vigor, essa norma irá revogar as Resoluções CFC nº 920/2001, nº 944/2002, nº 958/2003, nº 959/2003, nº 1.013/2005, nº 1.324/2011 e nº 1.516/2016. “Algumas dessas normas estavam defasadas em virtude da vigência das NBCs convergidas ao padrão IFRS. A ITG 2004 atualiza e consolida os conteúdos até então vigentes sobre as entidades cooperativas em uma única norma”, explica o vice-presidente.

Quadro 6: Resoluções sobre os aspectos contábeis das entidades cooperativas. Fonte: (OCB, 2020).

LEGISLAÇÃO ESTADUAL	
Acre	
	Lei no 1.598, de 27 de dezembro de 2004.
Alagoas	
	Lei no 6.904, de 3 de janeiro de 2008.
Amapá	
	Lei no 1.131, de 25 de outubro de 2007.
Amazonas	
	PEC no 04/2012.
Bahia	
	Lei no 11.362, de 26 de janeiro de 2009.
Espírito Santo	
	Lei no 8.257, de 17 de janeiro de 2006.
Goiás	
	Lei no 15.109, de 2 de fevereiro de 2005.
Maranhão	
	Lei no 9.170, de 16 de abril de 2010.
Mato Grosso	
	Lei no 9.129, de 12 de maio de 2009.
Mato Grosso do Sul	
	Lei no 2.830, de 12 de maio de 2004.
Minas Gerais	
	Lei no 15.075, de 05 de abril de 2004.
Pará	

Lei nº 7.780, de 26 de dezembro de 2013.
Paraná
Lei nº 17.142, de 4 de Maio de 2012.
Pernambuco
Lei nº 15.688, de 16 de dezembro de 2015.
Piauí
Lei nº 6.852, de 12 de julho de 2016.
Rio de Janeiro
Lei nº 7.770 de 06 de novembro de 2017.
Rio Grande do Norte
Lei nº 8.553, de 03 de agosto de 2004.
Rio Grande do Sul
Lei nº 11.829, de 5 de setembro de 2002. Lei nº 11.995, de 30 de outubro de 2003.
Rondônia
Lei nº 1.462, de 11 de abril de 2005.
Santa Catarina
Lei nº 16.834, de 16 de dezembro de 2015.
São Paulo
Lei nº 12.226, de 11 de janeiro de 2006.
Tocantins
Lei nº 2.594, de 11 de junho de 2012.

Quadro 7: Leis estaduais relacionadas ao cooperativismo. Fonte: (OCB, 2020).

LEGISLAÇÃO INTERNACIONAL	
Recomendação 193 OIT – Sobre a promoção de cooperativas.	
Sugere 18 diretrizes para a promoção do cooperativismo em todo mundo. As recomendações foram feitas em 2002 pela Organização Internacional do Trabalho.	
Lei Marco para as Cooperativas da América Latina	
Sugere os pilares de uma legislação cooperativista alinhada aos princípios e aos valores originais do nosso movimento. Elaborada pela Aliança Cooperativa Internacional (ACI), aborda aspectos fundamentais relacionados à constituição e ao funcionamento das cooperativas da América Latina.	

Quadro 8: Legislação internacional referente as cooperativas. Fonte: (OCB, 2020).

CAPÍTULO 3 - COOPERATIVAS HABITACIONAIS E POLÍTICAS PÚBLICAS

3.1 Formação e evolução das cooperativas habitacionais

Como visto, o movimento cooperativista surge mundialmente no século XVIII com embasamento ideológico no socialismo, vinculados aos ideais propostos por Charles Gide, Charles Fourier e aos chamados socialistas utópicos, e como uma alternativa econômica ao capitalismo com base na união de operários em torno das cooperativas de produção e consumo.

Observamos também, que estes movimentos possuem como grande característica a relação de cooperação entre seus associados em prol de um objetivo comum, onde as atividades individuais coordenam-se através de negociações, arranjos e acordos (BOETTCHER, 1974), (ENGELS, 1980), (RECH, 2000), (SCHNEIDER, 1999). De forma geral, o movimento cooperativista é reconhecido como um modelo democrático que visa solucionar problemas socioeconômicos, obtendo relativo sucesso em modelos de cooperação em ramos voltados a agricultura, crédito, consumo, trabalho e habitação (GIGLIO; GAMBA, 2015)

Analisando a habitação como um produto de consumo, inserido na lógica do capitalismo, observamos algumas características que a diferencia dos demais produtos. Entre as principais apontamos: período de utilização prolongado, valor econômico de troca elevado, apta a incorporar valor devido a modificações do espaço externo ao qual está localizada, possuem localização fixa não podendo ser transportada como os demais produtos, possuem baixa taxa de transição de posse e que a cada processo produtivo implica-se na utilização de um novo solo (HARVEY, 1982; PERUZZO, 1984; RIBEIRO, 1982).

Ao transferirmos tal análise para o modelo de cooperação no ramo consumo, temos as cooperativas habitacionais, que são organizações nas quais o objetivo comum é a construção de moradias para seus cooperados. De forma resumida, este processo origina-se com a criação de uma incorporadora que potencializará os recursos captados de cada cooperado

visando a construção de empreendimentos a custos menores que os praticados pelo mercado imobiliário.

3.2 Cooperativas habitacionais autofinanciadas

Assim, nos últimos anos, com o agravamento no cenário do déficit habitacional, como exposto, e das restrições aos empréstimos bancários e financiamento estatal, surgem vinculadas a visão de economia solidária às cooperativas habitacionais autofinanciadas, que a partir de 1990, emergiram como uma alternativa aos principais programas governamentais, tornando-se um importante meio de produção de habitações sociais, em especial para famílias de baixa e média renda no Brasil.

Em 1986, a Caixa Econômica Federal torna-se o banco financiador do modelo habitacional nacional e gestor do FGTS. Nos anos seguintes, ocorre uma redução no número de unidades financiadas, promovendo no ano de 1990 o surgimento de novas modalidades de financiamento como o autofinanciamento a preço de custo através de cooperativas habitacionais autofinanciadas. Este modelo, consiste na construção de unidades habitacionais financiadas pela utilização de recursos financeiros dos associados, pertencentes a entidades de classe ou não, e operando com valores das unidades habitacionais a preço de custos operacionais, e não objetivando assim a obtenção de lucro referente a operação de construção das unidades (MORAIS, 2004).

O modelo prospera, entre os anos de 1993 a 1997, as cooperativas habitacionais autofinanciadas produzem aproximadamente 52 mil unidades habitacionais na Região Metropolitana de São Paulo – RMSP (representando aproximadamente 25,2% da produção imobiliária na região). O número de cooperativas habitacionais em 2012, segundo Filho et. al (2017) é de 217, atendendo a um número total de 101 mil cooperados.

3.3 Financeirização urbana

A industrialização no Brasil foi ao longo do tempo a direcionadora do processo de urbanização (BRUNA, 2004). No entanto, nos últimos anos, a própria urbanização, independentemente do processo de industrialização, vem se destacando no cenário econômico nacional. As estratégias de reprodução e acumulação do capital passam a ter como importante base, a produção do espaço urbano (MARICATO, 2010). Assim, observamos uma inversão histórica: o espaço da cidade é percebido e desenvolvido como objeto de negócio, ficando a industrialização, no contexto metropolitano, com participação reduzida na função de indutora da atividade econômica.

Agora como mercadoria e inclusa no processo de reprodução e de acumulação do capital, a produção, concepção e gestão do espaço urbano tornam-se elementos fundamentais da atual dinâmica social e econômica. Isso impõe, por consequência, novos fundamentos teóricos e metodológicos para o entendimento da atuação dos atores sociais urbanos e das forças em disputas entorno à questão urbana (CARVALHO, BÓGUS, PASTERNAK E GAGLIARDI, 2019).

Sobre tal contexto, Santos (2015) estabelece que muitas teorias e conceitos foram ajustados e forjados em função da percepção de que a escala urbano-metropolitana assumia aí uma renovada importância no universo da acumulação capitalista. O autor acrescenta que a ascensão dessa escala no âmbito disciplinar das ciências espaciais representou, simultaneamente, a possibilidade de revisão dos pressupostos tácitos do grande espectro das disciplinas pertinentes ao campo da ciência regional.

Além da exigência de uma adequação da escala regional ao universo das dinâmicas urbanas, Santos (2015) acrescenta, que as próprias relações interescares foram sobremaneira atingidas. Mas, segundo o autor, se a nova importância do urbano e da metrópole parecia se constituir como o elemento forte de um novo consenso, para ele, os métodos, os conceitos e os princípios teóricos que pautaram esse aparente acordo mostravam concepções

radicalmente diversas na base da produção acadêmica. Como referência temporal à construção deste contexto, Ribeiro (2018) aponta, que nos anos 1980 o Brasil se tornou predominantemente urbano e mais metropolitano, visto que aproximadamente 160 milhões de pessoas passaram a viver em áreas urbanas, levando a uma taxa de urbanização de 85% (RIBEIRO, 2018).

Com esse novo direcionamento na produção do espaço, observamos um incremento na segregação e fragmentação da espacialidade urbana, a qual se posiciona como principal cicerone da financeirização desse novo sistema, ou seja, a lógica financeira assume o papel de condutora no processo de produção do espaço (PEREIRA, 2011).

3.4 A moradia como mercadoria

No início do século XXI, Rolnik (2019), na sua função de relatora especial da ONU para o Direito à Moradia, constata cenas em distintas regiões como a Europa, os Estados Unidos, a América Latina, o Oriente Médio e a Ásia, que caracterizam a expressão e o resultado de um longo processo de desconstrução da habitação como um bem social e de sua transformação em mercadoria e ativo financeiro.

As razões dessa transformação para Rolnik (2019), vão muito além dos sinais da crise financeira-hipotecária que, desde 2007, a partir dos Estados Unidos, impactou o sistema financeiro internacional.

A autora esclarece tratar-se da conversão da economia política da habitação em elemento estruturador de um processo de transformação da própria natureza e forma de ação do capitalismo em sua versão contemporânea, na qual predominam as finanças, o capital fictício e a crescente extração de renda sobre o capital produtivo.

Segundo Rolnik (2019), esse processo tem sido identificado como financeirização na literatura internacional sobre economia política habitacional, isto é, esclarece a autora, uma crescente predominância no escopo financeiro

constituído por atores, mercados, práticas e narrativas em várias escalas, o que resulta, segundo ela, na transformação estrutural de economias, empresas, Estados e de grupos familiares.

Este cenário está diretamente relacionado, esclarece Rolnik (2019), a livre circulação de valores em uma esfera global urbana, que constitui importante fonte de nutrição do sistema voltado a acumulação capitalista. Na visão de Rolnik (2019), esta fonte nutricional foi (e ainda é) apoiada pela força política da ideologia da casa própria, profundamente enraizada em algumas sociedades e recentemente, infiltrada em outras, como também apoiada pela “socialização do crédito”, que promove a inclusão de consumidores de média e baixa rendas nos circuitos financeiros, o que fortalece a tomada do setor habitacional pelas finanças globais.

3.5 O Brasil no processo de financeirização

Segundo Rolnik (2019), entre 1980 e 2010, o valor dos ativos financeiros mundiais (ações, debêntures, títulos de dívida públicos e privados, e aplicações bancárias) cresceu 16,2 vezes, enquanto o PIB mundial aumentou pouco menos do que 5 vezes no mesmo período.

Neste período, para Paulani (2010), O Brasil foi personagem da história da financeirização do capitalismo, a autora aponta que:

Inicialmente o país constituiu parte expressiva da demanda por crédito que ensejou a primeira bolha global de ativos do capitalismo financeirizado, consubstanciada na crise das dívidas latino-americanas da primeira metade dos anos 1980. Mais à frente, a partir da segunda metade dos anos 1990, tornou-se potência financeira emergente, tendo, para tanto, realizado todas as reformas estruturais necessárias, da estabilização monetária à abertura financeira incondicional, da reforma da previdência às mudanças na lei de falências (PAULANI, 2010).

Diante deste cenário, segundo a autora, o Brasil posicionou-se como plataforma internacional de valorização financeira, ou seja, acrescenta ela,

economia emergente na qual era possível obter elevadíssimos ganhos em moeda forte, muitas vezes os mais elevados do mundo.

Paulani (2010), complementa o pensamento de Rolnik, quando esclarece que na época do câmbio fixo isto foi possível graças às enormes taxas de juros e, depois da crise de 1999, mais particularmente depois de 2003, graças também ao processo recorrente e auto-referenciado de valorização da moeda brasileira, alavancado, como não poderia deixar de ser, pelas apostas com derivativos. Essa forma de inserção da economia brasileira na economia mundial foi fortalecendo os setores rentistas nacionais e impondo a lógica financeira ao processo doméstico de acumulação (PAULANI, 2010).

Segundo Rolnik (2019), este *pool* de superacumulação resultou não apenas do lucro acumulado de grandes corporações, mas também da entrada em cena de novas economias emergentes, como a China. A autora acrescenta que:

Essa “muralha de dinheiro” (*wall of money*) passou a buscar cada vez mais novos campos de aplicação, transformando setores (como commodities, financiamento estudantil e planos de saúde, por exemplo) em ativos para alimentar a fome de novos vetores de aplicação rentável para os investidores. O desequilíbrio entre o tamanho dessa poupança e os mercados domésticos onde esta se originou resultou, sobretudo a partir dos anos 1990, na procura pela internacionalização dos investimentos (ROLNIK, 2019).

Segundo a autora, esse ambiente foi responsável por criar uma carência estrutural de garantia (*collateral*) de alta qualidade, ou seja, uma muralha de dinheiro procurando um ajuste espacial (*spatial fix*) onde aterrissar.

3.6 A habitação inserida no contexto da financeirização

A partir do processo descrito, segundo Rolnik (2019), a criação, a reforma e o fortalecimento dos sistemas financeiros de habitação passaram a representar um destes novos campos de aplicação do excedente, para a autora, tanto no âmbito da macroeconomia e das finanças domésticas como também para esse novo fluxo de capitais internacionais.

Segundo Rolnik (2019), a criação de um mercado secundário de hipotecas foi um dos veículos importantes para agrupar os sistemas domésticos de financiamento habitacional aos mercados globais. Mas também, segundo ela, outros instrumentos financeiros não bancários, assim como empréstimos interbancários, permitiram aos bancos locais e a outros intermediários aumentar sua alavancagem, ampliando assim a disponibilidade de crédito. Observamos assim, que a entrada de excedentes globais de capital permitiu o crescimento do crédito para além do tamanho e da capacidade dos mercados internos, criando e inflando as chamadas bolhas imobiliárias.

Sobre a tomada do setor habitacional pelo setor financeiro, na visão de Rolnik (2019) este fato:

Não representa apenas a abertura de mais um campo de investimento para o capital. Trata-se de uma forma peculiar de reserva de valor, por relacionar diretamente a macroeconomia com os indivíduos e as famílias, e possibilitar, através dos mecanismos de financiamento, que vários atores centrais do sistema financeiro global se interliguem, como fundos de pensão, bancos de investimento, sistema bancário paralelo (*shadow banking*), instituições de crédito e instituições públicas (ROLNIK, 2019, p. 28).

A autora afirma que em economias com forte dinamismo, como as de certos países da Comunidade Europeia e dos Estados Unidos, a propriedade das casas, por sua capacidade de alimentar o crescimento de consumo via crédito, foi a responsável também por impulsionar o aumento de consumo das famílias, em contextos de arrocho salarial e crescimento limitado dos empregos.

Por outro lado, Rolnik (2019) aponta que o caráter público ou semipúblico das instituições e da política financeira da habitação faz com que esse setor tenha grande destaque no contexto político.

Na visão de Rolnik (2019), nenhum sistema financeirizado de habitação, com razoável conexão à finanças globais, renuncia à alavanca de políticas públicas, não somente na regulação das finanças, mas também na construção da supremacia política da institucionalização da casa (lar) como mercadoria e

ativo financeiro. Assim, para a autora, em qualquer um dos contextos dos Estados-nação que observamos, esse movimento também teve efeitos políticos representativos na sólida estruturação de uma base popular conservadora, em que os atores transitam do papel de cidadão para o de consumidor e jogadores no mercado de capitais. É nesse sentido que Rolnik (2019) afirmar, “que o elixir dos sistemas financeiros da habitação age como uma droga política”.

Neste momento Rolnik (2019), alerta para importância de grifarmos, o representativo impacto que as mudanças na forma de provisão de habitação têm sobre a estruturação das cidades de forma geral. A autora aponta, que através da atuação dos mercados fundiários e da regulação urbanística, a economia política da habitação resultou também uma economia política da urbanização, reestruturando as cidades. Observa também Rolnik (2019), trata-se, então, não apenas de uma nova política habitacional, mas de um complexo urbanístico, imobiliário e financeiro com destacada influência na forma das cidades e na vida cotidiana dos cidadãos.

3.7 Vítimas do *subprime*: milhares de vidas hipotecadas

A onda de despejos que marcou a crise financeira mundial, iniciada em 2007, segundo Fix (2011, p.vii), atingiu mais de 4,5 milhões de famílias e deixou bairros inteiros praticamente abandonados nas cidades norte-americanas. A autora acrescenta, que a crise mostrou a forte relação entre o imobiliário e o financeiro, intensificadas nos anos 1980 em diversos países.

Segundo Fix (2011, p.vii), o crescimento dos empréstimos de tipo *subprime* (de segunda linha) fez parte do salto ocorrido na massa de capital fictício nesse período, o que, combinado a formas antigas de espoliação, caracteriza a globalização, a autora acrescenta ainda que:

As famílias recorreram ao endividamento em um contexto de estagnação de salários, de liquidez propiciada, parcial e paradoxalmente, pelo financiamento da China ao enorme déficit comercial dos EUA, de falta de política pública ampla de educação e saúde e de uma história repleta de esforços para manter a habitação

como frente de acumulação capitalista e não direito social: a *homeownership society* (FIX, 2011, p.vii).

Assim, a autora aponta que fatores importantes para compreender a formação do mercado *subprime*, bem menos discutidos do que a desregulamentação são: a falta de política habitacional, a debilidade do sistema de educação e saúde públicos, e o caráter privado da previdência social.

Segundo Fix (2011, p.4), a população foi empurrada para a “solução” do crédito subprime de modo a tentar manter o padrão de consumo e o acesso a serviços, no contexto da compressão do salário que ocorreu em boa parte das últimas décadas; e de liquidez propiciada parcial, e paradoxalmente, pelo financiamento da China ao enorme déficit comercial dos EUA.

Considerando o cenário descrito até aqui sobre as “vítimas do *subprime*” (FIX, 2011) e acrescentando a visão de Rolnik (2019), sobre: as milhares de vidas hipotecadas, as vítimas de um boom de oferta de crédito que durou por mais de uma década; os bairros vazios, as cidades despovoadas; os manifestantes ocupando ruas e espaços públicos por meses; uma greve de fome de proprietários destituídos de seus apartamentos prometidos, ocorreu logo em seguida à crise no mercado de hipotecas norte-americano, em 2007.

Neste sentido, Rolnik (2019) expõe, que após o estouro, a crise rapidamente assumiu proporções globais, na velocidade de circulação dos produtos financeiros e na intensidade da globalização dos mercados aos quais o de hipotecas estava conectado. A autora acrescenta, que não é surpresa que o setor mais rapidamente afetado pela crise tenha sido a habitação. Rolnik (2019), esclarece sua visão, a partir do entendimento que suprida por fundos de pensão, *hedge funds*, *private equities* e outras “mercadorias fictícias”, a própria habitação tornou-se uma mercadoria fictícia quando foi tomada pelas finanças.

3.8 Transição no mercado imobiliário: a passagem da dívida dos Estados para os indivíduos e famílias

Segundo Rolnik (2019, p.35), quando a situação crítica da maior parte da população urbana pobre começou a ser colocada em evidência por “reformadores sociais (*social reformers*)” na Europa e na América do Norte, entre o final do século XIX e início do século XX, os governos iniciaram um processo de desenvolvimento e entrega de assistência habitacional à pessoas e famílias, incluindo neste caso as ofertas diretas de casas.

A autora pontua que o fornecimento público de moradia foi intensificado a no começo do século XX e, em alguns países, no período entre-guerras. Mas, acrescenta Rolnik (2019, p.35), foi após a Segunda Guerra Mundial, e destacadamente no período dos anos 1950 e 1960, que fornecimento público de moradia consolidou-se como base estruturante de uma política de bem-estar social na Europa, “um pacto redistributivo entre capital e trabalho que sustentou décadas de crescimento”, esclarece a autora.

Considerando que na história, na observação de Rolnik (2019, p.36), entre os países europeus, uma minoria implantou políticas pública de habitação social representativas em relação aos domicílios existentes. Podemos, em princípio, na visão da autora, classificar os países europeus em três grandes grupos em relação à provisão de habitação social:

O primeiro, em que a produção de um estoque público ou semipúblico de habitação social foi, historicamente, praticamente inexistente e em que prevaleceu a autoconstrução e autopromoção da moradia, inclui países como Espanha, Grécia e Portugal. No segundo grupo, em que a presença da habitação social nunca foi significativa na composição geral dos domicílios, estão países como Alemanha, Bélgica, Itália e Irlanda. O terceiro, em que o estoque de habitação social foi – e ainda é – significativo, inclui: Áustria, Dinamarca, Finlândia, Holanda, França, Reino Unido, Suécia, República Tcheca e Polônia (ROLNIK, 2019, p. 36).

Juntos, segundo a autora, esses últimos representam hoje quase 80% de toda a moradia social na Europa. Assim, conforme acrescenta Rolnik (2019,

p.36), a reserva pública ou semipública de moradia, geralmente para locação, é definida de formas diferentes na estratégia de cada um dos países: o sistema de financiamento, como também as estratégias de promoção e “proprietários”, a definição da demanda e das formas de administração.

Em alguns países, especialmente na Alemanha, pontua Rolnik (2019), a inexistência de um parque público de moradia social não significa a ausência da habitação nas políticas de *welfare* [bem-estar social]. A autora relata que, tanto a regulação dos aluguéis privados quanto os auxílios diretos de pagamento de aluguel para setores de baixa renda, também podem ser considerados como formas de intervenção do Estado na moradia, com o objetivo de universalizar direitos sociais. Ainda hoje, acrescenta Rolnik (2019), Alemanha e Suíça são dois dos países europeus em que a moradia de aluguel (promovida por um setor privado altamente regulado) é a forma predominante de posse da moradia.

Para Rolnik (2019), nos países que constituíram grandes estoques públicos de moradia, estes estoques atingiram seus maiores números e proporções no intervalo de tempo definido pelo fim dos anos 1960 e início dos 1970, quando, então, informa ela, o pacto e as macrocondições político-econômicas que lhes deram origem começaram a se desfazer.

Dando sequência a sua descrição, Rolnik (2019) coloca, que a partir da crise econômico-financeira da década de 1970, considerada, segundo a autora, como o maior período de recessão econômica internacional após os anos 1930, formula-se na teoria e na prática a ideia de transformação do papel dos governos: **de provedores de habitação a “facilitadores”, cuja missão é abrir espaço e apoiar a expansão dos mercados privados**. Pensamento esse sintetizado no já mencionado relatório do Banco Mundial de 1993.

Assim, acrescenta a autora, esse novo papel dos governos, consiste na criação de condições, instituições e modelos de regulação destinados a promover sistemas financeiros habitacionais que viabilizem a compra da casa própria.

3.9 O cenário do cooperativismo habitacional brasileiro

As cooperativas habitacionais autofinanciadas, pelos seus princípios, objetivam a reunião de seus cooperados para construção, manutenção e administração de conjuntos habitacionais e condomínios, independente, apesar de possível, da participação de sistemas financeiros habitacionais promovidos pelos governos. Desta forma, a viabilização da “casa própria”, está relacionada diretamente a sua capacidade de atração de associados, visando a viabilização de empreendimentos coletivos, como é o caso da cooperativa Vida Nova, objeto de estudo para o próximo capítulo.

As cooperativas habitacionais brasileiras, segundo a OCB (2020), correspondem a 282 associações, reunindo 103 mil associados, com geração de emprego estimada em 742 postos de trabalho diretos no Brasil.

A OCB (2020) esclarece, que as cooperativas do ramo habitacional surgiram com o objetivo de minimizar o gargalo habitacional no país. Elas começaram a ganhar força nos anos 80, por meio do Programa das Cooperativas Habitacionais, mas foi nos anos 90 que essas cooperativas autofinanciadas se desenvolveram e se expandiram por todo o país. Segundo a OCB (2020), o modelo de produção de moradia via cooperativismo tornou-se assim uma possível ferramenta de regulação de mercado imobiliário.

Em relação a evolução do número de cooperativas habitacionais no país, no intervalo entre 2010 e 2018, a OCB (2020) esclarece que houve uma importante variação, principalmente de 2010 com 242 cooperativas, para 283 em 2014, quando o número, em 2018, sofre um leve decréscimo indo para 282, esta variação está ilustrada na figura 20, a seguir.

Evolução do número de cooperativas

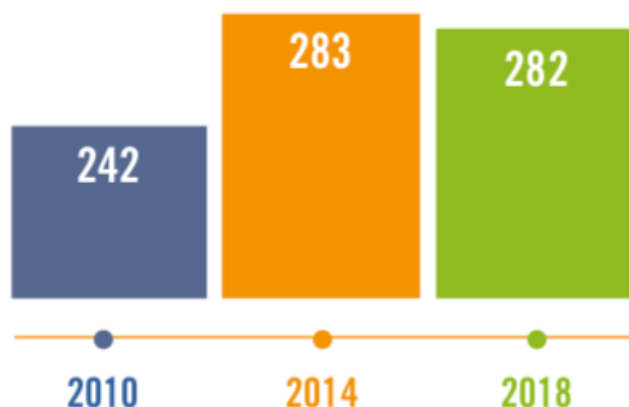


Figura 20: Evolução do número de cooperativas habitacionais entre 2010 e 2018. Fonte: OCB (2020)

Em relação ao número de cooperados a variação, também seguiu a mesma tendência, fechando 2010 com 101 mil cooperados, recebendo um incremento para 2014, que resultou em 123,5 mil cooperados. A variação para 2018, como dito, foi negativa fechando o número em 103,7 mil (figura 21).

Evolução do número de cooperados

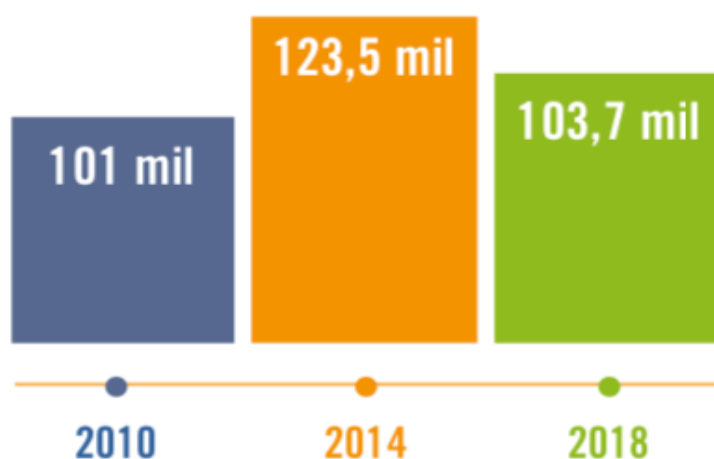


Figura 21: Evolução do número de cooperados entre 2010 e 2018. Fonte: OCB (2020)

A capacidade de gerar empregos do setor, entre 2010 e 2018, sofreu importante queda, partindo de 1.676 vagas, em 2010, chegando a 742 vagas de emprego com carteira assinada em 2018 (figura 22).

Evolução do número de empregados

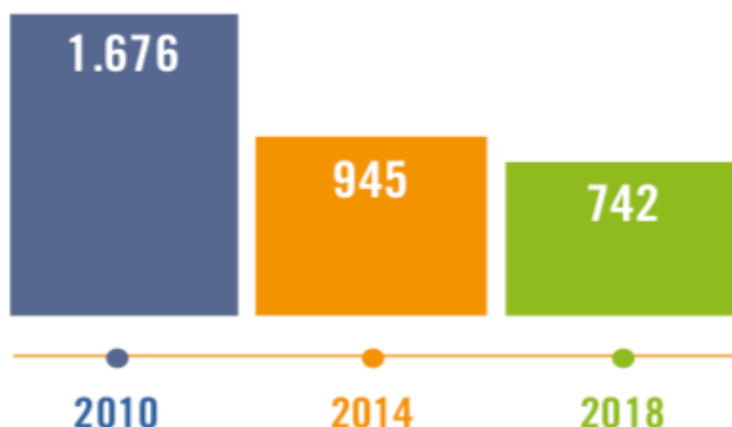


Figura 22: Evolução do número de empregados entre 2010 e 2018. Fonte: OCB (2020)

Quanto a distribuição das cooperativas habitacionais brasileiras por faixa de faturamento, em 2018, a OCB (2020) identificou que entre R\$ 10 milhões e R\$ 100 milhões de faturamento, encontravam-se 0,7% das cooperativas. Para faixa entre R\$ 1,5 milhão e R\$ 10 milhões, 4% das cooperativas habitacionais se enquadram. Ficando a faixa de R\$ 360 mil até R\$ 1,5 milhão com 19,6%. A maior parte das cooperativas habitacionais brasileiras, 75,6%, no ano de 2018, faturaram até R\$ 360 mil (figura 23).

Segmentação por faixa de faturamento

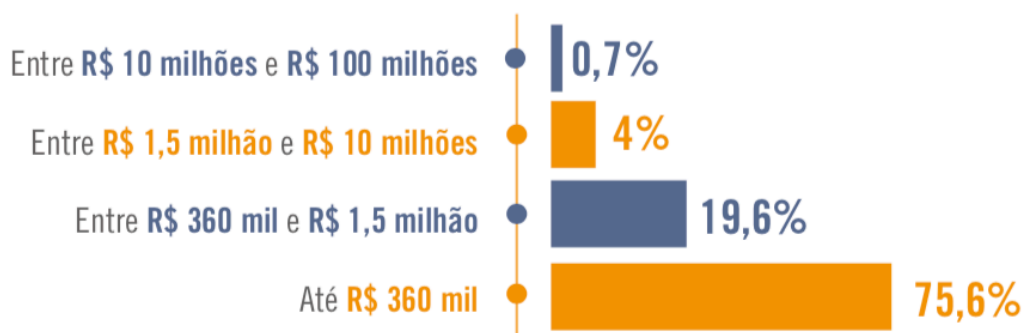


Figura 23: Segmentação das cooperativas habitacionais por faixa de faturamento para o ano de 2018. Fonte: OCB (2020).

No ano de 2018, R\$ 5,3 milhões em tributos e despesas com pessoal foram arrecadados das cooperativas habitacionais, sendo 5% desse total, destinado a tributação sobre vendas e serviços. Os 95% restantes foram dedicados ao pagamento de despesas com pessoal (figura 24).

Proporção de tributos e despesas com pessoal

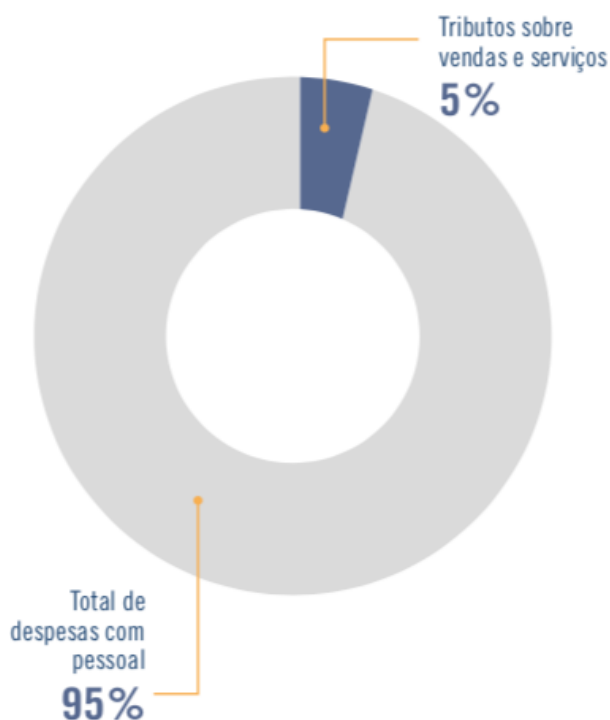


Figura 24: Proporção de tributos e despesas com pessoal. Fonte: OCB (2020).

A Organização das Cooperativas Brasileira (OCB), em seu anuário 2019, sinaliza para as dificuldades vivenciadas pelo setor habitacional. Dentro do qual, as cooperativas habitacionais estão inseridas. Desta forma, a entidade, se posiciona elencando um rol de necessidades, sendo elas:

- Políticas públicas direcionadas às cooperativas habitacionais;
- Falta de acesso direto dos recursos do FGTS do cooperado, quando regime de autofinanciamento;
- Falta de linhas de financiamento específico para o setor;
- Aceitação das garantias reais, das cooperativas, pelas instituições financeiras.

CAPÍTULO 4 – A COOPERATIVA HABITACIONAL VIDA NOVA

4.1 De Minador do Negrão à Metrópole Paulistana

A Cooperativa Habitacional Vida Nova surge no ano de 1996, na confluência de dois fenômenos urbanos brasileiros: o primeiro relacionado ao processo migratório, tendo como origem o cenário da caatinga nordestina desolada pela seca (PATTO, 2012), mas precisamente na cidade alagoana de Minador do Negrão, local de nascimento do idealizador, fundador e atual presidente da Vida Nova, José Aprígio da Silva, que ao completar a maioridade, migrou, abrindo caminho nos anos de 1970, para mais 18 irmãos (de uma família de 23), que tiveram como destino a cidade de Taboão da Serra, localizada na Região Metropolitana de São Paulo, onde Aprígio foi trabalhar na construção civil como servente de obra.

O segundo fenômeno urbano brasileiro, que gerou como resultante a criação da cooperativa Vida Nova, é caracterizado pelo aumento do déficit habitacional, pelas restrições aos empréstimos bancários e ao financiamento estatal para construção de moradias. Razões pelas quais o período compreendido a partir dos anos 1990 até os dias atuais (2018), é considerado de ascensão das cooperativas habitacionais autofinanciadas.

Os dois fenômenos acima relacionados são manifestações de um mesmo processo, a urbanização brasileira, que, impulsionada pela industrialização, alterou a estrutura econômica, social e regional do país, promovendo, de um lado, intensos movimentos de redistribuição populacional e, de outro, crescimento dos núcleos urbanos e metropolização.

Tais fenômenos são, portanto, consequências de alterações estruturais, os quais condicionaram os modos de vida, de trabalho, as sociabilidades, as condições de moradia, as formas de reprodução social da existência humana, enfim. Neste sentido, são transformações que modificaram as relações micro sociais, incidindo diretamente nos hábitos, costumes, vivências e personalidades.

Ao migrar, o Senhor Aprígio manifesta esses condicionamentos, transformando-se ele também em um agente ativo das mudanças estruturais brasileiras. Embora migra sozinho, sua trajetória (espacial, social e temporal) revela que se trata de um processo coletivo, de um fenômeno social (SINGER, 2002). As vidas em movimento são, neste sentido, classes em movimentos, estruturas sociais em movimento (BRITO, 1995; SINGER, 2002).

Neste capítulo, analisaremos a trajetória de Sr. Aprígio, em suas múltiplas dimensões, relacionando-a às transformações econômicas, sociais e regionais vistas nos capítulos anteriores. Nosso objetivo com isso é conferir face humana à fase de desenvolvimento do capitalismo brasileiro (BRITO, 1995), caracterizada pela transição urbana e o processo de metropolização. Mais que refém das circunstâncias, o Sr. Aprígio é um agente ativo destas, tendo em vista promover atividades produtivas, incentivar a migração de seus irmãos, empregar contrerrôneos em sua cooperativa, atuar, enfim, como um sujeito social criador de redes de trabalho e de sociabilidade

A vinculação do micro social ao estrutural exige-nos esforços teóricos e metodológicos de outra ordem: ademais da revisão bibliográfica, nos foi preciso também realizar uma pesquisa de campo, acompanhando o Sr. Aprígio através de entrevistas semiestruturadas, observação participante em atividades de sua cooperativa, análises de documentos e vídeos promocionais dos empreendimentos imobiliários e também de registros fotográficos históricos de Sr. Aprígio e sua família. Realizamos, portanto, uma etnografia multisituada, que envolveu a cidade de Minador do Negrão, em Alagoas, e cidades da região metropolitana de São Paulo como Taboão da Serra, Embu das Artes, Águas de São Pedro, São Paulo e Cajamar.

Nesta etnografia, observamos e registramos as relações (pessoais, sociais, familiares e de trabalho) do Sr. Aprígio, de perto e de dentro de seus espaços de vida (MAGNANI, 2002). Este Capítulo 4 sintetiza essas reflexões e busca simultaneamente conferir face humana aos processos estruturais analisados como também “ler”, interpretar, teoricamente, as narrativas e verbalizações dos sujeitos entrevistados. A mediação entre o micro social e o

estrutural é realizada a partir dos conceitos operacionais utilizados na interpretação das entrevistas, no registro do trabalho de campo e na análise dos vídeos, documentos e registros fotográficos obtidos.

4.2 Vidas Secas: A Família Aprígio e a migração interna

No final dos anos 1970 e início dos anos 1980, a urbanização no Brasil através do processo migratório passa por uma inflexão importante: tendo em vista a mobilidade espacial deixar de significar mobilidade social, a concentração (econômica, industrial e populacional) dá lugar à distintas formas de desconcentração, tanto internas como externas à Região Metropolitana de São Paulo (BAENINGER, 2010; CANO, 2008) . Essa desconcentração, que cria as condições para uma reconversão econômica em São Paulo, guarda íntima relação com o crescimento populacional e o desenvolvimento econômico nas cidades que compõe a Região Metropolitana de São Paulo, como por exemplo Taboão da Serra e Embu das Artes, que fazem parte da trajetória migratória e do processo de mobilidade social de José Aprígio e sua família, parte integrante do objeto desta tese.

4.3 A trajetória migratória

A trajetória da família Aprígio, após a migração dos 18 irmãos, foi traçada inicialmente pela necessidade de sobrevivência, como relata Elias da Silva Bezerra, o irmão caçula, portanto o último a migrar para Taboão da Serra em São Paulo em 1978:

O primeiro a vir foi o Fortunato, meu cunhado, depois veio o Pedro Amarelho, que é meu cunhado também, depois veio o José Aprígio, que é o segundo mais velho, aí veio o Antônio, o mais velho, depois veio o Otávio, depois o Manoel, depois veio o Oliveira, depois o Valdemar, depois eu vim, em seguida o Sisso Aprígio, e assim por diante, cada ano vinha um, ia completando a idade, vinha vindo né. (Entrevista realizada com Elias em 17/05/2018).

E ao ser indagado pelas razões que levaram quase todos os irmãos a migrarem para São Paulo, Elias coloca:

Daquela época a lembrança é meio ruim. Na verdade a gente vinha de lá para cá (São Paulo), muito mesmo para arrumar o que comer, para fugir da fome. Pra você ter uma ideia, quando íamos pegar água era uma légua⁴⁰, a água era tirada de uma mina, que servia para todo mundo. A mina era um buraquinho assim, só para pegar água e levar para casa [...] nós chegávamos a disputar a água com os sapos (Entrevista realizada com Elias em 17/05/2018).

José Aprígio, também alega como razão da migração para São Paulo, a fuga da fome. Segundo Singer (2002), esses são os fatores de expulsão populacional que condicionam sua vinda para São Paulo. Segundo Aprígio:

o pessoal corria para não morrer de fome, foi assim que eu também fiz. [...] o meu pai faleceu, minha mãe ficou sozinha, daí a gente tinha que cuidar dela daqui. [...] eu tinha 18 anos quando cheguei aqui. Para ajudar a minha mãe e os que estavam lá a sobreviver, eu mandava dinheiro para o primeiro, que ia ficando de maior, vir. Quase todos os irmãos nossos vieram assim (Entrevista realizada com José Aprígio da Silva em 20/07/2018).

Ao se estabelecer em São Paulo, José Aprígio, passa a ter suas ações movidas por três necessidades, que pela sua declaração tornaram-se de grande importância em sua vida, a primeira era a de ajudar sua mãe, que criava os irmãos sozinha, em virtude da morte de seu pai, a segunda de manter o processo migratório, enviando dinheiro para os irmãos em Minador do Negrão, conforme fossem completando a maioridade, a terceira voltada a sua mobilidade social (BRITO, 2009), visando a criação e apropriação de meios de produção, de forma a viabilizar sua ascensão social e econômica, criando assim uma condição mais estável a qual serviria de suporte à manutenção da dinâmica das ações voltadas ao apoio financeiro dos que ficaram em Minador e do custeio da migração dos irmãos para São Paulo .

Essas ações pensadas e desenvolvidas por José Aprígio, que seriam segundo Singer (2002) fatores de atração populacional, foram voltadas tanto à sobrevivência como à melhoria das perspectivas de mobilidade social, são observadas na sua seguinte colocação:

40 Equivalente a aproximadamente 5km.

Depois que todos os nossos irmãos vieram para cá, porque lá não tinha condição de vida, outros moradores da cidade começaram a vir também. Começou a chegar muita gente, e esse pessoal vinha para cá de lá e eu era quem tinha que arrumar emprego para os caras. Eu começava a arrumar emprego para eles, aonde tinha vaga de trabalho eu ia arrumando, as vezes eu perdia um dia de serviço na empresa fazendo isso, as vezes eu também tinha que pagar condução para eles se locomoverem em São Paulo (Entrevista realizada com José Aprígio da Silva em 20/07/2018).

Ao pensar em um sistema mais autônomo para viabilizar a migração de irmãos e moradores da cidade alagoana, José Aprígio abre, em Taboão da Serra, um “bar mercearia”, o qual deixou sob a responsabilidade do seu irmão Valdemar, em seguida, abriu uma empreiteira de construção civil. O sucesso para o desenvolvimento de ambas iniciativas, acaba potencializado pelo processo migratório apoiado por Aprígio, ou seja, o “bar mercearia” além de atender a demanda do próprio público local, passa a ter também uma clientela, principalmente nos finais de semana, composta por seus conterrâneos de Minador do Negrão. Já a empreiteira, passa a ser a principal empregadora dos que chegavam de Alagoas. Sobre este momento, José Aprígio, coloca:

Eu tinha que pagar para tirar documentos pra eles, para arrumarem uma colocação, e daí eu pensei que abrindo uma empresa seria melhor, porque eu mesmo ia dando serviço para eles. [...] na verdade primeiro eu abri um bar mercearia, depois do bar mercearia eu abri a empreiteira de construção civil, que era a Silvalar, e nessa empresa eles viam e já começavam a trabalhar comigo (Entrevista realizada com José Aprígio da Silva em 20/07/2018).

Com a empreiteira em funcionamento, José Aprígio recebe uma proposta de sociedade de um engenheiro civil, que também trabalhava para uma das empresas que Aprígio prestava serviço. Eles assumem por um tempo alguns trabalhos em parceria, após alguns serviços realizados em conjunto, eles conseguem criar uma reserva em dinheiro, para finalmente abrirem uma empresa em sociedade. Aprígio relata sobre esse momento:

Depois que a Silvalar cresceu um pouquinho, veio uma proposta de sociedade de uma empresa para qual eu trabalhava. Era uma construtora, e o engenheiro chegou a falar para mim: “...olha vamos abrir uma empresa para trabalhar de sócio, eu falei que não iria abrir naquele momento não. Eu disse para ele uma coisa: “você fica na empresa que você está, eu fico com a minha empreiteira, vou

tocando o meu trabalho, quando e se aparecer algum serviço, nós vamos pegando, você vai ajudando um pouco, eu vou ajudando um pouco aí vamos fazer essa empresa já ter algum serviço. (Entrevista realizada com José Aprígio da Silva em 20/07/2018)

O momento de transição da Silvalar para Braspam, Aprígio relata da seguinte forma:

Quando abrimos a Braspam, aí nós já tínhamos um dinheiro para comprar um telefone, que naquela época era R\$ 5.000,00, já tínhamos dinheiro para comprarmos um caminhãozinho. Com essa empresa eu parei com a Silvalar. (Entrevista realizada com José Aprígio da Silva em 20/07/2018)

4.4 O nascimento da Vida Nova

Neste momento da entrevista, José Aprígio esclarece que a ideia de criar uma cooperativa habitacional, acabou surgindo de uma decepção com o prefeito de Taboão da Serra, eleito por volta do ano de 1988, quando o mesmo prometeu a Aprígio, em campanha pela prefeitura, em doar uma área na cidade para construção de moradias populares, sobre esta passagem, Aprígio relatou:

Isso foi mais ou menos em 1988, no governo Sarney, nós tínhamos inflação de 80% ao mês. A pessoa comprava pela manhã e no mês seguinte já perdia o apartamento. Aí eu pensei, se eu fizer a preço de custo eu acho que vou ajudar a essas pessoas a ter o seu apartamento e por um preço justo. [...] primeiro eu pensei não em abrir uma cooperativa, mas em falar com a prefeitura, eu tenho uma carta guardada até hoje, eu queria fazer um projeto para terrenos da prefeitura. Ou seja, construir a preço de custo em terreno da prefeitura, com o apoio da prefeitura. (Entrevista realizada com José Aprígio da Silva em 20/07/2018)

Aprígio detalha a sua tentativa de apoio da prefeitura de Taboão da Serra, toda tensão gerada por ter criado expectativas em moradores da cidade quanto a possibilidade da realização do sonho da casa própria. Ele acaba descrevendo a origem do impulso que o levou à iniciativa para criação da cooperativa habitacional Vida Nova:

Na época ele era vice-prefeito, esse que está hoje na prefeitura (2018), eu apresentei o projeto para ele que disse: “que projeto ótimo, esse é um projeto que se eu ganhar a eleição nós vamos fazer”. Quando ele ganhou a eleição, eu o procurei e ele falou: “...não, a prefeitura não tem dinheiro, não tem terreno, vai ser difícil fazer esse projeto”. Eu pensei então, como eu tinha conversado com o pessoal dizendo que podia ser um empreendimento a preço de custo com financiamento pela prefeitura, em terrenos doados pela prefeitura, eu imaginei um outro projeto que era para eu construir com mutirão, e também uma outra possibilidade que era eu formar uma construtora só para isso, nem pensei inicialmente em cooperativa. (Entrevista realizada com José Aprígio da Silva em 20/07/2018)

A ideia de construir moradias a preço de custo, mesmo com a negativa da prefeitura, foi mantida. Começa a surgir então o pensamento sobre a cooperativa

Queria construir a preço de custo, com os moradores, cada um pagando um pouco. Quando o prefeito disse “não dá”, aí eu chamei o pessoal e falei que o prefeito não queria mais dar o apoio, nem conversar mais sobre esse tema, eu então sugeri para fazermos como cooperativa, dava R\$ 147,00 por mês, para cada um, nós compramos o terreno e começamos a construir, aí eles toparam. Assim, eu comprei o primeiro terreno, fiz a primeira assembleia, neste momento não fiquei nem com a empresa anterior, nem com o engenheiro. Ele falou que queria ser sócio de uma empresa, e disse que o que eu estava querendo fazer era uma instituição de caridade e ele não queria fazer esse tipo de negócio. Aí eu falei, então tá bom, mas eu vou fazer. (Entrevista realizada com José Aprígio da Silva em 20/07/2018)

Apesar de inicialmente na entrevista, Aprígio relatar de forma resumida sobre o início da Vida Nova, mais adiante em sua fala, ele acaba esclarecendo sobre as demais dificuldades encontradas, inclusive se deparando com objeções da própria família:

Todos da família vieram para a cooperativa comigo, mas para falar a verdade a maioria dos meus parentes não acreditava na cooperativa, nem muitos irmãos, sabiam o que era uma cooperativa habitacional (confirmou Elias, irmão caçula, acompanhando a entrevista). A maioria falava que era um sonho bobo que eu tinha, que não daria certo. Para falar a verdade mesmo, uma vez eu fui falar isso na casa do Tonho (segundo irmão mais velho que veio para São Paulo depois do Aprígio), eu fui convidar ele para a gente fazer a cooperativa, ele me deu um banho de água gelada tão grande, que eu sai chorando da casa dele, nem ele, nem minha mulher perceberam, mas eu peguei o carro e sai dirigindo o carro chorando. Isso, porque eu estava certo do sucesso da cooperativa, assim como, também era

certo para mim o apoio do Tonho. (Entrevista realizada com José Aprígio da Silva em 20/07/2018)

Com a desistência do sócio engenheiro, a objeção e desconhecimento dos irmãos, Aprígio descreve como depois de forte decepção, resolveu seguir em frente com a sua ideia de criação da cooperativa habitacional:

Acho que foi a minha certeza que aquilo ia dar certo. Só Deus sabe de onde eu tirei força para continuar com a ideia. Hoje eu não faria mais isso. Tudo aconteceu porque foi coisa de Deus. Hoje eu não teria coragem de começar do zero. (Entrevista realizada com José Aprígio da Silva em 20/07/2018)

A necessidade de construção da credibilidade, não só em relação aos parentes, mas principalmente em relação a conquista dos primeiros cooperados, foi uma etapa crítica, porém superada por Aprígio, como ele descreve:

Eu comecei divulgando, colocando uma faixa na rua dizendo: “Vende-se apartamento”, e o cara interessado chegava e falava: “E aonde é o apartamento?” Ai eu falava: “não sei aonde é ainda, você é que vai escolher, pode ser em qualquer lugar”, aí o cara falava: “...conta outra, você me chama para comprar um apartamento e me diz que eu que vou escolher o lugar aonde eu quero morar. O que que é isso?” Aí eu explicava sobre a cooperativa, sobre todos os procedimentos, que íamos fazer uma assembleia, íamos escolher três terrenos e os cooperados que iriam dizer se o terreno era bom ou ruim, se queriam ou não. (Entrevista realizada com José Aprígio da Silva em 20/07/2018)

A criação da Vida Nova demandou a formalização do ato constitutivo, quando indagado sobre a existência de uma possível assessoria jurídica para essa etapa, Aprígio colocou:

Tinha advogado nada, eu achei um modelo de contrato de uma cooperativa da zona leste, enfim, tudo se copia, vi que o modelo de contrato servia para nossa cooperativa, copiei, melhorei algumas coisas e pronto. (Entrevista realizada com José Aprígio da Silva em 20/07/2018)

4.5 Embu das Artes: uma nova etapa

Em 2016, a economia brasileira viveu mais um ano de recessão. Junto com a crise política, o cenário teve impactos diretos na queda da arrecadação, no aumento da previsão de déficit, na crise nas contas dos estados, no aumento dos juros para financiamento, na queda na confiança dos investidores, entre outros⁴¹.

Pelo segundo ano seguido, o Brasil registrou contração na economia. Apenas nos nove primeiros meses do ano, o Produto Interno Bruto (PIB, soma dos bens e serviços produzidos no país) acumulou queda de 4% em relação ao mesmo período de 2015. A economia não reagiu na velocidade esperada. No início do ano, as instituições financeiras projetavam queda de 2,99% na atividade econômica em 2016. Em dezembro, a estimativa de retração aumentou para 3,43%.

Apesar do cenário apresentar um contexto social, econômico e político não favorável à qualquer tipo de investimento ou endividamento das famílias brasileiras, em novembro de 2016, conforme informações da diretoria da Cooperativa Vida Nova, mais de 15.000 pessoas compareceram à sede da Cooperativa na cidade paulista de Taboão da Serra, visando a adesão ao lançamento de um novo empreendimento, dessa vez em Embu das Artes, município vizinho.

Segundo a diretoria da Vida Nova, em inéditas 52 horas, 9.024 inscrições foram realizadas, o equivalente ao total de unidades (apartamentos) dos dois empreendimento lançados na cidade de Embu das Artes. Se considerarmos que o valor inicial próximo de R\$ 1.000,00 das previstas 180 parcelas podem significar importante comprometimento da renda familiar, cabe neste caso entendimento das possíveis razões que levaram tais famílias a confirmarem suas inscrições. Observou-se que para adesão ao sistema cooperativo, a Vida Nova não cobra valor de entrada, parcelas intermediárias

41 <https://revistapegn.globo.com/Negocios/noticia/2016/12/retrospectiva-veja-o-que-aconteceu-na-economia-em-2016.html>

(anual ou semestral), parcelas na entrega das chaves, como também não há necessidade de comprovação de renda, e ainda, não é praticada análise e aprovação de crédito, características do processo de compra de imóvel via financiamento bancário.

Este procedimento aliado ao preço de custo cobrado para compra da unidade habitacional (a cooperativa informa que cobra além do custo da obra e da compra do terreno, 18% sobre todo valor arrecadado como taxa de administração) torna-se um importante fator motivador para adesão dos interessados. A única exigência da cooperativa é a limitação de uma unidade habitacional (apartamento) por CPF.

Contudo, identificou-se que boa parte das adesões não foi motivada pelos benefícios das funções sociais da cooperativa, mas pela expectativa de venda da vaga na fila de adesão ao sistema, organizada por meio da distribuição de senhas (etapa anterior a assinatura do contrato). Assim, quanto mais baixo o número da senha, mais próxima a entrega do apartamento. Este posição oportunizou nos dois primeiros meses após o lançamento do empreendimento de Embu das Artes, um comércio de senhas, onde quanto mais baixa a senha, maior o valor da mesma. Obteve-se informações sobre venda de senhas entre R\$ 5.000,00 e R\$ 20.000,00, e ainda que uma só pessoa nesse tipo de negociação obteve como resultado aproximadamente R\$ 300.000,00.

4.6 O futuro da Vida Nova

Após reconhecido sucesso da cooperativa habitacional Vida Nova, seu presidente relata suas pretensões futuras:

Eu vejo, se Deus quiser, no ano que vem, a Vida Nova começando mais cinco mil apartamentos. Eu não vejo o fim da cooperativa, muito pelo contrário, enquanto tiver gente precisando de moradia, e agente tiver força para irmos construindo, a ideia é continuarmos. Eu já conversei com o governador Márcio França, porque o Estado possui uma área muito grande aqui em São Paulo, da polícia militar, uma área de mais de 600 mil m², o objetivo é que eles doem o terreno, e

pelo sistema de cooperativa, financiar mais 50% da prestação para os policiais, ou seja, o policial paga 50% da prestação, e com isso nós vamos construir apartamentos para policiais civis e militares e para os agentes administrativos.(Entrevista realizada com José Aprígio da Silva em 20/07/2018)

Nas eleições de 2018, José Aprígio da Silva, presidente da Vida Nova, foi eleito Deputado Estadual pelo Estado de São Paulo, com 43.320 votos, sendo mais da metade dos seus votos de eleitores da cidade de Taboão da Serra. Aprígio declara que seu objetivo é ser prefeito da cidade sede da cooperativa Vida Nova. Tal conquista, pode estar mais próxima após a sua eleição para o parlamento paulista. Talvez essa seja uma tentativa de retomada da história, dando uma nova vida a suas pretensões de desenvolvimento da economia solidária no município de Taboão da Serra e demais municípios vizinhos, fortalecendo ainda mais, seu nome como referencia em cooperativismo habitacional no país.

4.7 Uma análise socioantropológica da estratégia de promoção da atividade

O peso relativo que a Vida Nova dedica à estratégia comercial é, sem dúvida, seguindo o pensamento de Bourdieu (2006, p.84), um dos indicadores mais poderosos e mais significativos da sua posição no campo do cooperativismo habitacional. Estes por certo, segundo o autor, encontram-se posicionados na condição de influenciadores na construção e transformação de “esquemas de percepção ou de apreensão socialmente construídos” (os gostos) que os potenciais cooperados desenvolverão em termos de expectativas quanto à qualidade dos serviços administrativos e da gestão das construções dos empreendimentos residenciais, nos quais estão ou estarão contidas as unidades habitacionais adquiridas pelo sistema de cotas (BOURDIEU, 2006. P.84).

Ao se referir à construção de esquemas de percepção ou de apreensão socialmente construídos, Bourdieu (2006, p.86) acrescenta, que “a publicidade como ação simbólica, nunca tem êxito como quando elogia, instiga ou desperta

disposições preexistentes que exprime e às quais dá assim oportunidade de se reconhecer e de se cumprirem”.

Considerando, como será apresentado, a recorrência da expressão “Realizando o sonho da casa própria”, no conteúdo dos elementos publicitários da cooperativa Vida Nova, destacamos neste sentido, o pensamento de Villaça (1986), quando aponta que no plano ideológico, a classe dominante deu início à produção e difusão de idéias objetivando reforçar a crença de que a segurança econômica e social só poderia ser garantida por meio da “casa própria”, o que, segundo o autor, acaba por representar uma espécie de seguro contra as incertezas do futuro. Sobre o assunto, Villaça (1986) acrescenta que:

Recentemente essas idéias passaram a ser chamadas de “ideologia da casa própria”. Essa expressão se difundiu bastante e parece ter recebido generalizada aceitação. Entretanto, nos dias atuais, o significado da casa própria está longe de ser ideológico. A classe dominante encarregou-se de dar-lhe um sentido concreto. O filósofo francês Louis Althusser diz que “...na ideologia, o que é representado não é o sistema das relações reais que governam a existência dos indivíduos, mas a relação imaginária destes indivíduos com as relações reais em que vivem” (VILLAÇA, 1986, p.23).

O autor, dando continuidade a sua análise sobre a “casa própria” como ideologia produzida pela classe dominante, expõe que:

Seguindo Marx mais de perto, Marilena Chauí não fala de “indivíduos” mas de classes e afirma: “A ideologia é o processo pelo qual as idéias da classe dominante ...se tornam idéias dominantes” e que estas nada “...mais são do que a expressão ideal das relações materiais dominantes”. Seja como for, a idéia da associação entre casa própria e segurança social e econômica só representa uma relação imaginária ou é uma expressão ideal das relações dominantes, numa certa etapa do desenvolvimento da habitação no Brasil e que corresponde mais ou menos ao período 1920/50 (VILLAÇA, 1986, p.24).

Após o período entre 1920 e 1950, segundo Villaça (1986), a classe dominante transformou as relações reais de maneira a corresponderem à ideologia e esta deixou então de existir. Hoje, a importância da casa própria:

Está longe de ser ideológica. Corresponde a relações reais. A posse de uma casa não só confere mais status como facilita as relações econômicas, abre as portas aos empréstimos e aos crediários e constitui não só uma forma bastante segura de investimento como uma eficaz defesa contra a inflação. É claro que pode ser falsa a idéia de que para se ter segurança social e econômica é necessário ter casa própria, mas o mundo real construído pela burguesia tornou verdadeira essa idéia (VILLAÇA, 1986, p.24).

Considerando o pensamento de Bourdieu (2006) sobre os influenciadores na construção e transformação de esquemas de percepção ou de apreensão socialmente construídos, como também, a visão de Villaça (1986), de que a posse de uma casa não só confere mais status como facilita as relações econômicas, foram analisados para desenvolvimento da pesquisa da presente tese, três elementos de publicidade veiculados pela cooperativa Vida Nova. O **primeiro**, constituído pela revista comemorativa dos 21⁴² anos da cooperativa (no formato 22,5 x 31,0 cm, colorida, contendo 96 páginas). O **segundo** foi um vídeo de 12'41" publicado no endereço <<https://www.youtube.com/watch?v=1Wo8MunZaQ8>> em 29/10/2016, com o seguinte enunciado: "Cooperativa Habitacional Vida Nova: A Cooperativa Habitacional Vida Nova foi fundada em 1996 na cidade de Taboão da Serra e já entregou 9 empreendimentos habitacionais e um Centro Empresarial. Quase 8 mil pessoas realizaram o sonho de comprar a casa própria". O **terceiro**, também um vídeo, de 1'46" publicado no endereço <<https://www.youtube.com/watch?v=sdp1CKdWkt0>> em 5/11/2016, acompanhado da apresentação: "Cooperativa Habitacional Vida Nova: Mais de 15 mil pessoas se reuniram na manhã de sábado, 05/11, na sede da Cooperativa Habitacional Vida Nova em Taboão da Serra, região metropolitana de São Paulo, em busca do sonho da casa própria. Sejam bem-vindos novos cooperados!".

⁴² A cooperativa Vida Nova tradicionalmente produz uma revista comemorativa de seu aniversário de fundação, visando segundo declaração da direção da cooperativa, divulgar e dar satisfação de suas ações aos associados.

4.7.1 A análise da forma e do conteúdo da revista anual

A manchete na capa da revista (figura 25) enfatiza a grandeza da cooperativa, apontando o seu domínio tanto no Brasil como na América Latina na posição de maior cooperativa. A linha fina (frase abaixo da manchete) reforça a vinculação aos sonhos de milhares de famílias, reforçando a natureza e finalidade social da cooperativa. Pela expressão “gerando emprego e renda”, a linha fina denota que a cooperativa se manifesta e procura ser vista também como um agente econômico, uma entidade importante para não apenas para as famílias que conseguem realizar o sonho da casa própria como também para a economia dos municípios – Taboão da Serra e Embu das Artes. Essa imagem de agente econômico é reforçada na expressão “De mãos dadas com a região”, que encerra a capa.



Figura 25: Capa da revista que enfatiza a grandeza da cooperativa, apontando o seu domínio tanto no Brasil como na América Latina na posição. Fonte: Cooperativa Vida Nova

As páginas 4 e 5, possuem um conteúdo apresentado por uma chamada única, que diz: “Aprígio: meu sonho é maior que a crise”. A imagem principal sugere um empresário diretamente vinculado à atividade produtiva, presente mais no canteiro de obras do que propriamente no escritório ou em uma sala de reuniões. O texto sobre Aprígio mistura pontos objetivos, como a atuação no mercado imobiliário, a entrega de unidades habitacionais a baixo custo, com pontos subjetivos, como a postura diante da crise e a sua negação como uma estratégia empresarial.

O texto indica que Aprígio é um empresário diferente dos demais não apenas por que cresce em um período de crise econômica, mas sim por que contribui com a sociedade e está presente na vida das pessoas. Uma característica importante do texto e de toda a revista, de uma forma geral, é que a postura de Aprígio é enquadrada mais no âmbito das relações sociais e comunitárias que empresariais e de mercado.

Não se usa, por exemplo, o termo “cliente” ou “compradores”, mas sim famílias. Não se fala em venda de apartamentos, mas em entrega de casas. Reforça-se, novamente, o papel da cooperativa como agente econômico importante, destacando o quanto ela cria empregos e aumenta a arrecadação do município. Na matéria auxiliar, destaca-se o reconhecimento de Aprígio por parte da cidade de Taboão da Serra, momento em que se reforça que o empresário tem também atuação política, tendo sido vereador e disputado eleições para deputado federal e prefeito.

As páginas 10 e 11, apresentam uma matéria com o título: “A palavra do Presidente”, estão presentes informes de lançamentos econômicos, indicações de número de empregos diretos e indiretos criados e, especialmente, um resgate da história de Aprígio. Este item, reforça algo importante para o estudo da trajetória de Aprígio: a narrativa que ele construiu sobre sua história e sua migração para São Paulo endossa que ele não é apenas produto das circunstâncias e condições históricas, mas também atuou sobre eles. Não só migrou, como também “trouxo muitos alagoanos para trabalharem” ao seu lado.

Aprígio reforça que sua cooperativa, bem como as 3 empresas que abriu antes dela, são instrumentos de ajuda de seus conterrâneos. A sua gente, trazida “um a um” de Alagoas, é, neste momento, reforçada mais que a sua própria família. O vínculo constante com sua terra natal e a importância de Alagoas na narrativa de Aprígio reforçam a sua trajetória pessoal, a sua saga epopeica, bem mais que esclarecem sobre as circunstâncias históricas sobre as quais se deu a criação da cooperativa.

A palavra do Presidente (e sobre o Presidente) diferem de forma sensível mas muito simbólica da “Palavra da Diretoria” (páginas 12 e 13). Neste texto, outros termos aparecerem, compondo a narrativa da diretoria e a diferenciando da de Aprígio: qualidade, credibilidade, transparência e gestão. Essa diferença expressa as distintas narrativas entre Aprígio e os demais membros da diretoria. Essas diferenças podem ser explicadas não apenas por uma maior pessoalidade que Aprígio confere à cooperativa, tendo em vista que, mais que seu Presidente, é seu criador, como também especificidades geracionais, e, talvez, de origem.

Nas páginas 40 e 41, há um interessante texto, intitulado “Cooperativa Habitacional Vida Nova: Fazendo sua parte e ajudando a reduzir o déficit habitacional no Brasil”. Neste texto, são apresentados alguns dados sobre a questão habitacional brasileira: o déficit habitacional é estimado em aproximadamente 10 milhões de domicílios, quando na realidade é 6,355 milhões. Uma diferença significativa. O texto não cita fontes, do que se conclui não haver o devido cuidado no uso e tratamento destes dados sobre habitação. Ao longo do texto, são reforçados aspectos da economia brasileira que reforçam a necessária atuação do Estado em termos de política públicas.

Um trecho em especial merece maior atenção: “O governo, conhecedor dos fatos, vem tentando, ao longo de décadas, efetivar programas e linhas de financiamento para amenizar esse problema, embora seja de conhecimento público que boa parte daqueles não logrou muito êxito” (p. 41). Este trecho sintetiza a avaliação da Cooperativa Habitacional Vida Nova de que as políticas

públicas habitacionais não conseguiram atuar na diminuição do problema habitacional no Brasil, isto é, na redução do déficit.

A seguir, a solução é apresentada: “Para muitos especialistas da questão habitacional, a grande solução para o problema está na gestão participativa por meio de mutirão e de outras formas de ajuda mútua, como a organização em associações ou cooperativas habitacionais, sendo o Cooperativismo Habitacional autossustentável o grande destaque” (p. 41).

4.7.2 Análise do vídeo sobre a Vida Nova e seus empreendimentos

O vídeo agora em análise possui a duração de 12’41” e foi publicado, como já mencionado, em 29/10/2016, com o enunciado: “Cooperativa Habitacional Vida Nova: A Cooperativa Habitacional Vida Nova foi fundada em 1996 na cidade de Taboão da Serra e já entregou 9 empreendimentos habitacionais e um Centro Empresarial. Quase 8 mil pessoas realizaram o sonho de comprar a casa própria”.

O vídeo desde o início enaltece o lema “transformando sonhos em realidade”. Mais que um slogan comercial, o lema situa a cooperativa não no âmbito do mercado e suas relações de compra e venda, mas sim no âmbito das sonhos familiares, na constituição da moradia enquanto um sonho, somente convertido em realidade por conta do modelo de negócio adotado (o cooperativismo de autofinanciamento).

A mesa na qual Aprígio trabalha e grava o vídeo, é muito simbólica (figura 26): a quantidade de papéis sugere não a ausência de uma produção mais profissional para o vídeo, mas sim um cenário mais capaz de atrair a confiança em Aprígio como alguém que muito trabalha, que possui um método talvez, mais antigo de trabalho (não há, por exemplo, um computador ou notebook sobre a mesa) na qual predominam os papéis. A mesa indica que o “trabalho”, tão apregoado nas chamadas e lemas ao longo dos vídeos institucionais da Cooperativa Habitacional Vida Nova, é frequente no escritório, tendo apenas a parte frontal da mesa sido arrumada para a gravação do vídeo.



Figura 26: A mesa de trabalho apresenta papéis agrupados e com a ausência de equipamentos de tecnologia, apontam um modelo mais tradicional de trabalho. Fonte: Cooperativa Vida Nova

Em sua fala, Aprígio se apresenta não como um presidente de Cooperativa apenas, tampouco como um empresário, mas sim como alguém cooperando para um mundo melhor. O mundo melhor apresentado não segue as leis do mercado, tendo em vista trabalhar com o conceito de preço justo, e não de preço de mercado. Isso é simbólico: senão fosse através do cooperativismo, que com seu modelo de auto financiamento oferece unidades habitacionais de no máximo 40% dos valores de mercado, o sonho não viraria realidade.

O direito à moradia ser convertido em sonho é uma consequência da produção mercantil e financeirizada do espaço, em que a cidade passa de local da acumulação para objeto da acumulação. Considerando, como apresentado na Introdução da presente tese, que a **financeirização**, segundo Rolnik (2019), está diretamente relacionada a conversão da economia política da habitação em elemento estruturador de um processo de transformação da própria natureza e forma de ação do capitalismo em sua versão contemporânea.

Todavia, a conversão do sonho em realidade é produto específico do cooperativismo, assumindo um caráter radical na medida em que nega e confronta a lógica do mercado, porém, não rompe totalmente com ela, dado

que o cooperativismo anunciado mantém a propriedade privada sobre a casa, que segue sendo no entendimento popular, mercadoria. Segundo Villaça (1986), como apresentado anteriormente, o mundo real construído pela burguesia, trabalhou no desenvolvimento e consolidação dessa idéia.

Seguindo a análise, observamos que o vídeo é farto em imagens aéreas, captadas através de câmaras instaladas em drones. O procedimento permite que observemos a intensa clivagem (figura 27) e segmentação do espaço urbano no contraste entre a verticalização do empreendimento e a horizontalidade da cidade de Taboão da Serra.

Evidências da clivagem



Figura 27: Evidências da clivagem e segmentação do espaço urbano em contraste entre a verticalização do empreendimento. Fonte: Cooperativa Vida Nova

O empreendimento produz uma auto segregação, concentrando no território um perfil sócio ocupacional antes disperso na cidade ou mesmo residente nas cidades do entorno. Ele rompe, portanto, não apenas a paisagem urbana como também o próprio tecido social da cidade, promovendo uma segregação sócio espacial dentro da qual nos condomínios moram aqueles que detêm mais oportunidades. Demonstra, com isso, que mesmo comercializando abaixo do valor de mercado o empreendimento é ainda operado pela lógica urbana dominante.

A descrição dos empreendimentos ocupa a maior parte deste vídeo. Ela é simbólica na medida em que o foco nos prédios e em sua altura indica que mais que unidades habitacionais (figura 28), é um modo de vida urbano, de residir em edifícios, sob o signo da modernidade que contrasta com a horizontalidade do resto da cidade, o que está verdadeiramente sendo vendido.

Verticalização



Figura 28: Verticalização como aumento do “potencial construtivo”. A altura indicando mais unidades habitacionais. Fonte: Cooperativa Vida Nova.

Edifícios com nomes de estados do Norte e do Nordeste sugerem ainda uma vinculação do empreendimento com os locais de origem dos cooperados e do próprio Aprígio, no caso específico de Alagoas. Alguns condomínios possuem mais de mil unidades habitacionais, algo como em média 3,5 mil pessoas que moram no empreendimento. Esse contingente que passa a residir na região traz consigo novas necessidades (comerciais, profissionais, culturais, de lazer etc.) e uma demanda por serviços públicos como saúde, educação, mobilidade etc. É nesse ponto em que se revela de forma mais clara a distensão entre a cooperativa e o setor público, especialmente o poder público municipal.

As imagens não revelam a instalação de serviços públicos no entorno, não obstante a grande concentração de pessoas. Mesmo que o perfil sócio ocupacional dos moradores seja mais privilegiado que o do entorno, isso não prescinde de serviços como escolas, hospitais, terminais de ônibus etc. O que acompanha o empreendimento, por iniciativa da própria cooperativa, são obras que promovem ainda mais auto segregação e elitização, como shoppings e torres de lojas e escritórios (figura 29). Segundo Aprígio, após a construção de 5.100 unidades habitacionais na área, a cooperativa “trouxo o lazer e o serviço”.



Figura 29: Shopping e edifício empresarial, construídos pela Vida Nova no sistema cooperativo. Fonte: Cooperativa Vida Nova.

No vídeo, Aprígio agradece aos cooperados já possuidores de moradia e emite uma mensagem àqueles que ainda não a têm: a cooperativa segue realizando buscas e consultas por terrenos disponíveis na região para a construção de conjuntos habitacionais. Afirmo que “se Deus quiser”, essas áreas serão encontradas, pois muita gente ainda precisa de sua casa própria. Nesse sentido, a associação entre casa e fé reforça a moradia como um sonho e não um direito, sem deixar de pontuar que o problema existe e a solução tem se dado por fora tanto do mercado como do poder público municipal. Por fim, reforça que o terreno precisa ser, no entanto, bem localizado.

Ao finalizar, Aprício enaltece sua posição de ator político importante na cidade, não apenas do ponto de vista urbano, como vimos acima, mas também do ponto de vista econômico. Ele registra que a cooperativa é a empresa que gera mais empregos e renda na cidade, contribuindo com a população, ao lhe propiciar melhores condições de vida, e com a Prefeitura, ao ser fonte importante de impostos. Divide, por fim, a história de Taboão entre antes e depois da Cooperativa Habitacional Vida Nova.

4.7.3 Análise do vídeo da entrega das senhas para Embu das Artes

O vídeo retrata o evento de entrega das senhas para a entrada no grupo de cooperados que terão direito a compra da sua casa própria no novo empreendimento da Cooperativa Habitacional Vida Nova que será implantado⁴³ na cidade de Embu das Artes, localizada na Região Metropolitana de São Paulo. A “cerimônia” é marcada por falas de orientação dos diretores da Cooperativa e discursos do Sr. Aprício, sobre o que é uma cooperativa e qual a relação de propriedade envolvida nela.

Chama atenção a gigantesca fila (figura 30), que revela o tamanho da demanda habitacional na região. Toda a entrada do empreendimento está lotada de pessoas, e a fila de carros ocupa duas faixas da alça de acesso da rodovia ao local da obra. A numeração das senhas indica números superiores a 7 mil cadastros.

⁴³ Identificamos que em fevereiro de 2020, Segundo informações da diretoria da cooperativa, das 54 torres que farão parte do empreendimento na cidade de Embudadas Artes, na Região Metropolitana de São Paulo, 7 já estão em fase de construção. A entrega das demais torres tem a previsão de mais 13 anos.



Figura 30: Fila de pessoas interessadas em fazer a adesão para o novo empreendimento que será implantado na cidade de Embu das Artes (SP). Fonte: Cooperativa Vida Nova.

A ausência de um controle eletrônico, ou de um sistema eletrônico de distribuição de senhas, indica, de um lado, um caráter mais democrático da distribuição, tendo em vista não filtrar por acesso a algum sistema eletrônico, e por outro um perfil mais tradicional, cuja imagem remete a mutirão ou mesmo a um comício eleitoral. O evento marca, ainda, os 20 anos da Cooperativa, e o número de 8.000 unidades habitacionais entregues.

Há constantes referências a Aprígio como idealizador do empreendimento, tendo em vista ter sido ele quem teve a ideia de transformar sonhos em realidade no que se refere ao acesso à casa própria. Novamente, vemos a construção da figura do Senhor Aprígio não como um empresário, mas como um homem público, um agente intermediador entre a população e a casa própria. O próprio Aprígio em determinados momentos participa da distribuição das senhas. Ele é a expressão e o responsável da conversão do sonho em realidade.

Ao mesmo tempo, se reforça o mito da casa própria, o desejo máximo de consumo das famílias brasileiras, a condição para uma sociabilidade plena, um acesso à cidadania e a própria construção familiar. Essa imagem invisibiliza a casa não apenas como direito social mas também até como mercadoria, pois

supostamente o negócio está situado abaixo dos preços de mercado, mas não necessariamente fora dele.

A expressão utilizada, novamente, é entregue, e não comercializada, o que situa a relação fora do âmbito da compra e venda de mercado, e mais próxima ao oferecimento de serviços públicos. Aprígio fala ao público, ressaltando que uma cooperativa não tem dono, e que, ao contrário, todos presentes devem se sentir donos dela.

A entrada dos novos cooperados marca o início do processo de auto financiamento dos empreendimentos habitacionais. Isso guarda uma infinidade de relações sociais, econômicas e políticas que estão envolvidas na construção das moradias, no acesso à casa própria, na produção social do espaço urbano e no processo de verticalização da cidade. Os números envolvidos (de senhas, de pessoas, de unidades habitacionais, de empreendimentos etc.) indicam que estamos diante de um fenômeno urbano, cujos atores, reconhecidos por meio de relações de confiança, são síntese da contradição entre o trabalho social e a apropriação individual.

O vídeo se encerra com o slogan “confiança se constrói com coragem e trabalho”, indicando que a importância das relações de confiança para o cooperativismo. Em outros vídeos e materiais institucionais, Aprígio argumenta que a burocracia no modelo de negócio do cooperativismo é mínima, e que não consulta a respeito da situação financeira do cooperado. Tudo se ampara em relações de confiança, o que novamente situa o negócio fora das relações de mercado e, confere um outro status a Aprígio, o de verdadeiro provedor das moradias.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao pensar o mundo contemporâneo a partir dos aspectos socioeconômicos formadores e transformadores do espaço urbano, para desenvolvimento da pesquisa da presente tese, realizamos um recorte inspirado no entendimento que o direito à cidade é mais coletivo do que individual, uma vez que a reinvenção da cidade possui uma importante dependência do exercício de um poder coletivo sobre o processo de urbanização.

Desta forma, analisando a organização da sociedade voltada à economia solidária, observa-se o agravamento do déficit habitacional e das restrições aos empréstimos bancários e financiamento estatal. Não por outra razão, as cooperativas habitacionais, a partir de 1990, emergiram como alternativa às principais políticas e programas governamentais, tornando-se um importante meio de produção de habitações sociais, em especial para famílias de baixa e média renda no Brasil.

Assim, buscamos analisar a produção cooperativada de moradias através do sistema de autofinanciamento e a influência das práticas neoliberais no desenvolvimento de suas atividades imobiliárias. A metodologia aplicada para desenvolvimento deste estudo, relaciona-se à formulação do próprio título. “De Vidas Secas a Vida Nova”, nos remete a um eixo de pesquisa, formado pela trajetória de José Aprígio da Silva, que migrou do interior de Alagoas para a metrópole paulistana, onde fundou e preside até hoje a Cooperativa Habitacional Vida Nova. Neste sentido, a trajetória de José Aprígio é síntese das transformações estruturais ocorridas no Brasil ao longo do século XX, que alteraram a forma de produção do espaço urbano.

O subtítulo do estudo, diz respeito à análise dos aspectos constituintes da função social das cooperativas habitacionais no Brasil, com seus entrelaçamentos ao sistema capitalista financeirizado, fornecendo um outro eixo de análise, que, relacionado ao primeiro, acabou por compor o fio condutor da pesquisa. A qual foi desenvolvida por meio da realização do

estudo de caso da Cooperativa Habitacional Vida Nova, localizada na cidade de Taboão da Serra, estado de São Paulo, considerada atualmente pelos seus fundadores, como “a maior cooperativa habitacional da América Latina”.

O trabalho recebeu como contribuição o levantamento da história de vida de José Aprígio da Silva, fundador e atual presidente da Vida Nova, que foi o primeiro de 18 irmãos a migrar a partir de 1973 da cidade alagoana Minador do Negrão, para a metrópole paulistana. Foram realizadas entrevistas com irmãos e demais membros da família, abordando principalmente os aspectos do processo migratório, iniciado, como alegado pelos entrevistados, por “uma necessidade de escapar da fome”, e que hoje, insere a família, já estabelecida e ramificada em São Paulo, em uma trajetória de ascensão social por atuação no mercado imobiliário, mais precisamente por meio do cooperativismo habitacional autofinanciado, suas regras, condições, contradições e relações com o processo de financeirização do sistema econômico brasileiro.

Realizou-se também pesquisas bibliográficas e documentais, principalmente com consultas à periódicos acadêmicos relacionados à história do cooperativismo habitacional brasileiro, bem como, ao processo e aspectos da financeirização da economia contemporânea. Essa financeirização alterou ainda mais radicalmente a lógica de produção do espaço urbano, aprofundando as desigualdades sociais, a crise da habitação e, com isso, aumentando as demandas por formas outras de produção da moradia, como o cooperativismo.

Com o desenvolvimento da pesquisa, foram observados indícios dos efeitos do campo do cooperativismo habitacional autofinanciado sobre seus atores. A Vida Nova acabou instituindo sob sua órbita uma espécie de Universo empresarial, com viés doutrinário cooperativista, submetido ao processo produtivo sob os olhares do mercado imobiliário. Neste sentido, refletimos, nessa Tese, sobre os efeitos desse processo de conversão de cooperativa em empresa, especialmente a partir do apelo dado à ideologia da casa própria, os empreendimentos construídos anexo aos condomínios habitacionais e,

especialmente, a intensa verticalização promovida, que reforça aspectos da cidade como mercadoria, como a segregação sócio espacial e as desigualdades urbanas.

Seus atores, atuando em diferentes papéis, cumprem de forma determinada a função de articuladores, submetidos a pressões, tensões, ou mesmo, contradições, inerentes ao campo do cooperativismo habitacional. Tais atores, em momentos atuam a favor, em outros contra, mas sempre em prol da manutenção e preservação do espírito da Vida Nova, representado simbolicamente, ora pela imagem do Sr. Aprígio, “o realizador de sonhos”, ora pela visão e voz firme do Mestre Val.

Enquanto articulações políticas são desenvolvidas, tanto pelo governo estadual, como pelo federal, visando a implementação de políticas públicas voltadas a atenuação dos efeitos do déficit habitacional, a Vida Nova segue seu caminho, mudanças recentes implementadas por instâncias estaduais e federais, como a redução do investimento em programas habitacionais e as novas regras do financiamento habitacional, certamente irão impactar não apenas no mercado imobiliário como um todo mas também na produção de moradias por via de cooperativas habitacionais. Este é um ponto que compõe nossa agenda futura de pesquisa

A demanda por moradia social, que os governos estadual e federal, não conseguem, historicamente, ao menos mitigar, a Vida Nova, ou melhor, este modelo de negócio atuando exclusivamente com o auto financiamento, também não apresenta números que demonstrem essa possibilidade.

A partir do cenário apresentado, identificou-se, que apesar dos objetivos sociais estruturantes do cooperativismo habitacional no Brasil, a pulsão pela mobilidade social leva seus atores, inseridos no sistema capitalista financeirizado, a desenvolverem ações dentro de um contexto estratégico voltado à acumulação, produzindo assim, conflitos e negociações, que se colocam na contramão da função social prevista para esta atividade. Contudo,

iniciativas como o sistema de cooperativas habitacionais, cumprem importante função social. O fornecimento de moradia a preço de custo, torna-se, para muitos, quase a única possibilidade de compra da casa própria.

Em uma das entrevistas e depois em visita ao canteiro de obras da Vida Nova em Embu das Artes, identificamos o interesse da direção da cooperativa, em lançar um empreendimento para o público de baixa renda. Ao perguntar sobre como agora essa possibilidade poderia ser viabilizada, fui informado que mudariam o sistema construtivo, passando para o chamado “bloco estrutural”. Tal possibilidade, nos abre uma oportunidade de pesquisa, que seria, acompanhar e analisar o comportamento dos agentes no campo do cooperativismo habitacional, vocacionados (vocação construída nos últimos 20 anos) para construções de empreendimentos com torres de até 30 andares, passarem para construções voltadas a um público com baixo valor aquisitivo. Este é, desde já, um tema que compõe a nossa agenda de pesquisa futura.

Podemos destacar, ainda, outros temas: os impactos dos condomínios residenciais da cooperativa sobre a mobilidade urbana, o custo de vida e as relações de sociabilidade de seu entorno; as distintas ideologias de produção urbana presentes nos membros da diretoria da Cooperativa; os efeitos da crise econômica inaugurada em 2015 sobre os programas habitacionais, a política urbana e o cooperativismo; os projetos de expansão da cooperativa para outras cidades da Região Metropolitana de São Paulo, no que acompanha transformações em curso produto e produtoras de novas escalas urbanas, como a Macrometrópole Paulista; análise de outras iniciativas habitacionais cooperativistas, em outros estados, de modo a averiguar as semelhanças estruturais e as especificidades regionais. São pontos que, em maior ou menor medida, apenas tangenciaram os objetivos desta Tese, mas que merecem, desde já, uma atenção específica e compõem, por isso, uma agenda futura de pesquisa.

Em síntese, esta Tese buscou realizar mediações teóricas. Mediações teóricas entre o macro e o micro social; entre a estrutura e o indivíduo; entre o direito à cidade e à segregação urbana; entre as múltiplas desigualdades

sociais que fazem a cidade e são também por ela produzidas. Também, entre enfoques teóricos distintos mas não antagônicos, capazes assim de articularem-se e produziram uma narrativa explicativa sobre os fenômenos analisados. Consideramos expressão desta aproximação teórica a utilização de conceitos e categorias próprios de Bourdieu para o estudo das questões urbanas e do cooperativismo habitacional. Essas aproximações se justificam na medida em que percebemos que os fenômenos urbanos, múltiplos e totalizantes que são, possuem, cada vez mais, dimensões inter disciplinares, com impactos decisivos sobre as condições de vida e as sociabilidades da população residente em áreas urbanas no Brasil.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACI, Aliança Cooperativa Internacional -. **Quem somos**. 2018. Disponível em: <<https://www.ica.coop/en>>. Acesso em: 26 fev. 2020.

ACRÓPOLE. São Paulo: Max Gruenwald & Cia /FAUUSP , n. 278, 1962. Mensal.

AGUIAR, Cristina Silveira; REIS, Carlos Nelson dos. As origens do cooperativismo e o contraponto aos males das metamorfoses do mundo do trabalho. **Sociedade em Debate**: Periódico da Escola de Serviço Social da Universidade Católica de Pelotas, Pelotas, v. 3, n. 8, p.149-185, dez. 2002. Quadrimestral. Disponível em: <<http://revistas.ucpel.edu.br/index.php/rsd/issue/view/47>>. Acesso em: 30 dez. 2019.

ARENDT, Hannah. **A condição humana**. 11. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010. 407 p.

AZEVEDO, Sérgio de; ANDRADE, Luís Aureliano Gama de. **Habitação e poder**: da Fundação da Casa Popular ao Banco Nacional da Habitação. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2011.

BANCO MUNDIAL, *Housing: Enabling Markets to Work* (Washington-DC, Banco Mundial, 1993).

BARBON, Ângela Luppi; D'OTTAVIANO, Camila; PASTERNAK, Suzana. **São Paulo 2000-2010: habitação e mercado imobiliário**. In: BÓGUS, Lúcia Maria Machado; PASTERNAK, Suzana. **São Paulo**: transformações na ordem urbana. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2015. Cap. 6. p. 193-231. (Estudos comparativos).

BARROS, José D'assunção. **Charles Fourier, os falanstérios e a crítica à civilização industrial**. RIPS: *Revista de Investigaciones Políticas y Sociológicas*, Santiago de Compostela, v. 15, n. 2, p.223-238, 23 dez. 2016. Semestral. Universidad de Santiago de Compostela. <http://dx.doi.org/10.15304/rips.15.2.2586>.

BECHO, Renato Lopes. **Elementos do direito cooperativo**. São Paulo: Dialética, 2002.

BOETTCHER, E. *Kooperation und Demokratie in der Wirtschaft*. Tübingen: J. C. B. Mohr, 1974.

BÓGUS, Lúcia; RAPOSO, Isabel; PASTERNAK, Suzana (orgs.). **Da Irregularidade Fundiária Urbana à Regularização: Análise Comparativa Portugal – Brasil**. São Paulo: EDUC, 2010, 456p.

BRASIL. Lei no 11.977, de 7 de julho de 2009. Dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida – PMCMV e a regularização fundiária de assentamentos localizados em áreas urbanas; altera o Decreto-Lei no 3.365, de 21 de junho de 1941, as Leis nos 4.380, de 21 de agosto de 1964, 6.015, de 31 de dezembro de 1973, 8.036, de 11 de maio de 1990, e 10.257, de 10 de julho de 2001, e a Medida Provisória no 2.197-43, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 2009.

BOLAFFI, Gabriel. **Habitação e urbanismo: o problema e o falso problema**. In: MARICATO, Ermínia (org.). *A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial*. São Paulo. Alfa-Ômega, 1979, p.37-70.

BONDUKI, Nabil. Do Projeto Moradia ao programa Minha Casa, Minha Vida: A crise econômica e a disposição do governo em dinamizar a construção civil atropelaram o Plano Nacional de Habitação. **Teoria e Debate**, São Paulo, v. 1, n. 82, p.1-10, 01 maio 2009. Mensal. Disponível em: <<https://teoriaedebate.org.br/2009/05/01/do-projeto-moradia-ao-programa-minha-casa-minha-vida/>>. Acesso em: 14 fev. 2020.

BORGES, Joamara Mota. **Políticas habitacionais, condições de moradia, identidade e subjetividade no Programa Minha Casa, Minha Vida em Águas Lindas de Goiás**. Dissertação (mestrado) - Universidade de Brasília, Instituto de Ciências Humanas, Departamento de Geografia, Programa de Pós - Graduação em Geografia, 2013.

_____. **Origens da habitação social no Brasil. Arquitetura moderna, lei do inquilinato e difusão da casa própria**. São Paulo: Estação Liberdade, 2011.

BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-claude. **A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino**. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 2013. 275 p.

_____. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010. 311 p.

_____. **Os usos sociais da ciência: Por uma sociologia clínica do campo científico**. São Paulo: Unesp, 2004. 86 p.

_____. **O senso prático**. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2009. 471 p.

_____. *Un arte medio: ensayo sobre los usos sociales de la fotografia*. Barcelona: Gustavo Gili Sa, 2003. 413 p.

BRASIL. Caixa Econômica Federal. Ministério da Economia. **Minha Casa Minha Vida - Habitação Urbana: a grande chance de o trabalhador urbano morar no que é seu**. 2020. Disponível em: <<http://www.caixa.gov.br/voce/habitacao/minha-casa-minha-vida/urbana/Paginas/default.aspx>>. Acesso em: 16 fev. 2020.

_____. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/basedalegislacao/federal>>. Acesso em: 24 fev. 2020.

_____. Decreto nº. 979, de 06 de janeiro de 1903. **Faculta aos profissionais da agricultura e industrias rurais a organização de sindicatos para defesa de seus interesses**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/Antigos/D0979.htm>. Acesso em: 24 fev.2020.

_____. Decreto nº. 1.637, de 05 de janeiro de 1907. **Cria sindicatos profissionais e sociedades cooperativas**. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1900-1909/decreto-1637-5-janeiro-1907-582195-publicacaooriginal-104950-pl.html>>. Acesso em: 24 fev.2020.

_____. Decreto nº. 2.271, de 07 de julho de 1997. **Dispõe sobre a contratação de serviços pela administração publica federal direta, autárquica e fundacional e dá outras providencias**. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/basedalegislacao/federal>>. Acesso em: 24 fev.2020.

_____. Decreto nº. 3.048, de 06 de maio de 1999. **Aprova o Regulamento da Previdência Social e dá outras providências**. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/basedalegislacao/federal>>. Acesso em: 24 fev.2020.

_____. **Lei de Responsabilidade Fiscal: um guia legislativo para as finanças públicas, o orçamento e a prestação de contas**/organizado por José Guilherme Soares Filho. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

_____. Lei Federal nº. 5.764, de 16 de dezembro de 1971. **Define a política nacional do cooperativismo, institui o regime jurídico das sociedades cooperativas, e dá outras providências**. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/basedalegislacao/federal>>. Acesso em: 24 fev.2020.

_____. Lei Federal nº 6.439, de 1º de Setembro de 1977: **Institui o sistema Nacional de Previdência e Assistência Social e dá outras providências**. Brasília, DF, 01 set. 1977. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6439.htm>. Acesso em: 16 fev. 2020.

_____. Lei Federal nº. 8.212, de 24 de julho de 1991. **Dispõe sobre a organização da seguridade social, institui plano de custeio, e dá outras providências**. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/basedalegislacao/federal>>. Acesso em: 23 fev. 2020.

_____. Lei Federal no. 8.213, de 24 de julho de 1991. **Dispõe sobre os planos de benefícios da previdência social e dá outras providências**. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/basedalegislacao/federal>>. Acesso em: 23 fev. 2020.

_____. Lei Federal no. 10.666, de 08 de maio de 2003. **Dispõe sobre a concessão da aposentadoria especial ao cooperado de cooperativa de trabalho ou de produção e dá outras providências**. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/basedalegislacao/federal>>. Acesso em: 23 fev. 2020.

BRITO, Fausto. As Migrações Internas no Brasil: Um ensaio sobre os desafios teóricos recentes. Textos Para Discussão Nº 366. Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar, 2009.

BRUNA, Gilda Collet. Urbanização e Regularização de Loteamentos e Habitações. In BÓGUS, Lúcia; RAPOSO, Isabel; PASTERNAK, Suzana (orgs.). **Da Irregularidade Fundiária Urbana à Regularização: Análise Comparativa Portugal – Brasil**. São Paulo: EDUC, 2010, p. 359-380.

BULGARELLI, Waldírio. **As sociedades cooperativas e sua disciplina jurídica**. Rio de Janeiro: Renovar, 1998.

CARNOY, Martin. **Estado e Teoria Política**. 6a ed. Campinas, SP: Papirus, 2000, 339p.

CARDOSO, Adauto Lúcio. **Direito à moradia e direito à cidade**. In: SANTOS JÚNIOR, Orlando Alves et al. Políticas públicas e direito à cidade: programa interdisciplinar de formação de agentes sociais e conselheiros municipais. Rio de Janeiro, 2011.

CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira. **Empreiteiros e imprensa: a atuação dos empresários da construção pesada junto aos veículos de comunicação antes e durante a ditadura civil-militar brasileira (1964-**

1988). Revista de História, [s.l.], n. 177, p.01-22, 3 maio 2018. Universidade de São Paulo Sistema Integrado de Bibliotecas - SIBiUSP. <http://dx.doi.org/10.11606/issn.2316-9141.rh.2018.128512>.

CARNEIRO, Ricardo; SOUZA, José Moreira de. **Moradia popular e política pública na região metropolitana de Belo Horizonte: revisitando a questão do déficit habitacional**. In: FAHEL, M.; NEVES, J. A. B. (Org.). Gestão e avaliação de políticas sociais no Brasil. 1 ed. Belo Horizonte: PUC Minas, 2007, p.361-418.

CARRARO, André; FONSECA, Pedro Cezar Dutra. **O desenvolvimento econômico no primeiro Governo de Vargas (1930-1945)**. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA ECONÔMICA, 5, 2003, Caxambu. Anais eletrônicos Disponível em <http://www.abphe.org.br/congresso2003/Textos/Abphe_2003_53.pdf>. Acesso em: 05 fev.2020.

CARVALHO, Mônica de; BÓGUS, Lúcia Maria Machado; PASTERNAK, Suzana; GAGLIARDI. **Desindustrialização: Consequências para o mercado de trabalho da Zona Leste**. In: OLIVEIRA, Ana Cláudia; JUNQUEIRA, Maria Aparecida; WANDERLEY, Mariangela Belfiore (Eds). Constelações Urbanas: Territorialidades, fluxos, manifestações estético-políticas. São Paulo: EDUC, 2018, 364p.

_____. **Cidade global: anotações críticas sobre um conceito**. In: São Paulo em perspectiva, v. 14, ed. 4, 2000. P. 70 – 82.

_____; GAGLIARDI, Clarissa Maria Rosa (Org). **Megaprojetos, megaeventos, megalópole: a produção de uma nova centralidade em São Paulo**. São Paulo: Editora Olha d'Água, 2015. Disponível em: <http://www3.eca.usp.br/sites/default/files/form/biblioteca/acervo/producao-academica/002691177.pdf> . Acesso em Dezembro 2019.

CASTELLS, Manuel. **The city and the Grassroots: A Cross-Cultural Theory of Urban Social Movements**. University of California Press. Berkeley, 1983.

CASTELO, Dora Bussab. **Cooperativas Habitacionais: e algumas considerações sobre Associações**. Revista de Direito Imobiliário, São Paulo, v. 46, p.134-182, 22 jun. 1999. Semestral.

CASTRO, Amanda. Minha Casa Minha Vida em crise?: Programa sofre severos cortes de verba. **Terra: Economia**. São Paulo, p. 1-2. 20 fev. 2020.

Disponível em: <https://fdr.com.br/2020/02/20/minha-casa-minha-vida-em-crise-programa-sofre-severos-cortes-de-verba/>. Acesso em: 21 fev. 2020.

COOPERATIVA HABITACIONAL VIDA NOVA (São Paulo). **A cooperativa**. Disponível em: <http://www.coophabitacionalvidanova.com/>. Acesso em: 10 maio 2018.

COPAC. **Committee for the Promotion and Advancement of Cooperatives**. 2020. Disponível em: <http://www.copac.coop/about/>. Acesso em: 26 fev. 2020.

DELSAUT, Yvette. **Entrevista de Pierre Bourdieu com Yvette Delsaut: sobre o espírito da pesquisa**. Tempo Social, [s.l.], v. 17, n. 1, p.175-210, jun. 2005. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0103-20702005000100008>. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20702005000100008&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt. Acesso em: 01 maio 2018.

DESLANDES, Suely Ferreira. **O projeto de pesquisa como exercício científico e artesanato intelectual**. In: DESLANDES, Suely Ferreira; GOMES, Romeu; MINAYO, Cecília de Souza. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 28. ed. Petrópolis: Vozes, 2009. p. 31-60.

DOMINGUES, Eduardo Garcia Ribeiro Lopes. **Moradia não é mercadoria**. In: Revisto de Direito da Cidade. V. 5, n. 1. 2013.

ECOSOC. **Economic and Social Council**. 2020. Disponível em: <https://www.un.org/ecosoc/en/about-us>. Acesso em: 26 fev. 2020.

EMBRAESP. Informativos Imobiliários – Relatórios Anuais de 1993 a 1997.

EMPLASA, Empresa Paulista de Planejamento Metropolitano S/A. **Plano de Ação da Macrometrópole 2013 – 2040**, 2013.

ENCREVÉ, Pierre; LAGRAVE, Rose-Marie (Org.). **Trabalhar com Bourdieu**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005. 364 p. Tradução de Karina Jannini.

ENGELS, Friedrich. **Contribuição ao problema da habitação**. In: MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. Textos. São Paulo: Alfa-Ômega, 1976. v. 2, p. 39-116.

FAO. **Food and Agriculture Organization**. 2020. Disponível em: <http://www.fao.org/about/en/>. Acesso em: 26 fev. 2020.

FIGUEIREDO, Ronise de Magalhães. **Dicionário prático de cooperativismo**. Belo Horizonte: Mandamentos, 2000, 224p.

FIX, Mariana de Azevedo Barretto, Financeirização e transformações recentes no circuito imobiliário no Brasil (Tese de doutorado em Desenvolvimento Econômico, Campinas, IE-Unicamp, 2011).

FOURIER, Charles. **El Falanstério**: textos selecionados de Charles Fourier. Buenos Aires: *Ediciones Godot* Argentina, 2008. 159 p. Tradução Jorge Luis Caputo.

FRANKE, Walmor. **Direito das sociedades cooperativas**. São Paulo: Saraiva, 1973.

FRÚGOLI Jr., Heitor. **Centralidade em São Paulo: Trajetórias, conflitos e negociações na metrópole**. São Paulo: Cortez, Editora da Universidade de São Paulo, 2000.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO/CENTRO DE ESTATÍSTICA E INFORMAÇÕES (FJP/CEI). Déficit habitacional no Brasil. 2.ed. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro/Centro de Estatística e Informações, 2005.

Fundação João Pinheiro. Déficit Habitacional no Brasil: Resultados Preliminares 2015. Serie Estatísticas e Informações Nº3. Belo Horizonte, 2017. Acesso em: Junho de 2019. Disponível em: <http://fjp.mg.gov.br/index.php/docman/direi-2018/estatistica-e-informacoes/794-3-estatisticas-a-informacoes-deficit-habitacional-no-brasil-site/file>

GARZON, Carlos Uribe. 1995. **La Alianza Cooperativa Internacional**, 1895-1995. Santa Fé de Bogotá, Copdesarrollo.

_____. 1999. **La Formación del Educador Cooperativo**. Mexico, Confederación Mexicana de Cajas Populares / Imprenta Ambris.

GIGLIO, E. M., GAMBA, J. R. Análise de cooperativas habitacionais a partir dos fatores estruturantes da sociedade em rede. REGE, São Paulo – SP, Brasil, v. 22, n. 1, p. 3-19, jan./mar. 2015.

HARVEY, D. Cidades rebeldes: do direito a cidade à revolução urbana. São Paulo: Martins Fontes, 2014. 294 p.

_____. **O Direito à Cidade**. In: Revista Piauí, ed. 82, Julho de 2013. Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/materia/o-direito-a-cidade/> Acesso em: Janeiro de 2020.

_____. O trabalho, o capital e o conflito de classes em torno do ambiente construído nas sociedades avançadas. Espaço & Debates, São Paulo, n. 6, p. 6-35., 1982.

HIDALGO, R. *Continuidad y cambio em um siglo de vivienda social em Chile (1892-1998): Reflexiones a partir del caso de la ciudad de Santiago*. Revista de Geografia Norte Grande, No 26. Santiago de Chile, 1999.

HUGON, Paul. **Historias das doutrinas econômicas**. 14. ed. São Paulo: Atlas, 1984. 432 p.

IBGE. **Cidades@**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br>. Acesso em: 22 fev. 2020.

ILO. **International Labour Organization**. 2020. Disponível em: <http://www.fao.org/about/en/>. Acesso em: 26 fev. 2020.

LAHIRE, Bernard. Campo. In: CATANI, Afrânio Mendes et al (Org.). **Vocabulário Bourdieu**. Belo Horizonte: Autêntica, 2017. p. 64-66.
LEFEBVRE, Henri. La production de l'espace. Paris: Éditions Anthropos, 1974. 485 p.

LEFEBVRE, Henri. O direito a cidade. 5. ed. São Paulo: Centauro, 2008. 143 p.
LEMOS, Carlos A. C.. Os primeiros cortiços paulistanos. In: SAMPAIO, Maria Ruth Amaral de. **Habitação e cidade**. São Paulo: Fauusp, 1998. Cap. 1. p. 9-38.

LENCIONI, S. **Urbanização difusa e a constituição de megarregiões. O caso de São Paulo - Rio de Janeiro**. In: E-metropolis (Revista Eletrônica de Estudos Urbanos e Regionais), p 7-15. 2015. Disponível em: <http://emetropolis.net/artigo/167?name=urbanizacao-difusa-e-a-constituicao-de-megarregioes-o-caso-de-sao-paulo-rio-de-janeiro>. Acesso em Janeiro de 2020.

LÉVI-STRAUSS, C. Aula inaugural. In ZALUAR, A. (org.). **Desvendando máscaras sociais**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1975, p.211-244.

LUZ FILHO, Fábio. **Teoria e Prática das Sociedades Cooperativas**. 5a ed. Rio de Janeiro: Irmãos Pongetti, 1961, 563p.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. **De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana**. Revista Brasileira de Ciências Sociais. 2002, vol.17, n.49, pp.11-29. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-69092002000200002&script=sci_abstract&tlng=pt

MALLOY, James M. **A política de previdência social: participação e paternalismo**. Dados, Rio de Janeiro, n. 13, p. 93-115. 1976.

_____. **Previdência social e a classe operária no Brasil**. Estudos CEBRAP. São Paulo, n. 15, p. 115-131, jan./mar. 1976.

_____. **Política de Previdência Social no Brasil**. Rio de Janeiro: Graal, 1986.

MARX, K. **O capital: crítica da economia política**. 2. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985. v. I .

MARICATO, Ermínia. Loteamentos Clandestinos. In: BÓGUS, Lúcia; RAPOSO, Isabel; PASTERNAK, Suzana (orgs.). **Da Irregularidade Fundiária Urbana à Regularização: Análise Comparativa Portugal – Brasil**. São Paulo: EDUC, 2010, p. 193-200.

MASSEY, D. **Residential segregation of Spanish Americans in United States urbanized areas**. Demography, n.º 4, 1979.

MINVU, Ministerio de Vivienda y Urbanismo. **Historia do MINVU**. Disponível em: <<https://www.minvu.cl/sobre-minvu/historia/>>. Acesso em: 10 fev. 2020.

MORAIS, Maria Cristina de. **Cooperativa habitacional autofinanciável :uma alternativa de mercado à escassez de financiamento**. 2004. 344 f. Dissertação (Mestrado em Conforto no Ambiente Construído; Forma Urbana e Habitação) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2004.

NASCIMENTO, Carlos Valder do. **Teoria geral dos atos cooperativos**. São Paulo: Malheiros, 2007.

NASCIMENTO, Denise Morado; BRAGA, Raquel Carvalho de Queiroz. Déficit habitacional: um problema a ser resolvido ou uma lição a ser aprendida?. **Risco**: Revista de Pesquisa em Arquitetura e Urbanismo (Online), [s.l.], n. 9, p.98-109, 1 jan. 2009. Universidade de São Paulo Sistema Integrado de Bibliotecas - SIBiUSP. <http://dx.doi.org/10.11606/issn.1984-4506.v0i9p98-109>.

OCB, Sistema (Org.). **Anuário do cooperativismo brasileiro**. Distrito Federal: Sistema OCB, 2019. 121 p.

OLIVEIRA, Jaime A. de Araújo e TEIXEIRA, Sônia M. Fleury. **Previdência Social: 60 anos de história da Previdência no Brasil**. Petrópolis: Vozes/ABRASCO, 1996.

OLIVEIRA, José Teixeira de. **História do estado do Espírito Santo**. Vitória : Fundo Cultural do Espírito Santo, 1975.

OLIVEIRA, Nestor Braz de. **Cooperativismo: guia prático**. Porto Alegre: Fundação para o Desenvolvimento de Recursos Humanos, 1979, 273p.

OLIVEIRA, Rita de Cássia Alves. Apresentação. In: MATHIAS, Ronald. **Antropologia visual: diferença, imagem e crítica**. São Paulo: Nova Alexandria, 2016. p. 9-14.

PACKER, Amilcar Douglas. **A cooperativa e o código civil de 2002**: Um estudo sobre a natureza jurídica das cooperativas e a confusão causada no Código Civil de 2002. 2015. Disponível em: <<https://packer.jusbrasil.com.br/artigos/181880272/a-cooperativa-e-o-codigo-civil-de-2002>>. Acesso em: 26 fev. 2020.

PARK, R. **On Social Control and Collective Behavior**, Chicago, Chicago University Press, 1967.

PASTERNAK, Suzana; BÓGUS, Lúcia. **São Paulo: Transformações na Ordem Urbana**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2015.

PATTO, Maria Helena Souza. O mundo coberto de penas Família e utopia em Vidas secas. Estudos Avançados, [s.l.], v. 26, n. 76, p.225-236, dez. 2012. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0103-40142012000300022>.

PAULANI, Leda Maria, “**O Brasil na crise da acumulação financeirizada**”, IV *Encuentro Internacional de Economía Política y Derechos Humanos*, 2010, Disponível em: <www.madres.org/documentos/doc20100924143515.pdf>. Acesso em: 13/01/2020.

PCF, Portal do Cooperativismo Financeiro. **OCB moderniza ramos do cooperativismo**. 2019. Disponível em: <https://cooperativismodecredito.coop.br/2019/04/ocb-moderniza-ramos-do-cooperativismo/>. Acesso em: 20 fev. 2020.

PEREIRA, P. C. X. **Agentes imobiliários e reestruturação: interesses e conflitos na construção da cidade contemporânea**. In: PEREIRA, P. C. X. (Org.). *Negócios imobiliários e transformações socioterritoriais em cidades da América Latina*. São Paulo: FAUSP, 2011.

PERIUS, Vergílio Frederico. **Cooperativismo e lei**. São Leopoldo: Unisinos, 2001.

_____. **Das sociedades cooperativas**. In: KRUEGER, Guilherme; MIRANDA, André Branco de (Coords.). *Comentários à legislação das sociedades cooperativas*. Belo Horizonte: Mandamentos, 2007.

PERUZZO, D. **Habitação: controle e espoliação**. São Paulo: Cortez, 1984.

PINHO, Diva Benevides. **O Cooperativismo no Brasil: da vertente pioneira à vertente solidária**. São Paulo: Saraiva, 2004. 357 p.

_____. **Economia e cooperativismo**. São Paulo: Saraiva, 1977. 177 p.

PUENTE, Antonio Salinas. **Derecho cooperativo**. México, 1954.

RECH, D. **Cooperativas: uma alternativa de organização popular**. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

PINTO, Álvaro Vieira. **El Pensamiento Crítico en Demografía**. Santiago de Chile: CELADE, 1973. 457p.

PORCIONATO, Gabriela Lanza. **O mercado habitacional a partir do Programa Minha Casa Minha Vida**. *Boletim Regional, Urbano e Ambiental*, São Paulo, v. 17, n. 17, p.111-118, 10 nov. 2017. Semestral. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/boletim_regional/171110_brua_17_Ensaio11.pdf>. Acesso em: 15 fev. 2020.

REBONATTO, Carlos Alberto Trindade. **A Cooperação e o Cooperativismo: retrospecto histórico, classificação e natureza jurídica das cooperativas**, In *Revista Perspectiva Econômica* Ano XIX, nº 51, 1985, p. 9-52.

REVISTA PEGN (São Paulo) (Ed.). **Retrospectiva: veja o que aconteceu na economia em 2016**. 2016. Disponível em: <<https://revistapegn.globo.com/Negocios/noticia/2016/12/retrospectiva-veja-o-que-aconteceu-na-economia-em-2016.html>>. Acesso em: 10 out. 2018.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro: A formação e o sentido do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. 482 p.

RIBEIRO, Luiz Cezar de Queiroz. **Espaço urbano, mercado de terras e produção da habitação**. In: SILVA, L. A. M. da (Org.). Solo Urbano: tópicos sobre o uso da terra. Rio de Janeiro: Zahar, 1982. p. 29-47.

_____.; AZEVEDO, Sérgio. A produção de moradia nas grandes cidades: dinâmicas e impasses. In: RIBEIRO, Luiz Cezar de Queiroz; AZEVEDO, Sérgio de. **A crise da moradia nas cidades: da questão da habitação à reforma urbana**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1996. Cap. 1. p. 13-32.

_____. **Segregação Residencial e Políticas Públicas: Análise do espaço social da cidade na gestão do território**. In: Revista Cidades - Comunidades e Territórios. Jun. 2003, n.º 6, pp. 33-50. Disponível em: https://repositorio.iscte-iul.pt/bitstream/10071/3406/1/Cidades2003-6_Ribeiro.pdf . Acesso em Janeiro de 2020.

ROLNIK et al. **“Como atingidos por PPPs no centro de São Paulo perderam suas casas”**. In: ROLNIK, R. e LINS, R. (orgs.). Observatório de remoções – Relatório 2017-2018. São Paulo, FAUUSP, 2018.

ROLNIK, Raquel. **Guerra do lugares: a colonização da terra na era das finanças**. São Paulo: Boitempo, 2016. 730 p.

SABATINI, F. **Tendencias de la segregación residencial urbana en Latinoamérica: reflexiones a partir del caso de Santiago de Chile**, In: Seminário “Latin America: Democracy, markets and equity at the Thresfold of New Millenium”, Universidad de Upsala, Suécia, 1 a l 3 de septiembre. 1999.

SANTOS, Milton. **O espaço do cidadão**. 7. ed. São Paulo: Edusp, 2014. 169 p.

SANTOS, C. H. M. **Políticas Federais de Habitação no Brasil: 1964/1998**. Brasília: Ipea, 1999. (Texto para discussão nº 654). Disponível em: http://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/TDs/td_0654.pdf. Acesso em: 04 de abril de 2018.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. **Cidadania e justiça: a política social na ordem brasileira**. Rio de Janeiro: Campus, 1979. 135 p.

SAUSSURE, Ferdinand de. **Curso de linguística geral**. 28. ed. São Paulo: Cultrix, 2012. 312 p.

SCHNEIDER, José Odelso. **Democracia, participação e autonomia cooperativada**. 2. ed. São Leopoldo: UNISINOS, 1999.

_____; HENDGES, Margot. **Educação e capacitação cooperativa: sua importância e aplicação**. ESAC Economia Solidária e Ação Cooperativa, Porto Alegre, v. 1, n. 1, p.33-48, dez. 2006. Semestral.

SHIMBO, Lúcia Zanin. **Habitação Social, Habitação de Mercado: a confluência entre Estado, empresas construtoras e capital financeiro**. 2010. 361 f. Tese (Doutorado) - Curso de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Carlos, 2010.

SILVA, Ademir Alves da. **Política Social e Cooperativas Habitacionais**. São Paulo: Cortez, 1992. 135 p.

SILVA, Armando. **Imaginários urbanos**. São Paulo: Perspectiva, 2011. 247 p.

SILVA, De Placido e. **Vocabulário jurídico**. Atualizadores Nagib Slaibi Filho e Glaucia Carvalho. Rio de Janeiro: Forense, 2006.

SILVA, Rodrigo Arlindo dos Santos. **O cooperativismo autogestionário na produção da habitação popular**. 2009. 112 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Arquitetura, Escola de Arquitetura, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2009.

SINGER, Paul. **Economia Política da Urbanização**. São Paulo: Contexto, 2002, 154p.

TESCH, Walter. **Dicionário básico do cooperativismo**. São Paulo: Walter Tesch, 2000. 299 p.

TEXTO PARA DISCUSSÃO. **A dívida da União com a Previdência Social: uma perspectiva histórica**. Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA, v. 0638, abr. 1999. Variável. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_0638.pdf>. Acesso em: 16 fev. 2020.

United Nations. Department of Economic and Social Affairs, Population Division (2019). **World Urbanization Prospects: The 2018 Revision** (ST/ESA/SER.A/420). New York: United Nations.

United Nations. **World Urbanization Prospects 2018**. 2108. Disponível em: <<https://population.un.org/wup/>>. Acesso em: 09 jan. 2020.

URQUIJO, Laura Tereza Gómez. ***La alianza cooperativa internacional, su desarrollo como institución y, en especial, como instrumento transformador de la sociedad***. 1997. Tese (Doutorado) - Curso de *Derecho*, Universidad de Deusto, Bilbao, 1997, 359 p.

VAZ, Lilian Fessler. Do cortiço a favela: um lado obscuro da modernização do Rio de Janeiro. In: SAMPAIO, Maria Ruth Amaral de. **Habitação e cidade**. São Paulo: FAUUSP, 1998. Cap. 2. p. 39-52.

VÉRAS, Maura Pardini Bicudo. **Tempo e espaço na metrópole: breves reflexões sobre assincronias urbanas**. São Paulo Perspectiva, São Paulo, v. 15, n. 1, p. 3-12, Jan. 2001.

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-

_____. **Hexapolis: desigualdade e rupturas sociais em metrópoles contemporânea**. São Paulo, Paris, Nova Iorque, Varsóvia, Abidjan, Antananarivo. São Paulo: EDUC, 2004. 258 p.

_____. Novos Nômades Urbanos na Cidade Contemporânea: Desigualdade e Exclusão Sociais em São Paulo. In: SILVA, Ana Amélia da; CHAIA, Miguel (Orgs.). **Sociedade, Cultura e Política: Ensaios Críticos**. São Paulo: EDUC, 2004. Pg. 323-367.

_____. Os impasses da crise habitacional em São Paulo ou os nômades urbanos no limiar do século XXI. **Revista São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 1, n. 1, p.40-58, abr. 1987. Semestral.

VIANNA, Claudia Salles Vilela; FARACE, Mauricio Ferraresi. **Manual prático das sociedades cooperativas**. São Paulo: LTr, 1999.

VILAÇA, Flávio. **Espaço intra-urbano no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Studio Nobel: Fapesp: Lincoln Institute, 2001. 373 p.

_____. **Espaço intra-urbano no Brasil**. São Paulo: Studio Nobel, Fapesp, Lincoln Institute, 2009.

_____. **O que todo cidadão precisa saber sobre habitação**. São Paulo: Global, 1986. 122 p.

WESTPHAL, Vera Herweg. Os sistemas cooperativistas brasileiro e alemão: aspectos comparativos. **Revista de Contabilidade e Organizações**, São Paulo, v. 4, n. 2, p.40-54, 05 dez. 2008. Quadrimestral.

WACQUANT, Loic. Habitus. In: CATANI, Afrânio Mendes et al (Org.). **Vocabulário Bourdieu**. Belo Horizonte: Autêntica, 2017. Cap. 106. p. 213-216.

WAKULICZ, Gilberto; OLIVEIRA FILHO, João Telmo de. **Legislação cooperativista**. Santa Maria: Universidade Federal de Santa Maria, 2015. 83 p.

WUNENBURGER, Jean-jacques. **O imaginário**. São Paulo: Loyola, 2007. 103 p.

APÊNDICE A

Transcrição da primeira entrevista com José Aprício da Silva realizada em 20/07/2018

P: Sr. Aprício que lembranças têm da sua terra natal ?

R: Era o ano mais seco, acho que de toda década de “2020...sei lá de 1820” pra cá. Era seco, o pessoal corria para não morrer de fome. E foi assim que eu também fiz. Ai quando eu cheguei aqui o que eu tive que fazer para ajudar também a minha mãe e os que estavam lá para sobreviver? O que eu fiz foi: mandar dinheiro para o primeiro que ia ficando de maior vir. Quase todos os irmão nossos vieram assim.

O meu pai faleceu, minha mãe ficou sozinha, dai agente tinha que cuidar dela daqui. Eu tinha 18 anos, vim, depois tinha o outro meu irmão que completou 18 anos, e com o meu dinheiro que ganhava do meu salario mandei para ele vir, ele veio, ai quando ele chegou aqui eu e ele já mandamos para o outro vir, quando estávamos em três, ajuntava os três ai mandamos pra vir o outro.

E assim, todos os nossos irmãos vieram para cá porque lá não tinha condição de vida, e não tinha como vir também, não tinha dinheiro para pagar a passagem. E ai o que que aconteceu? Começou a chegar muita gente, e esse pessoal vinha para cá de lá e eu era quem tinha que arrumar emprego para os caras. Eu começava a arrumar emprego para eles, aonde tinha vaga de trabalho eu ia arrumando, as vezes eu perdia o dia de serviço na empresa, eu tinha que pagar condução para eles.

Tinha que pagar para tirar documentos pra eles, para arrumarem uma colocação, e dai eu pensei: acho que se eu abrir uma empresa fica melhor, porque eu mesmo vou dando serviço para eles, né? Acabei abrindo uma empresa de construção civil, e nessa empresa eles viam e já começavam a trabalhar comigo.

P: Qual era o nome da empresa?

R: Antes era Silvalar, na verdade primeiro eu fiz um bar mercearia, depois do bar mercearia eu abri a empreiteira de construção civil, que era a Silvalar, aí depois da Silvalar cresceu um pouquinho aí veio um sócio, uma empresa que eu trabalhava em uma construtora e o engenheiro chegou a falar para mim: Olha vamos abrir uma empresa para trabalhar de sócio, eu falei que não iria abrir naquele momento não. Eu disse para ele uma coisa: Você fica na empresa que você está, eu fico com a minha empreiteira, vou tocando o meu trabalho, quando e se aparecer algum serviço, nós vamos pegando, você vai ajudando um pouco, eu vou ajudando um pouco aí vamos fazer essa empresa já ter algum serviço.

Quando abrimos a Braspam, aí nós já tínhamos um dinheiro para comprar um telefone, que naquela época era R\$ 5.000,00, já tínhamos dinheiro para comprarmos um caminhãozinho. Com essa empresa eu parei com a Silvalar.

Aí eu falei para o meu sócio: vamos abrir uma cooperativa? Isso foi mais ou menos em 1988, no governo Sarney, nós tínhamos inflação de 80% ao mês. A pessoa comprava pela manhã e no mês seguinte já perdia o apartamento. Aí eu pensei, se eu fizer a preço de custo eu acho que vou ajudar a essas pessoas a ter o seu apartamento e por um preço justo. Aí que veio a ideia da cooperativa.

P: Como surgiu essa ideia?

R: Primeiro eu pensei não em abrir uma cooperativa, mas em falar com a prefeitura, eu tenho uma carta guardada até hoje, e eu fazer um projeto para terrenos da prefeitura. Ou seja, construir a preço de custo em terreno da prefeitura, com o apoio da prefeitura.

P: Neste momento começa a sua relação com o poder público municipal, como foi?

R: Na época era vice-prefeito esse que está hoje, eu apresentei o projeto para ele que disse: que projeto ótimo, esse é um projeto que se eu ganhar a eleição nós vamos fazer. Eu falei: tá bom?

Quando ele ganhou a eleição , eu o procurei e ele falou: "...não a prefeitura não tem dinheiro, não tem terreno, vai ser difícil fazer esse projeto". Eu pensei então, como eu tinha conversado com o pessoal dizendo que podia ser um empreendimento a preço de custo com financiamento pela prefeitura, em terrenos doados pela prefeitura, e tinha um outro projeto que era para eu construir com mutirão (5:32) e um outro que era eu formar uma construtora, nem pensei inicialmente em cooperativa. Queria construir a preço de custo, com os moradores, cada um pagando um pouco.

Quando o prefeito disse "não dá", ai eu chamei o pessoal e falei que o prefeito não queria mais dar o apoio, nem conversar mais sobre esse tema, eu então sugeri para fazermos como cooperativa. Dava R\$ 147,00 por mês , nós compramos o terreno e começamos a construir, ai eles toparam.

Assim, eu comprei o primeiro terreno, fiz a primeira assembleia, comprei o primeiro terreno, neste momento não fiquei nem com a empresa anterior, nem com o engenheiro. Ele falou que queria ser sócio de uma empresa, e disse que o que eu estava querendo fazer era uma instituição de caridade e ele não queria fazer esse tipo de negócio. Ai eu falei, então tá bom, mas eu vou fazer.

Todos da família vieram para a cooperativa comigo, mas para falar a verdade a maioria dos meus parentes não acreditavam na cooperativa , nem muitos irmãos, a maioria não sabia nem o que era (disse Elias no fundo, acompanhando a entrevista). A maioria falava que era um sonho bobo que eu tinha, que não dava certo. Para falar a verdade mesmo, uma vez eu fui falar isso na casa do Tonho (irmão mais velho que veio para são Paulo depois do Aprígio), eu fui convidar ele para agente fazer a cooperativa, ele me deu um banho de água gelada tão grande, que eu sai chorando da casa dele, nem ele,

nem minha mulher perceberam, mas eu peguei o carro e sai dirigindo o carro chorando. Isso, porque eu estava certo do sucesso da cooperativa, assim como, também era certo para mim o apoio do Tonho.

P: Como foi, depois de uma decepção forte como essa ainda encontrar animo para prosseguir enfrente?

R: Acho que foi a minha certeza que aquilo ia dar certo. Só Deus sabe da onde eu tirei força para continuar com a ideia. Hoje eu não faria mais isso. Tudo aconteceu porque foi coisa de Deus, porque por mim...

Hoje eu não teria coragem de começar do zero.

Para você colocar uma faixa como eu fazia, colocar uma faixa na rua e dizer: vende-se apartamento e o cara chegar e falar: e aonde é o apartamento? Ai eu falava: não sei aonde é ainda, você é que vai escolher, pode ser em qualquer lugar, aí o cara falava: conta outra... você me chama para comprar um apartamento e me diz que eu vou escolher o lugar do que eu quero morar... o que que é isso? Aí eu explicava sobre a cooperativa, sobre todos os procedimento, que íamos fazer uma assembleia, íamos escolher três terrenos e os cooperados que iriam dizer se o terreno era bom ou ruim, se queriam ou não.

P: Você tinha advogados que te davam assessoria?

R: Tinha nada, eu achei um modelo de contrato de uma empresa da zona leste, de uma associação, enfim, tudo se copia, vi que o modelo de contrato servia para nossa cooperativa, copiei, melhorei algumas coisas e pronto.

P: Agora com o sucesso reconhecido por todos, para aonde vai a Vida Nova, como você vê a Vida Nova lá para frente, qual o caminho dela?

R: Eu vejo, se Deus quiser, no ano que vem, a vida nova começando mais cinco mil apartamentos. Eu não vejo o fim da cooperativa, muito pelo contrário,

enquanto tiver gente precisando de moradia, e agente tiver força para irmos construindo, a ideia é continuarmos.

Eu vou começar agora, já conversei com o governador Márcio França (10:39), porque o Estado possui uma área muito grande aqui em São Paulo, da polícia militar, uma área de mais de 600 mil m², o objetivo é que eles doem o terreno, e pelo sistema de cooperativa, financiar mais 50% da prestação para os policiais, ou seja, o policial paga 50% da prestação, e com isso nós vamos construir apartamentos para policiais civis e militares e para os agentes administrativos.

P: Como surgiu a ideia de entrar para política?

R: Veio do desejo que os políticos dificultam tanto, e quem sabe se eu for político, não consigo facilitar mais. Porque político dificulta tudo, porque os que encontrei até hoje, tanto dificultam, como só querem dinheiro.

APÊNDICE B

Transcrição da primeira entrevista com Elias Bezerra da Silva e João José dos Anjos realizada em 17/05/2018

- João José dos Anjos: 84 anos, tio de José Aprígio, migrou para São Paulo em 11/12/1951

- Elias Bezerra da Silva: 57 anos, irmão mais novo de José Aprígio, migrou para São Paulo em 1978

Obs.: O Sr. João é Cearense, mas migrou para São Paulo, quando estava em Minador do Negrão. O Sr. João é tio do Elias (a mãe de Elias era irmã do João).

P: Que lembranças vocês têm de Minador da época da migração para São Paulo?

João: “Eu da minha parte..., ...para chegar em Minador, ...meu pai tinha um sítio, primeiro era o sítio do meu pai depois o do pai do Elias, ...nós tínhamos muita goiabeira e pinhão, então todo domingo... nós tínhamos um burrinho velho, um burro, então meu pai fez uns caixotes, colocava um caixote da cada lado do burro e enchia com goiaba e pinhão, e íamos para feira de Minador do Negrão. Tinha a igreja católica, a igreja, tinha a farmácia do Ivan Pinto outra de Osório Cardoso, era um povoadinho pequenininho, então enfrente a igreja tinha a feira. Naquele tempo não tinha nada de você pagar imposto, pedágio, nada nada não, não existia. Então você chegava, trazia um saco de capim pros burros come, aí você tirava aqueles caixotes colocava no chão, eles eram tampados, você destampava, colocava no chão, o pessoal chegava pra comprar a pinha e outro para comprar goiaba.

P: Quando vocês vieram para São Paulo vieram por quê?

João: Nós viemos de pau de arara, lá em minador só tinha um caminhão velho, que ia para Palmeira dos Índios, também para feira, e levava mercadoria para vender. Então aquele caminhão...

João: Eu tinha um irmão, tinha não tenho, ele era mais velho que eu sete anos, ele tinha vindo para o estado de São Paulo, porque o nordeste lá era meio “crué”, então ele veio, ficou uns anos aí, conseguiu juntar uns quebradinho (dinheirinho), aí ele voltou por causa dos meus pais. Ele veio para São Paulo em busca de remissão, porque nosso nordeste lá...

Elias: Naquela época a lembrança é meia ruim né, na verdade agente vinha de lá para cá (SP) naquela época, para arrumar o que comer, para fugir da fome.

P: Dos irmãos quem veio primeiro para São Paulo:

Elias: O primeiro foi o Fortunato, meu cunhado, depois veio o Pedro Amarelho, que é meu cunhado também, depois veio o Aprígio, que é o mais velho, aí veio o Antônio, depois veio o Otávio, depois o Manoel, depois veio o Oliveira, depois veio o Valdemar, depois veio eu, depois o Sisso Aprígio, e assim por diante, cada ano vinha um, ia completando a idade vinha vindo né. Então quando nós chegou aqui, hoje todo mundo trabalha em obra, porque o Aprígio trabalhava em obra e nós chegava e ele arrumava serviço pra gente né.

P: Como foi a chegada em São Paulo?

Elias: O Fortunato, que foi o primeiro, veio trabalhar de servente de obra, depois passou para armador, depois foi para pedreiro, depois foi para encarregado, até chegar o ponto. O pessoal ia vindo e todos ficavam na casa deles. Inclusive quando eu vim, já fiquei na casa do Aprígio.

P: Para vir para São Paulo, era preciso dinheiro, como vocês resolviam essa questão?

Elias: Eles (os que já estavam em SP) mandavam. Na ora que a gente ia completando a idade eles iam mandando o dinheiro da passagem e agente ia vindo, então quando outro completava agente reunia e mandava de novo, e eles iam vindo, então todo ano vinha um.

P: São quantos irmãos?

Elias: 23 só que vivo hoje tem... não sei se é 18, se não me engano, têm vivo é 18.

P: Desses 23 quantos vieram para São Paulo?

Elias: É mais fácil contar os que não veio né (rs), dos 23 não veio 5, porque mesmo os mais velhos não vieram, porque o Antônio Aprígio veio ficou um tempo depois voltou, alguns vieram e voltaram, mas os que não vieram para trabalhar mesmo aqui (SP) foram cinco. Todos que vieram começaram a trabalhar como servente de obra.

P: Um boa parte dos irmãos tem o seu próprio negócio, quem tomou essa iniciativa? Vocês pensavam quando vieram para São Paulo em serem donos de empresa?

Elias: Não pensávamos nisso, a primeira empresa foi do Aprígio, ele abriu uma firma uma empreiteira com nome de “Silva Lar” , nós éramos em 10, eram dois cunhados e oito irmãos, todo sócios. Tudo que dava no final do mês, comprava ferramenta, e o que sobrava dividia. Essa empresa foi aberta na cidade de Taboão da Serra. O pessoal quando chegava do nordeste já ia para Taboão da Serra. Primeiro na verdade foram para Edu Chaves, perto de Interlagos, para aqueles lados lá. Ficaram um tempo lá, porque o Fortunato morava lá, depois compraram um terreno ali em Taboão e foi, quando mudaram para Taboão.

O Aprígio abriu essa empreiteira Silva Lar, trabalhamos todos juntos. Depois cada um foi achando melhor deixar ele só para ele administrar mais fácil, depois ele abriu uma construtora junto com um engenheiro, a construtora tinha o nome de Braspam. A empresa estava indo muito bem mas ele resolveu com o sócio dele, que era um engenheiro Dr. Gilberto, ele resolveu entregar a construtora para o Dr. Gilberto, e ele abriu uma cooperativa, ...porque ele falava assim, “eu quero abrir uma cooperativa para trabalhar, para fazer coisa a pouco custo para o pessoal, coisa popular, porque eu queria dar uma força aqui para Taboão, ajudar o povo de Taboão. No início da cooperativa foi difícil, porque ninguém queria acreditar, foi aquela coisa, mais foi crescendo e hoje é a maior do Brasil. ...na cooperativa ele comprou o primeiro grupo que era o grupo 1, aí foi mais difícil para começar, porque ninguém acreditava, foi aquela coisa, depois do grupo 1, já comprou o grupo dois, abriu o grupo e, chegou até o grupo 10 né, com mais de 50 prédios, já era a maior do Brasil, agora tem mais terreno, já está começando para mais 56 torres de 28 andares, agora já é a maior do Brasil e da América Latina.

Elias: Depois do Aprígio, quem primeiro abriu empresa foi o oliveira e o Tonho, eles abrirem de sócios uma empreiteira, segundo veio o Valdemar, depois do Valdemar veio o Zé de Brisa, que era sobrinho, depois do Brisa eu abri, depois de mim o Zé Baixinho abriu empreiteira, hoje quase todos prestam serviços para cooperativa, e também em qualquer lugar, mas principalmente para cooperativa. Na verdade quem abriu por terceiro uma empresa foi eu, antes do Color (governo Color).

João comentando sobre a escassez de água na região de Minador do Negrão:

João: ... lá a água... era uma légua para pegar a água, numa mina em que todos nós tínhamos que beber daquela mina, então você chegava muito antes.

Elias: Saia no dia seguinte 7 ou 8 horas do dia, a mina era um buraquinho assim, só para pegar água e levar para casa... chegava a disputar água com os sapos.

APÊNDICE C

Transcrição da primeira entrevista com Josival Soares da Silva (Val), realizada em 17/10/2019

P: Val, quando e por quê você migrou de Minador do Negrão para São Paulo?

Val: Eu vim para São Paulo em 1987. Naquela época, e hoje ainda, é muito difícil na região de Minador do Negrão, mas na época que eu vim era muito mais. Pra você ter ideia, eu sai de Minador do Negrão com 16 anos de idade em 1987, com sonho de ter uma bicicleta, imagina: meu sonho era vim para São Paulo trabalhar e eu imaginava quando eu comprar uma bicicleta eu volto para mostrar para meus amigos que eu tô bem que eu tenho uma bicicleta.

Acabei vindo para São Paulo onde já estavam meus tios, o Aprígio. Os mais velhos todos já estavam aqui e chagando aqui a gente começou perceber que a realidade era outra, quando a gente ganhou o dinheiro da bicicleta, a bicicleta já não era mais o sonho da gente, o sonho talvez já fosse uma casa, um carro, um terreno e aí agente foi trabalhando.

Começamos todos, eu mesmo comecei como ajudante de pedreiro como toda família e fomos trabalhando como pedreiro outros carpinteiros outros armador e fomos passando uns para encarregado outros para mestre, e a família toda foi seguindo esse caminho da construção civil.

P: Sobre seus pais, eles ficaram em Minador quando você veio?

Val: Meus pais ficaram em Minador, até hoje meus pais moram em Minador, minha mãe é falecida há dois anos mais meu pai ainda mora em minador, mas todos nós viemos e largamos os pais para trás.

P: Hoje como é sua relação com Minador, qual a sua frequência de visita?

Val: Lá atrás, quando a gente chegou aqui, a gente ia muito pouco lá, até por conta da situação financeira, mas hoje graças a Deus todos nós trabalhamos,

lutamos e conseguimos uma situação financeira melhor, a gente vai a cada dois meses, três meses. a gente vai para Minador do Negrão mas já fiquei de sete a oito anos sem ir para Minador.

P: Quando você veio par São Paulo você foi morar aonde?

Val: Quando eu vim, minha primeira moradia foi alojamento na obra. Morei no alojamento por um tempo e depois do alojamento a gente foi para casa de parente, no meu caso morei um tempo na casa do Oliveira meu tio. Morei bastante tempo com Oliveira, até casar morei com oliveira, mas a princípio foi na obra.

P: Essa aproximação e afinidade que você tem com o Sr. Aprígio, que é o irmão mais velho, que foi o pioneiro dos irmãos, ela começou quando?

Val: Então quando eu cheguei em são Paulo que tinham todos os meus tios, o Aprígio já era o mais velho e nessa época já tinha uma empresa e ai já estavam todos os irmãos em volta dele trabalhando e começou a vim os sobrinhos e eu vim. Comecei a trabalhar com Aprígio na empresa do Aprígio, trabalhei com ele uns anos e teve um desse período que eu me acidentei em uma obra e nesse período eu fui morar na casa do Aprígio. Nesse período que eu me acidentei que eu morava no alojamento eu fui morar na casa do Aprígio, morei lá uns três ou quatro meses e foi nesse período que afinou mais a nossa relação por mais que a gente era tio e sobrinho mas ele veio bem primeiro que eu, ele veio quando eu nasci, eu nasci em 1971 em 1972 o Aprígio veio para são Paulo, então assim já tinha bastante tempo, eu vim saber quem era o Aprígio com 16 anos de idade quando eu cheguei em são Paulo.

Ai, começamos a trabalhar, comecei a me envolver em obra e ele muito exigente, queria que toda família aprendesse, queria todo mundo em cargo de chefia, queria que todo mundo seguisse os mesmos passos de ele e foi o que a gente fez, ele foi obrigando e foi meio que empurrando e agente foi aprendendo.

Eu dizia: “não mas eu vou fazer a obra mas eu só sei fazer acabamento”.

O Aprígio rebatia: “não você vai fazer tudo que a obra pede.”

Eu dizia: “mas eu não sei”.

Aprígio falava: “se vira, eu venho aqui uma vez por dia, eu vou te ensinar e vou embora quando eu voltar amanhã cedo se tiver alguma dúvida eu tiro sua dúvida, mas você vai fazer tudo que precisa fazer na obra”.

Com isso, foi muito bom porque toda família cresceu com isso, você vê depois de um tempo veio a Vida Nova, e ele acabou de levar a família para um patamar bem legal, um patamar bem interessante.

P: Como foi essa ideia, esse momento da criação da cooperativa, quando o Aprígio teve a ideia a família como se portou? Eles concordaram deram apoio? Como foi?

Val: Então rapaz, quando o Aprígio falou da cooperativa, você imagina você ter uma empresa que na época chegou a trabalhar 400 homens e você virar para seus irmãos para sua família e falar, “...olha eu vou fechar essa empresa, vou pagar os direitos de vocês porque, é o seguinte, eu agora não quero mais trabalhar para rico, eu quero trabalhar para pobre”.

Eu perguntei: “Mas como trabalhar para pobres Aprígio?”

O Aprígio respondeu: “Eu vou fazer casa para pobres, eu vou abrir uma cooperativa”

Eu respondi: “Não tudo bem, já que você quer abrir uma cooperativa e nós sempre estivemos do seu lado, nós vamos continuar do seu lado”

É claro que nessa época tivemos várias pessoas que estavam próximo dele que não era família que não apoiou, mas no caso da família, eu mesmo fui um dos sócios fundadores da cooperativa, um dos sócios fundadores foi eu.

Eu me orgulho hoje de falar que hoje eu estou no estatuto como sócio fundador da cooperativa. Apoiei, apostei, por mais que na época que ele abriu a cooperativa eu não estivesse naquele momento junto, só dei o nome para abrir e fiquei em outra obra até a cooperativa começar a andar. Ai depois de quatro anos e meio da cooperativa já fundada, foi quando ele me convidou para eu vir, mas nesse período também eu já era mestre de obra, eu já estava em outra empresa como mestre de obras.

P: Então quando ele abriu a cooperativa você foi trabalhar em outra construtora?

Val: Trabalhei em outra empresa, fiquei quatro anos, a cooperativa não tinha condições ainda de agregar todos os parentes, então praticamente todos se afastaram, foram cuidar um pouco da sua vida fora até a Vida Nova criar uma estrutura legal que conseguisse acomodar de volta a família, e aí quando a cooperativa começou a criar essa estrutura, ele começou a buscar de volta a família. Aí hoje se você olhar a família está praticamente toda na cooperativa Vida Nova e aí foi crescendo, a cooperativa começou como qualquer empresa começa com muita dificuldade, sem credibilidade, sem as pessoas acreditarem. A família nessa época também contribuiu muito porque um se associou outro se associou que buscava o amigo do outro para se associar, mas quem acreditava nisso? Eu escutei mesmo de amigos nossos que a gente fazia obra para eles, como o finado Pericles, na época que era um empresário muito grande na época, que era inclusive sócio do Aprígio em um terreno, falou para o Aprígio e falou pra mim: “olha Josival, você entre se você quiser, mas vocês vão sujar o nome de vocês, eu um garoto da sua idade eu não faria isso que você quer fazer”.

Eu falei olha seu Péricles o que que eu tenho para sujar é o nome, só o nome mesmo, e eu vou falar um negócio para o senhor, eu vou apostar nele porque por o que ele já fez para nossa família, o mínimo que eu tenho que fazer hoje, é apostar no sonho dele, e é o que eu fiz naquela época, apostei e o sucesso está aí.

P: Agora voltando um pouco a Minador, quando a gente fala de Minador o que vem a sua mente? O que você traz na sua lembrança da sua cidade natal?

Val: Uma época muito sofrida, uma época de muito sofrimento onde tudo era difícil. Uma água para tomar um banho era difícil, uma água para beber muito mais difícil ainda porque naquele tempo existia muita barragens, barragens de águas sujas, barragens de águas barrentas e onde as condições das pessoas

naquela época, nem condições de fazer uma cisterna para ter uma água de melhor qualidade nem condições naquela época não tinha.

Então quando eu lembro de Minador, lembro de um lugar muito sofrido, e assim é por isso que hoje o que nossa família pode fazer por minador a gente faz pra tentar aliviar um pouco o sofrimento daquelas pessoas que ainda estão lá. Melhorou, mais ainda é muito sofrido.

Mas também lembro de momentos fantásticos da minha vida porque tem coisas da sua infância que você não esquece, são momentos que você passou com mãe, com pais com seus irmãos, na lavoura, na roça, plantando, são momentos que talvez a minha filha não vai saber o que é, mas foram momentos muito bons, principalmente com minha mãe, com meu pai naquela época, momentos que eu sei que eu não vou mais passar, que eu passei na minha juventude.

Mas tirando isso um lugar maravilhoso que nos dá muita saudade, toda vez que a gente volta pra lá, é como se eu tivesse voltando pela primeira vez, muito satisfatório, muito bom voltar para Minador, amo a minha cidade.

P: A gente vê que você fala de Minador, lembrando dessa trajetória muito sacrificante, com sofrimento mas que terminou com sucesso. E você acha que é um desafio passar isso para as novas gerações? Passar esses valores esses sentimento para os filhos?

Val: É, eu tento fazer isso a todo momento, eu acho que da minha família o mais crítico com a família sou eu até porque assim gostaria que os jovens seguissem a carreira que nós seguimos, sei que é impossível algumas coisas hoje porque nós estamos em um mundo mais moderno, mas eu tento passar muito para minha filha de onde nós viemos e aonde nos queríamos chegar e tento passar pra ela a todo momento, que é uma história muito bonita, a história da nossa família, que hoje é uma história a ser seguida. Os mais novos se começar a olhar para trás falar espera aí eu tenho que me orgulhar da minha família, posso não me orgulhar porque talvez não tivemos a oportunidade que eles têm hoje de ser um monte de doutor, mas assim, tem que se orgulhar de onde a família saiu e onde a família chegou com estudo

totalmente diferenciado do que eles tem hoje e totalmente diferenciadas as condições que eles têm hoje de estudar.

Mas assim, eu a todo momento tento mostrar para os mais jovens que sempre tentemos seguir um caminho legal, um caminho do bem, um caminho de poder ajudar nossos conterrâneos, um caminho de poder ajudar as pessoas. Então assim, a gente estamos sempre tentando colocar a família em um caminho correto.

P: Nós estamos aqui sobre o projeto de Embu, Embu das artes com mais de 8 mil unidades para serem construídas, é isso?

Val: São 9mil e poucas unidades.

P: É uma nova cooperativa?

Val: É uma nova cooperativa

P: Enfim já era referência na América Latina, acho que deve se tornar, talvez, no cooperativismo habitacional, a maior referência mundial, qual a sua opinião Val?

Val: Nós somos hoje, ou melhor, a cooperativa é hoje com essa aquisição desse terreno do Embu, nós somos acho que a segunda do mundo e a primeira da américa latina no nosso seguimento. Então assim, para falar a verdade para você lá atrás não foi isso que nos imaginamos, isso foi acontecendo no dia-a-dia, com sucesso dos empreendimentos, com a credibilidade do Aprígio a frente da cooperativa e a vontade também de gerar emprego, eu acho que é o que mais motiva. Eu vejo sempre o presidente (Aprígio) falando o que mais me motiva a fazer o que eu faço é a geração do emprego, é você vê a satisfação de uma pessoa quando passa na frente de uma obra dessa tamanho e você fala pra ele olha amanhã você passa aqui que você está empregado, então é isso que eu acho que motiva a gente, é como se cada dia fosse um dia que a gente tivesse começando, a gente chega aqui todo dia de manhã cedo, pelo menos eu que coordeno parte de obra, chego

aqui todo dia como se aquele fosse meu primeiro dia, entusiasmo, a vontade principalmente quando a gente sabe que com isso a gente está gerando emprego pra quem está em nossa volta é muito grande é a oportunidade para as pessoas da região também é muito grande principalmente para nossos conterrâneos porque 80% do pessoal que trabalha nessa obra é da cidade de Minador do Negrão. Então assim hoje a cooperativa é aqui em Taboão da Serra a empresa que mais gera renda para Minador do Negrão.

P: Val esse é um bate papo inicial talvez a gente tenha outro encontro, mas eu já consegui ter uma ideia pelo menos dos pontos principais, dos sentimentos, das lembranças agora só para completar em relação a São Paulo, você falou sobre seus sentimentos com relação a Minador do Negrão, que foi sofrimento mas também teve boas lembranças, e São Paulo, qual sua imagem de São Paulo, o que você imagina quando você pensa em São Paulo?

Val: Uma cidade que dá muitas oportunidades para as pessoas, uma cidade que abraça todos, abraça todos os nordestinos, todas as nações, todas as raças de qualquer país do mundo e eu acho que do tenho a agradecer a São Paulo e a região de Taboão e Embu, porque foi onde nossa família cresceu e a gente tem a certeza de que se não fosse São Paulo, hoje nossa família não teria a estrutura que temos, então hoje eu vejo São Paulo como minha segunda cidade.

Então eu adoro São Paulo, gosto muito de São Paulo e provavelmente vou viver o resto da minha vida em São Paulo que é onde a gente tem a base da gente agora né.

P: Obrigado Val, encerramos aqui essa primeira parte, você quer falar mais alguma coisa que tenha lembrado?

Val: Olha se fosse pra eu falar eu falaria bastante, mas tentei resumir de uma maneira tranquila um pouco da nossa vida.

APÊNDICE D

Entrevista com o casal Bruno dos Santos Freire (36) e Isabela de Moura Bezerra (31) em 02/02/2020 – compradores de uma cota referente a uma unidade no empreendimento de Embu das Artes.

P: Vocês aderiram a cooperativa Vida Nova para o empreendimento de Embú das Artes com o objetivo de investimento ou para moradia mesmo?

Casal: Nosso objetivo é morar no apartamento

P: O casal comprou somente uma unidade ou mais unidades, como pelo menos duas, já que basta ter um CPF para consolidar a compra?

Casal: Compramos só um apartamento.

P: Quais foram os principais motivos que levaram o casal pela opção de compra do imóvel pela Vida Nova?

Casal: O preço de custo, bem abaixo do mercado, o parcelamento, tempo de quitação, que é menor do que um financiamento comum, não precisar comprovar a renda, sem consulta de crédito, acho que podemos resumir dizendo que foi pela praticidade na adesão e uma boa relação custo benefício.

P: esta compra do apartamento por meio da Vida Nova, está relacionada a algum sonho ou objetivo maior do casal?

Casal: Sim, o nosso sonho de ter o que é nosso, uma casa própria, um apartamento, um patrimônio.

APÊNDICE E

Entrevista com o Sr. Clomas Ottis (54), corretor de imóveis nas cidades de Taboão da Serra e Embu das Artes.

P: Qual o seu nome completo e ha quanto tempo o senhor reside na cidade?

R: Meu nome é Clomais Ottis, eu estou desde 1994 na cidade de Taboão da Serra.

P: Qual a sua cidade de origem? O senhor chegou em Taboão vindo de qual cidade?

R: Eu vim do Rio Grande do Sul.

P: Qual a sua atividade profissional hoje em Taboão da Serra?

R: Hoje eu sou corretor de imóveis e empresário.

P: A quanto tempo o senhor exerce essa profissão de corretor de imóveis em Taboão?

R: desde 1996

P: O mercado imobiliário em Taboão da Serra, é muito influenciado pelos apartamentos da cooperativa Vida Nova?

R: Sim, com certeza, e muito grande, os apartamentos da cooperativa exercem grande influencia no mercado imobiliário em Taboão da Serra.

P: Das intermediações que o senhor faz hoje como corretor de imóveis, qual o percentual que equivalem as negociações de imóveis oriundos da Vida Nova?

R: Hoje a comercialização de locação, venda, vamos pegar de vendas: da mais de 80%, como sendo de imóveis da cooperativa do Aprígio. Locações de apartamento aqui na cidade, em cada 10, 8 são apartamento da cooperativa.

P: quem vendo o apartamento da Vida Nova hoje, vende porque, qual a sua opinião?

R: Olha têm muitas razões para as vendas, como pessoas que não querem mais, porque não querem esperar, ou mudam de cidade, vão embora, por motivos de saúde, enfim, são muitos motivos que justificam a venda da cota, as vezes acabam querendo comprar um imóvel financiado, ai acabam vendendo a cota, pois já têm um dinheiro juntado, para dar de entrada em um imóvel para entrega mais imediata.

P: O senhor acredita que com esses lançamentos, como o de Embu das Artes, muita gente compra como investimento?

R: Existe essa possibilidade sim, se ele tiver paciência ele compra, espera ser sorteado, como o mercado, a demanda está melhorando, da para se ganhar dinheiro encima sim, da para se investir.

P: Com a sua experiência no mercado imobiliário de Taboão da Serra e Embudadas Artes, o tipo de apartamento que a cooperativa oferece ao mercado, é um produto para que tipos de cliente, é para pobre, para rico, qual a sua opinião?

R: Veja só, como é preço de custo, é para classe média, até baixa, por que é preço de custo, o tamanho dele que surpreende, que é mito bom.

P: E o senhor tem muita procura para esse tipo de negócio com apartamento da cooperativa ainda em fase de construção, alguns até sem início de construção?

R: Tenho, é grande a procura, e conforme vai passando o tempo maior é o valor da venda.